

arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique

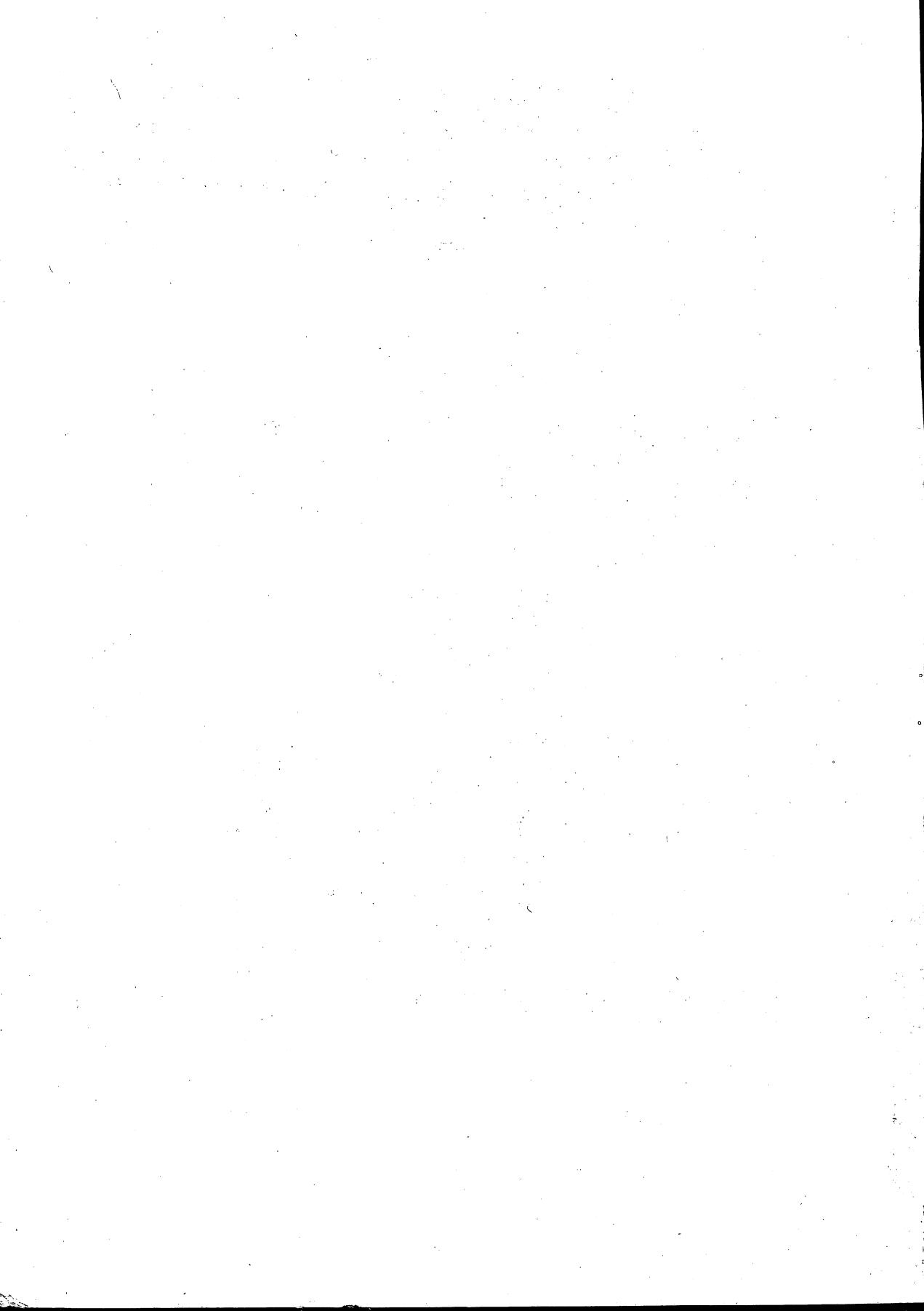


ILHA DE MOÇAMBIQUE

Nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique

nº 4 ESPECIAL

OUTUBRO DE 1988



Arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

Apresentação	3
Algumas Notas Sobre a Ilha de Moçambique — Património Histórico Nacional em Degradação Acelerada, por Luis Filipe Pereira	5
Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação, por José Capão	13
Notas Gerais Sobre a Actividade da Pesca na Ilha de Moçambique, por Rui Manuel Falcão	23
Uma Ilha, Uma Cidade, Uma População... a Proteger, por João Shwalbach	31
Reviver a Ilha, na Mafalala, por Manuel J.C. de Lemos	49
Notas Para a História das Confrarias Islâmicas na Ilha de Moçambique, por Álvaro Pinto de Carvalho	59
Ilha de Moçambique: Notícia Histórica, por Alexandre Lobato	67
Nota Sobre o Comércio no Norte de Moçambique em Meados do Século XVIII, por Luis Filipe Pereira	79
Apontamento Sobre os Negreiros da Ilha de Moçambique, 1900-1920, por José Capela	83
O Caju e o Régime das Propriedades no Mossuril entre 1930 e 1950, por Paulo Ribeiro Soares	91
Campos Oliveira: Jornalista e Escritor Moçambicano (1854-1911), por António Sópa	105
Ilha de Moçambique: Pequena Bibliografia Anotada, por Calisto Pacheleke	149

Capa: Foto de João Cardoso
Este Número contou com a colaboração
de Eduardo Medeiros

arquivo

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87
Nº 4, Outubro de 1988

APRESENTAÇÃO

A Ilha de Moçambique tem sido, nos últimos anos, motivo de frequentes chamadas de atenção dentro e fora do nosso País, com o propósito de que não se perca, não se deixe perder, um património histórico e cultural de inestimável valor.

Diversas tentativas já se levaram a efeito, que dum modo geral não têm passado da constatação da sua realidade que fica expressa em relatórios e em propostas do que devemos fazer.

Entretanto os anos vão passando e a Ilha, especialmente o seu património edificado, vai-se degradando progressivamente.

O Arquivo Histórico de Moçambique que, como é natural, está também preocupado com a Ilha, decidiu dedicar-lhe este número especial do seu boletim "ARQUIVO".

Quizemos, no entanto, falar da Ilha de Moçambique dum forma mais abrangente para que tivéssemos dela não só o conhecimento da sua degradação mas também da história, das actividades, da vida e dos problemas dos ilhéus.

Os artigos que apresentamos fazem, com esse objectivo, as abordagens mais diversas.

Queremos agradecer a gentileza das pessoas que com o seu saber e a sua experiência nos ajudaram a dar da Ilha de Moçambique esta visão tão diversificada.

Gostaríamos também de fazer menção especial ao saudoso Dr. Alexandre Lobato, o historiador moçambicano que mais escreveu sobre a sua terra e, com um carinho muito especial, sobre a Ilha de Moçambique.

A terminar, gostaríamos que a edição deste número constituísse uma saudação especial à Ilha de Moçambique por ocasião da passagem dos 170 anos da sua elevação a cidade, a 17 de Setembro de 1818.

Inês Nogueira da Costa



Foto de José Henriques e Silva

ALGUMAS NOTAS SOBRE A ILHA DE MOÇAMBIQUE
— PATRIMÓNIO HISTÓRICO NACIONAL
EM DEGRADAÇÃO ACELERADA

Luis Filipe Pereira*

Ninguém poderá passar hoje pela cidade de pedra e cal in diferente ao silêncio das ruas desabitadas e dos prédios em ruínas.

As fachadas e os pátios interiores permitem imaginar o que teria sido a vida daquelas casas e daquelas ruas ao longo dos séculos.

Por contraste, na "cidade de macuti" os bairros estão superpovoados, as casas estão conservadas, algumas actividades produtivas cresceram, as trocas mantiveram-se, um bulício esquecido de compra e venda de tudo renovou-se, a religião e a cultura unem-se como formas de vida e de realização.

Uma simples observação mostra que a parte mais populosa da Ilha não morreu e, pelo contrário, reencontrou novas formas de equilíbrio.

Do património ~~edificado~~ ~~de pedra e cal~~ (designa-se assim porque não levantamento nem outros materiais), resta apenas a lembrança das funções que desempenharam os grandes monumentos e as fachadas que persistem em sobreviver e que escondem os terraços caídos, os barrotes suspensos, as pedras descarnadas.

Mas a Ilha vale pela sua homogeneidade e pelo seu conjunto, é difícil entender uma parte sem considerar a outra.

Os habitantes da Ilha, experimentados na vida do mar, fustigados pela violência da guerra, mantêm a esperança da reanimação.

Os seus pontos de referência são contraditórios, por um lado, a imagem da antiga capital, com a entrada dos paquetes que trazem e levam mercadorias, as lojas e os armazéns recheados, e por outro a resistência à ocupação, ao imposto, à palmatória e trabalho forçado.

Para alguns que viveram na Ilha, marcados pela água da cisterna, surge a lembrança, em rebate de consciência, que é necessário travar a degradação da Ilha.

Para outros ainda, a Ilha é um universo distante que não diz nada, um património cultural que não toca, que fica fora sobretudo das suas preocupações sócio-culturais.

*Vice-Presidente da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique.

CIDADE DE PEDRA E CAL E CIDADE DE MACUTI — UMA ILHA MOÇAMBICANA

A demarcação entre a cidade de pedra e cal e a cidade de macuti é bem nítida. Dum lado as casas dos comerciantes e funcionários, do outro as casas dos pescadores e dos artesãos, da população que produz e presta serviços, e que se distribui por inúmeras pequenas actividades.

Dum lado os edifícios públicos, as casas apalaçadas, as casas de pedra e cal, a fortaleza e as igrejas católicas, do outro as palhotas bem aconchegadas nos buracos das antigas pedreiras, a batida do tufo e muálide, os barcos, as redes dos pescadores, a importância das mesquitas.

A religião islâmica enraizada nesta zona do litoral Norte, ganhou estatuto privilegiado, é parte integrante da cultura moçambicana, porque soube valorizar e integrar no seu corpo as concepções e práticas da religião tradicional.

Entre o cristianismo e o Islão fica um pequeno templo hindu como plataforma de entendimento, a atestar a passagem dos "baneanes", grandes senhores do comércio com o interior durante séculos.

A configuração física da Ilha foi-se modificando ao longo do tempo. A cidade de pedra e cal e a cidade de macuti foram tomando a forma que as distingue, por um lado, e as compõem, por outro, e as constituem uma verdadeira unidade.

As ruas estreitas, as retraídas ao mar, os cruzamentos desalinhados, as casas dispostas em Típica, comunicativas com as suas lojas e armazéns, e retraídas com os patios e jardins interiores, dão à Ilha a sua própria identificação, a sua personalidade.

É curioso observar que as ruas estreitas, os caminhos sinuosos e as malhas distintas da cidade de pedra e cal, também se encontra na cidade de macuti.

Os estudos efectuados pelos arquitectos dinamarqueses constataram a existência duma planta-tipo. As casas têm, em geral, uma forma rectangular. A entrada principal, situada a meio da fachada, dá lugar a um corredor que dá acesso aos quartos.

O património edificado do bairro de S. Domingos mantém ao longo de centenas de anos algumas características idênticas, os mesmos materiais de construção, pedra de coral e madeira, reboco e caiamento das fachadas, janelas rectangulares, o uso de terraços na captação de água para as cisternas.

Mas a pedra e a mão de obra escrava vieram da cidade de macuti. Foi das pedreiras ali existentes que foi arrancada a pedra para fazer as casas e construir os edifícios e monumentos.

A Fortaleza, que foi construída para a defesa dos interesses dos portugueses naquela zona do Índico e eliminação da resistência à ocupação do interior, não parece ter sido construída com a pedra que servia de lastro no fundo dos navios, mas com a mesma pedra de coral existente na Ilha e zonas próximas.

É importante considerar que algumas regiões do Continente próximo fazem parte da zona de influência da Ilha. Nas Cabeceiras há vestígios de construções com as mesmas características. A vida dos habitantes está repartida entre a machamba do Continente e a casa na Ilha.

Todas as construções que aqui constituem este património cultural estão adequadas ao clima, aos materiais existentes na zona, e ao trabalho duro e capacidade técnica e criativa dos seus habitantes.

É este conjunto harmonioso, contrastivo e homogéneo que dá à Ilha a sua personalidade inconfundível.

Gostaria de transmitir uma breve informação sobre a evolução demográfica, embora com lacunas, servindo-me do relatório "Ilha de Moçambique", da Secretaria de Estado da Cultura e Faculdade de Arquitectura de Aarhus-Dinamarca (p.17).

Extracto da "Memória Chorográfica" de Frei Bartolomeu dos Martires — 1822:

6 famílias brancas, descendentes de portugueses ou militares.
120 portugueses, brancos ou tidos como tal.
650 mestiços.
200 canarins — indianos de Goa.
180 baneanes — só homens.
500 árabes ou mouros.
800 cafres forros.
5 a 6000 cativos (escravos).

População total da Ilha e terra firme (Cabaceira e Mossuril) — 8500 a 9000.

Almanach Civil Ecclesiástico Histórico Administrativo da Província de Moçambique — J.V.da Gama — 1859:

	Masculinos	Femininos
Cristãos	69	228
Mouros	125	96
Libertos	141	152
Escravos	2.233	1.032
De passagem	66	38

Baneanes: 56; Parses: 10; Gentios: 38; Bathiás: 46; Neg. de pass.: 100. Total da população: 4.522

Recenseamento segundo Alexandre Lozano — 1940:

A população nativa:

	Homens	Mulheres	Total
	4.540	3.257	7.797

A população imigrada:

	Origem étnica	Homens	Mulheres	Total
Europeus		355	250	605
Indianos ingl.		127	41	168
Indianos port.		157	77	234
Mestiços		202	173	375
Africanos		33	10	43

Total da população imigrada 874 551 1.425

Total global 5.414 3.808 9.222

Nacionalidade da população imigrada:

	Portugueses	Outra nac.	Total
	737	137	874
	505	46	551
	1.242	183	1.425

Portugueses 737 505 1.242
Outra nac. 137 46 183

Em 1968 a população da Ilha era de 8.200 habitantes, repartidos por 1.300 na "cidade de pedra e cal", e 6.900 na "cidade de macuti".

A densidade demográfica é, portanto, de 3.270 habitantes por Km² na "cidade de pedra e cal", e de 28.000 habitantes por Km² na "cidade de macuti".

Note-se que os escravos e os mouros não figuram neste censoamento (1940) e desaparecem das Informações Oficiais praticamente nos finais do século XIX. Para além dos portugueses há outros europeus.

De acordo com o inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Saúde em 1983, 80% dos homens e 46% das mulheres acima de 15 anos trabalham fora de casa, constituindo uma população activa de 3.200 homens e 1.740 mulheres.

São fáceis de identificar as influências árabes nos jardins e pátios interiores, as portuguesas nas fachadas das casas e estilo das igrejas, as indianas nos ornatos de Diu ou varandas de Goa, ou ainda as do contexto cultural swahili.

Mas a Ilha é africana, a Ilha é moçambicana.

A sua originalidade consiste justamente em ter sabido as similar todas as influências, do Oriente, da Europa e do Índico, para ser ela própria na sua expressão cultural.

Foram os construtores moçambicanos que, valorizando a sua experiência com influências multiplas, souberam dar à tradicional argamassa de pedra e cal usada na África Oriental, uma feição bela e original.

É interessante sublinhar que sob o ponto de vista social e antropológico a sociedade makuwa é de filiação matrilinear. Todas as pessoas têm o seu clã, integram-se no seu "nihimo". A mãe e a família materna têm um ascendente que resulta do facto da unidade social constituída pela família matrilinear ser composta pela mãe, filhos, netos e familiares descendentes pela via feminina. Os filhos do casal pertencem ao clã da mãe.

Seria difícil imaginar um projecto onde a Ilha viesse a ser a Jóia do Índico, a lembrança dos descobrimentos e cristianização ou a feitoria, o entrepôsto comercial com o Oriente. Era um projecto fracassado, a negação da História.

Ao compararmos, por exemplo, a Ilha de Moçambique com a Ilha de Goreé, ilha de compra e venda de escravos na Costa Ocidental frente a Dakar, constatamos imediatamente que falta a Goreé a sua autenticidade, o seu substrato cultural, a sua ligação a um passado histórico que a vida das pessoas deixa transparecer.

Quando as crianças do nosso País quiserem saber o que foram as feitorias, por onde e como saíram os escravos da Macuana para as Ilhas do Índico, Índia ou Brasil, aqui obterão a resposta, aqui poderão ainda ver com os seus próprios olhos.

Durante alguns séculos, milhares e milhares de homens foram forçados violentamente a abandonar esta zona, vendidos como escravos para trabalhar nas Ilhas do Índico, no Oriente e nas Américas. Foram estes homens que ajudaram a construir a ri

queza de muitos países. Com eles transportaram também a sua língua, a sua música, as suas danças, a sua arte, o seu mundo cultural. São estes laços que nos unem a outros povos, favorecem a comunicação, o entendimento e a riqueza cultural, consolidam a perspectiva solidária e internacionalista.

Conservar o património histórico nacional é uma pesada responsabilidade para a consciência histórica dem país, que não cabe apenas a órgãos vocacionados e não se pode medir em termos financeiros. Há investimentos e desinvestimentos que só o futuro poderá avaliar.

A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA ESTIMULA A REABILITAÇÃO FÍSICA

O conceito de que certas regiões que aparentemente nada produzem não têm o mesmo direito à sobrevivência, constituiu sempre um equívoco. A Ilha, como qualquer organismo vivo, soube procurar novas formas de sobrevivência e descobrir que a solução de alguns dos seus problemas estava nas suas próprias mãos.

Apesar do descalabro da guerra, do banditismo que afecta significativamente a região, a necessidade de inventar novas formas de actividade leva a Ilha a ganhar gradualmente confiança nas suas forças.

A cidade, que inclui a zona do Lumbo, com uma superfície de 445 km², possui uma população de cerca de 40.000 habitantes, vivendo na Ilha aproximadamente 9.000 pessoas. Este crescimento deve-se à população deslocada que encontra aqui segurança.

Entre as principais actividades desenvolvidas destacam-se o sal, a pesca, a agricultura, a indústria, o comércio, o artesanato e serviços*.

Na extracção do sal existem 44 salinas, considerando os produtores de sal privados e o sector cooperativo. A produção média dos últimos quatro anos ultrapassou as 30.000 toneladas ao ano. Acaba de se fazer o escoamento por barco de 1.000 toneladas, que foi um êxito por o carregamento ter sido feito em três dias e ter motivado toda a população. O sal é um produto de que as populações do interior e os países vizinhos muito carecem. O escoamento do sal a nível interno ou a sua venda no mercado internacional darão um contributo decisivo para a reactivação económica e, por consequência, recomposição física da Ilha.

*Os dados aqui referidos foram obtidos por gentileza do Presidente do Conselho Executivo.

Relativamente à pesca pode afirmar-se que a zona de influência da Ilha comporta milhares de pescadores desde o Mongicual até Matibane. Para além do pescado que alimenta as populações e daquele que se vende fresco e seco para o interior próximo, o combinado pesqueiro ultrapassou bastante a meta pre vista em 1987, de 200 toneladas.

Na Ilha e continente próximo faz-se a apanha de conchas e holotúrias, que se armazenam para exportação. Nesta região existe um búzio de qualidade, normalmente utilizado em Itália para a produção de camafeus.

A agricultura comporta a produção empresarial, onde se destaca a produção de sisal e algodão. O sisal atinge as 1.200 toneladas por ano, quando funcionam as duas fábricas de desfibramento, e o algodão as 600 toneladas.

A agricultura familiar depende de vários factores. A precipitação é um factor que afecta muito a produção. Produz-se mandioca, milho, feijão, arroz, girassol, hortícolas, frutas e batata-doce.

Uma riqueza considerável é a da castanha de caju. Há mais de 750.000 cajueiros no distrito. A fábrica de castanha de caju no Lumbo está à ser reabilitada para uma produção de 2.500 toneladas. O produto de exportação ronda as 250 a 300 toneladas porque a capacidade da fábrica é ainda de 1.500 toneladas. Importa sublinhar que a castanha de caju é produto de exportação. Para além dos trabalhadores que ocupa, pode avaliar-se a importância que tem para a vida da cidade.

O comércio possui 47 lojas, das quais 35 se situam na Ilha. Daí o elevado volume diário de trocas efectuado com o Continente.

Os habitantes da Ilha são conhecidos pela sua habilidade manual e capacidade criativa. Seja o trabalho da prata, ouro e cobre, cestaria, madeira, tecidos, conchas ou a feitura de barcos de pesca, os artesãos distinguem-se pela qualidade do que fazem.

Pelas suas características históricas e recursos estéticos, a Ilha reune condições para o desenvolvimento turístico.

A Ilha já deu provas da sua capacidade e decisão. O projecto parece demonstrar a sua viabilidade. Necessita de direcção, organização e estímulos, mas, mais do que isso, da vontade de fazer.

Uma das questões sobre a qual considero importante refletir é a de saber se a reactivação económica forjará o extracto social e cultural com interesses fixos na Ilha, interessando em ocupar, restaurar e manter uma parte daquelas casas antigas.

Sem dúvida que há famílias da Ilha que possuem alguma capacidade financeira e que pressionam já o Conselho Executivo, o Gabinete de Restauro e a Associação dos Amigos da Ilha, para a compra de casas em ruínas, dispondo-se a reabilitá-las.

A Associação esclareceu os seus associados que a sua função não é a de substituir os órgãos oficiais existentes, mas sim mobilizar para a conservação e divulgar a natureza e importância deste património cultural.

Comentário frequente é o de atribuir-se a degradação completa ao facto das casas "serem da APIE", detentor da propriedade por um lado, mau gestor e conservador por outro.

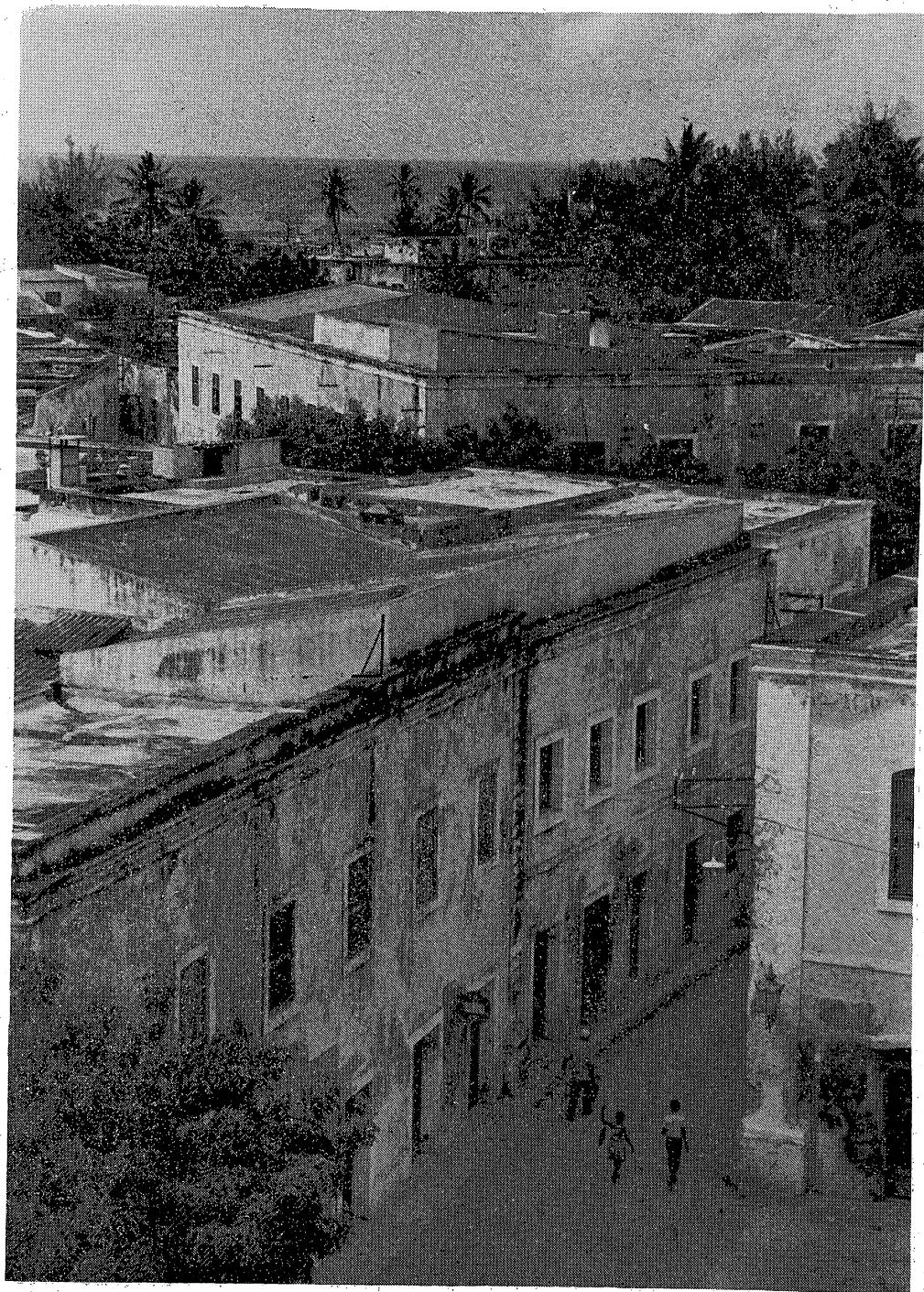
As rendas que não revertem a favor do Conselho Executivo, cobram-se apenas às lojas, serviços e umas dezenas de casas habitáveis.

As casas de pedra e cal, os edifícios públicos anteriormente ocupados por funcionários, comerciantes e serviços, estão fechados ou abandonados.

Na nossa opinião, a tomada de pequenas decisões teria impacto significativo no quadro da reanimação sócio-cultural, económica e física,

- A Ilha ser considerada património histórico nacional;
- Passar por consequência a cidade-histórica com estatuto especial que garanta a recolocação de alguns serviços públicos com o pessoal adequado, de modo a dar vida aos edifícios e às casas dos funcionários.

Foto de Jorge Almeida



ILHA DE MOÇAMBIQUE:
SEM DESENVOLVIMENTO NÃO HÁ CONSERVAÇÃO

José Capão

CAUSAS DA DEGRADAÇÃO

Contrariamente ao que se passa em muitas regiões do mundo, em que a conservação do património edificado está normalmente em contradição com os projectos de desenvolvimento pois se pretendem utilizar os espaços para fins mais lucrativos, no nosso país e mais particularmente na Ilha de Moçambique, a conservação desse património está intimamente ligada ao desenvolvimento económico e social da região onde se insere.

Se recordarmos as causas que originaram a sua degradação, apercebemo-nos facilmente que a cidade perdeu a vitalidade quando deixou de ser um centro importante de desenvolvimento económico e social de Moçambique, desta região de África e do Oceano Índico.

Florescente e enriquecida com a expansão imperial e comercial da Europa para o Oriente, com o tráfico de escravos, como centro regional de administração e comércio, a Ilha iria ressentir-se com as mudanças verificadas no sistema de exploração colonial em finais do século XIX. Por um lado, a abertura do Canal do Suez reduziu a importância do Canal de Moçambique como rota comercial privilegiada entre a Europa e o Oriente e, por outro lado, o início da ocupação político-militar das colónias e o início da exploração directa das riquezas fez surgir um novo polo de desenvolvimento na região — as minas de diamantes e ouro na África do Sul — levando à transferência da capital da então Colónia de Moçambique para Lourenço Marques.

Uma certa vida económica foi mantendo a cidade durante a primeira metade deste século, principalmente com a construção da linha de caminho de ferro até ao Niassa, como centro comercial da região e capital política e administrativa da província. Mas cedo se verificou a inviabilidade desta situação e a Ilha de Moçambique via-se progressivamente votada a um papel secundário no desenvolvimento económico, político, administrativo e social.

A transferência da capital provincial para Nampula, em 1935, a construção da ramificação da linha do caminho de fer-

ro Monapo-Nacala e a inauguração do porto de Nacala, em 1951, deram o "golpe de mesericórdia" naquilo a que podemos chamar a base económica da vida da Ilha de Moçambique.

A Ilha veria então a sua influência exercer-se sobre uma região cada vez mais reduzida e as tentativas frustradas da sua revitalização (por exemplo, a construção da ponte que a liga ao continente, em 1966), mais não fizeram do que adiar por tempo insignificante a sua já visível decadência.

Nos últimos anos antes da Independência do país, a Ilha de Moçambique ganhou fama como centro turístico, devido ao seu ambiente histórico, ao folclore e à beleza natural dos seus arredores, para isso contribuindo uma série de acções cosméticas ao nível da conservação da cidade, muitas vezes limitadas mesmo à reparação e manutenção das fachadas dos edifícios.

Com a Independência, em 1975, a estagnação económica acentuou-se, seja pela fuga generalizada dos colonos, seja pelo êxodo das pessoas mais qualificadas para as áreas de desenvolvimento da região e do país, o que acarretou um decréscimo no comércio e nos serviços públicos.

A "cidade de pedra e cal" ficou quase vazia e começou a degradar-se, não se verificando a transferência dos moradores da "cidade de macuti" para os edifícios melhores por motivos de ordem económica, cultural, e mesmo uma certa hostilidade para com a "cidade dos colonos".

Nos últimos anos houve uma lenta recuperação económica baseada na pesca, no fabrico de sal e na agricultura, mas que não foi suficiente para contrabalançar a crescente decadência da cidade.

AS INICIATIVAS DE REVITALIZAÇÃO

O Governo moçambicano, ainda que os poucos recursos disponíveis tenham sido canalizados para outras áreas prioritárias da reconstrução nacional, desde cedo se deu conta da urgência em intervir para salvaguardar aquele importante património, e desencadeou e promoveu acções nesse sentido.

O Ministério da Cultura, a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique e as estruturas locais, foram os principais impulsionadores das acções que foram ou estão a ser realizadas.

De uma forma geral as acções foram desencadeadas a diversos níveis, nomeadamente ao nível institucional, permitindo a criação de organismos especialmente dedicados ao estudo e solução dos problemas existentes e preparando legislação de protecção, e ao nível diplomático, sensibilizando a opinião pública internacional e angariando apoios financeiros, assistência de técnicos qualificados, equipamentos e materiais.

As acções desencadeadas ao nível dos serviços públicos (saúde, águas, obras públicas, educação), ao nível económico (pescas, agricultura, fabrico de sal, turismo), e ao nível cultural (conservação, restauro, artesanato artístico), foram promovidas e realizadas pelos ministérios e instituições competentes e pelos órgãos provinciais e locais.

ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Em 1977 foi criada a Brigada de Conservação e Restauro, pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades da Direcção Nacional de Cultura, que ficou tutelada pelo Museu de Nampula e tinha por objectivo fazer a manutenção dos edifícios monumentais que tinham sido restaurados nos últimos anos do regime colonial, isto é, os edifícios que eram administrados directamente por aqueles serviços.

Para além das acções permanentes de manutenção, esta Brigada iniciou obras de restauro em habitações, também para satisfazer necessidades do sector.

Em 1980 foi criado o Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique, que passou a dirigir a Brigada e iniciou investigações sobre o património edificado e o ambiente urbano. Este Gabinete foi dirigido pelo arquitecto dinamarquês Jens Hougaard até 1985, e transformou-se então no verdadeiro dinamizador e executor das principais acções que posteriormente foram sendo realizadas.

No ano seguinte, como resultado de contactos estabelecidos junto de organizações internacionais vocacionadas para as questões da cultura e do património histórico-cultural, o arquitecto Kzrysztof Pawlowsky, representando a UNESCO, visita a Ilha em missão de consultoria e elabora um relatório.

Ainda em 1981, a Ilha de Moçambique é inscrita nos programas de cooperação com a UNESCO, por alturas da visita a Moçambique do Dr. Moktar M'Bow, então Secretário Geral daquela organização.

Em 1982 é dado um grande impulso organizativo com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, da Direcção Nacional do Património Cultural e do Serviço do Património Edificado, ficando desta forma o aparelho de Estado dotado de órgãos especializados que iriam fazer sentir a sua acção na solução dos problemas da Ilha. É também criada a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, por iniciativa de moradores, naturais, antigos residentes e outras pessoas preocupadas com a situação de degradação.

Neste mesmo ano, o arquitecto Viana de Lima, representando a Fundação Calouste Gulbenkian, visita também a Ilha em missão de consultoria e publica um relatório.

Ainda em 1982, seguindo de uma forma geral a metodologia sugerida no relatório do arquitecto Pawlowsky, o Gabinete de Conservação e Restauro publica o relatório "Ilha de Moçambique, estudos preliminares para um plano de conservação e restauro da cidade".

Nos anos que se seguiram, entre 1983 e 1985, uma série de actividades no domínio de estudos, divulgação (exposições, seminários, palestras, publicações), e o início de trabalhos concretos de conservação, restauro e revitalização, são já o reflexo dos esforços desenvolvidos nos anos precedentes, que permitiram obter apoios em assistência de técnicos qualificados, meios financeiros, equipamentos e materiais.

Entre todas estas actividades é de salientar o trabalho de levantamento exaustivo da situação da Ilha realizado pelo Departamento de Restauro e Conservação de Cidades e Edifícios da Escola de Arquitectura de Aarhus, da Dinamarca, conjuntamente com a Secretaria de Estado da Cultura.

A equipa que realizou este trabalho foi dirigida pelo professor Johannes Exner e era constituída por cerca de 30 professores e alunos finalistas da referida escola, dirigentes e técnicos da Direcção Nacional do Património Cultural, do Serviço do Património Edificado do Gabinete de Conservação e Restauro, e teve a colaboração das direcções provinciais de Construção e Águas e de Planeamento Físico de Nampula, da OMM da Ilha, e da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique.

Outras actividades realizadas neste período merecem ser mencionadas, nomeadamente: a realização de uma exposição sobre a Ilha na Fundação Calouste Gulbenkian, por ocasião da visita a Portugal do Presidente Samora Machel; a publicação de diversos estudos como o "Estudo sobre as posturas camarárias do século XIX na Ilha de Moçambique", da Direcção Nacional do Património Cultural, "Uma proposta para beneficiar a curto prazo a Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique", do Serviço Nacional do Património Edificado, e "Ilha de Moçambique - relatório prévio sobre os trabalhos preparatórios de um plano de saneamento dos bairros da Ponta da Ilha", do Gabinete de Conservação e Restauro.

Em 1984 tinham já sido restauradas quatro habitações, iniciou-se a recuperação de um forno para produção de cal e elaborou-se um projecto para a montagem de uma carpintaria.

Diversos equipamentos e materiais de construção e desenho foram oferecidos pela ASDI, Fundação Gulbenkian e Governo português para apoio aos trabalhos em curso.

Ainda neste ano, beneficiando de um acordo com a Organização Internacional de Cooperação Dinamarquesa, começaram a

trabalhar no Gabinete de Conservação e Restauro dois arquitectos e um técnico de construção, dois deles a apoiarem directamente a Direcção Distrital de Construção e Águas do Conselho Executivo.

Nesta altura, com o apoio financeiro da ASDI, foi possível avançar com os projectos do forno de cal e da carpintaria, cujo objectivo foi, por um lado, fornecer materiais de construção indispensáveis à manutenção e eventuais obras de restauro do património edificado, satisfazendo as necessidades da população e, por outro lado, criar dois centros de emprego para a força de trabalho local. A oferta de um camião pela NORAD, em 1985, viria minimizar as carências de transporte da madeira e da cal.

Uma intervenção modesta, é certo, se atendermos às enormes necessidades da Ilha, mas muito significativa se considerarmos que as limitadas capacidades de organização, gestão e de realização técnica existentes na altura deveriam inserir-se num processo de crescimento adequado.

Em 1985, estando já a produzir, o forno de cal sofreu um ataque dos bandidos armados que causou a morte de dois trabalhadores, o rapto de outros três e a destruição parcial do empreendimento. Nesta altura, por razões de segurança, os técnicos estrangeiros foram evacuados e praticamente todos os projectos iniciados ficaram paralizados.

A situação de falta de segurança manteve-se nos anos seguintes e afectou também os restantes sectores económicos e sociais, sendo de mencionar o abandono da Ilha por parte de muitos comerciantes. A Ilha viveu nessa altura difíceis momentos de quase completa estagnação e mesmo agravamento dos problemas existentes, ocasionado pelas chuvas torrenciais caídas em Maio de 1986 e pelo afluxo à cidade de deslocados de guerra.

As estruturas locais não ficaram indiferentes perante esta nova situação e, com as condições que tinham à sua disposição, tentaram evitar piores danos resolvendo os problemas com recursos e meios locais.

São poucas as informações de que dispomos sobre os últimos dois anos, mas o pessoal técnico do Gabinete de Conservação e Restauro abandonou a Ilha.

Apesar disso, neste momento estão a ser restauradas duas habitações pela Brigada de Conservação e Restauro, para a Paróquia da Ilha, destinadas a alojar crianças deslocadas vítimas da situação de guerra.

ACÇÕES AOS NÍVEIS ECONÓMICO, SOCIAL E ADMINISTRATIVO

Várias acções foram desencadeadas ao longo de todos estes anos nas áreas da saúde, saneamento, obras públicas e abastecimento de água. Diversos estudos e algumas acções têm vindo a ser realizados, sendo do nosso conhecimento: a "Proposta para o melhoramento das latrinas públicas da Ilha de Moçambique", pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico; o "Programa multidisciplinar de controlo sanitário" (desratização e combate e controlo de parasitos intestinais e sanguíneas), pelo Instituto Nacional de Saúde; o reforço do sistema de captação e transporte de água de Entete para a Ilha, pelo Ministério da Construção e Águas; e a reparação e consolidação da ponte que liga a Ilha ao continente (em elaboração).

Ao nível económico, as actividades foram seriamente afetadas pela situação de insegurança vivida nas zonas do continente, nomeadamente a agricultura, a produção de sal, o comércio e o turismo.

Com a criação do Combinado Pesqueiro, em 1983, houve um incremento da capacidade de captura e conservação do pescado, e esta é uma actividade que se tem mantido sem significativas transformações.

De há um ano para cá, com a relativa melhoria da situação de segurança na zona continental mais próxima da Ilha, houve um certo reflorescimento da agricultura e um aumento da produção de sal, que não encontram ainda na rede comercial a resposta adequada no sentido do seu escoamento.

Em Julho de 1986, a Ilha de Moçambique ascendeu à categoria de cidade sede do distrito e, com esta melhoria do estatuto administrativo, somos levados a considerar uma melhoria correspondente dos meios organizativos e orçamentais do Conselho Executivo.

OS ESTUDOS EFECTUADOS

a) O Relatório do Arquitecto Kzrysztof Pawlowsky

O primeiro relatório de um especialista é o do arquitecto Kzrysztof Pawlowsky, que teve o mérito de estabelecer uma metodologia de trabalho a ser seguida e que foi muito utilizada depois pelo Gabinete de Conservação e Restauro.

Este relatório vem reforçar a ideia já existente de se pensar no conjunto urbano e na zona continental adjacente como um todo integrado, e não só nos monumentos considerados individualmente.

As suas recomendações e propostas são feitas de acordo com esse princípio e ele chama particularmente a atenção para

a necessidade de revitalização da situação sócio-económica e administrativa da Ilha, ao ponto de apresentar algumas ideias concretas, como por exemplo a transferência de algumas funções educativas centralizadas em Maputo e Nampula (Universidade Eduardo Mondlane e Escola Náutica), o turismo, o artesanato artístico e mesmo a criação de novas funções. Estas ideias foram adiantadas mas reconhecia-se a necessidade prévia e fundamental de elaborar um estudo urbanístico.

Pawlowsky recomendou a inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial Cultural e Natural e a necessidade prévia de ratificação, por parte da República Popular de Moçambique, da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural. Recomendou ainda a criação de um comité ao mais alto nível administrativo e político do país para iniciar, coordenar e controlar todas as actividades relacionadas com a Ilha, e defendeu a necessidade de internacionalizar o problema de modo a obter-se uma ajuda efectiva dos organismos e pessoas adequados — a Fundação Calouste Gulbenkian, o ICOMOS e o ICCROM.

b) O Relatório do Arquitecto Viana de Lima

Este relatório debruça-se com mais pormenor sobre a arquitectura militar, a arquitectura religiosa e a arquitectura civil (alguns edifícios monumentais e conjuntos edificados de interesse), e sustenta igualmente a necessidade de elaboração de um plano de reabilitação da Ilha e das suas áreas envolventes, afirmando que a preservação só poderá realizar-se apostando no incremento do desenvolvimento económico e na melhoria das condições de vida dos habitantes. Segundo este especialista, a intervenção deveria ter um duplo sentido, de urgência e de globalidade, apresentando soluções que forneçam respostas integradas para os problemas de carácter histórico, arquitectónico, urbanístico, social e económico.

Viana de Lima propõe a elaboração de um Plano Geral de Intervenção atendendo as componentes conservação e restauro de monumentos, reconversão dos conjuntos edificados, e plano de urbanização. Recomenda para o efeito a constituição de um Gabinete de Arquitectura e Urbanismo, para realizar os estudos necessários.

c) Os Estudos do Gabinete de Conservação e Restauro

Os estudos elaborados por este Gabinete e já mencionados anteriormente seguiram, de uma forma geral, a metodologia indicada no relatório do arquitecto Pawlowsky e serviram de base ao relatório elaborado posteriormente pela Escola de Arquitectura de Aarhus e Secretaria de Estado da Cultura.

d) O Relatório Conjunto da Escola de Arquitectura de Aar
hus e da Secretaria de Estado da Cultura

Este relatório é o trabalho mais completo que se fez até ao momento sobre a Ilha de Moçambique, a sua história, enquadramento regional, geografia, arquitectura da "cidade de pedra e cal" e da "cidade de macuti". Nele são apresentadas sugestões, propostas, conclusões e mesmo um programa de acção com vista à salvaguarda do património e revitalização do centro urbano.

Ainda que necessite de ser actualizado face à degradação e outras alterações que ocorreram nos últimos cinco anos, o levantamento arquitectónico apresentado neste relatório prova a unidade arquitectónica de todo o património edificado da Ilha, toma em conta as especificidades da "cidade de pedra e cal" e da "cidade de macuti", dos conjuntos urbanos, dos edifícios considerados individualmente e dos pormenores de construção (técnicas de construção, concepção do espaço, desenhos de portas, janelas, pavimentos, terraços, etc.).

Dado o baixo nível das actividades económicas, a degradação e a ruína do património, a ausência de condições satisfatórias de habitação e de infraestruturas técnicas, com implicações na saúde da comunidade e no desenvolvimento de actividades culturais, sociais e produtivas, o relatório propõe a elaboração e definição de um plano de desenvolvimento moderado para a cidade e a região, que seja uma estratégia conjunta de todos os intervenientes e que englobe todos os planos de actividades parcelares dos vários sectores e mesmo os individuais.

O relatório chega mesmo a apresentar o conteúdo deste plano, que deveria incluir os planos de desenvolvimento das actividades económicas, de organização e distribuição dos espaços urbanos (edifícios e áreas livres), o plano regulador do tráfego, de conservação da "cidade de pedra e cal", de recuperação da "cidade de macuti". Apresenta ainda as prioridades de acção para contenção da degradação e conservação do património edificado.

Outras questões pertinentes são também tratadas no relatório, tais como a estrutura organizativa, os recursos financeiros, humanos e materiais de construção, a necessidade de legislação e regulamentação protectora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Sobre o Património Edificado

A "cidade de macuti" está superpovoada e na Ilha não há espaço para construir. Em contrapartida, dos cerca de 450 edifícios da "cidade de pedra e cal", só cerca de 50 se encontram em boas condições de utilização. Outros tantos estão a ser utilizados em condições tão precárias que põem em perigo os seus utilizadores.

Mas é extremamente difícil, neste momento, a qualquer funcionário que seja colocado na Ilha, encontrar casa. O problema resolver-se-ia desenvolvendo localmente a produção de materiais e a indústria de construção. Para isso seria necessário, além de se garantir a boa execução dos projectos já iniciados do forno de cal e da carpintaria, pensar nouros materiais indispensáveis (macuti, madeira, pedra, etc.).

b) Sobre a Organização

Está mais do que justificada a necessidade de constituição de um gabinete central de coordenação de todas as acções relacionadas com a Ilha de Moçambique, com competência de decisão.

Simultaneamente, seria imprescindível a constituição, ao nível local, de um gabinete executivo com grande competência técnica, em substituição do praticamente extinto Gabinete de Conservação e Restauro.

O reforço dos organismos já existentes — Conselho Executivo, Brigada de Conservação e Restauro, etc. — seria outra medida de enorme impacto no desenvolvimento da capacidade local.

c) Sobre a Legislação

A República Popular de Moçambique é signatária da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural desde 1982, e está já em fase adiantada de estudo a proposta de lei de protecção do património cultural, ambas condições previas para a inscrição da Ilha de Moçambique na Lista do Património Mundial cultural e natural. Esta inscrição é um passo fundamental para se conseguirem os apoios externos, financeiros e técnicos, indispensáveis à salvaguarda da Ilha de Moçambique.

d) Sobre o Projecto de Desenvolvimento

Apesar de todas as acções realizadas e que foram referidas anteriormente, actualmente agrava-se a degradação da cida

de e das condições de vida dos seus habitantes. Estão sugeridas as soluções. O que falta então?

No seguimento do que atrás foi dito, a primeira preocupação seria elaborar um projecto de desenvolvimento económico e social global que crie necessidades diversas para a utilização dos edifícios, que permita evitar a ruína, suster a degradação e mesmo restaurar a revitalizar o património edificado.

É evidente que a Ilha de Moçambique não é nem será um centro estratégico de desenvolvimento nacional, do mesmo modo que o não serão outras pequenas cidades e sedes distritais. A diferença reside em que entre as eventuais riquezas e recursos naturais que qualquer pequena cidade ou sede distrital possa ter e explorar em prol do seu desenvolvimento, a Ilha de Moçambique encerra em si uma riqueza histórica e cultural inegualável no nosso país, na África Austral e mesmo no mundo.

Por esse motivo, mais do que qualquer outra cidade a Ilha de Moçambique merece carinhos e atenções especiais. Mas não substancialmente diferentes dos que porventura possam merecer outras cidades moçambicanas.

Trata-se de apoiar as iniciativas locais de desenvolvimento, promovendo a canalização de investimentos rentáveis a curto prazo, de reforçar as estruturas locais de modo a garantir uma melhor direcção, gestão e controlo do centro urbano, trata-se de encontrar os meios financeiros, humanos e materiais para o restauro e a conservação do património edificado. Isto tudo num perspectiva de desenvolvimento integrado da cidade e da região que a cerca.

Foto de José Henriques e Silva



NOTAS GERAIS SOBRE A ACTIVIDADE
DA PESCA NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Rui Manuel Falcão

Breve História

Embora mal conhecida esta parte da história da Ilha de Moçambique (os documentos portugueses que referem a sua chegada à região pouco dizem sobre a população), sabe-se da existência de pescadores que aqui habitavam muito antes da chegada de árabes e persas que, por sua vez, já se teriam aqui fixado antes dos portugueses.

Daqui se pode deduzir, de certa maneira, a tradição da prática de actividade da pesca pela população local e a sua relativa importância no contexto da actividade económica em geral, muito embora se apresentasse como subsidiária da actividade comercial, durante muito tempo predominante. A título ilustrativo podemos ver que em 1965 havia somente 433 pescadores registados na Ilha, o que equivalia a 4,8% do total da população.

De uma forma geral os pescadores foram, durante muito tempo, indivíduos independentes, que alternavam esta ocupação não poucas vezes com a de marinheiros em pequenas embarcações de transporte de passageiros e mercadorias (estas eram, igualmente em muitos casos, as próprias embarcações de pesca)¹.

Estádio de Desenvolvimento

A pesca na Ilha de Moçambique, tal como ao longo da maior parte da costa do País, conhece um panorama de relativo atraso técnico e tecnológico em virtude da política colonial que fazia de Moçambique um potencial consumidor de pescado produzido na metrópole e, mais tarde, em Angola, no quadro da economia colonial portuguesa.

Com efeito, as proibições vigentes neste sentido (uma lei colonial proibia, por exemplo, a prática de pesca de arrasto) impediam o desenvolvimento da actividade pesqueira, em particular na Ilha de Moçambique.

A "explosão" ocorrida a partir da década de 70 na pesca do camarão, em moldes industriais e destinada à exportação, não atingiu, por razões óbvias, esta área.

Dai que o desenvolvimento da pesca, apesar de aqui registar um relativo avanço em termos de motorização de algumas embarcações e existência de certas infra-estruturas, se tenha mantido praticamente estagnado.

Classificação da Pesca

A pesca praticada é local ou costeira (esta em menor escala), isto é, realizada dentro das baías e nas proximidades da costa. É uma actividade basicamente tradicional e artesanal que utiliza para as suas operações canoas ou pequenas embarcações. O período da faina não ultrapassa, em geral, um dia, não existindo qualquer tipo de processamento e conservação a bordo. As técnicas de pesca utilizadas apresentam características rudimentares.

Actividades Afins

A par da actividade da pesca é de vital importância para esta desenvolve-se uma actividade de carpintaria naval, também em moldes artesanais.

A construção ou reparação de embarcações é levada a cabo por mestres carpinteiros a mando de terceiros, que normalmente adquirem a madeira (principalmente umbila) e outros materiais necessários para esta actividade. O trabalho do mestre carpinteiro limita-se à construção ou reparação do barco e em troca recebe do proprietário uma remuneração em dinheiro e/ou produtos.

Existem poucos praticantes desta actividade (apenas 4 na Ilha de Moçambique), que enfrentam grandes dificuldades e problemas, chegando a construção de uma embarcação a levar entre um a três anos, e por vezes mais, mas é de referir a perícia e competência com que eles realizam a sua tarefa².

Uma outra actividade, não menos importante, relacionada com a pesca, é a da comercialização do pescado, que abordaremos a frente.

Área de Influência

Para uma análise mais global desta actividade na Ilha de Moçambique, é importante associá-la à de outros pequenos centros de pesca localizados na zona costeira próxima, uma vez que existe uma estreita relação entre elas.

Com efeito, desde Matibane (a norte) até Quinga (a sul), passando por Lunga, Mogincual, Cabaceira, Sauassaua, etc., existe implantada uma actividade de pesca extremamente dependente da Ilha de Moçambique, quer porque esta constitui o local de abastecimento em insumos produtivos necessários à pesca e outros, quer porque constitui também um ponto importante de canalização da produção realizada nos outros lugares.

LUGAR DA PESCA NO CONTEXTO DA ECONOMIA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Descrição Geral da Actividade Económica

A pesca ocupa, actualmente, uma posição de destaque (pelo menos um quarto da população tem actividades relacionadas com ela) no conjunto da actividade económica da Ilha de Moçambique. A par desta, a actividade agrícola, levada a cabo na zona continental adjacente, assume, também, importância significativa, sendo as principais culturas o milho, a mandioca e a banana, que, juntamente com o pescado, constituem a base de alimentação da maior parte da população local. As produções de caju, algodão e sisal, anteriormente em larga expansão, conhecem hoje uma fase de regressão. Todavia, a actividade de produção de sal na zona da costa contígua, continua importante³.

Importância da Pesca

Para além de constituir a principal ocupação dos seus habitantes, a pesca na Ilha de Moçambique reveste-se de particular importância na medida em que representa a principal fonte de rendimentos e, portanto, de meios de subsistência da população. Do ponto de vista alimentar, o pescado constitui a principal fonte de proteínas animais.

CARACTERÍSTICAS DA PESCA NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Os Pescadores, Sua Organização

Cerca de 600 pescadores dedicam-se a esta actividade na Ilha de Moçambique, em regime de ocupação exclusiva, sem contar com outras centenas de indivíduos (fundamentalmente mulheres e crianças) que se dedicam à actividade de recollecção de mariscos, nos períodos de maré baixa, e cuja produção se destina, na sua totalidade, ao auto-consumo familiar.

A organização destes pescadores varia bastante, podendo-se encontrar pescadores artesanais que operam isoladamente ou em grupos de dois, sendo todavia a actividade da pesca organizada predominantemente com base em pequenos proprietários (em que, muitas vezes, o dono da embarcação e de outros meios de produção participa no processo da pesca), e privados (patrões de pesca; estes são também, não raro, proprietários em outros ramos de actividade). São também conhecidas várias formas associativas de produção⁴.

Frota e Equipamento

Existem, na Ilha de Moçambique, cerca de 80 embarcações, sendo quer pequenas almadias ou canoas construídas a partir de troncos de árvore escavados, quer embarcações em madeira de

diferentes tamanhos, não ultrapassando em geral os 11 metros de comprimento e construídas localmente. Existem ainda algumas embarcações em fibra de vidro.

A maior parte das embarcações registadas são movidas a vela ou a remos, mas encontramos também embarcações motorizadas equipadas com motores "fora de bordo" ou internos.

Os equipamentos utilizados podem variar de acordo com as técnicas de pesca usadas e o tamanho das embarcações, no que diz respeito aos utilizados para a actividade da pesca em si, mas existem também equipamentos de navegação (âncoras, cabos, etc.) que são comuns a todas as embarcações.

Alguns equipamentos são fabricados localmente pelos próprios pescadores ou por pequenos artesãos, mas estes podem em geral ser adquiridos no mercado local. Não é conhecida a utilização de instrumentos mecânicos na pesca.

Técnicas de Pesca

As artes de pesca praticadas variam também de acordo com o tipo e tamanho das embarcações, sendo as mais utilizadas o cerco tradicional e o arrasto para a terra e, em menor escala, as linhas de mão, o emalhe e a pesca submarina. Praticam-se também outras artes tais como a pesca com gaiolas, gamboas, etc.

Têm sido esporadicamente encetadas acções tendentes à introdução de novas técnicas, destacando-se a experimentação do palangre, visando a captura do tubarão, que embora tenha proporcionado resultados razoáveis em termos produtivos não logrou sucessos no que diz respeito à sua extensão aos pescadores artesanais.

Capturas e Rendimentos

Os rendimentos alcançados pelos pescadores variam de acordo com as artes de pesca utilizadas. O cerco tradicional é aquele que maiores rendimentos obtém (aproximadamente 300 kgs dia rios de pescado por embarcação), seguindo-se o arrasto, o emalhe e a pesca submarina. As capturas globais são estimadas teoricamente em cerca de 330 toneladas⁵.

Os rendimentos obtidos são considerados relativamente fracos tendo em conta o esforço realizado, agravando-se esta situação devido ao grande número de dias de faina perdidos durante o ano, por diversas razões.

Os resultados obtidos são normalmente repartidos equitativamente pelos intervenientes no processo de pesca, ou entre estes e o proprietário (é da parte que a este cabe que se retiram os fundos necessários ao suporte das despesas com a manutenção da embarcação, e outras), sendo, em qualquer dos casos pratica corrente a reserva de uma pequena quantidade para

o consumo do pescador e sua família (o "caril"). Não se tratando, como se pode ver, de uma actividade assalariada, os pescadores encontram-se extremamente dependentes dos rendimentos que obtêm.

Recursos Haliêuticos

Na zona costeira e no interior das baías regularmente exploradas pelos pescadores artesanais da Ilha de Moçambique é conhecida a existência dos seguintes recursos:

- Tunídeos e grandes pelágicos: largamente disseminados quer na área costeira quer na área adjacente à mesma, praticamente ao longo de todo o ano. Citam-se, entre outros, os atuns, tubarões, peixes de bico, etc.;
- Pequenos pelágicos: é frequente a sua localização dentro das baías, com particular realce para a Baía de Mocambo, situada a sul da Ilha de Moçambique;
- Espécies demersais: toda a área costeira é rica em peixes demersais sendo alguns dos principais o peixe-pedra, pargo, sargo, roncador e dourada;
- Outros: encontramos também, embora em menor escala, uma diversidade de outros recursos pesqueiros, nomeadamente crustáceos, cefalópodes, o caranguejo de mangal, moluscos, etc.⁶.

A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

É uma actividade decorrente da pesca que assume grande importância para o seu desenvolvimento, na medida em que constitui garantia de reposição de meios e fundos necessários à sua continuidade.

A comercialização do pescado é levada a cabo por vários agentes, sejam os próprios pescadores ou suas mulheres, sejam comerciantes ambulantes, empresas estatais ou outros. Embora algumas quantidades de pescado sejam colocadas à disposição dos consumidores através dos canais oficiais, grande parte da produção dos pescadores é vendida no mercado "livre".

A produção e comercializada na própria Ilha de Moçambique ou zona continental próxima em forma de produto fresco, ou noutras localidades sob a forma de produto processado (algumas vezes congelado mas principalmente salgado-seco). Um mercado importante para onde é canalizada parte significativa da produção é a cidade de Nampula. As restantes áreas de distribuição são mal conhecidas. Um aspecto particularmente importante nesta actividade comercial refere-se à realização de trocas de pescado por produtos agrícolas que garantem, em parte as necessidades alimentares dos pescadores e famílias.

SITUAÇÃO ACTUAL

Caracterização

Após um período de relativa estagnação, a pesca na Ilha de Moçambique conhece hoje uma nova dinâmica em função da criação de uma entidade estatal de apoio e dinamização da actividade pesqueira artesanal local — o Combinado Pesqueiro da Ilha de Moçambique. Aqui implantado desde 1983, ele constitui o instrumento principal de materialização da estratégia de desenvolvimento definida para o sector. Com ele os pescadores vêem maioritariamente assegurada a satisfação das suas necessidades tanto no que se refere a insumos produtivos (redes, cabos, bóias e, também, tintas, panos de vela, combustíveis, etc.), como na garantia de assistência aos seus motores. Além disso, eles beneficiam do direito de aquisição de bens alimentares e produtos manufacturados — bens de incentivo — quando escoam a sua produção através desta entidade. A candonga generalizada que tendia a alastrar na venda de pescado conhece, hoje, um certo refreamento.

Esforços Desenvolvidos

A par do apoio multiforme à actividade de pesca artesanal, têm sido desenvolvidos esforços tendentes à criação de condições mais propícias ao seu desenvolvimento, nomeadamente através da instalação ou recuperação de infra-estruturas de apoio (câmaras de conservação de pescado, oficinas de recuperação de motores marítimos, campos de secagem, etc.), da introdução de novas embarcações e métodos no âmbito da tecnologia da pesca, alargamento dos circuitos de comercialização e outros. Tem também sido canalizado para esta área um importante apoio de organizações estrangeiras, quer na forma de apropriação de insumos materiais importados, quer através da definição e implementação de projectos de desenvolvimento específicos.

Tem também sido dada uma atenção particular ao melhor conhecimento da realidade pesqueira local, fundamentalmente no que respeita aos seus aspectos socio-económicos, destacando-se, neste sentido, a realização de um estudo com assistência externa.

Obstáculos ao Desenvolvimento da Pesca

A guerra que afecta o País em geral constitui também um grande entrave ao desenvolvimento da pesca. Efectivamente, a situação de insegurança na via de acesso que liga a Ilha de Moçambique ao exterior dificulta não só o apropriação dos pescadores artesanais como também a consecução prática dos projectos de desenvolvimento planificados e, ainda, o escoamento

da produção, em particular a realização de trocas comerciais com as zonas rurais do interior da Província. O transporte marítimo ao longo da costa assume, neste contexto, tendência a desenvolver-se, desviando recursos e meios necessários ao desenvolvimento da actividade pesqueira.

Numa outra perspectiva, a implementação das novas medidas de carácter económico, pelo menos no que diz respeito às suas consequências mais imediatas (baixa de poder de compra e aumento dos custos de produção, entre outras), abala a débil capacidade de gestão da actividade e provoca uma ligeira tendência regressiva na produção de pescado, impondo a necessidade da criação de mecanismos que garantam a sua adaptação às condições actuais, para além de dificultar o abastecimento de pescado às populações.

Perspectivas

Os esforços realizados tanto no âmbito do apoio material aos pescadores como na criação de melhores condições estruturais e técnicas para a realização da actividade pesqueira, irão prosseguir. A par deles será dada especial atenção aos aspectos relacionados com a comercialização do pescado, devido ao papel de destaque que ela ocupa na fase actual. Estão já previstas acções concretas, como é o caso da instalação de uma fábrica de gelo, da venda de motores, etc., mas pretende-se, igualmente, levar a cabo várias intervenções a nível da tecnologia da pesca, introdução de novas embarcações, e realização de investimentos.

Os dados fornecidos pelo estudo realizado na Ilha de Moçambique, já referido anteriormente, permitirão orientar os esforços na base de uma análise real da situação da pesca devendo, no futuro, prosseguir a procura de um conhecimento mais profundo.

NOTAS

¹Eduardo Medeiros, Notas de Campo (inédito).

²Relatório da missão de estudo da carpintaria naval artesanal em Moçambique.

³R. Debeauvais & C. Vauclare, Projecto de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal em Moçambique. Estudo de identificação.

⁴Combinado Pesqueiro da Ilha de Moçambique: Relatório anual de actividades, 1987.

⁵J. Perez, Rapport Intermediaire 2.

⁶J. Moreira Rato, Projecto de pesca experimental.

Nota: Os dados numéricos apresentados são estimativas e cálculos extraídos de relatórios e documentos de trabalho. O apuramento de dados mais precisos requer maior desenvolvimento do trabalho efectuado neste sentido.

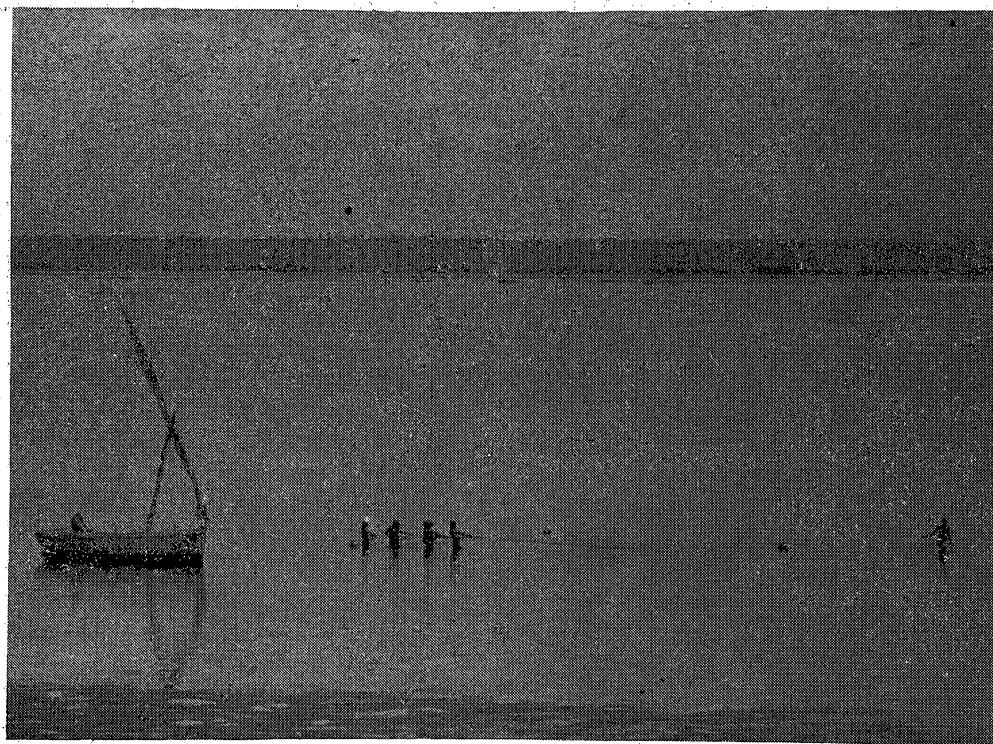


Foto de Jorge Almeida

UMA ILHA, UMA CIDADE, UMA POPULAÇÃO... A PROTEGER*

João Schwalbach

Pequeníssima terra das águas do Oceano Índico, situada bem ao Norte deste grande País que é Moçambique, a Ilha de Moçambique constitui, por razões históricas e culturais, património nacional e internacional.

Ligada ao continente por sólidas amarras de cimento e aço — a ponte estreita — a Ilha de Moçambique é, hoje, uma grande barcaça que transporta toda a história da História que deve ser lembrada, contada, para, criadoramente vivida a cada momento, poder ser dignamente perpetuada.

Grande barcaça navegante ainda (cuidados de conservação e manutenção constituem necessidades urgentes), todo o seu interior tem vida e se agita, dolentemente embora, em morna e desejada azáfama, mas azáfama sempre. Mesmo para quem ainda de longe a olha, a Ilha mostra seus dois diferentes mestres — a velha torre da igreja de S. Paulo e o minarete da mesquita maioritária das gentes. Ambos verticalmente imponentes, apontados ao azul limpidão do céu azul, foram e são importantes, não pelos seus estilos estéticos simples, antes porque atestam as lutas, as contradições, a convivência muitas vezes respeitosa das épocas e dos homens.

Um dos pontos escolhidos para dar início à fixação territorial pelos portugueses desde os primeiros anos de 1500, a Ilha de Moçambique tornou-se assim num dos berços da penetração mercantilista primeiro, e colonialista depois. Esmagada pelo poder das classes dominantes, prisioneira tantas vezes, engulhada outras tantas no tédio e na esperança, a Ilha saiu, mesmo nos momentos mais difíceis, retemperada sempre. Elevada a categoria de vila em 1761 e a cidade em Setembro de 1818, serviu de capital da colónia portuguesa do Índico africano até 1898, data em que a capital é transferida para Lourenço Marques, actual Maputo.

Hoje a Ilha de Moçambique, perdidos ou retirados que foram os seus privilégios e hegemonias, mantém dos seus habitantes

*Extraído e adaptado da obra "Ilha de Moçambique: estudo para um perfil sanitário", de João Schwalbach, Maria Cecília de la Maza, Carlos Muñoz García et al., no prelo.

tes, garbosamente, a síntese do diálogo de culturas desiguais. Hoje, a Ilha é caracteristicamente o colorido presente das só mas positivas e negativas de um passado soberbamente cheio. Mas hoje a Ilha, como cidade, é a decadência e, como qualquer cidade decadente, não é saudável. Doente (reclamando cuidados), mas não moribunda, as coisas e as gentes olham-nos com a simplicidade do olhar mudo e pleno de quem tem ainda muito para dar e receber. Por tudo isso urge a acção. Com a participação organizada de toda a comunidade não faltarão as ideias correctas e correctivas de intervenção nem a necessária vontade de as pôr em execução.

Protelar esta acção será permitir o agravamento inexorável de uma degradação crescente no tempo e no espaço das Coisas, da História e da Vida. São assim cada vez mais actuais as palavras proferidas em Agosto de 1983 pelo actual Ministro da Cultura do Estado moçambicano, Luís Bernardo Honwana, ao referir-se especificamente, aquando de uma exposição efectuada em Lisboa, sobre a Ilha de Moçambique: "Ou se faz uma intervenção urgente ou não haverá nada para recuperar. É preciso evitar que tudo se desmorone".

Decorrente das preocupações expressas por diversas entidades quanto à Ilha de Moçambique, e associando-se a estas, o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique realizou em Outubro de 1983 um estudo multidisciplinar tendo em vista uma abordagem multicausal dos problemas com a finalidade de conhecer a situação sanitária prevalecente na referida Ilha. Os dados que se apresentam reportam-se a este estudo.

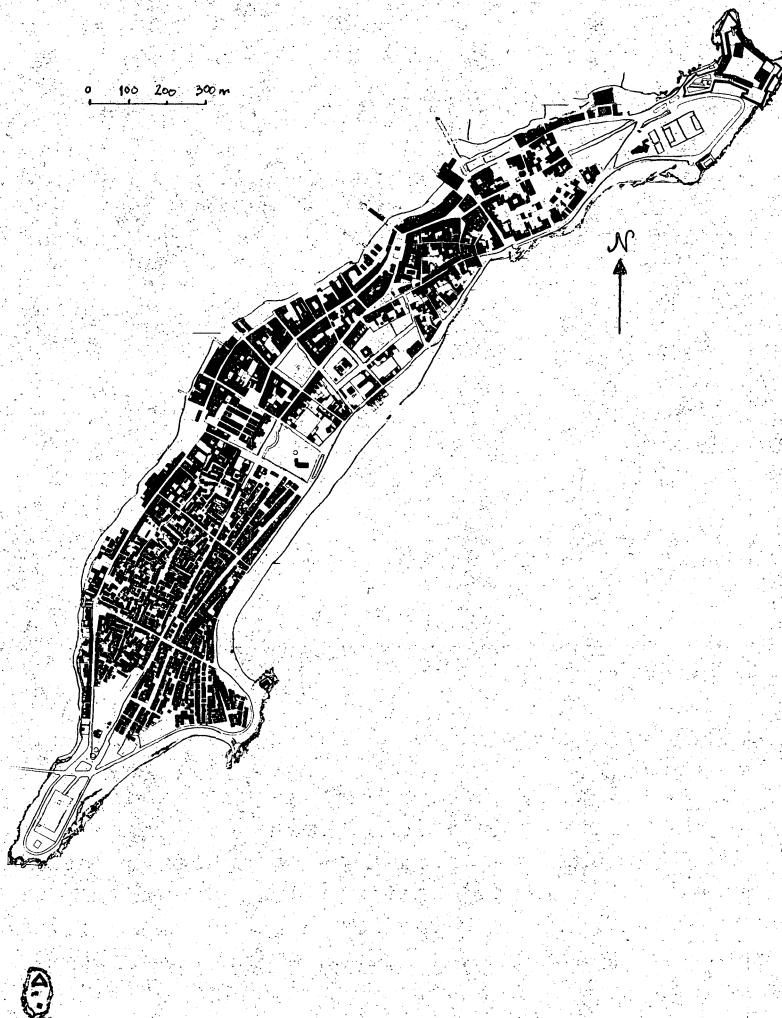
Os factores que influem no estado de saúde de uma população são múltiplos e todos eles inseridos num ecossistema determinado, com características particulares. A influência do meio, factor predominante no estabelecimento do estado de saúde de uma comunidade, alia-se, indissoluvelmente, a todo um conjunto de outros múltiplos factores que interactuam numa complexa acção plurifactorial. A saúde individual é então representada pelo equilíbrio dinâmico do organismo e da personalidade com o meio exterior, considerado no seu sentido mais lato, e esta saúde será tanto mais saudável quanto mais saudável for a comunidade a que pertence.

A ILHA

A Ilha, com 3 km de comprimento, 350 m na parte mais estreita e 500 m na parte mais larga, possui um clima tropical húmido oscilando as temperaturas médias entre 24 e 26°C, com precipitações variando entre 800 e 1000 mm e uma humidade média anual de 79,76%.

Com recursos naturais terrestres escassos, o aproveitamento do solo sob o ponto de vista agrícola não é possível. O espaço, já por si reduzido, é-o ainda mais com a urbanização (Figura 1) e a densidade populacional (5225 hab/km²). Também por este facto, o solo, aliando-se a outros factores favoráveis, exerce uma influência de certo modo negativa uma vez que serve de reservatório para certos parasitas que causam no homem patologias diversas.

FIGURA 1: Ilha de Moçambique.



No que diz respeito à fauna terrestre, constituída por animais de pequeno tamanho, destaca-se a elevada e variada população intradomiciliária (pulgas, percevejos, baratas, ratos), em especial nos bairros da Ponta da Ilha, situação decorrente da falta de recursos sanitários fundamentais como o abastecimento de água, esgotos, eliminação correcta de lixos e o fraco conhecimento e disponibilidade de cuidados de saúde.

O meio marinho, de grande riqueza, influiu enormemente na vida da Ilha, não só como fonte de alimentos mas igualmente como fonte de desenvolvimento económico (cooperativas de pesca, utilização de corais e conchas na feitura de artesanato) e recriação. Contudo as águas marinhas costeiras possuem um certo grau de contaminação em coliformes fecais (Tabela 1) o que faz supor uma alta probabilidade de poderem estar também presentes outros microorganismos responsáveis de patologias intestinais, respiratórias e outras.

TABELA 1: Número Mais Provável (NMP) de coliformes fecais em 100 ml de água do mar colhidas em 7 pontos diferentes na Ilha de Moçambique com 5 colheitas em cada ponto. Out.1983.

PONTOS DE COLHEITA	CAMPO DE VARIAÇÃO	MÉDIA GEOMÉTRICA	CATEGORIA
Em frente à Piscina	23/1100	114	Ligeira
Em frente à Pousada	23/ 2400	194	Ligeira
Em frente ao Cemitério Pequeno	1100/ 2400	2053	Forte
Próximo da Ponte	2400	2400	Forte
Em frente ao Bairro Litine	2400	2400	Forte
Em frente à Capitalia	240/ 2400	1329	Evidente
Em frente à Ponte (Coreto)	23/ 2400	105	Evidente

A CIDADE

A Ilha possui construções e habitações de diferentes épocas históricas, remontando algumas delas ao século XVI. Os bairros existentes apresentam diferentes condições de urbanização como consequência de marcada estratificação social.

Na zona Sul, Ponta da Ilha, as habitações construídas de cal coralina ou tijolo possuem característicos tectos de palha (macuti) com 4 a 6 divisões e um arejamento adequado às condições climáticas. Do lado Este (costa) desta mesma zona as

casas apresentam-se ordenadas e observa-se uma planificação das ruas, ao contrário do que acontece no lado Oeste (contra-costa), cujos bairros se encontram num nível mais baixo, o que determina piores condições de saneamento, nomeadamente durante ou logo após períodos de chuva. A grande maioria das casas da zona Sul não tem um sistema de eliminação de dejectos. Existem latrinas públicas que, para além de deficientemente conservadas e em más condições higiénicas, não cobrem as necessidades dos seus habitantes. Em muitas das casas desta zona há luz eléctrica, noutras é utilizado o petróleo.

Na zona Norte ou bairro do Museu, é onde se encontram as grandes construções que possuem luz eléctrica, sistema de canalização de água e de eliminação de dejectos. As ruas e praças são bem delineadas. Esta zona apresenta hoje uma grande degradação pela não conservação das suas construções e infra-estruturas.

A população da Ilha dispõe de três sistemas de abastecimento de água: canalizada tratada, das chuvas recolhida em cisternas, e de poços. A água canalizada é captada no rio Monapo e tratada na estação de Entete situada no continente, a 19 km da Ilha. Um levantamento feito em 1980 mostrava que existiam 800 ligações e 11 fontenários, mas em 1983 existiam apenas 589 ligações e 10 fontenários (localizados nos bairros da Ponta da Ilha — zona Sul), dos quais 6 estavam avariados. Análises efectuadas em diversos pontos deste sistema de abastecimento permitiram concluir que a qualidade da água canalizada é inaceitável para beber devido a uma constante contaminação fecal, inexistência de desinfecção (cloragem) e falta de manutenção e limpeza periódica dos reservatórios (Tabela 2).

A água das cisternas não era também própria para beber devido às péssimas condições das mesmas. Em número superior a 150, as cisternas, de diversas dimensões, encontravam-se na sua grande maioria abandonadas e abertas, sujas e com água estagnada, permitindo a proliferação de vectores, nomeadamente mosquitos.

Quanto ao sistema de poços, em número de aproximadamente 70, são pouco profundos (2 metros), sem qualquer tipo de protecção e estavam igualmente contaminados devido principalmente a infiltrações superficiais resultantes da alta densidade populacional, pelo que a água era também imprópria para beber. Esta água dos poços, com um teor de cloreto de sódio de 500 a 1500 mg/l, era usada principalmente para fins domésticos.

TABELA 2: Resultados da análise de amostras colhidas na captação, reservatórios e rede de distribuição. Ilha de Moçambique. Out.1983.

FONTE	LOCALIZAÇÃO	ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS			ANÁLISES QUÍMICAS	
		COLIFORMES TOTAIS NMP/100ml	COLIFORMES FECAIS NMP/100ml	NITRATOS (mg/l)	NITRATOS (mg/l)	AMONÍACO (mg/l)
Torneira	B. Museu	7	4	0,35	0,35	0,1
Torneira	B. Quirai	2400	240	0,35	0,35	0,72
Torneira	B. Quirai	240	240	3	0,03	0,76
Torneira	B. Quirai	460	240	0,35	0,03	1,36
Torneira	B. Unidade	150	23	0,35	0,03	0,4
Torneira	B. Unidade	23	23	0,35	0,03	0,96
Torneira	Pousada Moç.	2400	23	0,35	0,03	0,76
Torneira	À saída do tanque perto da ponte	23	23	0,35	0,03	0,6
Torneira	B. Areal	93	93	0,35	0,03	0,96
Torneira	B. Esteu	43	43	0,35	0,03	0,72
Fontenário	B. Quirai	23	23	—	—	—
Fontenário	B. Litine	23	23	—	—	—
Fontenário	B. Areal	240	240	—	—	—
Fontenário	B. Esteu	23	23	—	—	—
Fontenário	B. Macaripe	460	460	0,35	0,03	0,76
Poço Capt. Entete	—	—	—	0,35	0,03	0,68
Furo I	Entete	3	—	—	—	—
Futo II	Entete	3	—	—	—	—
Estação de Tratamento	Entete	—	—	0,35	0,03	0,56
Tanque	Perto da Ponte	43	43	0,35	0,03	0,68

A POPULAÇÃO

Com uma população estimada em 7045 (1983), esta distribuia-se pelos seus 8 bairros da seguinte forma:

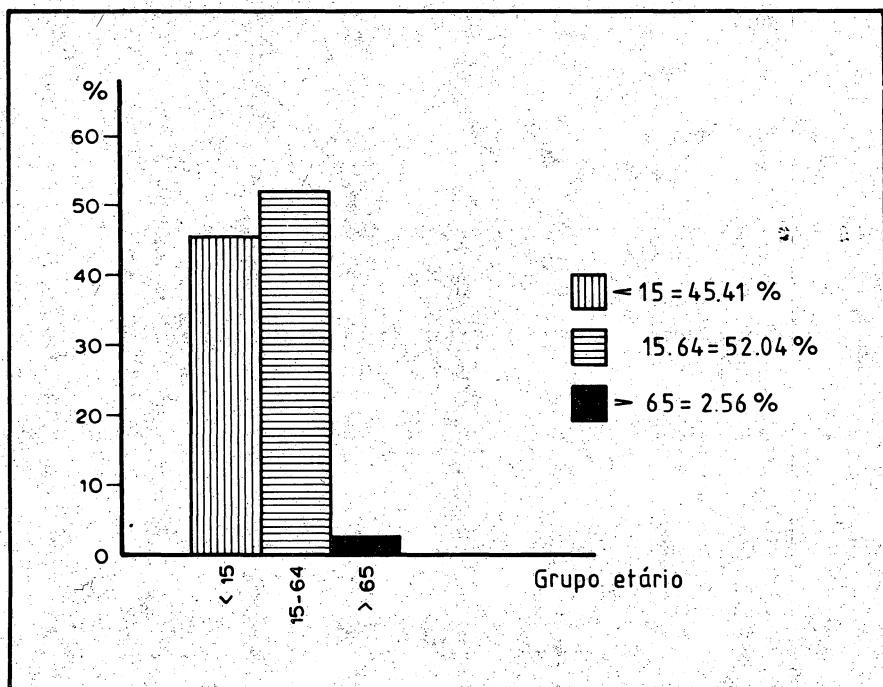
Bairro Unidade	781
Bairro Quirai	585
Bairro Areal	832
Bairro Marangonha	543
Bairro Esteu	895
Bairro Litine	1095
Bairro Macaripe	947
Bairro Museu	1367

Utilizando uma amostragem aleatória, estratificada por bairros, inquiriu-se 10,5% da população total, o que correspondeu a 742 habitantes (123 famílias). Pretendeu-se assim obter uma amostra com distribuição uniforme e significativa.

Possuindo uma distribuição etária relativa semelhante à do País, a Ilha tem uma população jovem (Figura 2). Com um in-

dice de masculinidade de 93,7%, uma taxa bruta de natalidade de 44,5%, uma taxa de mortalidade infantil de 121,21%, uma taxa de fecundidade geral de 188,57% (considerando o período produtivo entre 15 e 49 anos) e uma idade média da primeira gravidez de 17 anos com uma variação entre os 12 e 29 anos, a população da Ilha de Moçambique revela pois, social e biologicamente, um determinado sofrimento colectivo.

FIGURA 2: Estrutura percentual etária relativa à população da Ilha de Moçambique. (Amostra de 742 habitantes). Out. 1983.



Condicionada pela localização das fontes alimentares e pela sua organização socio-cultural, a comunidade da Ilha manifesta uma conduta peculiar. São as mulheres que se encarregam de produzir e transportar o que é consumido de proveniência agrícola e que é extraído exclusivamente no continente. Saindo para permanecer períodos variáveis, dependendo das épocas do ano, nos locais de produção (machambas) que distam tão perto como o Lumbo (3 km) ou tão longe como Nacala (170 km), as mulheres têm um grande peso neste fenômeno migratório (Figura 3). Quanto aos homens, têm as suas fontes de trabalho na Ilha e possuem uma maior variedade de profissões ou actividades (Tabela 3).

FIGURA 3: Lugares onde se situam as machambas dos habitantes da Ilha de Moçambique. Out. 1983.

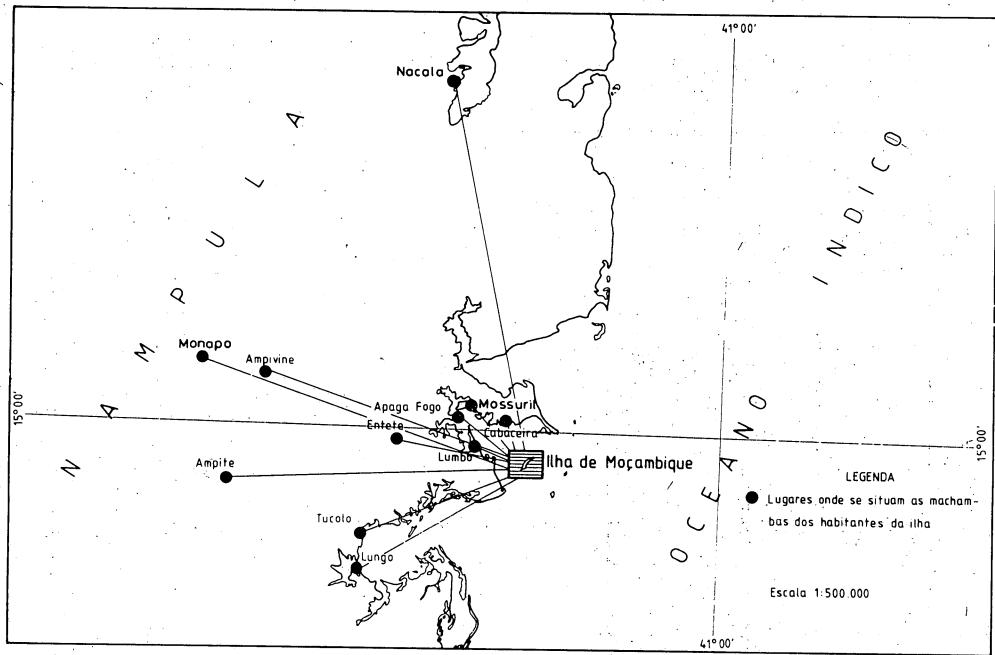


TABELA 3: Profissões masculinas. Ilha de Moçambique. Out. 1983.

PROFISSÕES	Nº	%
Operários	49	31,4
Pescadores	30	19,2
Administrativos	13	8,3
Camponeses	9	5,8
Professores	6	3,8
Militares e Polícias	6	3,8
Outros*	43	27,6
TOTAL	156	99,9

*Outros inclui serventes, cozinheiros, lavadeiros, copeiros, refejoeiros, comerciantes, marinheiros, actividades religiosas e regente agrícola.

Sendo a população economicamente activa de 52,02% (15-64 anos) e a razão de dependência de 92,23%, isto significa que, na Ilha, metade dos seus habitantes trabalham para se manterem a si próprios e aos 50% restantes.

Uma percentagem de 64,6% reside na Ilha há mais de 10 anos, sendo a população da Ponta da Ilha (zona Sul), em relação a do Bairro do Museu (zona Norte), a mais estavel, visto ser neste último bairro onde residem os trabalhadores públicos originares de outras províncias. Sendo a média de 6 o número de habitantes por casa, e tambem no Bairro do Museu onde se observam os valores mais baixos, se se tiver em conta os 14 habitantes por casa encontrados em diversos bairros da Ponta da Ilha. Estas duas zonas que têm características físicas diferentes, têm também marcadas diferenças culturais que se podem observar não só nas condutas diárias dos seus residentes como na identificação natural destes com o seu meio ambiente. De facto, se tivermos em consideração apenas dois exemplos, as línguas que falam e um hábito higiénico (a eliminação de dejectos humanos), comprovam-se estas diferenças tão marcadamente observaveis. Na Ponta da Ilha são praticamente três as línguas que se falam, sendo a predominante o Macua, com uma percentagem de 84,6%, seguida do Português com 52,2% e do Árabe com 21,8%. Este valor para os que falam Árabe pode ser um indicador importante, pois um grande número de habitantes, sendo de religião muçulmana, tem uma conduta própria, uma forma particular de enfrentar a vida. No Bairro do Museu, pelo contrário, a língua mais falada é o Português (91,3%), seguida do Macua com 70,4% e de 8,7% para outras línguas (Maconde, Suálli, Changane, Chope, Chona, Sena, Hindi, Bitonga, Chicheua, Lómue e Chuabo), com apenas 6,9% para o Árabe. Quanto ao processo de eliminação dos excretas, aliando um hábito existente a fraca disponibilidade de latrinas, 70 a 90% da população da Ponta da Ilha utiliza directamente as praias que circundam os seus bairros para aí fazerem as suas necessidades, ao contrário dos residentes do Bairro do Museu que, por disporem de instalações sanitárias em casa, praticamente não recorrem as praias.

Não obstante as diferenças internas existentes e o facto de depender tanto do continente, seja por aspectos alimentares, fontes de trabalho, saúde, combustível, uma identidade própria dos seus habitantes como ilhéus é uma realidade que facilmente transparece.

A situação epidemiológica da Ilha de Moçambique é determinada, tal como em todo o País, pelas condições ecológicas favoráveis que tornam dominantes as doenças transmissíveis. Des

te modo, os agentes causais da doença, no seu sentido mais lato (parasitas), bem como aqueles que de uma ou outra forma garantem a transmissão (vectores), não diferem do encontrado a escala nacional. A sua distribuição, magnitude e importância é que poderão ser particulares.

Da população inquirida estudaram-se 590 amostras de fezes e 613 de urinas. As análises coprológicas revelaram a presença dos helmintos, Ascaris lumbricoides, Trichiurus trichiura, Ancylostoma duodenale / Necator americanus, Strongyloides stercoralis e Schistosoma mansoni, numa prevalência total de 83,7%, enquanto que nas urinas se encontrou apenas uma prevalência total de 5,1% para Schistosoma Hematobium (Tabelas 4 e 5).

TABELA 4: Resumo dos resultados das análises de fezes e urinas feitas à população da Ilha de Moçambique. Out. 1983.

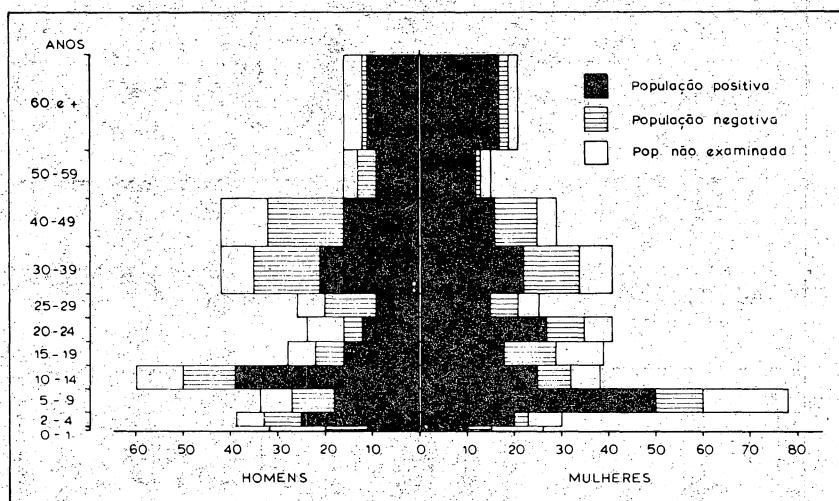
BAIRROS	POPULAÇÃO INQUIRIDA	Nº EXAMINADOS FEZES	Nº EXAMINADOS URINAS	PREVALÊNCIA FEZES	PREVALÊNCIA URINAS
				PARASITADAS	PARASITADAS
Quirai e Unidade	108	87	96	86,2	3,1
Areal	93	74	71	90,5	4,2
Marangonha	84	76	65	92,1	3,0
Esteu	96	49	79	83,7	5,0
Litine	151	127	129	94,5	3,9
Macaripe	95	86	84	88,4	4,8
Museu	115	91	89	49,4	11,2
TOTAIS	742	590	613	83,7	5,1

TABELA 5: Prevalência das parasitoses intestinais e bilharziase vesical numa amostra da população examinada da Ilha de Moçambique. Out. 1983.

BAIRROS	A.LUMBRI-COIDES	T.TRICHI-URA	ANCYLOSTOMA/NE-CATOR	S.MANSO-NI	S.ETERCO-RAIS	S.HAEMATO-BIUM
Quirai e Unidade	57,5	65,5	55,2	0,0	1,1	3,1
Areal	74,3	68,9	44,6	1,3	1,3	4,2
Marangonha	64,5	82,9	63,2	0,0	1,3	3,0
Esteu	53,0	73,7	32,6	0,0	2,0	5,0
Litine	69,3	85,8	64,5	0,7	2,3	3,9
Macaripe	65,1	81,4	54,6	3,5	2,3	4,8
Museu	34,0	36,2	18,7	1,1	0,0	11,2
TOTAIS	60,1	71,0	49,3	1,0	1,5	5,1

É interessante verificar que todos os bairros, à exceção do Museu, mostraram valores de parasitismo intestinal sempre superiores a 80%, contra os 49,4% observados neste último, acontecendo o contrário no que diz respeito ao Schistosoma hematobium onde a maior prevalência é precisamente encontrada aí. A contaminação massiva de todas as classes etárias e que abrange ambos os sexos, pelos principais helmintos (Trichuris, Ascaris, Ancylostoma), não se limitando às classes mais juvenis, corrobora por uma elevada contaminação do solo (Figuras 4, 5 e 6).

FIGURA 4: Pirâmide de prevalência por grupos etários e sexo das infecções por trichiurus trichiura numa amostra da população da Ilha de Moçambique. Out.1983.



No Bairro do Museu, onde as condições de habitação, abastecimento de água, evacuação de excretas e nível cultural são melhores, não só a prevalência das parasitoses é mais baixa, como afecta principalmente crianças e indivíduos jovens que, nesta qualidade, mantêm mais contacto com o solo. Esta grande contaminação do solo mantém o ciclo de transmissão e constitui um dos principais problemas de saúde pública que a população da Ilha enfrenta, pois repercute-se, para além de outras consequências, no estado nutricional e no grau de anemia da população, nomeadamente nas crianças e indivíduos jovens.

A inexistência de caracóis vectores de bilharziose na Ilha indica que esta é totalmente importada do continente. A maior prevalência de Schistosoma hematobium na população do Bairro do Museu tem assim razão de ser por constituir a Ilha, para grande parte desta população, a sua residência temporária.

FIGURA 5: Pirâmide de prevalência por grupos etários e sexo das infecções por Ascaris lumbricoides numa amostra da população da Ilha de Moçambique. Out. 1983.

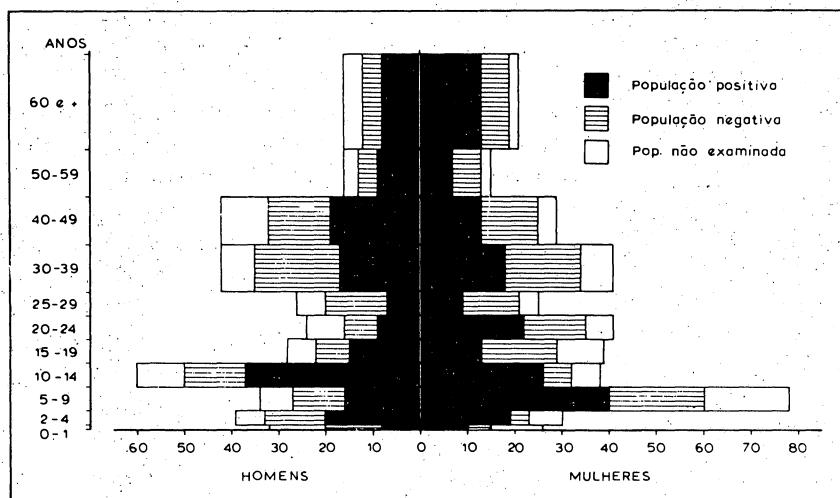
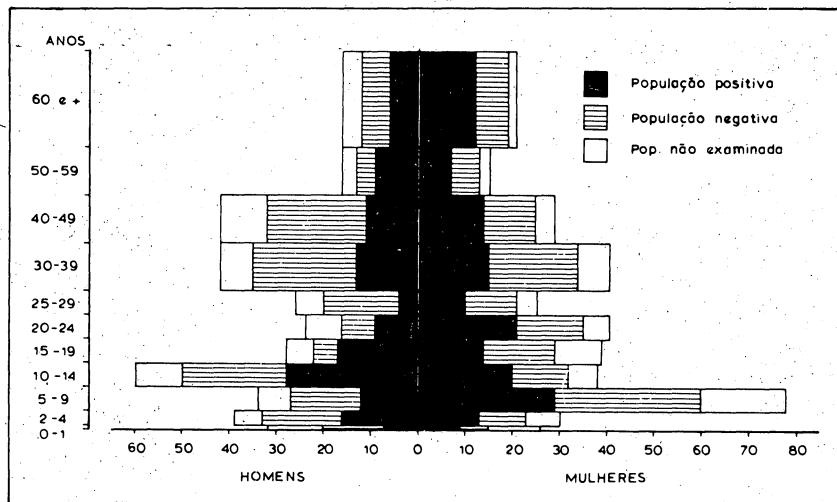


FIGURA 6: Pirâmide de prevalência por grupos etários e sexo das infecções por Ancylostoma / Necator numa amostra da população da Ilha de Moçambique. Out. 1983.



Das parasitoses sanguíneas, a malária é sem dúvida aquela que causa maior morbi-mortalidade em Moçambique, nomeadamente na população mais jovem. Para pesquisa deste parasita examinaram-se entre as 0 e 4 horas da manhã 672 indivíduos da

população inicialmente seleccionada de forma aleatória, para que se estudasse simultaneamente a ocorrência de filariases, nomeadamente a linfática. A esta amostra acrescentou-se a observação parasitológica de 767 colheitas diurnas de estudantes de 4 escolas, o que elevou para 1439 o total da população estudada para malária.

Pela análise dos dados verificou-se uma prevalência média para a malária de 5,4% sendo o agente causal quase exclusivamente o Plasmodium falciparum, observando-se apenas 1 caso de Plasmodium malariae e nenhum de Plasmodium ovale e Plasmodium vivax (Tabela 6). Esta baixa prevalência da malária encontra-se para a Ilha estava associada a uma também baixa intensidade parasitária pois 80,5% dos casos apresentaram valores inferiores a 1 parasita por campo. Dos casos observados somente 0,3% eram gametóforos. Estes valores determinam um baixo nível de propagação da doença.

TABELA 6: Distribuição da população examinada para malária segundo a origem, sexo, tipo de infecção e índice parasitário.
Ilha de Moçambique. Out. 1983.

ORIGEM	Nº EXAMINADOS			Nº POSITIVO			INFECÇÃO			ÍNDICE PARASITÁRIO						
	MAS.	FEM.	TOT.	MAS.	FEM.	TOT.	P.f.*	Nº	%	P.m.§	Nº	%	P.o."	N	%	TOL.
Bairros (amostra)	320	352	672	21	19	40	39	97.5		1	2.5	0	0	0	5.9	
Escolas	482	285	767	24	14	38	38	100		0	0	0	0	0	4.9	
TOTAL	802	637	1439	45	33	78	77	98.7	1	1.3	0	0	0	5.4		

*Plasmodium falciparum; §Plasmodium malariae; " Plasmodium ovale e vivax.

As condições bióticas e abióticas favoráveis à formação de um foco de malária na Ilha estão presentes. Contudo, nas pesquisas entomológicas levadas a cabo não se encontraram larvas nem vectores adultos de qualquer espécie de Anopheles (apesar do facto do estudo se ter efectuado no mês de Outubro (período de começo das chuvas e de fraca pluviosidade)). De facto, das várias centenas de criadouros identificados e dos quais se examinaram 94, somente foram encontradas larvas de Culex fatigans em quantidades elevadíssimas (Tabela 7). Para o estudo do vector adulto foram feitas em 149 casas capturas de mosquitos utilizando diversas técnicas, tendo-se apenas capturado Aedes aegypti e Culex fatigans (Tabela 8).

Tendo em conta os resultados entomológicos e parasitológicos obtidos pode-se deduzir que a malária na Ilha de Moçambique é provavelmente importada na sua quase totalidade.

TABELA 7: Espécie e quantidade de larvas de mosquitos colhidos em diversos criadouros, por bairros, na Ilha de Moçambique. Out. 1983.

DATA	BAIRROS	ESPÉCIE DE LARVAS CAPTURADAS						Nº CRIA DOUROS EXAMI- NADOS
		ANOPHELES GAMBIAE	ANOPHELES FUNESTUS	OUTROS ANOPHELES	CULEX FATIGANS	AEDES AEGYPTI		
8/10/83	Quirai	0	0	0	+1.000	0		17
8/10/83	Macaripe	0	0	0	+1.000	0		21
9/10/83	Esteu	0	0	0	+1.000	0		19
10/10/83	Litine	0	0	0	+1.000	0		22
11/10/83	Museu	0	0	0	+1.000	0		15
TOTAL		0	0	0	+1.000	0		94

TABELA 8: Espécie de mosquitos adultos capturados, por bairros e método de captura na Ilha de Moçambique. Out. 1983.

DATA	BAIRRO	MÉTODO CAPTURA	ESPÉCIES DE MOSQUITOS CAPTURADOS (FÊMEAS)						Nº CA- SAS ESTU- DA- DAS
			ANOPHELES GAMBIAE	ANOPHELES FUNESTUS	OUTROS ANOPHELES	CULEX FATIGANS	AEDES AEGYPTI		
6/10/83	Quirai e Unidade	Manual directa*	0	0	0	52	7	23	
6/10/83	Quirai e Unidade	Isca hu- mana§	0	0	0	0	0	—	
7/10/83	Macaripe	Manual directa*	0	0	0	13	2	30	
10/10/83	Litine	Manual directa*	0	0	0	25	2	20	
10/10/83	Litine	Isca hu- mana§	0	0	0	35	2	1	
11/10/83	Esteu	Manual directa*	0	0	0	69	7	23	
12/10/83	Quirai e Unidade	"Pire- tro"*	0	0	0	74	5	15	
12/10/83	Esteu	Isca hu- mana§	0	0	0	27	2	1	
13/10/83	Esteu	"Pire- tro"*	0	0	0	92	2	15	
15/10/83	Macaripe	"Pire- tro"*	0	0	0	13	0	10	
17/10/83	Litine	"Pire- tro"*	0	0	0	41	5	10	
19/10/83	Museu**	Manual directa*	0	0	0	148	1	1**	
TOTAL			0	0	0	589	35	149	

*Colheita diurna intradomiciliar; §Colheita noturna (um homem dentro outro fora da casa) efectuada das 17.30 as 6.00 horas; *Trabalho interrompido as 21 horas devido a ventos fortes; **Escola de Artes e Ofícios: colheita efectuada em 8 camaratas.

Das 672 lâminas de sangue observadas para pesquisa de microfilária, 10 foram positivas para Wuchereria bancrofti e 1 para Dipetalonema perstans sem se encontrar associação destas (Tabela 9). Tal como para a malária, a filariase parece ser também importada do continente.

TABELA 9: Prevalência de Wuchereria bancrofti, por grupo etário e sexo na Ilha de Moçambique. Out. 1983.

GRUPO ETÁRIO	MASCULINO			FEMININO			TOTAL		
	Nº EX.	Nº	%	Nº Ex.	Nº	%	Nº EX.	Nº	%
0 - 11 meses	17	1*	5.88	7	0	0	24	1	4.16
12 - 23 meses	14	0	0	13	0	0	27	0	0
2 - 4 anos	41	0	0	27	0	0	68	0	0
5 - 9 anos	31	1	3.22	73	1	1.36	104	2	1.92
10 - 14 anos	55	1	1.81	39	0	0	94	1	1.06
15 + anos	162	3	1.85	193	3	1.55	355	6	1.69
TOTAL	320	6	1.87	352	4	1.13	672	10	1.48

*Criança com 10 meses de idade.

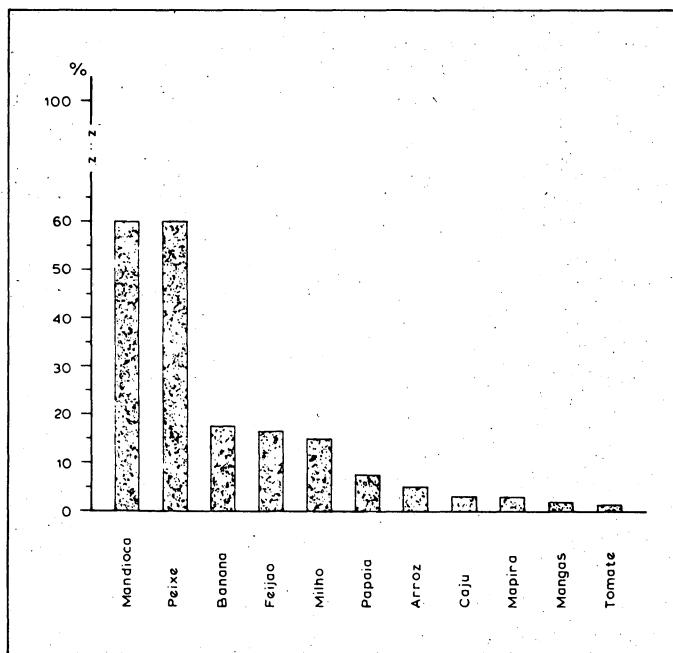
A anemia e a desnutrição são as doenças mais frequentes nos antigos países colonizados. A contribuição destas doenças na mortalidade infantil e materna é considerável, não só directamente como em acção sinérgica com as doenças que constituem as principais causas de morte na população em geral e infantil.

Utilizando-se a técnica do inquérito e a determinação de diversas variáveis para o estudo da desnutrição (peso, altura, idade, perímetro do braço) assim como meios laboratoriais para estudo da anemia (determinação da hemoglobina e hematórito) observaram-se especificamente 124 crianças dos 0 - 29 meses tomadas da amostra geral da população seleccionada para o estudo geral da Ilha. A esta amostra juntaram-se 145 crianças escolares e 48 mães lactantes que eram seguidas pelo Serviço de Saúde Materno-Infantil.

No que respeita à nutrição, estudos efectuados mostraram que o alimento predominantemente consumido pela população da Ilha era a mandioca e o peixe, seguido em percentagens mais baixas pela banana, feijão, milho e papaia (Figura 7). Das mães lactantes e para uma pergunta "que comeu ontem e anteontem?", obtiveram-se 39 respostas. O consumo principal foi mandioca (100%), seguido de peixe (87%), pão (41%), arroz (39%), mariscos (35%), banana (13%), e apenas 8% referiram ter consumido galinha e só 3% feijão. No que diz respeito ao grupo etário 0 - 11 meses e pré-escolares, 12 - 59 meses, haviam consumido

"ontem" peixe (66%), mandioca (54%), arroz (46%), pão (42%), farinha de milho (30%), mariscos (18%), banana (13%) e leite materno (13%), sendo por exemplo o consumo de galinha de 20% para o Bairro do Museu contra apenas 5% para o resto da Ilha.

FIGURA 7: Alimentos consumidos pela população da Ilha de Moçambique em ordem de importância. Out. 1983.



Utilizando três tipos de classificação para a desnutrição e cuja média permitiu determinar o indicador comparativo da Organização Mundial da Saúde (OMS), verificou-se que 39,3% das crianças da Ilha estavam desnutridas (Tabela 10), sendo os grupos de idade mais afectados o 59 e o 29 anos de vida. Quando aplicada a classificação combinada de Waterlow observou-se que ela é mais aguda que crónica. As crianças do sexo masculino apresentaram maior percentagem de desnutrição do que as do sexo feminino (60,7% contra 54,3%).

TABELA 10: Resultados totais de desnutrição na Ilha de Moçambique. Out. 1983.

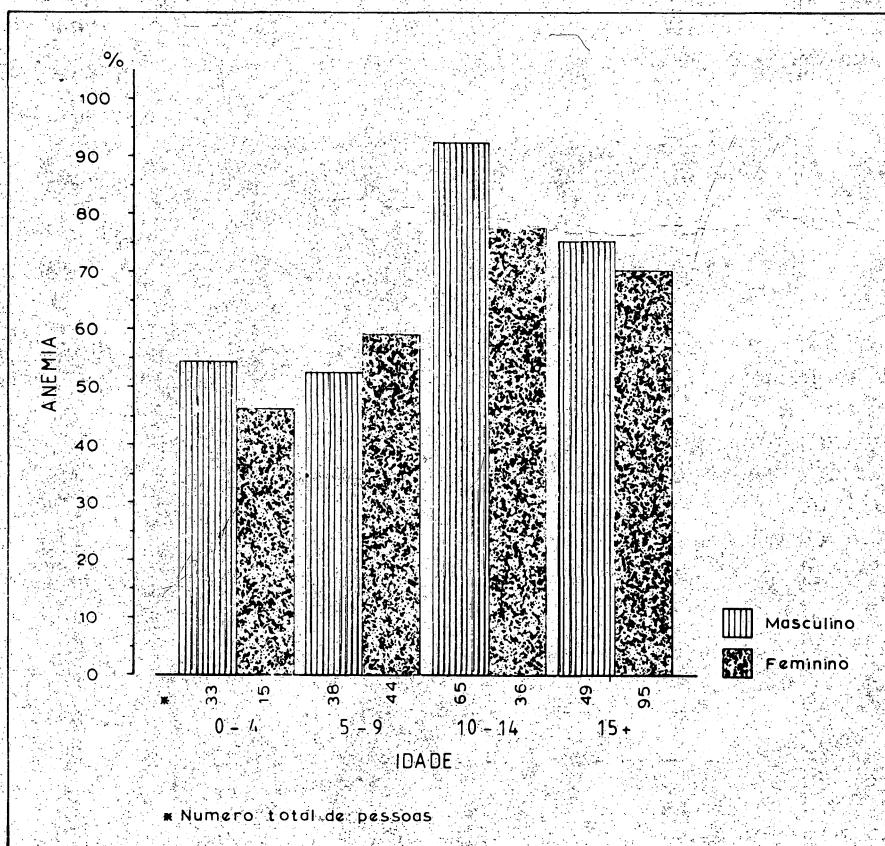
GRUPO ETÁRIO	TIPO DE DESNUTRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	ILHA
12 - 59 meses	Recente	Perímetro do braço	18,5%
0 - 59 meses	Global	Peso/Idade (Gómez)	56,1%
0 - 59 meses	Aguda e Crónica	P/A; A/I (Waterlow)	43,2%
Média dos 3 (OMS)			39,3%

No que diz respeito à anemia (classificada como hipocrómica) a sua prevalência é próxima ou superior a 50%, sendo o sexo masculino o mais afectado (Tabela 11). O grupo etário mais atingido é o de 10 - 14 anos em ambos os sexos, podendo ser as parasitoses intestinais hematófagas uma das prováveis razões visto ser este grupo, habitualmente, o mais activo (Figura 8).

TABELA 11: Prevalência total de anemia por sexo nas amostras da Ilha de Moçambique: Out. 1983.

ANEMIA	ILHA	
	MASCULINO	FEMININO
Hematórito	73,5%	67,3%
Hemoglobina	56,3%	47,4%

FIGURA 8: Percentagem de anemia determinada por hematórito, por sexo e idade, na Ilha de Moçambique. Out. 1983.



A população da Ilha, aqui rapidamente "fotografada" em alguns dos seus aspectos, mostra certas pequenas facetas das muitas que são a expressão da adaptação do homem aos vários bio-sistemas que o envolvem. Conhecer as variáveis do meio ambiente que determinam efeitos não desejáveis e sobre elas actuar com inteligência e respeito pelas leis da natureza é tarefa difícil mas absolutamente necessária para a manutenção de um equilíbrio estável a favor do próprio Homem.

Ao Norte deste grande País que é Moçambique, nas águas do Índico, uma pequeníssima terra, património que é nacional e internacional, aguarda do seu labor os resultados de uma vida mais consequente, mais sã e por isso mais feliz.

Ilha de Moçambique! Hoje ainda Ilha de Moçambique. Mas, uma Ilha carente que suporta uma implantada cidade carente, habitada por uma população não menos carente. Esperança até ao nervo vivida, ela, toda História, aguarda globalmente uma proteção global. Proteger a população permitindo que esta proteja a Ilha, a cidade e ela própria, é tarefa de todos e de agora. Então, nesse diminuto e pequeno torrão, a vida tomará outra dimensão quando os sorrisos das crianças encontrarem eco na memória das pedras.

Foto de Jorge Almeida



REVIVER A ILHA, NA MAFALALA

Manuel Jorge Correia de Lemos

INTRODUÇÃO

Pouco se sabe ainda acerca dos fluxos migratórios que do Norte de Moçambique, em particular da sua zona costeira, tiveram por destino a então cidade de Lourenço Marques, a partir dos finais do século passado e princípios deste, motivados, entre outros factores, pela ocupação do Sul e a consequente transferência do centro político, administrativo e económico da Ilha para a actual capital do País, Maputo.

Este pouco conhecimento deve-se, fundamentalmente, ao facto de ainda não ter sido feita qualquer investigação sistemática sobre o assunto.

Desejando contribuir para o seu esclarecimento e divulgação, propomo-nos, neste artigo, tecer algumas breves considerações sobre a fixação e vida, na área suburbana da Munhuana, de uma pequena comunidade oriunda, predominantemente, da Ilha de Moçambique e regiões circunvizinhas, embrião do que viria a ser o célebre bairro da Mafalala.

1. GENTE DA ILHA EM LOURENÇO MARQUES

Apesar de desde muito cedo (cerca de meados do século XVI) se terem estabelecido contactos, primeiro esporádicos e depois mais regulares, entre a Ilha de Moçambique, principal centro político-administrativo e económico da costa oriental africana de influência portuguesa, e a Baía de Lourenço Marques (agora Maputo), tendo como objectivo as transacções comerciais, sobretudo de tecidos e missangas pelo marfim que abundava na zona, só nos finais do século XVIII os portugueses nela se fixaram definitivamente¹.

O processo de ocupação, que a partir dessa altura se iniciou, envolveu também, por força das circunstâncias e, por vezes, voluntariamente, gente moçambicana originária da Ilha e de todo o litoral que lhe era próximo, incluindo mesmo os vulgarmente designados mujojos, oriundos das Comores, de Zanzibar e de outras ilhas do Índico². Entre eles contavam-se soldados, marinheiros, artesãos, cozinheiros, mainatos, alfaia-

tes e escravos, que até cerca de 1875 viviam na povoação, junto de quem serviam ou em palhotas próprias³.

Em 1876, ano em que Lourenço Marques passou a vila, foi instituída, pelo então Governador Augusto de Castilho, uma disposição legal que proibia a construção de palhotas ou a utilização de coberturas de capim ou caniço nas casas situadas dentro do perímetro urbano, "na sequência de um incêndio que, em 1875, consumiu quase metade da povoação habitada"⁴. Mesmo não havendo informações acerca do local de residência dessas pessoas provenientes do Norte a partir dessa altura, pode-se deduzir que a maior parte delas deverá ter sido obrigada a transferir-se para os arredores, onde já vivia a população local.

Aliás, um autor contemporâneo, Wilhelm Joest, que visitou a povoação no início de 1884, refere que não se toleravam pretos durante a noite, com exceção de alguns empregados domésticos, e que eles viviam fora, nas encostas do alto, sendo o seu número difícil de determinar, mas podendo elevar-se a alguns milhares⁵.

Tratava-se das encostas da Maxaquene e de Mahé, sobranceiras à povoação, locais onde se faziam machambas⁶ e que eram habitados por muito poucos europeus ou asiáticos, por se considerarem perigosos devido às investidas dos guerreiros das chefaturas locais⁷.

A construção do quartel da polícia, nas terras altas de Mahé, entre 1887 e 1893, foi uma das medidas tomadas visando proteger Lourenço Marques dessas ameaças, que só viriam, contudo, a terminar em 1895, com a derrota dos chefes rongas Nuanthibjane, da Zixaxa, e Mahazul, da Magaia⁸.

Nesse mesmo ano, com a ocupação militar efectiva de toda a zona periférica⁹ e a inauguração da linha férrea que ligava o território vizinho da África do Sul ao mar, deram-se os passos decisivos para que Lourenço Marques (elevada a cidade em 1887), em pouco tempo se transformasse no mais importante centro político, administrativo e económico da então colónia, em detrimento da vetusta Ilha de Moçambique; na sequência disso, em 1898 o Governador-Geral Dr. Baltazar Freire Cabral mandou transferir a capital para aqui¹⁰, acto que viria a ser consagrado com a reorganização administrativa de 1907¹¹.

2. SUA FIXAÇÃO NO SUBÚRBIO DA MUNHUANA

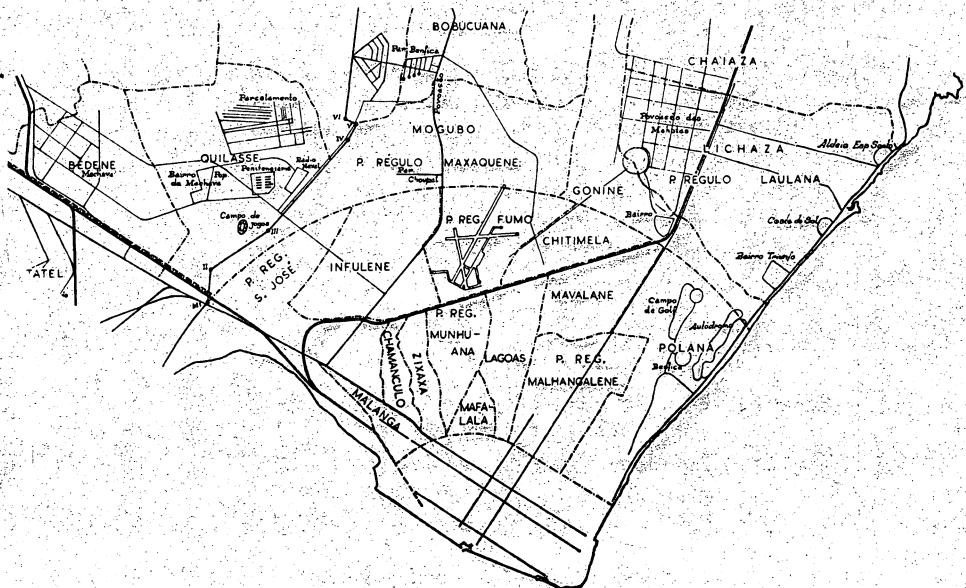
Subjugada a região, gradualmente a cidade foi-se estendendo pela colina, por um lado em direcção ao alto da Maxaquene e à Ponta Vermelha, também chamada Ponta alta de Mafumo¹² (Mpumo) e, por outro, ao Alto Mahé.

Com essa expansão urbana, as zonas residenciais da população indígena foram fixadas um pouco mais longe, em pleno mato, designadamente na Munhuana (assim apelidada pelos rongas devido à lagoa de água salobra que ali existia¹³), no Chamanculo¹⁴, em Lhanguene¹⁵ e outros lugares adjacentes.

Ha notícias de que por volta de 1901, cidadãos de origem goesa foram instalar-se na Munhuana, onde construiram as suas casas de madeira e zinco e criaram, depois de autorizados, a freguesia de Santa Ana¹⁶. Foi nesse local que um próspero negociante originario de Sofala, Gabriel Francisco Rego da Silva, residente em Lourenço Marques desde 1882, decidiu, a expensas suas, edificar uma igreja, com uma escola e enfermaria anexas. A ideia foi bem acolhida pelas autoridades coloniais e a 18 de Agosto de 1907 realizou-se a cerimónia de lançamento da sua primeira pedra, presidida pelo Príncipe herdeiro de Portugal, D. Luís Filipe, então de visita a Moçambique¹⁷.

Contudo, por se ter arruinado o seu financiador, a construção da igreja viria a arrastar-se por muito tempo, tendo terminado apenas em 1911, com fundos colectados pelo padre João José Alves de Moura e a modesta contribuição dos moradores da zona¹⁸.

Este lugar da Munhuana viria a ficar integrado na área urbanizada, cujo limite era a denominada Estrada da Circunvalação (mais tarde Avenida Caldas Xavier), em forma de semi-círculo, que envolvia a cidade, partindo da Malhangalene e termi-



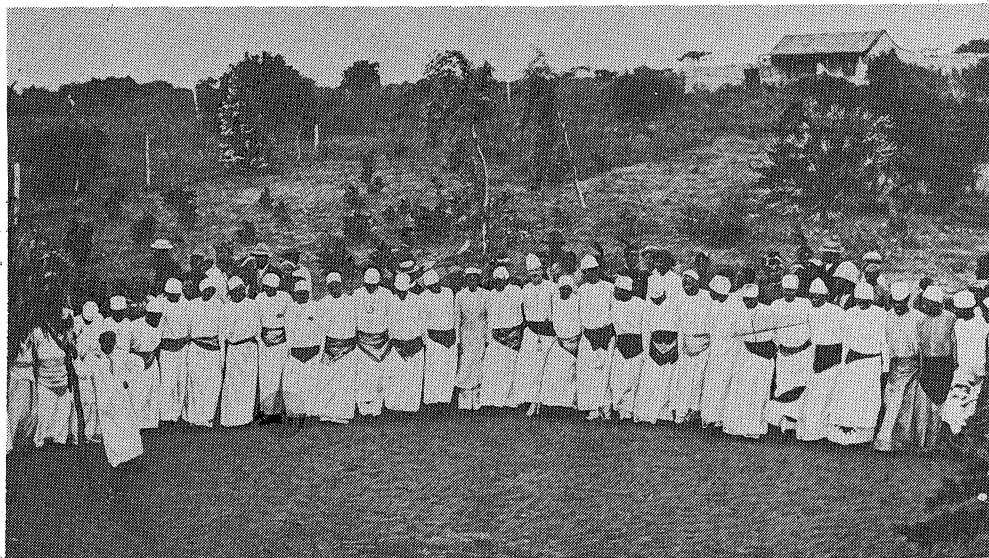
Divisão Administrativa da Cidade de Maputo

nando no Alto Mahé¹⁹. A parte da Munhuana que ficou para lá des-
sa fronteira era uma zona mais baixa, que se tornava parcial-
mente alagadiça na época das chuvas; foi nela que se fixou,
possivelmente entre os finais do século passado e o início des-
te, junto à população local, a pequena comunidade proveniente
da Ilha e regiões vizinhas, incluindo os mujojos, e os seus des-
cendentes, dando origem à Mafalala.

3. A ILHA REVIVIDA NA MAFALALA

Longe da sua terra natal, essa comunidade, islamizada, pro-
curou (e conseguiu) preservar a sua cultura e religião, mesmo
quando teve de se miscigenar, através do casamento, com a po-
pulação nativa ou emigrada de outras regiões do País, sobretu-
do de Gaza e Inhambane, que entretanto para ali também afluiu.
Aliás, terá sido de uma dança tradicional macua que surgiu o
nome Mafalala para a área, facto que pode ser confirmado num
álbum publicado em 1901 por Lazarus, que contém a fotografia
de um grupo de dançarinos trajando vestes características mu-
çulmanas (laia, uma espécie de opa, mas com mangas, e cofió,
na cabeça), com a seguinte legenda: "The 'Mafalala' Mozambique
Kafirs Dance"²⁰.

Para a sua prática religiosa, os macuas construíram na zo-
na as mesquitas Cadria (do nome de um discípulo do profeta Mao-
mé, Cadre -- que significa caminho para o Poderoso) e Chadu-



"The 'Mafalala' Kafirs Dance"
(J. & M. Lazarus, A 'Suvénir of Lourenço Marques,
L.M., 1901)

lia (do nome de outro discípulo do profeta, Ahmad Chadulia); por sua vez, os mujojos fundaram as mesquitas Baraza (que quer dizer local de convívio) e Camaria (pedra), vulgarmente designada Itifaque (acordo).

Segundo informações de velhos residentes na Mafalala, foram os mujojos quem criou naquela zona o tão falado clube "Comoreano", onde se realizavam sessões nocturnas de dança, que marcou uma época e cuja fama se espalhou por todo o imenso subúrbio, chegando a atingir a cidade de cimento²¹.

Em datas festivas, era frequente celebrarem-se na Mafalala algumas cerimónias como o Maulide Rifai, que não se limitava à simples recitação do brazandji²² (nesse caso chamava-se apenas Maulide), pois incluía ritos culturais que culminavam com os dançarinos, preventivamente preparados com uma poção anestesiante (chamada "muride"), a espetarem no seu próprio corpo afiados estiletes. Essa cerimónia é-nos descrita de forma sublime numa reportagem não assinada (cujo autor é José Craveirinha), vinda a lume no semanário "O Brado Africano", em 26 de Fevereiro de 1955, intitulada "Maulide Rifai na Mafalala"²³:

"Para lá da cidade engalanada de luzes, atravessada a fronteira da Avenida das Caldas Xavier, o mundo começa a transformar-se. Um mundo em que os sons são os pontos de referência, em que as sombras das árvores tornam os homens pequenos na sua insolência atrevida de conquistadores de emoções. A areia solta range sob os pés, estes ganham a intuição sobrenatural dos cegos e guiam pelos caminhos piados de morcegos, grilos trilando, asas aninhas ruflando.

A noite da Mafalala enche-se de sons para guiar os homens. As estrelas, parecem outras mais brilhantes, quase humanamente comunicativas apesar da lonjura espacial. Seguimos condensados na noite morna, nossos pes afeitos aos brilhos e labirintos dos quintais de caniço. A voz do Maulide chama-nos. Estacas, barrotos, sacas e encerados e os homens lá dentro acocorados em largas esteiras. Num dos lados um lençol amarelo como pano de fundo. Um amarelo carregado de açafrão. Velhos patriarcas lem o livro sagrado e entoam monotonas cantilena. As pernas flectidas, os olhos baixos, o tronco balanceando ao ritmo dos cânticos.

O tempo passa, a luz dos Petromax aquece mais a atmosfera e acende brilhos fantásticos nos óculos dos velhos macuas. Na demora, há paciência e fatalismo orientais.

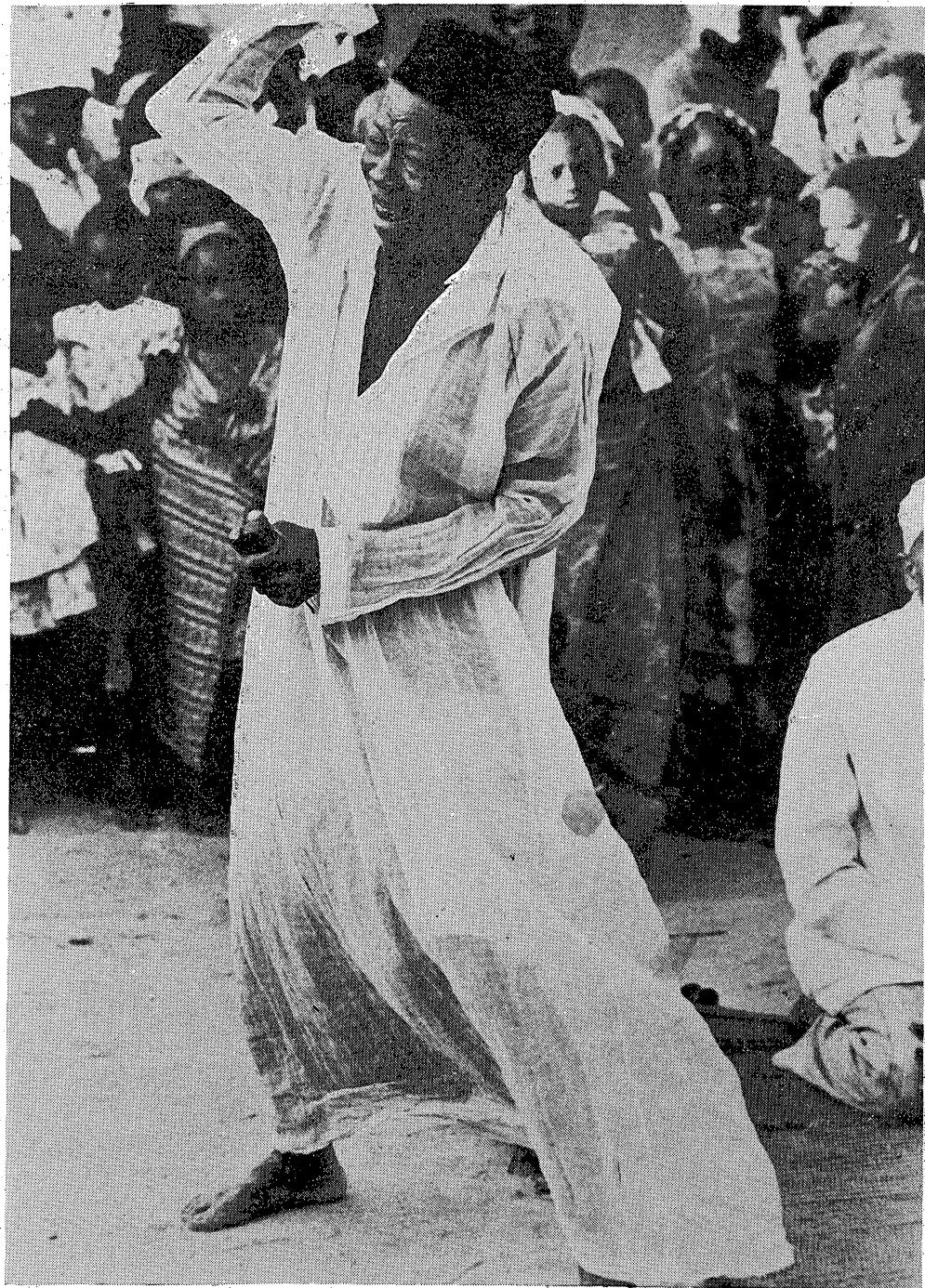
Por fim as vozes calam-se, o silêncio torna-se espesso como um pedaço de teca. Aqui e ali homens levantam-se silenciosamente e voltam com dairas²⁴ e entregam pelo círculo fechado de homens sentados nas esteiras.

Descobrem-se objectos estranhos nas mãos do velho macua magro, de máscara expressivamente sulcada de rugas. O fumo do lobane²⁵ cerca as coisas e mistura-se com o hálito dos cajueiros.

De repente, um fremito nos atravessa e arrepia a pele. Começou a parte principal do ceremonial. O conjunto de daira soa nas mãos sensíveis dos macuas. Abud, o gordo Abud, está sentado e toca a daira também. Os tambores unem-se pelo ritmo. A cadência começa a subir, a subir, a subir e agora está forte, misteriosa. As vozes sobem no ar morno, rompem barreiras de sacas e lonas e espalham-se noite fora.

— Maulana! Maulana!²⁶

Dois homens erguem-se de cânticos na boca e pegam os bruges²⁷ um em cada mão. As finas láminas de aço chispam a luz crua do Petromax. E a cerimó-



Maulide Rifai
(Amélia Muge & Moira Forjaz, Maputi, Ilha de Moçambique,
INCM, Lisboa, 1983)

nia ritual começa com o ponto alto atingido pelos tamboretes e as vozes cantando o salmo.

Os dois homens de bruges nas mãos dançam e erguem os braços enquanto o corpo se separa e imaterializa. O transe afoga os homens no seu abraço bárbaro e leva-os para o ignoto.

As mãos erguidas ao alto, baixam-se e as pontas áceradas dos bruges picam a carne. Sobem e descem, sobem e descem, Abud toca a daira; seu corpo grande inclina-se à frente e atrás, suas mãos parecem grandes borboletas negras voando no ar batendo no pandeiro. Mais de vinte pandeiros erguem na noite milenária o seu som de pele esticada e amarrada na daira.

Outros homens saltam para o meio empunhando os finos bruges e erguem as mãos ao alto, curvam o tronco e no compasso dos tamboretes enterram as lâminas na carne insensível.

A loucura é colectiva. Um sopro irreal funde os homens e as coisas. Há transe, fumo de incenso, primitivismo e ritmo. Fora, as estrelas cintilam como pirilampos longínquos parados no céu.

Depois há homens que a loucura arrebatá e outros atentos que saltam e arrancam os afiados bruges das mãos enclavinhadas pelo transe. Estão possessos e caem no chão estrebuchando. Dentro de nós como simples coisas, munidos de cultura esfarelam-se.

Outro atravessa o estilete na face e fica assim o corpo no ritmo, os olhos semi-fechados até que se inclina e o velho padre suavemente toma-lhe a cabeça e com firmeza arranca o bruge da carne. O fumo envolve a cabeça do possuído de transe. São altas horas e o Maulide não para.

— Maulana! Maulana!

Para descansar, os crentes erguem os gritos de — Ali Maulana! Ali Maulana! E o tam-tam! estaca para recomeçar logo depois.

Pedem a Ali Maulana que os deixe um momento porque depois as mulheres não — de saltar a corda ao som dos tambores no dia seguinte²⁸.

Sulemangy, seu corpo atlético iluminado pelo Petromax parece um símbolo vivo da velha raça macua, altaiva e forte.

Retiramo-nos, o sangue ainda perturbado pelo estranho chamamento da daira na noite morna de África, os olhos cheios das imagens do fantástico e irreal. A parte civilizada procura explicações racionais. Recordamos Carrel etc., mas o som da daira persegue-nos insistentemente, abraça-nos, aperta-nos noite alta, até de manhã".

A terminar, é curioso referir que a área da Mafalala, pertencente ao posto administrativo (freguesia, a partir de 11 de Março de 1969) da Munhuana, teve como autoridade tradicional (chefe de grupo de povoações) um macua²⁹, caso que se pode considerar invulgar, pois normalmente eram postos como auxiliares da administração civil, à frente de povoações, grupos de povoações e regedorias, elementos da etnia local³⁰.

NOTAS

¹Manuel Jorge Correia de Lemos, "Maputo, deste lado da Baía", in Arquivo, nº 2, Outubro de 1987, pp.6-7.

²Jose Capela, "O Tráfico da Escravatura nas Costas de Moçambique, em 1902", in Arquivo, nº 3, Abril de 1988, pp.5 e 10 (nota 3), diz-nos que mujojos era a "designação por que eram conhecidos, no norte de Moçambique, os maometanos traficantes de escravos". Ver nota 21.

³Gerhard Liesegang, "Lourenço Marques antes de 1895", in Arquivo, nº 2, Outubro de 1987, pp.41-43.

⁴Idem, p.40.

⁵Idem, p.59 (nota 14).

⁶Idem, p.40.

⁷Até 1876, o único cidadão português que residia, com a sua esposa (inglesa), fora da linha de defesa da povoação era Manuel Fernandes da Piedade, que construiria, por volta de 1866, a sua casa na encosta da Maxaquine, no sítio onde hoje se encontra o Comando da Polícia. Ver Alfredo Pereira de Lima, "Edifícios Históricos de Lourenço Marques", L.M.: 1966, pp.87 e 91.

⁸Manuel Jorge Correia de Lemos, op.cit., pp.10-11.

⁹Desde 1887, os portugueses mantinham um posto militar em Angoane, na Mahoma, a cerca de 10km de Lourenço Marques, nas chamadas Terras da Coroa, sujeitas ao pagamento do imposto de palhota, em resultado da sua política de alianças com alguns chefes locais e não de um domínio real. Ver G. Liesegang, op.cit., pp.34-38.

¹⁰Através de uma circular datada de 22 de Novembro, que determinava que a partir de 1 de Dezembro daquele ano, até novo aviso, a sede do Governo e a Secretaria-Geral passavam a ser em Lourenço Marques. Ver Pereira de Lima, "Os Fundamentos da Transferência da Capital para Lourenço Marques", in Boletim Municipal, nº 1, 10 de Novembro de 1967, p.27.

¹¹"Reorganização Administrativa da Província de Moçambique", decretada em 23 de Maio de 1907, Boletim Oficial nº 26, de 1 de Julho de 1907, p.6.

¹²A Ponta Vermelha foi integrada na cidade e entregue à Câmara Municipal em 27 de Agosto de 1896, por decreto provincial do então Comissário Regional António Enes, que ali se estabelecera nos inícios do ano anterior, para dirigir as campanhas de ocupação militar do Sul de Moçambique; nessa zona passariam a residir, a partir de então, os governadores-gerais. Ver A.P. de Lima, "Edifícios Históricos...", pp.9-11.

¹³Idem, p.103. Segundo Th. Boteler, "Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia... performed from 1821 to 1826", vol.1, p.35 (citado por G.Liesegang, op.cit., p.60, nota 18), em 1822-23 havia na região uma lagoa designada Munhuana, onde existiam hipopótamos. Munyu (munhu) significa sal em ronga.

¹⁴Os missionários suíços, estabelecidos em Lourenço Marques desde 1887, na zona de Khovo (no actual Bairro Central), haviam construído, algum tempo depois, outras instalações no Chamanculo, onde residia o pastor negro Calvin Maphophe; essas instalações foram, por sua vez, assaltadas pelas hostes de Nuamantibjane, em 1894, ao desencadear-se a revolta de Lourenço Marques. Ver A.P. de Lima, "Edifícios Históricos...", pp.117-118. Ver também G.Liesegang, op.cit., p.23.

¹⁵Em 1892 já havia sido criada em Lhanguene, a mais de 3km da cidade, a Missão católica de S.Jose. Porém, dois anos depois, por ocasião da referida revolta de Lourenço Marques, protagonizada por Nuamantibjane e Mahazul, ela foi atacada por guerreiros deste último, quando marchavam em direção à cidade. Ver A.P. de Lima, op.cit. na nota anterior, pp.111-113.

¹⁶A.P. de Lima, "Edifícios Históricos...", p.103-4.

¹⁷Idem, p.105. Ver também "Annuario de Moçambique" (Sousa Ribeiro), LM:1908, p.323.

18 Idem, pp.106-7. Ver também "Anuário Católico do Ultramar Português (1960)", Lisboa: 1962, p.166.

19 Ver Plantas da cidade de Lourenço Marques de 1910 e 1929, in Arquivo, nº2, Outubro de 1987, pp.172-173.

20 "A Souvenir of Lourenço Marques: An Album of views of the town published by J. & M. Lazarus", Lourenço Marques: 1901, p.41. Ver G. Liesegang, op.cit., p.60 (nota 18).

21 Ver António Cabral, "Pequeno Dicionário de Moçambique", Lourenço Marques: 1972, p.65, que define o termo madjojes, citando José Craveirinha: "Porque quem verdadeiramente explorava na sombra tais casas de diversão nocturna eram os madjojes como eram chamados os naturais das Ilhas Comores aqui radicados e de religião maometanizada, embora alguns fossem de Zanzibar, por exemplo". Ver nota 2.

22 Livro que narra a história e a vida do profeta Maomé.

23 Na altura, José Craveirinha era redactor-chefe de "O Brado Africano". Foi ele quem nos informou ser da sua autoria a referida reportagem.

24 Uma espécie de pandeiro usado na cerimónia.

25 Incenso.

26 Dignitário muçulmano, que normalmente possui um curso superior de teologia; contudo, esse título poderá ser conferido a um velho e experiente che.

27 Estiletes.

28 No dia seguinte ao Mualide Rifai, dançava-se o "Tufo" ou o "Msope", que é uma variante do primeiro, em que as mulheres saltam à corda.

29 Em 1963 era chefe de grupo de povoações na Mafalala, de acordo com o "Inquérito Habitacional realizado no Bairro da Munhuana", pelo Instituto de Educação e Serviço Social (L.M.): 1963, p.4, Inualgi Abdala. Cremos ter ha visto qualquer erro (de dactilografia?) ao escrever-se o seu primeiro nome, pois conhecíamo-lo por Suleimangy (seria o indivíduo mencionado na reportagem?); por corruptela, chamavam-lhe Sumaligi. Ele foi a autoridade tradicional da Mafalala ate 1974.

30 Nas circunscrições e na parte não urbana dos concelhos, a população "indígena" era agrupada em regedorias (os chamados regulados, em Moçambique), que se dividiam em grupos de povoações e em povoações. Ver "Reforma Administrativa Ultramarina", aprovada pelo Decreto-Lei nº 23.229, de 15 de Novembro de 1933, Parte I, Capítulo II, Secção XII, Subsecção II. A Mafalala integrava a regedoria da Malhangalene, que, por sua vez, fazia parte do Posto Administrativo da Munhuana. Ver Divisão Administrativa da Província de Moçambique, L.M.: 1965 (6^a ed.) e 1969 (7^a ed.).

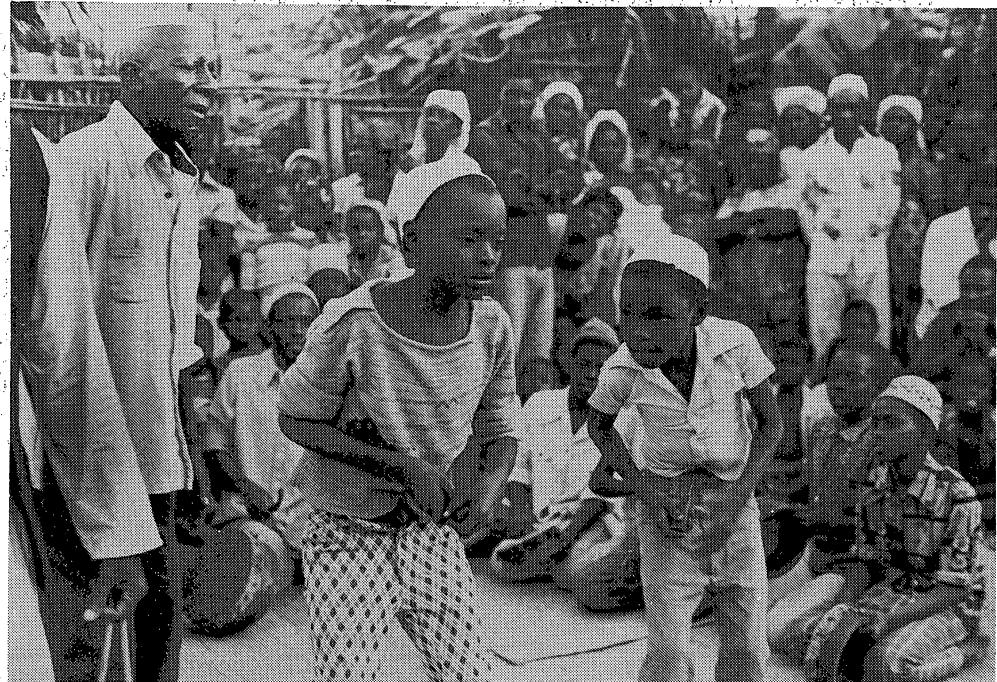
of books, documents, etc., to the Library Board, and the Board is responsible for returning the same to the Library Board on demand, unless otherwise agreed.

concernant l'aggravation, "l'aggravation est nécessaire pour que l'agent obtienne toute son avantage" et qu'il faut "qu'il obtienne tout ce qu'il peut", mais que "l'aggravation n'est pas nécessaire pour que l'agent obtienne tout ce qu'il peut".

Antibodies to HIV are detected in over 90% of patients with AIDS.

Foto de Joao Cardoso

19. *Leucostethus williamsi* (Baird and Girard) (Fig. 19)



que a sua corrente se estendeu em direcção ao continente africano. A constituição das Irmandades islâmicas em Moçambique deve-se a aquisição de um comunitário, que filiou-se provavelmente em Portugal, e que

NOTAS PARA A HISTÓRIA DAS CONFRARIAS

ISLÂMICAS NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Resumidas sob o signo evoluto da sua actividade religiosa e social, estas Irmandades islâmicas são de

Alvaro Pinto de Carvalho*

As Irmandades islâmicas, chamadas no mundo arabo-islâmico sunita Tuaricas (Toariks) e na Ilha de Moçambique Tiquires, são associações religiosas de muçulmanos, com um ceremonial e simbólicos próprios.

Os membros da Irmandade encontram nelas uma atmosfera de grande fervor e religiosidade. Através das suas cerimónias, das suas regras e das Ziaras (oferendas), pretendem cumprir rigidamente os preceitos e os ensinamentos do Profeta e seus principais seguidores, entre os quais o santo fundador da Confraria.

As Confrarias expandiram-se rapidamente por todo o mundo muçulmano, fundando delegações que muito cedo se separaram das casas-mãe; continuavam, no entanto, a invocar o Manákibo (Manual de Disciplina da "Ordem"***) e a Mufahari l'Alia (biografia do santo fundador).

Com o comércio e fixação dos árabes islamizados na costa oriental africana, também as Confrarias se foram por aqui formando. Os principais centros de irradiação das Irmandades na África foram Zanzíbar e as Comores. Foi destas casas regionais que nasceram as Confrarias em Moçambique.

Cada Confraria está hierarquizada na Ilha segundo uma estrutura piramidal, no vértice da qual se situa o chefe religioso fundador ou o seu sucessor, a quem compete ler, traduzir e explicar o Corão, os Hadits e os Quitabos, apreciar, aconselhar e resolver os vários casos que lhe sejam apresentados, orientar e indicar o que julgue conveniente para bem da Irmandade, e conceder alvara de função — os Idjazas — para os vários cargos dentro da Confraria. Este chefe dos crentes é o Xéhé.

Os colaboradores directos do Xéhé são os Halifas. Cabe-lhes substitui-lo durante as suas ausências ou impedimentos,

* Uma versão deste texto foi publicada na Voz Africana, de 24 e 29 de Agosto e de 5 e 19 de Setembro de 1972. A partir de um outro texto dactilografado e de um artigo publicado pelo autor no Notícias de 2 de Março de 1973, elaborámos o presente artigo que constitui, certamente, uma importante fonte para o estudo do Islão no norte de Moçambique (Eduardo Medeiros).

** Utilizamos o termo "Ordem" por mera questão prática, para designar o conjunto de Confrarias nascido de uma mesma Confraria-mãe (E.M.).

dirigir as cerimónias de casamentos e de enterros, dar a sua opinião sobre os candidatos à Confraria.

Os Mucamos — ou Mucádamos — são os que dirigem as orações e ensinam a doutrina islâmica aos jovens e neofitos.

Para além destes cargos, a Confraria faz também apelo aos Chawrias, membros com participação activa nos exercícios religiosos, que são ouvidos sempre que haja necessidade.

Finalmente, a Irmandade é constituída por filiados e adeptos, os Murides.

A Ilha de Moçambique foi sede das primeiras Irmandades islâmicas fundadas no país. Isto por volta de 1897-1904.

No fim da época colonial existiam oito Confrarias sediadas na Ilha e que tinham delegações nas principais localidades de Moçambique, incluindo Lourenço Marques, calculando-se que contassem na altura com mais de meio milhão de aderentes.

Mas até aos anos 20 do nosso século só duas Confrarias estavam estruturadas na histórica Ilha, limitando as suas actividades às regiões do litoral mais próximo. Essas duas Irmandades filiavam-se nas grandes Confrarias-mãe Xadulia e Kadiria (Qādiriya). A primeira foi fundada no Egípto (ou em Medina?) por Saide Ali Hassane Xaduli, no final do século XII ou no início do século XIII da era cristã (551-614 da Héjira), e a segunda surgiu em Bagdad, fundada por Saide Abdul Karidi Bin Saide Mussa l'Jailane (ou l'Kailane) Cadre, também no século XII. Saide Ali Hassane nasceu na cidade de Chazili, na Tunísia, em 551 da Héjira (1173 da Era Cristã) e faleceu em Humaidhara, na Transjordânia, com 63 anos de idade. Saide Abdul Kadiri nasceu na cidade de Jailame, na Arábia do Sul, em 470 da Héjira (1092 da Era Cristã) e faleceu em Bagdad em 561 da Héjira.

A partir de 1910, três acontecimentos começaram a acelerar o processo de expansão islâmica para o "hinterland": a presença de mais de seis mil soldados árabes, swahili, paquistaneses, siks e pathanes do Punjab, na grande maioria muçulmanos, que constituíam a tropa inglesa em 1916; o avanço do comércio indiano-muçulmano para o interior; e a construção do caminho de ferro do Lumbo, iniciada em 1913.

Ao contrário do que se pensa habitualmente, a expansão do Islão entre a massa camponesa de Nampula e Cabo Delgado é um fenómeno recente, que teve o seu grande implemento nesta época. Até então, era uma religião das elites linhageiras e dos grupos miscigenados do litoral, descendentes já antigos de africanos, árabes, indianos, comorianos e malgaxes.

E foi porque se deu esta expansão que as Confrarias da Ilha começaram a criar filiais nas principais povoações de Nam

pula e de Cabo Delgado, construindo mesquitas com materiais da região para os homens, e as Zawias (recintos fechados) para as mulheres.

Em cada localidade ficava um representante da Confraria-mãe da Ilha, tal como aqui estava o representante da mesma Confraria de Zanzibar ou Comores.

A rápida expansão do Islão num meio não letrado condúziu naturalmente à segmentação das Irmandades-mãe, quase, sempre por desentendimentos entre os sucessores do fundador e por motivos que tinham pouco a ver com princípios religiosos da Irmandade. As Confrarias eram, de facto, grandes clientelas político-religiosas das diferentes facções da sociedade local.

Por volta de 1940, e por razões ainda não apuradas, as Confrarias de Moçambique deixaram de estar dependentes das Confrarias-mãe das Comores e de Zanzibar.

AS CONFRARIAS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Da Ordem Xadulia

A primeira foi fundada em 1897 quando um descendente do sultão das Comores, o Xêhê Saide Muhamad Bin Sheikh, mais conhecido por Xêhê Marufo, veio visitar a Ilha de Moçambique. Durante a sua estadia de um mês, este Xêhê, possuindo poderes concedidos por um Silcla, deu alvara de chefia religiosa — os Idjazas — a Muhamade Amade Gulamo e a Nemane Bin Haji Ali Twalibo (mais conhecido por Nemane Haji Galibo), dando assim origem na Ilha a uma Confraria da Ordem Xadulia das Comores, e que tomou o nome de Tuarica Xadulia Lixuruti.

Mas quando Saide Muhamad Bin chegou à Ilha já ali se encontrava, desde 1896, Amur Bin Jimba, vindo de Madagáscar, e que ia a caminho de Zanzibar onde era comerciante. Sucede que Amur Bin Jimba também era das Comores e da mesma Confraria que o Xêhê Marufo. Por isso, quando este Xêhê regressou à sua terra de M'roni, no arquipélago comoriano, Amur Bin Jimba ficou a orientar a delegação local da Confraria. Acabou por ficar na Ilha de Moçambique até 1921, ano em que faleceu, tendo deixado como herdeiros Haji Saide Amur, Momade Amur, Abdurramane Amur, Fátima Amur e Abdul Latifo Amur.

Esta "tomada do poder" por Amur Bin Jimba não deve ter sido pacífica, pois logo em 1898 veio das Comores um irmão do Xêhê Marufo, chamado Saide Ali Bin Sheikh, para esclarecer dúvidas e aplanar divergências.

Durante a sua permanência, Saide Ali Bin Sheikh concedeu também Idjazas de Halifa a Issufo Jamal Amur, Issufo Cassimo e a Saide Junhar Bin Saide Amade.

De acordo com os poderes conferidos por Saide Ali Bin Sheikh, após a morte do Xêhê Amur, ficou a chefiar a Confraria o Xêhê Anlauê Bin Saide Abu Bakari, que era Halifa da Confraria, nas Comores.

Por falecimento do Xêhê Anlauê, sucedeu-lhe Haji Mahemu-do Amade Gulamo, que desde 1921 era Halifa da Confraria.

A Confraria continuou a crescer em número de aderentes e em prestígio religioso, político e em força económica. Por ambição de mando e interesses económicos, várias tendências foram surgindo no seu seio, embora sempre justificadas por questões religiosas.

Em 1924 ou 1925 dá-se a primeira grande cisão na Confraria Xadulia da Ilha de Moçambique. Manteve-se a Tuarica Xadulia Liaxuruti com o mesmo nome e surgiu uma nova, que foi designada Xadulia E'Madhania.

Podemos historiar a cisão deste modo: no fim de 1923, Issufo Cassimo, sendo o mais antigo Halifa da Confraria e o que mais vastos conhecimentos possuía da religião islâmica, sentiu-se melindrado por ter sido posto num lugar subalterno na hierarquia da Irmandade. Como tal despromoção o prejudicasse nos seus direitos e o desprestigiasse no seio da Confraria e da comunidade dos crentes, apresentou a sua reclamação ao Xêhê Haji Mahemudo Amade Gulamo, que não só ignorou a queixa como ainda o desconsiderou junto dos Murides. Mas aproveitando a passagem, pela Ilha de Moçambique, no início de 1924, de Saide Muhamad Mansuro, Xarifo e alto dignatário em Medina e com poderes concedidos pela Tuarica-mãe, o despeitado apresentou-lhe a sua reclamação. O Xarifo Mansuro pediu então justiça ao Xêhê da Xadulia Liaxuruti, mas não foi atendido. Em face de tal procedimento, o Xarifo sentiu-se ofendido, não só pela falta de consideração como pelo desprestígio a que fora sujeito. Para se desafrontar da atitude tomada pelo Xêhê da Xadulia Liaxuruti, o Xarifo escreveu para Medina narrando o sucedido e pedindo que fosse instituída nova Confraria pertencendo à mesma Ordem religiosa. Pouco tempo depois veio especialmente a Moçambique o irmão do Xarifo Mansuro, Saride Abdala Mansuro, que fundou a nova Tuarica Xadulia E'Madhania, com a Silcia e bandeira respectivas. Foi investido no cargo de Xêhê o conhecido Issufo Cassimo, que veio a falecer em 1925, tendo-lhe sucedido na chefia Hanza Abdurramane, que faleceu no ano seguinte. Assumiram depois, e sucessivamente, a chefia outros Halifas, que a morte foi ceifando: Amade Haji Abdala, Saide Yanhar Saide Amade, Saide Chehane Saide Muhatar, Momade Amade Maquifo, Cassimo Ali e Abdurramane Adam Bai.

Em 1936, um grupo de muçulmanos separa-se da Xadulia Liaxuruti, dando origem a uma nova Confraria chamada Tuarica Iti.

fague L'karani Hudjali Liaxuruti (isto é: o curião para corrigir os erros do Liaxuruti). Era Xêhê da primeira Issufo Jamal, que veio a falecer em 1971, tendo-lhe sucedido o Haji Saide Amur. Por seu turno, assumiu a chefia da nova Tuarica, Mussagy Haji Sacugy. A cisão deu-se quando um grupo de muçulmanos preponderantes da Xadulia Liaxuruti (Abdurramane Momade Bandan, Abdulcadre Cassimo, Momade Nemane, Mussagy Haji Sacugy e Rafio Abdurramane), apoiados por outros membros da Confraria, resolveram pedir contas ao Xêhê Issufo por factos ocorridos dentro da Tuarica. Como o Xêhê não tivesse respondido, o grupo decidiu afastar-se, criando uma nova Confraria.

Em 1904 chegou a Ilha de Moçambique, vindo de Zanzibar, o Xêhê Issa Bin Ahmad, com uma Silila da Ordem religiosa Cadiria, para aqui fundar uma Confraria a que chamou Tuarica Cadiria Sadate. O Xêhê nomeou como Halifas os muçulmanos Abudo Suamado e Momade Cortelaine Rendara, e como Naquibos (Mucamos?) Haji Amade Haji Issufo e Momade Arune, e mais tarde, Assane Ossemane Jamu e Ainadine Amade Sebo.

Esta direcção funcionou até 1925, data em que o Xêhê Issa Bin Ahmad regressou a Zanzibar, onde faleceu. Mas antes de partir confiara a direcção da Tuarica a Momade Arune, que entretanto tinha ascendido à categoria de Halifa e gozava de grande prestígio entre os crentes. Este Halifa era oficial de diligências do tribunal da Comarca da Ilha, proprietário e, por conseguinte, elemento de valor para aplanar e resolver as divergências que estavam a germinar no seio da Confraria.

O novo Xêhê agregou à direcção da Irmadade, Saide Abu Hassane Saide Abdurramane, figura que se veio a destacar pelos conhecimentos que tinha da religião muçulmana. Foi também incorporado na direcção Assane Haji Ossemane Jamu, a quem foi concedido o Idjaze de Halifa, mas que, tendo seguido para Angoche como funcionário da capitania do porto, deu origem nessa vila a uma Tuarica Cadiria, subordinada à Confraria mãe da Ilha de Moçambique. O Xêhê Issa nomeou ainda para a direcção da Confraria, Abudo Suamado, natural da Ilha, que conhecera Zanzibar.

Quando Issa Bin Ahmad morreu, em 1929, sucedeu-lhe, por escolha dos membros directivos da Confraria, Saide Abu Hassane Saide Abdurramane, que passou a exercer as funções de Xêhê a partir desse ano.

Em 1932, Haji Amade Haji Issufo, um dos Halifas da Confraria, afastou-se da mesma considerando que havia irregulari-

dades e desinteligências entre os seus membros. Foi em peregrinação a Bagdad, ao túmulo do fundador da Ordem, Saide Abdulcadre e, no seu regresso, trouxe uma Silcla autorizando-o a fundar uma nova Confraria.

Na Ilha, liga-se ao velho Abudo Suámado, que também se tinha afastado. Porém, a argúcia e diplomacia de Saide Abu fez com que Haji Amade Issufo desistisse dos seus intentos por não ter conseguido reunir o número suficiente de adeptos.

Mas como as coisas continuassem a correr mal no seio da Confraria Sadate, em 1934 consuma-se a cisão, encabeçada por Assane Haji Ossumane Jamu, Cassimo Issufo Rajabo, Mussa Issufo, Momade Ainadine e Abdurramane Momade Ali, apoiados pelo prestigioso Abudo Suámado. Servindo-se da Silcla trazida de Bagdad por Haji Amade Haji Issufo, fundam uma nova Confraria a que chamam Tuarica Cadiria Bagdad e que passou a ser chefia da por Assane Haji Ossumane Jamu até 1954, ano em que faleceu, passando a chefia para Abdulrazaque Ossumane Jamu, filho do falecido, a quem foi endossada a respectiva Silcla.

Em 1945, devido a mais divergências, sai da Cadiria Bagdad um grupo de Muarides que funda a Cadiria Jailane, tendo a chefia sido assumida por Assane Amade, natural da Ilha.

Por razões idênticas, um outro grupo de crentes, constituído por Cassimo Issufo Rajabo, Momade Ainadine, Abdul Gawio Ibraimo, Momade Bin Momade Ali, Abdala Momade Talú e outros, afasta-se em 1953 da Cadiria Bagdad e funda a Tuarica Bagdad Hujate Saliquine, que passou a ser chefiada por Momade Ainadine até 1966, ano em que faleceu, passando a chefia da Irmandade para o seu filho Ainadine Momade.

Em 1963, quando faleceu o Xéhê Saide Assane Saide Abdurramane, a chefia da Cadiria Sadate foi assumida por Haji Maha mudo Selemangy, proprietário, descendente de muçulmanos de Da mão e residente na Cabaceira Pequena, a quem foi endossada a respectiva Silcla. Mas como o Xéhê não gozasse das simpatias dos membros da Confraria naturais da Ilha, ocorreram atritos que provocaram nova cisão, tendo sido fundada uma outra Confraria, em 1964, com o nome de Cadiria Macheraba, que ficou a ser chefiada por Momade Badrudine, sucedido, respectivamente, por Saide Salimo, Hebibo Mussagy e Haribo Muzar.

Devido a estas sucessivas divisões, no fim da época colonial existiam, na Ilha de Moçambique, oito Confrarias:

Da Ordem Xadulia:

- Xadulia Liauxuruti, do Xéhê Haji Saide Amur Jimba
- Xadulia E'Madhania, do Xéhê Cassimo Ali
- Xadulia Itifaque, do Xéhê Mussagy Haji Sacugy.

Da Ordem Cadiria:

- Cadiria Sadate, do Xêhê Haji Mahamudo Haji Selemany
- Cadiria Bagdad, do Xêhê Haji Abdulrazaque Assane Ossumane Jamu
- Cadiria Jailane, do Xêhê Abubakar Calamo
- Cadiria Saliquina, do Xêhê Haji Ainadine Momade Ainadine
- Cadiria Macherapá, do Xêhê Haribo Muze.

VOCABULÁRIO

Hadhit — Significa literalmente, em árabe, uma narração ou uma notícia representando um relato do que aconteceu. Na terminologia islâmica, Hadhit (pl. Ahadhit) é a compilação dos atos, palavras ou omissões do Profeta Muh'ammad; as colecções destas Tradições Nobres foram empreendidas por eruditos dedicados que dispenderam as suas vidas na investigação não apenas do relato de uma Tradição mas, igualmente, da pessoa de cada narrador (se é ou não digno de confiança), portanto, da cadeia de narradores ligada a cada relato. Cada Hadhit deve por isso ter uma "cadeia de narradores" bem como um texto real (O Minarete, Ano 1, nº 4, 4º Trimestre de 1986).

Haji — Termo honorífico usado pelos muçulmanos que fizeram a peregrinação a Meca.

Halifa — Representante do Xêhê.

Idjazas — Carta ou alvará de nomeação.

Quitabos — Escrituras sagradas.

Naquibos — Coadjuvantes dos Halifas.

Quitabo — Livro, escritura.

Silcla — Credencial religiosa, alvara; é através da Silcla (ou Silicilas) que são concedidos os poderes necessários para a fundação de outras Tuaricas, ficando todas subordinadas à respectiva Ordem a que pertencem.

Xarifo — Todo aquele que descende directamente do Profeta; por causa dessa descendência são designados por "Duriath M'na bie" ou "A'hali Baith M'nabie", que significa "Os do sangue do Profeta". Têm tratamento de "Saide" ou "Maulana" (respectivamente Alteza e Senhor).

Xêhê — (ou Chehe), título que adquire o muçulmano pela idade e pelos conhecimentos teológicos; no caso das Confrarias serve para designar o seu chefe, independentemente da idade e das suas qualificações teológicas.

Zawias — Literalmente, a palavra árabe significa "canto", designa, entre os muçulmanos nortenhos, a casa destinada as mulheres para os Tiquires.

BIBLIOGRAFIA

ALPERS, Edward A. — "Towards a history of the expansion of Islam in East Africa: the matrilineal peoples of the Southern Interior" in The Historical Study of African Religions (T.O.Ranger & I.N.Kimambo, Ed.), Londres, Heinemann, 1972, pp.172-201.

BRANQUINHO, José Alberto Gomes de Melo — Prospeccão das forças tradicionais no distrito de Mocambique. Lourenço Marques, SCCI, 1969, polic. (AHM).

CARVALHO, Álvaro Pinto de — "O islamismo em Moçambique" in Voz Africana, 24, 29 de Agosto e 5 e 19 de Setembro de 1972.

LOPES, Pe. Antonio Maria — Cristãos e Muçulmanos em Moçambique, Art. ined.

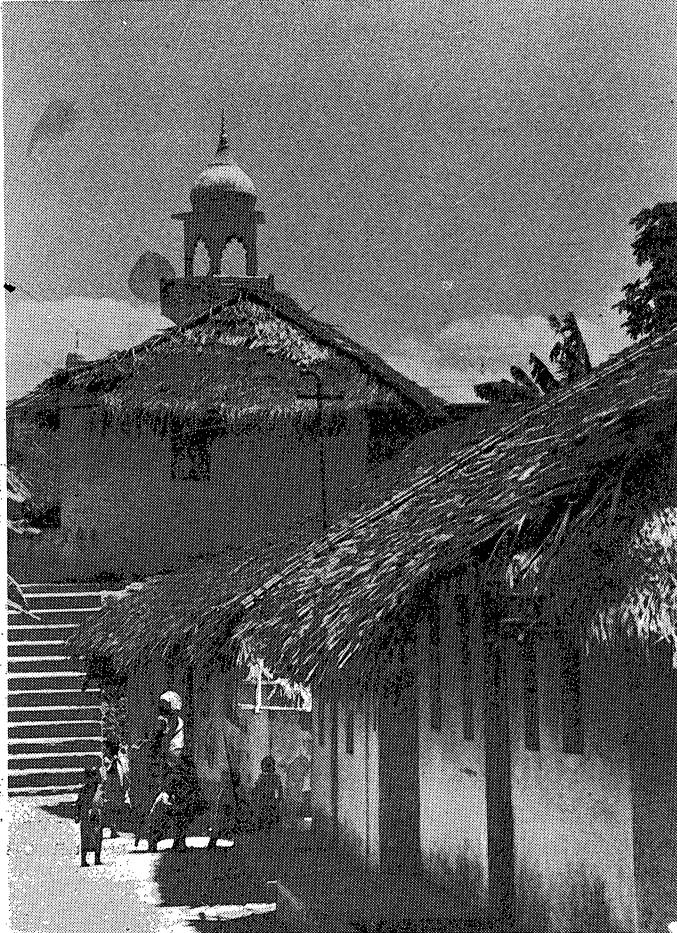


Foto de Jorge Almeida

Costuma chamar-se à velha capital que deu o nome ao país "A HISTÓRICA ILHA DE MOÇAMBIQUE", e há na verdade fundadas razões para isso, tão remoto e o seu historial, e tão grande e duradoura influência teve ela na formação de Moçambique.

Com efeito, foi desta pequena Ilha que Moçambique tomou o nome, depois de passar para ela a sede do governo colonial, nos meados do seculo XVI, quando os capitães de Sofala precisaram de nela se instalar, para estarem presentes quando chegavam as armadas de Portugal com instruções e reforços, e muitas vezes carecidas de tratamento e repouso para os homens, reparação para os navios, e abastecimentos em água, lenha e víveres.

Escala indispensável a boa travessia do Índico, com as frotas já preparadas contra os árabes, depois da longa viagem de meses desde Portugal, a Ilha de Moçambique deve a tal circunstância o seu privilegiado lugar na Historia. Escala adequada às monções, e magnifica base naval para a época, a Ilha de Moçambique desempenhou no seu tempo histórico uma função de grande relevo que toda a cidade ainda documenta na sua expressiva arqueologia urbana que a mostra uma grande encruzilhada de caminhos históricos e de povos diversos, portadores de culturas diferentes, que ali se caldearam ao longo dos séculos, derramando-se depois por toda a Colonia, até aos dias de hoje, de modo a assinalar uma gama larga de valores e características moçambicanas.

Todavia, não foi pela mão dos portugueses que a pequena Ilha entrou na História, mas pela dos árabes, que nela se instalaram quando iniciaram a sua tão famosa talassocracia, indica que os celebrizou ao longo da costa oriental de África depois que partiram da Pérsia e da Arábia para a costa de África junto ao Mar Vermelho.

Chegados a Quíloa, na Tanzânia, estenderam-se mais para Sul e as ilhas vizinhas, fundando pequenas feitorias de comércio, aqui e acolá, que o tempo transformou em colônias prósperas.

* Texto elaborado para ser apresentado ao Presidente Julius Nyerere durante a sua visita a Moçambique em 1975.

ras e pacíficas que foram apanágio de uma burguesia aristocrática feita de alianças entre os homens árabes que geriam os negócios volantes, eram grossos mercadores, importavam e exportavam, e as filhas dos chefes locais africanos, gente de poderoso valimento social. A fusão de interesses, de raças, e de línguas, ainda hoje é sensível nessa mancha swahili que assinala toda a costa desde o Mar Vermelho ao Save, precisamente até à zona de Sofala, onde também se estabeleceram, criando uma cida-de-estado que bem cedo se autonomizou, passando a constituir um pequeníssimo reino costeiro cuja vida assentava no comércio do ouro, exportando o que vinha das minas do interior.

A Ilha de Moçambique não chegou a tanto como Sofala, porque era apenas uma escala, ou entreposto, na rota do ouro. Todo o seu valor residia no porto, no abrigo que dava à navegação, para Norte, para Sul ou para Nordeste à caminho da Índia. Era mesmo um refúgio seguro, visto ser ilha, pois, dada a sua pequenez, não tinha água potável, e não era habitada por africanos, que se limitavam ao continente fronteiro. Com efeito, não sendo os africanos ainda navegadores — aprenderam-no com os árabes — não precisavam da Ilha para nada, e ainda nela não habitavam quando os portugueses chegaram, em 1498.

Colónia árabe extremamente defensável, a Ilha de Moçambique tornara-se uma povoação swahili de árabes e negros com seu xeque e nobres negros, continuando a ser frequentada por árabes brancos que prosseguiam o seu comércio já antigo com o Mar Vermelho, a Arábia, a Pérsia, a Índia e as ilhas do Índico. Para Sul, até Sofala, o Bazaruto e Mambone, incluindo Angoche e Quelimane, e para Norte por todas as ilhas e enseadas, a costa estava assinalada por idênticas povoações, quase todas porém modestas, só uma ou outra constituindo centro comercial de maior vulto para a exportação do marfim, escravos e madeira e a entrada de coloridos panos da Índia e cordões de missanga. Aqui e além, havia um pequeno chefe político, e Moçambique tinha também o seu, metido na engrenagem político-económico-social árabe-africana, que deu origem ao que os portugueses chamaram mouros-negros que se tornaram senhores da zona costeira, dominando a política, a sociedade e a economia locais, em pequenos sultanatos ou xeicados.

II

Onde na Ilha é hoje o Palácio dos Capitães-Generais, que se chama "de S. Paulo", exactamente no sítio da capela, fizeram os portugueses a Torre de S. Gabriel no ano de 1507, data em que ocuparam a Ilha, construindo a pequena fortificação que tinha 15 homens a proteger a feitoria nela instalada.

Não obstante os incidentes desagradáveis verificados quando os habitantes souberam que os marinheiros de Vasco da Gama não eram mouros mas cristãos, pelo que os quiseram destruir, o que originou bombardeamentos retaliativos no Mossuril e nas Cabeiras por causa da água que lhes foi negada, os portugueses conseguiram utilizar logo a Ilha para manter ali informadores, receber notícias e correio das naus que passavam para Norte ou para Sul, e guardar abastecimentos e carregamentos, para Portugal ou para Sofala, aos cuidados do próprio xeque. Chegou a ser ali armada uma caravela que veio de Portugal em quarteladas, e as Armadas, além de tomarem o hábito de ali se reabastecer, passaram a invernar quando, por chegarem tarde, perdiam a monção para a Índia e aguardavam o ano seguinte. Era também frequente serem reparadas e calafetadas, nas praias da Ilha, as naus em más condições. Houve por isso até ao século XX uma estação naval com o seu arsenal.

A povoação portuguesa organizou-se, no século XVI, à volta da Torre Velha, situando-se a dos árabes ou mouros no sítio do Celeiro. O fosso religioso que na época separava os homens obrigava-os a terem bairros diferentes, cada qual com seus tempos privativos.

Os relatos do século XVI que chegaram até nós dão-nos conta de uma povoação pequena mas pitoresca, de casas de alvenaria cobertas a macute, pois não havia telha. Ainda no fim do século XVIII se usava cobrir as casas como as actuais dos africanos da Ponta da Ilha.

Em 1558 principiou a lenta construção da actual fortaleza de S. Sebastião, mandada fazer vinte anos antes devido aos perigos de um golpe de mão dos turcos na Ilha. Havia então ali apenas um baluarte artilhado para defesa da entrada no porto, e ao lado a capela de Nossa Senhora do Baluarte, feita em 1521-1522, e que é o único exemplar de arquitectura manuelina que há em Moçambique. A Ilha tornou-se o entreposto da permuta de panos e missangas da Índia por ouro, escravos, marfim e pau preto de África, e era da Ilha que partiam todas as viagens comerciais de resgate ou troca, ou com carregamentos, para Quelimane, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques, donde eram levados para o interior.

O Governador da Colónia tinha o privilégio da importação da Índia, privilégio inerente à sua função, mas qualquer pessoa podia depois negociar em qualquer ponto de Moçambique. Foi assim que um tal Lourenço Marques, que não se sabe quem fosse, descobriu em 1544 que os rios da Baía da Lagoa penetravam numa região riquíssima de marfim, produto altamente cotado na Índia.

Esta sensacional descoberta da época, ampliando os merca-

dos de compra e venda no Sul, coincidiu com a expansão comercial na Zambézia e o início da penetração comercial no interior do Monomotapa e Abutua, o que naturalmente valorizou a Ilha como centro distribuidor e engendrou a criação de uma burguesia local rica e activa, burguesia que por um lado se expandiu para o continente fronteiro onde estabeleceu as suas casas senhoriais de negócio com o mato, e por outro criou a sua rede de viagens aos portos costeiros e as ilhas próximas, incluindo Madagascar, criando um mundo comercial próprio que principiou a aglutinar o que é hoje o território de Moçambique. Os árabes, que nunca chegaram a desaparecer, entraram numa luta clandestina pela sobrevivência, e para Sul da Ilha foram praticamente varridos, com exceção do fojo de Angoche.

O século XVI termina em Moçambique com os famosos cercos da Ilha, pelos holandeses, em 1607-1608, operação que se desenrolou quando a fortaleza ainda não estava acabada (pois faltava impedir as plataformas da artilharia), e custou a cidade a sua destruição total, porque os invasores forçaram a barra, desembarcaram em força, instalaram-se para o cerco no Campo de S. Gabriel, e forçados a desistir passados dois meses para não serem surpreendidos por alguma armada portuguesa, queimaram tudo. As crónicas da guerra registam que, cercados na fortaleza, os portugueses foram salvos pela população africana, com a qual havia muito boas relações, e por isso não só recebeu no continente, e protegeu, numerosos não combatentes que foram retirados da fortaleza, como abasteceu os sitiados durante a luta, levando-lhes géneros em almadias durante a maré vazia, almadias que não eram alcançadas pelas pesadas balieiras holandesas, que ficavam coladas ao lodo, e não podiam actuar.

III

O século XVII é uma época dourada na Zambézia pois se institucionalizaram os Prazos da Coroa, se desenvolve até aos últimos anos do século o comércio do ouro, e se dá uma translação de interesses, valores e forças, nesse sentido, e no âmbito da ocupação portuguesa, que ali obteve uma base territorial para colonia de povoamento.

Neste quadro vive naturalmente a Ilha uma vida secundária. É ainda — e será — o grande porto, onde se articulam as navegações, a costa com a de longo curso, mas é só isso.

Em primeiro lugar, há que reerguer penosamente a povoação arrasada, que é restaurada com o traçado que já tinha, salvo num ou outro pormenor. Aliás a povoação é pequeníssima, e numerosas casas são frágeis. Esta reconstrução, que é o refazer da vida destruída numa terra que não tem nada e onde o Estado

não existe senão como fisco, levava os portugueses, que são todos cristãos, a instituirem uma Santa Casa da Misericórdia que avoraram em Câmara Municipal, para a defesa dos cidadãos e da terra, e desempenhárá oficialmente essas funções até 1763.

Em segundo lugar, o século XVII traz consigo o retorno dos árabes com o período omaniano, que desce ao longo da costa oriental de África e chega à Ilha de Moçambique sem qualquer êxito quanto à tentativa de a retomar. Em síntese, a prosperidade da Zambézia corresponde a decadência da Ilha, decadência que entra pelo século XVIII e se vai corroendo os alicerces do domínio português, domínio que afinal não tem na África Oriental outra estrutura senão a de uma simples organização comercial marítima de importação e exportação servida por algumas plataformas de trânsito. A Ilha de Moçambique é umas delas. Alias nessa altura o mal português no Oriente é geral, e, por exemplo, o angustioso problema económico de Diu leva o Governo de Goa a permitir que a Corporação dos Banianos daquela Ilha se estabeleça em Moçambique em 1687. Embora os indianos não fossem autorizados por aquela medida a espalharem-se pelas feitorias da costa ou do interior, e tivessem ficado limitados a Ilha de Moçambique, nunca mais pela sua concorrência os europeus puderam reorganizar-se em força económica, nunca mais foram burguesia até ao Liberalismo, vindo a cair na dependência capitalista dos indianos, que, detentores dos mercados produtorres do Sinde, Cuche e Guzerate, dominaram imediatamente o mercado distribuidor da Ilha, e no século XIX o mercado retalhista.

Durante a segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII foram tentados e experimentados diversos modos de se seguir uma restauração económica, tendo-se depositado grandes esperanças em companhias monopolistas que nada conseguiram, ou por falta de meios financeiros, ou por luta de interesses entre as companhias e os colonos. O que só agravou a crise económica e a decadência geral, afectando a Ilha grandemente.

O século XVIII assiste ao renascimento e engrandecimento da Ilha de Moçambique, em ordem a uma óptica política completamente nova, engendrada por um lado nas reformas pombalinas e outro pela viragem ideológica que decorre da Revolução Francesa. O processo acabará por culminar no Liberalismo do século XIX e na Independência do século XX.

Cerca de 1740 a decadência de Moçambique atinge níveis extremamente inquietantes. A administração vai paralisando, a vida económica vai-se estiolando, e os perigos de um golpe de mão, de conquista política, por parte dos árabes, franceses, ou in-

genses, avoluma-se. O que leva o Governo português a intervir em 1752, depois de alguns anos de envios de socorros económicos, militares e financeiros, chamando a si o governo directo de Moçambique por Lisboa, porque esta colónia da África Oriental era então uma dependência do Estado da Índia, governada por Goa.

A Índia Portuguesa protestou vigorosamente porque sentiu a sua existência ameaçada, pois tinha em Moçambique uma reserva de empregos administrativos que utilizava para a sua gente, um mercado para as suas manufacturas algodoeiras, uma zona privilegiada de actividades, influências e proveitos.

Não obstante, a separação de governos foi por diante e criou-se a Capitania Geral do Estado de Moçambique que teve de organizar de raiz toda uma colónia. Com efeito, não havia serviços públicos, não havia administração pública, e tudo o que havia era um governo senhorial em Sena, feitorias nos portos, e uma superintendência geral do comércio na Ilha de Moçambique. Foi por isso benéfica a povoação da Ilha, que se designava Praça (por ser uma praça de guerra), a organização de serviços públicos e a sua centralização na capital. Foi preciso fazer ou adaptar instalações, criou-se funcionalismo, aumentou portanto a população, e por carta-régia de 1761, posta em execução em 1763, a povoação passou a Vila (com as demais principais do Estado) e instituiu-se o municipalismo, deixando a Misericórdia de servir de Senado do Povo. A reforma pombalina envolve a importan-tíssima liberalização do comércio, que passou a ser franco a toda a gente em 1755, acabando-se com os monopólios, e as novas leis de cidadania, de 1762, que tornam hábeis para o serviço público todos os cristãos, abrem perspectivas novas aos goeses e mestiços em Moçambique.

É nesta época que principia o grande desenvolvimento urbano da Ilha, e se inicia o alargamento da Vila que em 1810 recebe a honra de cidade. A liberalização do comércio trouxera à Ilha os armadores — mercadores do Brasil que então iam tomando gradualmente conta dos circuitos comerciais ultramarinos portugueses e outorgando ao Brasil uma posição de grande relevo social e expressivo valor económico. Estabelecem-se mesmo íntimas relações entre o Brasil e Moçambique, que torna a ter uma burguesia, mas de apoio brasileiro, no último quartel do século XVIII, com grandes ramificações na Índia.

Outro grande factor de desenvolvimento, da cidade e da sua burguesia (em que entra o alto funcionalismo que todo ele tem negócios importantes), é a política de expansão das feitorias de modo a formarem-se largos territórios portugueses em torno delas. É uma política ou de conquista, ou de avassalamento, para incorporação de terras na Coroa e distribuição pelas famílias de uma oligarquia moçambicana que entretanto se desenvol-

vera na Ilha e nas vilas principais, de raízes múltiplas — afro-luso-indo-arabo-goesas — e constituiu, na passagem do século XVIII para o XIX o primeiro grupo social moçambicano capaz de se integrar e competir num mundo socio-económico-cultural moderno.

O seculo XIX é uma época portentosa neste país ainda em esboço, que então era Moçambique. O século anterior, findara com um período de aturada vigilância em terra e no mar, devido às repercussões da guerra entre Portugal e a França na Europa, e ao receio de se transmitirem a escravaria de Moçambique as ideias abolicionistas que avassalavam as Antilhas, as Ilhas do Índico, e um pouco por toda a parte o mundo colonial.

Embora a escravatura local fosse reduzida — 20.000 ao todo em 1807 — o movimento abalava as velhas estruturas, e enfadia de alto a baixo o sólido alicerce brasileiro, em que assentava, afinal como em areia movediça, a prosperidade económica.

A exportação de escravatura crescerá desmedidamente no último quartel do seculo XVIII, e a Ilha, como Quelimane, como o Ibo, tornara-se importante porto de exportação. De repente Moçambique é abalada pela notícia da Independência do Brasil em 1822, o que deixa prever o fim da exportação de escravos por se tornar país estrangeiro. E de facto, o ultimo navio brasileiro que esteve legalmente a carregar escravos em Moçambique para o Brasil, fez-lo em 1831.

Ha resultados concretos de que se considerou então uma catástrofe, pois, vivendo ja, praticamente, da exportação do escravo, a colónia entrou em coma, as receitas públicas desceram a 1/8 do que eram antes, e numerosos colonos, especialmente da Zambezia, retiraram para o Brasil, assolados também pelas pragas de gafanhotos, as fomes e as guerras, que punham em movimento as tribos.

Quartel General da tropa branca, mestica e negra de todas as guarnições de opereta, luxuoso salão de convívio dum requintada sociedade escravocrata, agência bancária de trabalhosas manipulações monetárias com as mais diversas práticas, governo de uma administração corrupta e despotica, a Ilha de Moçambique e a sua gente tomaram parte em todos os actos de que resultou a era nova do Liberalismo a partir de 1834, já sem escravatura, absolutismo e monopolios, pelo menos em teoria, ao cabo de longos anos de lutas que reflectiam na Ilha as mudanças no Reino, lutas em que houve golpes de Estado, revoltas da guarnição, protestos na Câmara, manifestações públicas, actas trancadas, julgamentos, degredos, e até fuzilamentos, de madrugada, no cemitério, e os omníbuses das cidades das estradas.

terior da Fortaleza, com a cidade estupefacta a ouvir as lazarias.

O século XIX teve ainda outro prodigioso efeito com o Liberalismo, que foi abrir a Ilha à população africana, até então privada de nela viver devido ao regime de permanente vigilância que era apanágio de um Governo Militar que rodeava a Ilha de sentinelas e rondas e obrigava toda a população a observar a hora do recolher. Não se estranhe, porque os governos coloniais foram sempre, no chamado Antigo Regime, governos militares, nunca civis, e o próprio Palácio do Governo se chamava oficialmente Quartel General do Governo, e publicava a sua Ordem do Dia como qualquer outro Quartel General. Pormenores que traduzem as realidades dos tempos passados.

Pois Moçambique era outrora, e foi sempre até ao Liberalismo, uma praça em permanente defensiva, onde ninguém entrava, e donde ninguém saía, sem licença do Quartel General do Governo. Ainda há nos arquivos centenas de passaportes, passados na Ilha para se ir ao Mossuril de manhã e voltar à tarde. Os próprios brancos não escapavam ao passe. Aliás também no Antigo Regime ninguém de qualidade se deslocava dentro do território da colônia, ou de vila para vila, sem licença do Capitão General, e o seu despacho. Exceptuavam-se as deslocações africanas de pura vizinhança, que eram reguladas, no mato, entre régulos, segundo o uso e costume. Mas os brancos já não iam ao interior sem licença.

O Liberalismo não alterou de repente todo o sistema, mas libertou deste penoso regime todas as pessoas de viver quotidiano de tipo europeu, e portanto os brancos, indianos, mestiços, goeses e árabes. E a pouco e pouco abriu a Ilha ao povoamento africano por via dos negros em convívio com aqueles grupos, muitas vezes por parentesco.

Com efeito, velhos documentos cartográficos dão a Ilha deserta de negros, ou muito escassamente deles povoada, porque a população africana que trabalhava para as casas senhoriais dos funcionários-mercadores, ou era escrava ou habitava nos palmares dessas casas — por vezes fortificadas — no Mossuril, nas Cabaceiras, outros pontos, na agricultura e na indústria, ou vivia nas dependências das residências da Ilha, em pequeno número. A população qualificada que morava livremente na Ilha era muito reduzida, embora existisse, e compreendesse o que hoje chamariamos marginais — especialmente mulheres — mas a época e o costume não consideravam assim. Era por este grupo que se infiltravam os brancos que trocavam (com certa frequência) a sua classe pela vida livre do mundo africano.

Claro que houve razões para que a população africana da Ilha passasse quase do zero no início do Liberalismo aos 13.000

de há uns anos atrás. Em primeiro lugar a liberdade de circular e permanecer onde quisesse; em segundo lugar a facilidade de deslocação das suas terras para a Ilha, pois a grande maioria da população da Ilha é do continente fronteiro, das terras interiores e costeiras que gravitam na órbita social e económica da Ilha, e até, em grande percentagem, de distritos a muitas centenas de quilómetros do litoral; em terceiro lugar o poder a Ilha assegurar meios de vida a tanta gente, o que dantes era garantido pelo tráfego marítimo que depois a abertura do porto de Nacala veio afectar. Também se nota que grande parte da população da Ilha, tanto em homens como mulheres, já não é gente do litoral, mas do interior, que se desloca com facilidade por estrada ou caminho de ferro. A este respeito, tende a desaparecer o tipo característico da população da Ilha, que ainda há uns vinte anos era marcado por caracteres somáticos indianos, cojás, mouros-negros e mouros-brancos. Hoje tendem a predominar os caracteres somáticos negros dos africanos do interior. O mesmo se passa com outros núcleos populacionais que se formaram por convergência de factores em circunstâncias especiais, como os do Ibo, Angoche e Quelimane.

VI

Começando na Fortaleza um rápido passeio pela Ilha, convém ter presente as seguintes notas:

- 1 - A actual porta de armas da Fortaleza, lateral, é um antigo postigo e foi aberta depois dos cercos de 1607-1608 mas a sua arquitectura é de 1712. A primitiva porta de armas, a meia altura da muralha, dava para o Campo de S.Gabriel. Foi atulhada durante os cercos e desentupida há uns 30 anos. Era servida por uma ponte levadiça sobre um fosso com água. Ainda é visível.
- 2 - A parada interior está a um plano muito superior ao do Campo exterior de S.Gabriel, que hoje está alisado, mas foi outrora, como aliás a Ilha toda, algo ondulado.
- 3 - A muralha da Fortaleza é constituída por dois grossos muros de pedra, entulhados de terra batida no meio. Mesmo assim, os holandeses conseguiram deitar abaixo um pano de muralha do lado de S.Gabriel.
- 4 - As primitivas inscrições da Fortaleza guardam-se há 20 anos no Museu Militar de Lourenço Marques*. As que estão na Fortaleza são cópias.

* Actualmente Museu da Ocupação e Resistência, em fase de formação (N.do E.)

5 - No Campo de S. Gabriel, campo de manobras da guarnição, houve uma ermida que servia o primitivo cemitério português de que restava um túmulo, hoje junto à estrada que o atravessa. O Campo era antigamente muito maior, chegando até quase ao pé do actual Tribunal.

6 - O actual Tribunal é o segundo Convento de S. Domingos. O primeiro foi destruído pelos holandeses.

7 - O Palácio de S. Paulo resultou de uma grande ampliação e transformação do Colégio de S. Francisco Xavier, dos Jesuítas. Foi construído cerca de 1618-1620, nas ruínas da Torre Velha, e sua cerca fortificada. A Torre foi ainda aproveitada. O exame interior e exterior da capela de S. Paulo, que fica ao lado, evidencia que a torre sineira e a capela-mor encerram grossíssimas paredes injustificáveis naquelas construções. Gravuras antigas mostram que a Capela e o Palácio eram construções diferentes e separadas. Na Capela e no Palácio há peças notáveis de arte portuguesa e indo-portuguesa.

8 - O Colegio dos Jesuítas foi confiscado pelo Estado em 1760 e ampliado para Residência dos Capitães-Gerais. A primitiva Residência foi na Torre Velha, depois houve outra nas casas altas sobre a actual porta de armas da Fortaleza, e no século XVII mudou-se para uma grande casa de sobrado assente sobre arcos que fica na esquina direita da rua que parte do Largo de S. Paulo para S. Gabriel.

9 - O Largo de S. Paulo é um arranjo de cerca de 1830, para o que se deitaram muitas casas abaixo, de forma a abri-lo para o mar.

10 - A Alfândega é uma construção do século XVIII, mas o telhado é moderno.

11 - O Cais data de 1809, embora se tenha começado ainda no século XVIII. A parte em ferro é naturalmente moderna.

12 - A Igreja da Misericórdia é do século XVI. No tardez ainda pode ver-se, no ângulo da junção das empênas, a pomba do Espírito Santo, indicando quem se trata da Igreja daquela invocação, que ali foi construída no começo da ocupação. Parcialmente destruída foi reedificada para Misericórdia. A traça actual exterior é de 1702, e o interior é de 1936.

13 - As numerosas inscrições tumulares no chão nas paredes não encerram nada, pois todos os túmulos foram esvaziados e destruídos. Mostram contudo quais eram as famílias notáveis da oligarquia local no século XIX.

14 - Anexo à Misericórdia há um Museu de Arte Sacra com peças valiosas e raras.

- 15- O trecho da cidade entre a Igreja da Misericordia e a Rua dos Arcos é dos mais significativos, correspondendo a um dos lados do velho borgo. O outro lado envolve o Palacio de S.Paulo. Neste trecho se domina bem a arquitectura, tanto a das simples casas terreas como das de sobrado, o sistema de terraços para aproveitamento das chuvas, os quintaletes sombreados e murados, as travessas estreitas. Para a Contra-Costa há um ou outro palacio que foi casa de grosso mercador, ou feitoria estrangeira.
- 16- A Rua dos Arcos é um arranjo urbanístico de há uns 30 anos, pois a rua era muito estreita. Não tinha arcos, e deste lado era igual ao outro, que conserva o aspecto primitivo.
- 17- Quase toda a cidade do meio da Ilha para a Contra-Costa é da segunda metade do século XIX, construção de gente de poucos recursos, e por isso as casas são quase todas terreas. As casas de sobrado, de gente mercantil, feitorias, empresas, estrangeiros, ficam do meio da Ilha para o lado do porto. Muitas delas ainda mostram as dependências, que foram armazens, metidas ao mar, com serventia directa para os navios. Serviam tambem de depositos de escravos a venda ou a aguardar embarque.
- 18- A Capitania, antigo Arsenal, foi um serviço valioso e importante do século XIX, assistindo à Divisão Naval do Índico. Mas data do século XVI.
- 19- As casas da Câmara datam do fim do século XVIII (1781).
- 20- O Hospital actual data do fim do século XIX, e foi construído no local em que estava o de S.João de Deus que era do século XVII. O anterior ficava no quarteirão do Palacio de S.Paulo.
- 21- A Igreja da Senhora da Saúde tinha ao lado um cemitério que se abandonou quando se fez o da Ponta da Ilha. Era tão pequeno, e era tal a falta de terreno que a quadricula para a abertura das campas está marcada nas paredes. A igreja, que tem caido várias vezes, e foi da protecção de ricos devotos, foi reedificada por um rico negreiro goês em 1801.
- 22- A seguir a Igreja da Saúde começam os chamados bairros populares, dos quais os mais próximos da cidade estão bastante enterrados visto ter sido cortada das covas imensa pedra para a construção de casas. A Fortaleza parece ter sido feita com pedra que se arrancou desde o Campo de S.Gabriel para o lado da cidade, para o nivelamento do terreno. Os bairros populares datam do século XIX e os extremos da Ponta da Ilha são já do século XX, e por vezes recentes.
- 23- A população dos bairros populares oferece o maior interesse cultural, quer pelo sincretismo de usos e costumes das mais

variadas origens e etnias, quer pelo sistema de vida, a organização social em confrarias muçulmanas, as relações de parentes co com a gente do litoral ou os povos do interior, o vestuário, os cantares, a habitação, a alimentação, etc. Não obstante a procedência de extractos de toda a parte, o conjunto constitui verdadeiramente um povo com personalidade própria e cultura peculiar.

24- A Igreja de Santo António foi reconstruída há cinco anos, a partir da capela-mor que tinha sido conservada para capela do fortim de Santo António construído em 1822. A igreja primitiva datava do século XVI.

25- O Forte de S.Lourenço, também do século XVI, embora a actual reconstrução seja do século XIX, fazia parte dum sistema defensivo que contou com outros pontos fortificados, ou seja uma bateria artilhada na Contra-Costa e um forte demolido no fim do século XVIII junto ao típico mercado do Celeiro.

26- Os cemitérios da Ponta da Ilha são modernos. O crematório para hindus data de 1801 e o cemitério para cristãos, da segunda metade do século passado, foi feito com terra trazida do continente. O seu nível interior é muito superior ao do terreno exterior.

Foto de Remi Debeauvais



NOTA SOBRE O COMÉRCIO NO NORTE DE
MOÇAMBIQUE EM MEADOS DO SÉCULO XVIII*

Luis Filipe Pereira

A centralização do comércio fazia-se, em Moçambique, através da única alfândega que existia, na Ilha de Moçambique. As mercadorias vinham das praças de Goa, Damão e Diu, ou do Reino, e depois eram enviadas para os portos. As trocas faziam-se por um sistema de permuta directa acrescida, algumas vezes, de utilização de moeda.

As fazendas ou fato era atribuído um determinado valor, que por vezes variava de região para região. Estabelecia-se uma distinção entre "fazendas de lei" e "fazendas livres". As primeiras não podiam ser importadas nem distribuídas pelos particulares, porque constituíam monopólio da Coroa¹.

As fazendas para o resgate eram exportadas da capital para os portos subalternos. Os habitantes dessas regiões como Sena, Tete, Inhambane ou Sofala, vinham buscar à feitoria as fazendas de lei que precisavam para o seu negócio e pagavam-nas a pronto ou a prazo. As outras, chamadas "livres", eram exportadas directamente pelos fornecedores para os seus agentes nos Portos, ou eram trazidas pelos próprios interessados, ou podiam ainda ser adquiridas na feitoria². O comércio assentava muito no crédito.

Exceptuando aquele negócio que podia ser feito com toda a segurança, por ser o nativo que trazia à costa o que lhe interessava trocar, todo o outro, feito para o sertão, comportava grandes riscos³. Os comerciantes, uma vez de posse das fazendas, raramente se deslocavam para o sertão a fazerem pessoalmente o negócio. Organizavam um grupo, formado por escravos seus e carregadores livres, normalmente armados, dirigidos por um homem de confiança, para fazer a volta pelo interior. Essas cífigas dividiam-se por vezes em grupos e batiam uma determinada área, voltando depois a encontrar-se. O comércio proveitoso era feito com o Mujau, que todos os anos em Agosto e Setembro trazia às praias cerca de dois mil escravos⁴. O negócio de escravos fazia-se a uma distância da praia de vinte ou

*Adaptado da Tese de Licenciatura "A Criação da Alfândega da Ilha do Ibo e a Contribuição das Ilhas para o Comércio e Vida de Moçambique no Século XVIII", Universidade de Coimbra, 1970.

trinta dias de viagem. Os prejuízos com os ataques eram enormes e chegavam a atingir milhares de cruzados.

Nos Portos chamados "Vedados" a Fazenda Real, através dos orgãos próprios que superintendiam o comércio em Moçambique, gozava de alguns privilégios como a distribuição por grosso das Fazendas de Lei e a exportação do marfim proveniente do resgate da zona, onde ele se fizesse.

O comércio a retalho destes mesmos produtos junto dos negros era feito por comerciantes e particulares e nunca pelas feitorias⁵.

Então "O comércio com as Ilhas de Cabo Delgado ou de Quirimba não estava sujeito ao regime dos navios de viagem, porque todo o Norte da Colónia era foro de comércio livre"⁶. E o que se trocava na realidade? O Comércio externo fazia-se com os mouros das regiões próximas, com os franceses das Maurícias, com o Brasil, com o Reino, mas dependia sobretudo da Índia.

Das Praças de Goa, Damao e Diu vinham, todos os anos, quatro, cinco ou seis navios carregados de fazendas de várias cores, preços e qualidades, missangas, pólvora, espingardas, manilhas de cobre e latão, aguardente, quinquilharias e elementos para consumo da cidade como azeite, manteiga, açúcar e outros objectos e produtos⁷. Do Reino seguiam o velório ou missanga de cores diversas, panos de lã, retroses, vinhos, aguardentes, medicamentos, drogas, etc.⁸.

Em seguida, a capital coordenava o comércio interno feito com os portos subalternos. Partiam várias embarcações que saiam de Moçambique carregadas de fazendas e mercadorias acima referidas, e no retorno traziam ouro e prata, marfim, escravatura, âmbar, pontas de abada, dentes de cavalo marinho, arroz, trigo de Sena, tartaruga, tabaco e outros géneros de consumo.⁹ Segundo o itinerário da Índia o rei topografista alemão Ilhast de Cabo Delgado chegava embarcações miúdas de Moçambique carregadas de fazendas e géneros vários nos meses de Junho, Julho e Agosto, com os ventos do sudoeste. Voltava a capital em Outubro e Novembro, aproveitando os chamados "Nórdes tes"¹⁰. Nas estações do ano em que havia mudanças nos ventos era deslocação possível, o negócio também se fazia.¹¹ Segundo as "Memórias das Costas de África e Oriental", as Ilhas de Cabo Delgado eram férteis e abundantes em arroz, milho e pescado. Um género muito procurado pelos vários franceses e ingleses foi o escáuril, ou búzio que era transportado para a costa de Bengala, para servir de moeda e ornato. Os navios da costa de Guzarete levavam marfim para Surrate e portos de Madras. O maná vendia-se a bom preço em toda a Índia.¹² O alambre (fios de ferro) era exportado para a Índia e o Brasil e o arroz era vendido em Bengala.

falso era bem conceituado na China. Os escravos, considerados os melhores de toda a África, tinham muita procura. A tartaruga também se aproveitava para negociar. O autor diz ainda que Moçambique recebia em troca das fazendas que ficavam, cerca de quarenta bares de marfim, vinte candis de maná, duas mil panjas de arroz e milho, duzentos escravos, vinte candis de tartaruga, grande parte do cauril que não atingia as cinquenta mil panjas¹¹.

As mercadorias mais negociáveis que se introduziam no ser tão e que tinham maior procura nesta zona de Cabo Delgado eram o velório, vinho de cajú, as espingardas e a pólvora, e as seguintes roupas: ardians, amadabás, bassoras, capotins, chubos, chauderes, cadeas, chitas de Surrate, Damão e Diu, cato-venis, dotins, crus e curados, panos de Porto Novo, palampuzes de Surrate e de Balagate, tocris do Norte, zuartes de Bengala e de Surrate¹².

Costa Portugal diz que vão para Moçambique, para além do gado, quarenta ou cinquenta dallos carregados de trigo, arroz, café, maná e resina. Refere-se ainda à existência de madeiras preciosas de diversas cores, sem nós, fáceis de cortar e em quantidade ilimitável¹³. Ideia curiosa era a deste governador, que propunha que se montasse ali um Arsenal com os respectivos operários, porque as madeiras eram excelentes para a construção de navios. Podiam-se fazer mastros de qualquer tamanho. Assim, evitar-se-ia que os navios de Moçambique tivessem de ir para Goa ou Damão fazer os consertos, com os riscos e despesas que essas deslocações representavam.

Nos Presídios, "a mercadoria monetária padrão era, havia muito, o chubo ou pano. O pano — escreve o general — he uma espécie de tecido de urdidura muy groceira a que chamão chubo, que tem oitto mãos de cumprido, e huma e meya de largo, que corre por moeda em todos os Portos desta Costa e toda a mais roupa se reduz a este vallor"¹⁴.

No comércio interno, os feitores, os mercadores e os negros só efectuavam transacções de fato à base de panos. Qualquer peça de tecido valia ou equivalia a tantos panos, havendo para isso tabelas. As fazendas eram enviadas às feitorias, contabilizadas em cruzados e panos. Cada pano valia 500 reis excepto em Lourenço Marques e Cabo Delgado, onde corria a um cruzado. Os vencimentos eram pagos em panos, ou porque estavam assim estipulados, ou porque o seu valor em dinheiro era reduzido a tecido. Todavia, as qualidades de tecidos não têm conta. Os tecidos variavam na qualidade, no tamanho, na cor e na estampagem. Duas grandes qualidades se distinguiam em primeiro lugar: os pintados ou de cor, e os brancos. Fosse qual fos-

se a qualidade, o tamanho, o preço, o nome, todos se convertiam em chuabos. O chuabo era o tecido mais barato e mais ordinário, e o que tinha mais venda.

NOTAS

¹Oliveira Boléo, O "Regimento para o novo comércio de Moçambique" de 1673, *Studia* 11, Lisboa, 1963, p.93.

²Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique* (1752-63), 1^a Parte, A.G.U., Lisboa, 1957, p.257.

³Oliveira Boléo, op.cit., p.94. Os riscos podiam ser: Fuga dos massambazes ou mercadores volantes com o produto do comércio, fogo nas palhotas que armazenavam as mercadorias, roubos praticados pelos carregadores, ou exigências dos regulos e chefes locais para deixarem passar os mercadores.

⁴Publicado por Virginia Rau, in *Studia* 11, p.142. De Francisco Bartolomeu dos Mártires, *Aspectos étnico-culturais da Ilha de Moçambique* em 1822.

⁵Alexandre Lobato, op.cit., p.258.

⁶Alexandre Lobato, op.cit., p.261.

⁷Virginia Rau, op.cit., pp.144, 145 e 146.

⁸Oliveira Boléo, op.cit., p.94.

⁹Virginia Rau, op.cit., p.147.

¹⁰Luis António Figueiredo, *Notícia do Continente de Moçambique e abreviada relação do seu comércio*, 1/12/1773, *Annais* 9, Tomo I, 1954, p.253.

¹¹Fontes prefaciadas e coligidas por Luis F. de Carvalho Dias, *JIU*, *Annais*, Vol. IX, Tomo I, Lisboa, p.246, *Memórias da Costa de África Oriental*.
Panja = correspondia mais ou menos a um alqueire.

Caudil = pouco mais ou menos um quintal.

Os preços variavam muito consoante os locais e as épocas onde se vendessem as mercadorias.

Cada Panja de cauril vendia-se a 400 reis. Segundo Alexandre Lobato, op. cit., valia 300 a 500 cr.

Cada escravo, segundo João Vitto, *Annais* IX, Tomo I, p.270, valia 100 cr. Conforme a Pauta da Alfândega de 1787, os preços correntes eram:

Maná de Amiza — 1\$20

Tartaruga com casca, o arrátei — 2\$20

Alambre preparado, o arrátei — 1\$20

Marfim grosso de 18 arráteis — 32\$00

Marfim meão de 14 a 18 arráteis — 22\$00

Marfim miúdo de 8 a 14 arráteis — 11\$00

¹²Luis António de Figueiredo, op.cit., p.253.

¹³Joaquim José da Costa Portugal, op.cit., p.58. AHU, Cod.1652, 1773, sem menção. Confirma opinião anterior. Dallos, segundo Costa Portugal, eram embarcações do tipo dos barcos de Santarém.

¹⁴A.Lobato, *História do Presídio de Lourenço Marques*, AGU, Lisboa, 1960, p.372. Carta de 10/11/1754.

APONTAMENTO SOBRE OS NEGREIROS
DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, 1900-1920

José Capela

O porto da Ilha de Moçambique transformou-se, a partir de finais do século XVIII, em centro principal de exportação de es cravos, actividade que permitiu a formação de um pequeno grupo local de armadores com capacidade para intervir no mercado internacional, nomeadamente no mercado transatlântico.

O negócio a longa distância de que Moçambique participara até meados do século XVIII fazia-se quase exclusivamente com as praças de Goa, Damão e Diu e tinha como produtos principais o marfim e o ouro. O negócio dos escravos mantinha-se em lugar se cundario. Foram os franceses das Ilhas Mascarenhas quem veio despertar Moçambique para a grande escala de tal tráfico.

Foi na década de trinta, ainda no século XVIII, que o trá fico entre Moçambique e as Ilhas Mascarenhas se organizou de uma forma sistemática. Nessa altura, eram principalmente franceses os armadores e compradores de escravos em Moçambique. Do lado moçambicano, os mais interessados no negócio eram funcionários dos portos. Entre todos sobressaía o capitão-general. Porque eram funcionários os grandes negociantes de escravos de um lado, e baneanes, mujojos e maometanizados locais os pequenos traficantes, do outro, não foi com esse negócio de escravos para as Ilhas do Índico que se formou qualquer grupo de bur guesia mercantil até finais do século XVIII. Os funcionários eram instáveis, tratavam de aforrar um máximo para se ausentarem com as fortunas. Os baneanes drenavam todo o ouro e moeda para Damão e Diu onde mantinham as famílias, além de serem per seguidos pelos reinois que jamais levaram a bem a sua preponde rância no comércio de Moçambique. Os mujojos e sualis nunca ad quiriram o estatuto de cidadania plena, mantendo e alimentando por outro lado, sujeições a ímans e sultões de Mascate, Quiloa, Zanzibar e cidades costeiras de Moçambique.

Vieram, isso sim, portugueses reinois e brasileiros para fazerem o negócio das Mascarenhas. Na rota da Índia ou não. Que comerciantes radicados na Ilha de Moçambique tenham marcado pre sença nesse tipo de negócio, não se dá por isso. Aparecem, em finais do século, quando se estabelece um sistemático tráfico de escravos para o Brasil.

Moçambique foi encarado como fonte alternativa à costa ocidental para a obtenção de escravos para o Brasil, quando aquela foi ocupada pelos holandeses. Mas nem isso nem a política pombalina apostada em transformar as colónias africanas em fornecedoras de mão-de-obra barata para o Brasil foram bem sucedidas, exactamente por causa (entre outras) da concorrência francesa¹.

Mas cinco anos antes do fim do século, dois residentes na capitania de Moçambique, Faustino José Pinto de Lima e José Henrique da Cruz Freitas eram autorizados a navegar uma embarcação de 300 a 400 toneladas para a América Portuguesa mas não para portos estrangeiros². Na viragem do século já era regular o tráfico transatlântico de escravos a partir de Moçambique³.

Em 1801, eram os seguintes os armadores de Moçambique com embarcações de gávea: Valério José Pereira e Cª., proprietários do navio "Castelão de Dio", de três mastros, em Agosto desse ano com carga de escravos para a América; Joaquim do Rosário Monteiro, com o navio "Joaquim", de três mastros e 300 toneladas, igualmente com carga de escravos para a América; o mesmo ainda proprietário do bergantim "Boa Caetana", de dois mastros, 150 toneladas, de viagem para a América com carga de escravos; Subachande Sanchande & Cª., proprietários do navio "Conquistador", de três mastros e 390 toneladas, fretado naquela altura pela Companhia Inglesa de Bombaim para uma viagem a Bengala; e da pala "Feliz Aurora" de dois mastros e 200 toneladas, a viajar para a Índia; Domingos José Leite e Cª., com o navio "Bela Africana", de três mastros, 390 toneladas, com carga para Damao e Dio; Velgi Darci e Cª., senhores do bergantim "Diligente", dois mastros e 150 toneladas, fretado para transportar passageiros a Bourbon; José Francisco Ribeiro, senhorio do bergantim "Feliz Costa", de dois mastros e 200 toneladas, construído em Quelimane no mesmo ano de 1801, de onde chegara com carga de marfim e trigo; Rafi Bai Rasul Bai, proprietário do bergantim "Bom Sucesso", construído nas Ilhas Quirimba, em 1788, com dois mastros e 190 toneladas; Eleutério José Delfim com a goleta "Maria", de dois mastros e 120 toneladas, construída em Moçambique em 1801; Carlos José Gueze, proprietário da chalupa "Amavel", de dois mastros e 120 toneladas, fabricada em Quelimane em 1799, e João da Silva Guedes com o patacho "S. Vicente Formidável" de dois mastros e 80 toneladas, construído no Ibo, em 1789⁴.

Não se poderá falar de uma grande burguesia mercantil constituida por armadores opulentos mas está à vista um pequeno grupo de comerciantes actuando a longa distância e garantindo a cabotagem entre os portos com autoridade portuguesa na costa oriental de África.

A anotar, por igual, a existência, em finais do século XVIII, de uma construção naval, na Ilha de Moçambique, no Ibo, e em Quelimane, com capacidade suficiente para armar navios destinados ao tráfico internacional.

Apresentamos, a seguir, alguns dados biográficos de personagens que foram parte em evidência desse pequeno grupo de comerciantes formado na prosperidade, historicamente meteórica, do comércio da escravatura.

Estes dados são fruto de uma investigação em curso. Não nos é possível, portanto, acompanhar, de cabo a rabo, o percurso de homens dotados, certamente, de uma ousadia, de uma iniciativa e de um espírito de aventura notáveis. Quando o risco era enorme e a aventura era absoluta. Homens tanto de aventura como de insensibilidade à categoria humana dos escravos. Mercadoria pura e simples, a escravatura era contabilizada de par com os fardos de fazenda e as pipas de cachaça. Mas não sendo o objecto deste apontamento uma moral retroactivada, nem por isso podemos esquecer que foi sobre a acumulação de capital proporcionada pelo negócio e pela produção dos escravos africanos que se estabeleceram as sociedades industrializadas modernas. Para tal contribuiram negreiros das praças de Moçambique que, daqui, transitaram para o Brasil e daí para Portugal quando, extinto o Antigo Regime, aí iniciava processo próprio o desenvolvimento capitalista.

Como quer que seja, aqui ficam dados parcelares, mas dados susceptíveis de desenhar o percurso daqueles a quem referem, eles próprios emulhos de muitos outros que actuaram não só no porto da Ilha de Moçambique como no de Quelimane e no de Inhambane, nomeadamente.

Manuel Pedro de Almeida — Em 1806, é capitão e primeiro piloto do bergantim "General Isidro", de Subachande Sanachande e, em finais do mesmo ano, igualmente capitão e primeiro piloto do bergantim "Viriato"⁵. Dois anos depois é dado como residente em Moçambique, capitão e já senhorio do bergantim "Albuquerque Invencível"⁶ em que viajava para o Rio de Janeiro⁶. No ano seguinte, em 1809, portanto, é capitão do brigue "Alexandre" que, em Setembro, está a carregar escravos em Inhambane, chegado do Rio de Janeiro⁷. Em 1812, na Ilha de Moçambique, pede passaporte para ir a Quelimane buscar um navio que lá mandara construir. Vai como piloto do bergantim "Pescador" de que é senhorio outro grande negociante da praça de Moçambique, João da Silva Guedes⁸. Em 1818, era proprietário da sumaca "Chalaça"⁹.

José Francisco de Araújo — Em Outubro de 1807, era senhorio do navio "Restaurador", que se preparava para zarpar para o Rio de Janeiro¹⁰. No ano seguinte, procurador de Joaquim do Rosário Monteiro, pede passaporte para o brigue "Eugénia Africana" ir as Maurícias¹¹. Em Outubro do mesmo ano, ainda por procuração, pede passaporte para o navio "Eugénia Africana" fazer a viagem de Quelimane para o Rio de Janeiro¹². De novo, pede passaporte para o "Restaurador" ir de Moçambique para o Rio de Janeiro, desta vez em Dezembro de 1808¹³. No ano seguinte, manda a sua lancha "Santo António" a Quelimane com aprestos para o brigue que mandara fazer nesta vila¹⁴. Em Outubro de 1811, requer passaporte para o brigue "Providente" seguir para o Rio de Janeiro¹⁵. Em Setembro de 1812 repetiu o requerimento para o mesmo barco¹⁶.

José Joaquim de Meireles — Em 1807, era proprietário do brigue "Os Dois Irmãos" que, em Janeiro, estava de partida para a Ilha de França¹⁷. Nessa mesma altura, está a comprar um navio de 2 a 3 mastros, de 200 a 300 toneladas, "Albuquerque em África"¹⁸. Em Outubro do mesmo ano é capitão do brigue "Dois Irmãos, Períquito" e pede autorização para comprar em qualquer porto um navio de 250 até 400 toneladas a que porá o nome de "Salomão". Na mesma data, pede passaporte para o Rio de Janeiro¹⁹, para onde parte. No ano seguinte, é senhorio do brigue "Dois Irmãos"²⁰. Em Julho de 1809 é passada guia a este barco para seguir de Inhambane para a capital com 180 escravos cujo destino final é o Rio de Janeiro²¹. Em Abril do ano seguinte, este barco está de regresso do Rio de Janeiro e carrega, em Inhambane, 160 escravos antes de seguir para a capital²².

Joaquim do Rosário Monteiro — Morador e negociante da praça de Moçambique, terá sido o expoente dos armadores-negreiros moçambicanos na primeira década de oitocentos. Inicia a sua actividade de armador em 1784, actividade que mantém até perto da morte, em 1813. Em 1807, é senhorio do navio "Ninfa do Mar", a sair com escravos para a Cidade do Cabo e Rio de Janeiro²³. Em Dezembro do mesmo ano vendeu-o a Manuel António da Fonseca²⁴. Mas antes disso, em Abril, tinha o seu brigue "Eugénia Africana" a navegar para a Maurícia ou Bourbon, com escravos²⁵. Viagem que se repetirá em Março do ano seguinte²⁶. Em Julho deste ano de 1808 estava no Rio de Janeiro. Em abaixo assinado diz-se senhorio de diversos navios que têm navegado para os portos daquela praça, principalmente para o de Quelimane²⁷. Deve ter sido durante a sua estada junto da Corte do Rio de Janeiro que conseguiu a mercê do ofício de Selador-Mor da Alfândega de Moçambique. A 14 de

Junho de 1809 Sua Alteza Real mandava dar-lhe posse do lugar²⁸. Tinha ido de Moçambique ao Rio de Janeiro, em Abril de 1809, com um carregamento de escravos. Em Fevereiro de 1810, estava para regressar a Moçambique, data em que apresentava queixa contra um comprador de escravos que não lhos tinha pago²⁹. No ano seguinte, requerera a "viagem de Inhambane", por seis anos³⁰. Em 1812, era senhorio do brigue "Providente"³¹. Deve ter morrido logo a seguir. Pois em Setembro de 1813 o governador-geral informava sobre um seu requerimento em que pedia para o filho, Joaquim Eleutério Monteiro, o ofício de Selador da Alfândega. O governador considerava o suplicante, já falecido, digno de contemplação régia, a muitos títulos, a saber: era um dos principais negociantes da praça, com imensos cabedais em giro; possuía muitos navios mas ficara arruinado com a perda desses mesmos navios e outros prejuízos vultuosos; a sua ruína fora a tal ponto que, segundo o governador, a família se achava endividada, quase sem meios para a subsistência. No requerimento em que pedia o ofício para o filho, dizia-se de idade avançada, doente e arruinado. Era proprietário do ofício que deixara ao filho³². O seu requerimento viria a ser contemplado com despacho favorável³³.

Joaquim do Rosário Monteiro comerciara na Praça de Moçambique por mais de vinte anos, manejando grossos cabedais. Para a guerra contra o cheque de Quitangonha cedera e municiara cinquenta escravos seus. Como capitão-mor dessas Terras Firmes fez, de seu bolso, despesas grossas³⁴.

Na Alfândega despachou mais de quarenta e seis navios seus, desde 1784 a 1805:

1784 — 1	1796 — 3
1785 — 1	1798 — 2
1786 — 2	1799 — 3
1787 — 1 (fretado)	1800 — 3
1789 — 4	1801 — 2
1791 — 4	1802 — 2
1792 — 3	1803 — 4
1793 — 4	1804 — 3
1794 — 1	1805 — 2
1795 — 1 (fretado)	

NOTAS

¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, Maço 604, requerimento anónimo para se não acabar com o comércio de negros entre Moçambique e o Brasil (1770?).

²Dr. Francisco Santana, Documentação, Avulsa Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1964, I, p.83.

³Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Colecção Tarouca, nº 53, Informação para o governador-geral Izidro Sá, 11 de Janeiro de 1802.

⁴ANTT, Ministério do Reino, Maço 499, Relação das Embarcações de Gávea que actualmente pertencem a negociantes de Moçambique, 21 de Agosto de 1801.

⁵AHU, 1a secção, Moçambique, Caixa 114, Capilha 62, e Caixa 116, Capilha 113.

⁶Idem, Cxa. 123, Capilha 52.

⁷Idem, Cxa. 132, Capilha 5.

⁸Idem, Cxa. 142, Capilha 2.

⁹Idem, Cxa. 158, Capilha 122.

¹⁰Idem, Cxa. 121, Capilha 46.

¹¹Idem, Cxa. 122, Capilha 88.

¹²Idem, Cxa. 124, Capilha 86.

¹³Idem, Cxa. 125, Capilha 74.

¹⁴Idem, Cxa. 129, Capilha 17.

¹⁵Idem, Cxa. 138, Capilha 12.

¹⁶Idem, Cxa. 141, Capilha 28.

¹⁷Idem, Cxa. 119, Capilha 2.

¹⁸Idem, Capilha 3.

¹⁹Idem, Cxa. 121, Capilha 38.

²⁰Idem, Cxa. 123, Capilha 51.

²¹Idem, Cxa. 127, Capilha 79.

²²Idem, Cxa. 132, Capilha 26.

²³Idem, Cxa. 119, Capilha 82.

²⁴Idem, Cxa. 121, Capilha 92.

²⁵Idem, Cxa. 119, Capilha 82.

²⁶Idem, Cxa. 122, Capilha 88.

²⁷Idem, Cxa. 123, Capilha 50, 8 de Julho de 1808.

²⁸Idem, Cxa. 130, Capilha 1, do governador-geral para Conde de Anadia, 1 de Dezembro de 1809.

²⁹Idem, Cxa. 131, Capilha 76.

³⁰Idem, Cxa. 138, Capilha 64.

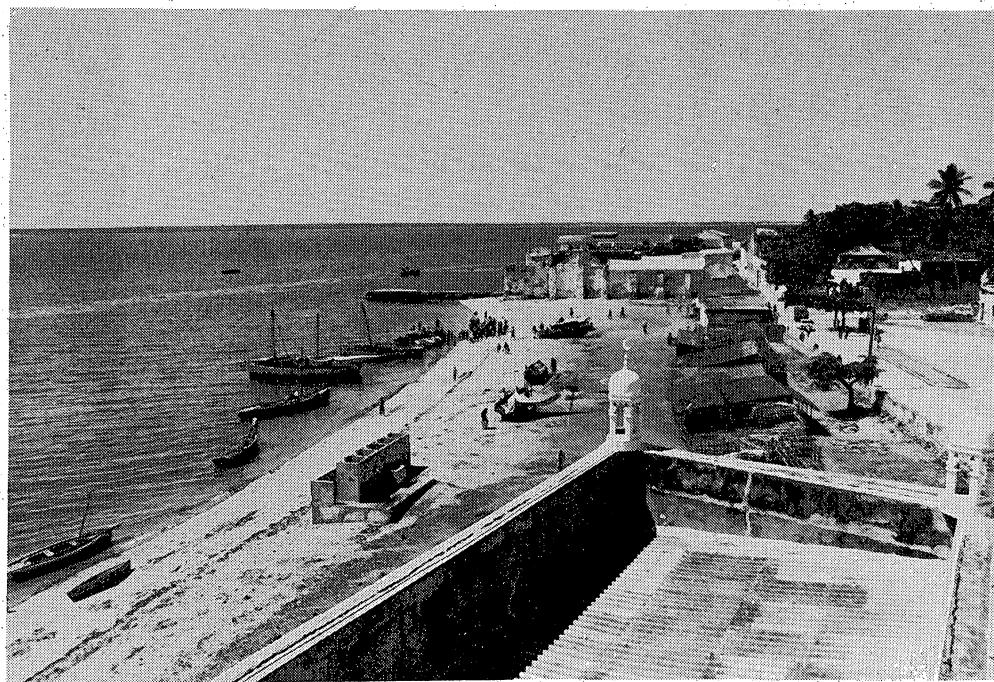
³¹Idem, Cxa. 141, Capilhas 28 e 85.

³²Idem, Cxa. 144, Capilha 133, do governador-geral para Conde de Galveias, 30 de Setembro de 1813.

³³Idem, Cxa. 146, Capilha 103, do secretário do governo no Rio de Janeiro para governador-geral, 23 de Julho de 1814.

³⁴Idem, Cxa. 134, Capilha 87.

Foto de João Cardoso.



O CAJU E O REGIME DAS PROPRIEDADES
NO MOSSURIL ENTRE 1930 E 1950

Paulo Ribeiro Soares

1. A INTRODUÇÃO DO CAJU NA ECONOMIA DO COMÉRCIO COLONIAL COM
INCIDÊNCIA NO MOSSURIL

O caju é uma planta originaria do Brasil e integrada na flora da África Oriental e península indostânica no decorrer do período da colonização mercantil portuguesa. No século passado já se encontra bastante disseminado no litoral, nascendo de forma espontânea graças à natureza propícia do clima e dos solos.

Junto aos antigos locais de fixação portuguesa na costa de Moçambique, como acontece no Mossuril, o aproveitamento do caju fazia-se, no século passado, para a destilação e fabrico de aguardente. Vários residentes na Ilha de Moçambique com propriedades nas "terras firmes" dedicavam-se directamente à destilação, e outros faziam-no por arrendamento ou associação com propriedades vizinhas.

Os Libertos* vivendo em tais propriedades, prestavam os serviços necessários da apanha de caju como taxa de ocupação dos terrenos. A castanha não tinha, então, qualquer valor comercial, pelo que ficava para quem a apanhasse¹.

Quando foi proibido o negócio das aguardentes produzidas localmente, com a legislação de 1902, que atribuía o monopólio da venda de bebidas na colónia ao produto proveniente de Portugal, as propriedades do Mossuril desvalorizaram-se quase que por completo.

Os proprietários que não praticavam a agricultura, ou substituem os cajueiros por coqueiros ou deixam-nos à guarda e cuidados dos "capitães", permitindo, por conveniência da respectiva limpeza, que os indígenas alargassem à vontade as suas machambas e passassem a fazer o aproveitamento total do caju².

A exportação do caju, no âmbito da economia do comércio colonial, começa a desenvolver-se na primeira década do século XX, ainda que com valores pouco significativos. Desde então, e até ao desenvolvimento local das primeiras fábricas de descasque de caju, a castanha foi exportada quase que integral

*Antigos escravos que se mantiveram na propriedade dos senhores.

mente para a Índia. Aí era manufacturada e enviada essencialmente para os mercados dos Estados Unidos da América e Inglaterra.

A comercialização interna do caju era feita essencialmente pelos comerciantes indianos, que detinham praticamente todos os estabelecimentos comerciais no norte de Moçambique. Porem, só em 1920 as exportações de caju da colónia, sob administração directa do Governo, ultrapassaram as mil toneladas.

QUADRO I — MAPA DAS EXPORTAÇÕES DE CAJU DOS TERRITÓRIOS ADMINISTRADOS DIRECTAMENTE PELO ESTADO, 1910-1930

ANO	TOT. EXPORT. (TON.)	ANO	TOT. EXPORT. (TON.)
1910.....	27	1925.....	1.542
1915.....	827	1926.....	1.638
1920.....	1.198	1927.....	2.412
1921.....	654	1928.....	4.020
1922.....	488	1929.....	4.866
1923.....	2	1930.....	6.530
1924.....	245		

De facto, só depois de 1925 as exportações adquirem um carácter regular e crescente. De notar que a partir de 1929 passam a estar integradas as exportações dos territórios, até aí sob administração da Companhia do Niassa.

A importância do caju para a economia da colónia vam a verificar-se, porem, apos o ano de 1933/34, devido essencialmente ao aumento repentino da sua procura, acompanhado por uma subida, na ordem dos 1000%, da sua cotação no mercado externo.

Com efeito, em 1932, um total de exportações de 9.179 toneladas equivaleu a 137 mil escudos, enquanto que no ano seguinte 11.185 toneladas adquiriram o valor de 3.427 mil escudos³.

Nao foi possível encontrar justificação para esta subida "escandalosa" das cotações do caju, que adquire significado especial se considerarmos que essa época é caracterizada pela recessão económica internacional, em que a tendência é de os produtos coloniais baixarem as suas cotações⁴.

A partir de 1935, o caju vai aumentando progressivamente a sua importância nas exportações da colónia, com excepção dos anos relativos a Segunda Guerra Mundial, como se pode verificar no Quadro II.

Há que notar que entre 1942 e 1944 se realizaram exportações de caju descascado para a África do Sul, tendo-se interrompido depois esta actividade. Posteriormente, o descasque local do caju para exportação passou a ser feito só depois de 1950⁵, com as primeiras fábricas de caju.

cós e assinalados, se vêm coagidos a pagar aos donos legais ou ilegais desses terrenos 2 escudos por semana, ou a registar essa renda em dois dias de trabalho semanal, para além dos cinco dias, na época da apanha"²¹.

Embora este número seja difícil de precisar, pois a mesma fonte indica como sendo de 12.000 a totalidade de famílias sujeitas ao "muta-hane", são calculadas então as receitas anuais extraídas do trabalho gratuito da apanha e carregamento do caju em cerca de dois mil e quinhentos contos, o que ultrapassava em quase três vezes o total da receita que o Estado recebia em toda a circunscrição do Mossuril, do imposto de palhota²².

3. ASOLUTAS ENTRE PROPRIETÁRIOS E O ESTADO COLONIAL É A REVOLTA DO MOSSURIL EM 1939

Ate 1938, a especulação dos terrenos do Mossuril e a exploração do trabalho gratuito para a apanha do caju foram práticas desenvolvidas livremente em proveito dos patroes. A expropriação de terrenos dos camponeses desenvolvera-se de forma vertiginosa nos últimos anos e depressa grande parte dos indígenas da região ficaram sujeitos ao "muta-hane".

A obrigação de realizar trabalhos não pagos não era uma prática invulgar no sistema colonial. O próprio Estado amiudadas vezes obrigava as populações a trabalhos diversos sem remuneração.

Aos proprietários, porém, era exigido pagarem salários aos trabalhadores contratados, dentro dos princípios do sistema capitalista que se procurava impor em Moçambique. Ao Estado competia fiscalizar a aplicação da legislação do trabalho indígena, na altura estabelecida com base no Acto Colonial de 1930.

O regime do "muta-hane", constituído num sistema feudal de exploração, suportava relações sociais que iam não só contra os princípios da exploração capitalista como lesavam os próprios interesses do Estado Colonial.

Os camponeses do Mossuril, estando sujeitos a dois impostos pela mesma palhota (um devido ao proprietário e pago em trabalho semanal, e outro devido ao Estado e pago em dinheiro), recusavam-se a pagar o imposto na Administração, que passou a ter anualmente milhares de remissos, e aquela não tinha poder efectivo para os obrigar a pagar ou cumprir o trabalho forçado, por a isso se oporem os proprietários.

Enquanto que os proprietários dispunham de meios eficazes para obterem o trabalho gratuito, a Administração carecia de força capaz para se opor à situação. As populações coagidas, por vezes com as violências dos capatazes, mantinham-se sub-

missas aos proprietários e recusavam-se a protestar junto das autoridades "com medo de serem acusadas de mil e uma coisas pelos donos dos terrenos, a quem chamavam os seus 'patrões', e de, ainda, estes os porem fora dos seus terrenos" ²³.

Em 1936, quando o primeiro Inspector dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas percorreu a circunscrição, encontrou o regime do "muta-hane" perfeitamente institucionalizado, a ocupação e expropriação dos terrenos a ser feita por processos fraudulentos e ilegais, com a conivência dos funcionários dos serviços públicos, e uma incapacidade completa de controlo da situação por parte da Administração da circunscrição. No decorrer da inspecção, ele elabora um minucioso relatório sobre o regime das terras e a questão do caju, onde denuncia em pormenor as anomalias detectadas ²⁴.

Como reflexo da inspecção realizada, em 1938 inicia-se a publicação de uma série de medidas legislativas que proibem a continuidade do sistema do pagamento em trabalho ²⁵.

A Portaria nº 3:282, de Janeiro de 1938, acaba com o pagamento de rendas em trabalho não remunerado ou cuja remuneração fosse inferior ao salário legalmente fixado, condiciona a exigência do pagamento de rendas à celebração prévia de contratos escritos, aprovados pela Comissão de Defesa dos Indígenas, e isenta de pagamento os indígenas que já ocupassem os terrenos à data da ocupação da concessão das propriedades, ou que os tivessem ocupado nos últimos doze meses. Esta medida atingia particularmente os proprietários que se tinham assenhoreado de terrenos nos últimos anos. A Portaria estipulava ainda que os produtos pagos aos indígenas pelas colheitas nos terrenos não arrendados se baseassem nos preços correntes nos mercados da Colónia.

A Portaria de Agosto de 1939 mantém os princípios da anterior mas, devido à diversidade de situações existentes na Colónia, dá instruções aos governos locais para regularem as relações entre proprietários e indígenas, estipulando limites máximos para rendas anuais a serem pagas pelos indígenas aos patrões.

No mesmo mês, o Governador da Província reúne-se com os proprietários para os induzir no cumprimento da legislação, mas sem chegarem a acordo. Entretanto, estando atrasada a cobrança do imposto e não se conseguindo que esta fosse realizada através dos Regulos e Sipais, o Administrador decide chamar a companhia de Polícia do Monapo "para aterrorizarem as gentes e logo os indígenas do Mossuril, por boca dos seus Regulos, pediram ao Administrador que os livrasse de tal gente..." ²⁶.

Estes polícias do Monapo, que na altura estavam estacionados no Lumbo para controlo dos estivadores, eram considerados como "verdadeiros malffeiteiros, uma horda de salteadores sanguinários e irresponsáveis" que tinham sido treinados "para terror da população, explorando o antagonismo que existe entre os povos do interior e os do litoral (...). No Lumbo, onde eram às vezes açulados contra os habitantes indígenas, já se tinham celebrizado na prática de crueis agressões, latrocínios e outros crimes contra as mulheres, chegando a forçar os indígenas a prática em público de asquerosos actos incestuosos" ²⁷.

Tendo estes polícias sido mandados contra as povoações no dia 31 de Agosto, a população amotinou-se "juntando-se inesperadamente grande multidão armada de facas, paus e alfaias agrícolas, que marchou para a Secretaria da circunscrição", atacando o acampamento dos polícias com particular violência ²⁸.

A revolta foi esmagada no dia seguinte, com a intervenção da 5^a Companhia Indígena de Infantaria, vinda expressamente de Nampula, e acompanhada pelo próprio governador ²⁹.

Foram presos 187 revoltosos e enviados para cumprir pena em Nampula, e centenas de outros conseguiram fugir ao assalto militar. Dias depois chegou novo grupo de 50 polícias ao Monapo, para obrigar os indígenas ao pagamento do imposto de palhota.

Nesta revolta não estiveram ausentes os interesses dos proprietários, que sabiam que o imposto de palhota equivaleria a uma redução da sua exploração, porque seriam obrigados a substituir a renda em trabalho gratuito para toda a limpeza, apanha e transporte de caju, por um sistema de exploração capitalista assente no pagamento monetário.

O Estado colonial procurava assim abolir o sistema de produção feudal para instituir o capitalismo. O sucesso da intervenção militar vai dar força e prestígio à Administração que consegue, em Outubro, reunir-se com os proprietários e acordar com estes que os indígenas vivendo nas suas terras lhes pagassem uma renda mensal de 2\$50, em vez do pagamento em trabalho.

Assiste-se então, durante os anos seguintes, a uma recusa da parte dos indígenas ao pagamento de tal renda, com exceção das propriedades que desde gerações pertenciam à mesma família ³⁰.

Em Fevereiro de 1940, o Administrador do Mossuril nota que a região ainda não está pacificada: "seria preciso expulsar alguns europeus e mulatos duvidosos, castigar a sobranceria de alguns negros amonhados e endinheirados das Cabacei-

ras, aumentar o quadro de sipais no triplo, armá-los bem e municia-los, dar carta branca ao Administrador, fechar os olhos à prudência, agir segundo a conveniência ou imposição do momento..."³¹.

Os contratos a serem celebrados entre proprietários e arrendatários careciam porém de aprovação pela Comissão de Defesa dos Indígenas, e só em Agosto de 1942 esta se reune, na Ilha de Moçambique, para apreciar os termos em que os mesmos estavam a ser feitos.

A Comissão considera incorrecto submeter os indígenas ao pagamento de uma renda vitalícia por terrenos que os proprietários não cultivam, pelo que conclui que o pagamento deve ser feito num prazo limitado de anos, passando depois os indígenas a ficarem livres do pagamento de qualquer renda³².

A situação arrasta-se devido ao descontentamento dos proprietários, tendo os primeiros 34 contratos sido alcançados em 1943.

Estava-se então num período de grande crise de exportação de caju, pelo que os proprietários já não pressionavam os residentes dos seus terrenos para a apanha do caju, ocorrendo então um período de sossego no seio da população indígena³³.

Retomada a exportação, em 1945/46, os conflitos recomeçam, e a maioria dos proprietários tem de recorrer de novo à força para conseguir as rendas, e o imposto só é cobrado da mesma forma. "Só uma solução contentaria a todos (afirma a autoridade administrativa em 1946), a expropriação de terrenos aos proprietários e a sua entrega aos indígenas para sua livre fruição"³⁴.

Na mesma época, porém, continuavam os indígenas a serem expulsos das suas terras, já não no Mossuril porque estas estavam esgotadas, mas nas regiões próximas como em Lunga, onde o proprietário Bapugy invade os terrenos vizinhos, cobrando rendas por processos violentos que exacerbam os ânimos das populações³⁵.

Sobre um outro proprietário indiano de Matibane escrevia o Administrador no seu diário de serviço: "o que repugna a minha consciência e a minha noção de justiça é que ele usufrua uma área enorme, onde tira um rendimento de centenas de contos anualmente, com manifesto desrespeito pelos legítimos e naturais interesses dos indígenas (...). Acresce que comprou o domínio útil e benfeitorias existentes em mais de 7.000 hectares por pouco mais de 30 contos e para obter os rendimentos que obtém com a castanha de caju pouco ou nada faz. Não agriculta o terreno, não o limpa, não o valoriza. Limita-se pura e simplesmente a manter guardado o "Tesouro" e, na altura própria, a colher a castanha"³⁶.

Em 1947, atendendo às quantias exorbitantes que os proprietários exigiam aos indígenas, e aos métodos violentos com que estas eram cobradas, o Inspector em serviço na Província dá ordem para "proibir que os rendeiros encarreguem capatazes indígenas da cobrança das rendas" e para que "se proceda com a maior urgência à delimitação das propriedades particulares, de toda a circunscrição, a começar pelas de Lunga e Matibane"³⁷.

Durante os anos que ocorreram desde a subida das cotações do caju e a valorização das propriedades com cajuais, pouco se tinha alterado em termos da forma de obtenção das propriedades, bem como nos métodos para se colher a castanha.

A disputa entre proprietários e a Administração colonial pelo direito de posse e usufruto de terrenos, continuava por resolver, alegadamente porque o Estado não tinha capacidade de efectuar com rigor o cadastro geométrico, nem tão pouco força para se opôr efectivamente aos proprietários.

Conseguiu-se substituir a renda em trabalho gratuito por uma renda em dinheiro que, obtida do mesmo trabalho, permitia ao camponês amealhar dinheiro para pagar o imposto de palhota.

Quanto aos métodos violentos utilizados para a cobrança das rendas, não diferiam daqueles que eram utilizados pela Administração no recrutamento da mão de obra, quer para as empresas quer para os trabalhos públicos.

Aliás, desde 1944 que a Administração se tinha transformado na única entidade recrutadora de mão de obra na colónia, graças aos métodos violentos utilizados, como ilustra uma carta confidencial do Governador Geral: "No momento actual, em que as grandes nações estão preocupadas com os problemas da guerra, é natural que passe sem comentário qualquer arbitrariedade por nós praticada em relação ao sistema de trabalho imposto por acordos internacionais. Mas não devemos confiar demasiadamente nessa indiferença de momento, pois que é de admitir que as acusações surjam em ocasião oportuna"³⁸.

Para além das razões alegadas, que opunham o Estado aos proprietários, é de salientar a que diz respeito ao controlo da força de trabalho. Com efeito, os indígenas que viviam no Mossuril em terrenos de proprietários, que em 1946 se estimavam em 9.000 contribuintes, mais de um terço do total da circunscrição, eram considerados trabalhadores particulares, e como tal não podiam ser obrigados nem à cultura forçada do algodão nem ao recrutamento para as plantações.

Se considerarmos que noutras regiões a apanha do caju era feita pelas mesmas pessoas obrigadas a cultivarem algodão, ou submetidas ao contrato de seis meses, ou mesmo os seus familiares, podemos calcular o que representava para a Administração colonial a situação do Mossuril.

A análise da questão das propriedades e regime de trabalho no Mossuril, relacionada com a produção do caju nos anos que se seguiram ao aumento das suas cotações no mercado internacional, permite-nos não só constatar diversos aspectos da exploração colonial como verificar que, de alguma forma, eles foram condicionados pelas situações de procura e crise do mercado internacional.

Por outro lado, embora surjam especificidades históricas no Mussoril, não deixa de haver situações comuns a outras regiões de Moçambique, onde seria interessante analisar a mesma problemática.

De alguma forma, a questão do caju vai-se ligando sempre ao controlo da sua produção, para além dos lucros capitalistas obtidos na comercialização.

Sabendo que, a nível nacional, a maioria do caju era proveniente da comercialização rural de camponeses, consideramos importante estudar como era controlada, ao nível das estruturas locais e das linhagens, a produção do caju, bem como a redistribuição dos lucros e mercadorias provenientes da sua venda.

Outro aspecto sem dúvida significativo é o da alteração do direito tradicional-comunitário da terra, e que implicações as plantações de caju trazem ao desenvolvimento de um direito de posse da terra que implica controlo dos cajuaís.

NOTAS

¹O Norte, nº de Agosto de 1936, sit. in Relatório da Inspecção Ordinária às Circunscrições do Distrito de Moçambique, 1936-1937, pelo Capitão Armando Eduardo Pinto Correia, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, Colónia de Moçambique, Província do Niassa, 2º vol., p.333, 209, dact. enc., AHM, Secção Especial, Cxa.76, sit. in v.I, pp.207.

²Ibidem, p.208.

³Estatística do Comércio Externo e da Navegação, 1932 e 1933, Repartição Técnica de Estatística, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1933 e 1934.

⁴Uma hipótese possível de investigar é a subida repentina da cotação estar ligada à abolição da "Lei Seca" nos E.U.A., principal mercado onde o caju era utilizado como aperitivo para as bebidas alcoólicas, para além da indústria alimentar de pastelaria.

⁵Em 1944 as exportações de caju descascado atingiram as 367 toneladas (cf. Estatísticas do Comércio Externo...). Em 1950 recomeçaram as exportações de caju descascado com 34 toneladas, e cinco anos depois atingiam-se as 996 toneladas. 75% do total exportado destinava-se ao mercado norte-americano (cf. A Agricultura de Moçambique, F. Monteiro Grilo, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1958, p.187, p.145).

⁶Correia, op.cit., v.I, p.209.

⁷Ibidem.

⁸Relatórios sumários e respectiva documentação referente à Inspecção Ordinária feita na Província do Niassa em 1943, pelo Capitão Carlos Henriques Jonas da Silveira, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, Colónia de Moçambique, Província do Niassa, 3 vol. s/p, dact. e enc., AHM, Secção Especial, Cxa. 96, V.II, Doc. IV, "Cópia das parte do Relatório anual desta Circunscrição...", p.32.

⁹Correia, op.cit., V.I, pp.117 e segs.

¹⁰Ibidem, p.156

¹¹Idem, pp.146-50.

¹²Idem, p.179.

¹³Idem, p.164.

¹⁴Idem, p.175.

¹⁵Idem, p.153.

¹⁶Idem, p.154.

¹⁷Idem, pp.146-50.

¹⁸Idem, p.151.

¹⁹Silveira, op.cit., V.II, p.2.

²⁰Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944 (Parte II e III)
Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1946, p.69.

²¹Correia, op.cit., V.I, p.22.

²²Ibidem, p.161.

²³Idem, p.151.

²⁴Idem, pp.117 e segs."Relatório sobre o regime das terras e a questão do caju", p.130.

²⁵Portaria nº 3:286, de 19 de Janeiro de 1938, substituída pela Portaria nº 3:796 de 23 de Agosto de 1939, e a Portaria nº 4:230 de 12 de Novembro de 1944.

²⁶Relatório da Inspecção Ordinária ao Distrito de Nampula, 1946-1948, Hortêncio Estevão de Sousa, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, Colónia de Moçambique, 6 vol., p.1602, dact. e enc., AHM, Secção Especial, Cxas. nº 77 e 78, V.I, p.103, transcrição do "Diário de Serviço do Administrador..."

²⁷Silveira, op.cit., V.II, p.2.

²⁸Ibidem.

²⁹Sousa, op.cit., V.I, pp.103 e segs., transcrição do "Diário de Serviço do Administrador..."

³⁰Ibidem, p.108.

³¹Idem, pp.115-116.

³²Idem, pp.110-116.

³³Silveira, op.cit., V.II, p.2.

³⁴Sousa, op.cit., p.110.

³⁵Ibidem, V.V, p.1150.

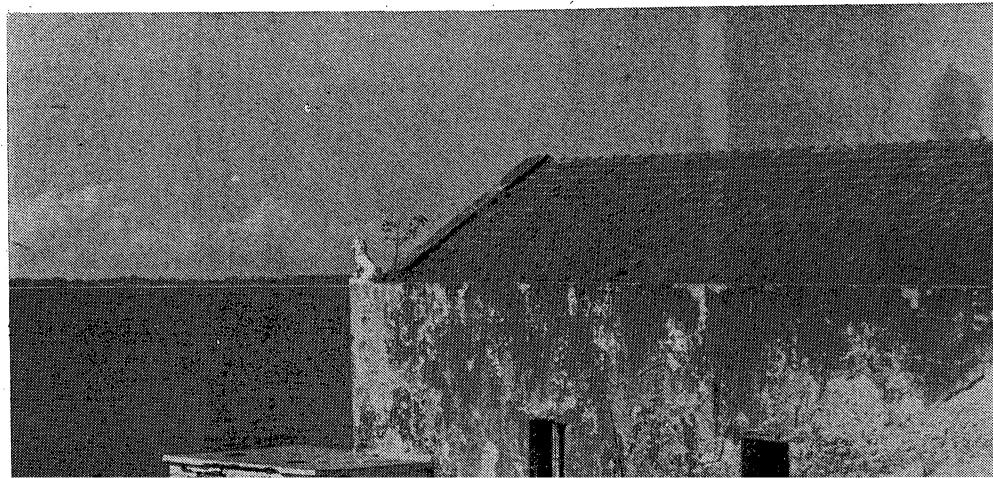
³⁶Silveira, op.cit., V.II, Doc.IV.

³⁷Sousa, op.cit., V.I, p.117.

³⁸Ibidem, p.86.

Os Quadros I e II contêm dados extraídos dos vários volumes da Estatística do Comércio Externo e da Navegação, 19--, Repartição Técnica de Estatística, Lourenço Marques, 19--, in AHM.

Foto de João Cardoso



**CAMPOS OLIVEIRA:
JORNALISTA E ESCRITOR MOÇAMBICANO
(1854 - 1911)**

António Sopa

INTRODUÇÃO

O presente estudo bio-bibliográfico insere-se num projeto de investigação mais vasto sobre a imprensa moçambicana.

Ao longo destes últimos sete anos senti muitas vezes necessidade de parar, reler notas, consultar fichas de trabalho, trocar opiniões, enfim, situar-me e repensar certas afirmações que se foram instalando confortavelmente entre nós.

Depois, e conforme o estudo ia decorrendo, fui-me esquecendo de inúmeros — pequenos e grandes — acontecimentos que constituem afinal a vida da imprensa. Hoje, para além de uma visão mais correcta do que foi o seu percurso, ficaram-me na memória alguns nomes de publicações, personalidades e factos, que por esta ou aquela razão me impressionaram.

É possível, através das crónicas que devassavam a vida local, dos artigos de opinião corajosamente assumidos ou das lúcidas análises de política internacional, inteligentemente elaboradas e de grande eficácia, ter o retrato do jornalista moçambicano, apesar das diferentes posturas sobre a realidade que o envivia. A crítica, a ironia, a coragem, a subtileza, ou a combinação bem doseada de todas elas, foram as ferramentas desse duro ofício, que lhe foi sempre permitindo dizer o que era importante dizer. Mesmo quando contra ele se opunham interesses inconfessáveis, as verdades estabelecidas ou os poderes públicos existentes.

Casos houve, também, em que projectos promissores, de princípios bem intencionados, foram traídos em nome de valores mais prosaicos ou de interesses mais imediatos.

Campos Oliveira não pertence a nenhum destes grupos. A sua obra terá hoje um interesse bastante reduzido e só poderá ser encarada tendo em vista o estabelecimento de uma história da literatura moçambicana. No entanto, no âmbito da imprensa, o seu nome anda indissoluvelmente ligado às primeiras publicações editadas na colónia e, em alguns casos, ele foi o proprietário e editor de algumas delas. Talvez o seu nome possa ser incluído num terceiro grupo de personalidades — os percursores, os que criaram iniciativas, sabendo-as condenadas ao fracasso.

Este estudo pretende divulgar alguns elementos biográficos que ainda permanecem inéditos; listar a colaboração publicada em jornais e revistas, moçambicanos e estrangeiros, e, dentro da escassa documentação acessível, dar o ambiente cultural da Ilha na segunda metade do século passado.

ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE NA SEGUNDA ME TADE DO SÉCULO XIX

Rodeando as ilhas de Sena e Goa, o navio acabava por entrar no porto interior. Passava rente à fortaleza e ao campo de S. Gabriel, que a separava da povoação propriamente dita, e acabava por ancorar ao largo, frente à ponte cais¹.

Para o viajante que encarava a capital pela primeira vez, a cidade aparecia-lhe acanhada e feia. Os edifícios, sem grandeza, aparentavam ruína².

Feito o desembarque, entrava-se no largo de S. Paulo — "sala de visitas solenes da cidade" — e centro da vida oficial desse tempo. O largo era "sinónimo de governo, das intrigas de gabinete: era a cabeça do País"³.

No andar terreo do palácio, que tem o mesmo nome do largo e lhe define um dos lados, estavam instaladas as secretarias do governo. Na sala de dossel, já nos aposentos de Sua Exceléncia, "reuniam-se [...] o Conselho da Província, o Conselho do Governo, a Junta da Fazenda, a Junta de Justiça, e outros conselhos e comissões a que presidia o Governador Geral"⁴.

Era ali, no largo, que os mais altos funcionários, civis e militares, davam as boas-vindas ao novo governador geral ou iam esperá-lo no regresso da sua inspecção aos portos da colónia. O largo revestia-se de pompa e solenidade, própria dos grandes acontecimentos. Vale a pena demorar-mo-nos um pouco sobre o que por lá acontecia. Sua Exceléncia desembarcava duma galeota de 36 remadores, que arvorava o pavilhão real. Com ele vinham o governador geral cessante, o secretário geral envergando o uniforme de coronel de 2^a linha, os membros do Conselho do Governo, que horas antes tinham ido a bordo apresentar cumprimentos.

Na ponte, os clarins da força da marinha, a banda do Batalhão e a filarmónica da Escola de Artes e Ofícios, prestavam a guarda de honra. Na fortaleza, fazia-se a salva de 21 tiros.

Depois iam a pé até à Igreja Matriz onde se realizava o Te-Deum. Assistiam a este acto solene o corpo consular, os magistrados judiciais e o ministério público, os oficiais da armaria ao serviço da colónia e da Divisão Naval, os do exército, todos em grande uniforme, os altos funcionários civis, os co-

mendadores de Cristo e de Vila Viçosa, os xeques, sargentos-mores e cabos das terras firmes, os irmãos das confrarias e todos os elementos que constituíam a pequena corte da capital.

Na fortaleza, o novo governador confirmava o comando da praça ao oficial que o exercia na altura. Passavam então à ca pela de Nossa Senhora do Baluarte. Aqui, o secretário geral lia o diploma de nomeação. Terminada a leitura, a Prelado retirava das mãos da imagem da Senhora o bastão dos capitães gerais, entregando-o ao governador cessante que, por sua vez, o entregava à nova autoridade, que o dava ao Prelado para o colocar novamente nas mãos da imagem. Era lido o termo de posse, Sua Excelência assinava-o e a banda tocava o hino do novo governador.

À noite, o largo voltava a encher-se de vida. O governador geral cessante realizava o banquete em honra da primeira autoridade da colónia⁵.

O largo exprimia também a alegria dos momentos felizes e inusitados. As alegrias de Sua Magestade — a aclamação, o consórcio e o aniversário natalício — eram alegrias de todo o rei no. Durante três dias as repartições públicas encerravam as suas portas e o povo saía à rua. Havia cerimónia solene nos Paços do Conselho, salvas de 21 tiros, a banda desfilava pelas ruas, Te-Deum na Sé Matriz, repiques de sinos, iluminações nos edifícios do estado e particulares, fogos de artifício.

Mas o acontecimento maior e mais esperado era o baile que Sua Excelência dava no palácio do governo:

"[...] No dia 18 continuaram a mesma salva e regozijos dos outros dias, havendo mais um esplendido baile 'no palacio'. Além da iluminação exterior do palacio, estava também o claustro e arcadas que conduzem à sala da entrada aparatosamente illuminados com lindos transparentes, nas quais des tacavam em luzes variegadas, as iniciais L.M. que também se viam em um grande alegrete de figura elíptica no centro do claustro formadas de luzes, produzindo um magnífico efeito vistas por entre as flores cuja fragrância embalsamava, deliciosamente o ambiente.

A sala do docel ocupa a parte central da frente do palacio; à direita d'esta ficava a sala principal do baile; à esquerda outra sala de iguais dimensões; seguia-se uma outra, onde havia mesas sumptuosamente garnecidas de peças frias, doces, frutas &c. e a esta ainda uma outra mais pequena. A sala do baile lindamente decorada estava mobilada com muito gosto; e tanto esta como todas as mais salas eram iluminadas com ricos lustres, serpentinas, e vistosos candieiros de luz de petróline. Junto à sala do baile estava o gabinete das damas, confortavelmente arranjado, e com um belo toilette.

Às oito horas, hora da entrada para o baile: uma guarda de honra de capitão com bandeira estava postada no adro, e a música em um coreto na sala contigua à do baile. Pouco depois das oito começaram a concorrer os convidados, sendo as senhoras conduzidas pelos ajudantes de ordens do general desde o claustro à sala de entrada, onde eram recebidas pelo secretário do governo e por dois oficiais do "Maria Anna" que as conduziam à sala do baile. Eram nove horas, estando a sala garnecida de senhoras, em elegantes toilettes e as demais salas pejadas de cavalheiros, foram as

senhoras conduzidas à sala de docel e ali formaram parede; então o general dando a direita ao docel correu a cortina e descobriu o magnifico retrato de EL-REI ao som do hino do mesmo Augusto Senhor. Concluída esta cerimónia foi servido um magnifico cha, e logo depois rompeu sua ex^a. o baile em uma quadrilha de dezasseis pares. Durou o baile ate as cinco horas da manhã, sempre mui animado com contradanças, valsas e polkas & etc. nas quais por varias vezes figurou o general, animando os convidados com a sua presença, e com a amabilidade que o caracteriza. Nos intervalos das danças serviam-se refrescos e doces com profusão, e a música executava peças escolhidas⁶.

O largo era o centro da diplomacia. Viam-se passar os chefes locais e os representantes das nações estrangeiras amigas. Faziam-se as visitas protocolares, trocavam-se amabilidades e Sua Exceléncia demonstrava o prazer que lhe dava receber um admirante de Sua Magestade britânica e comandante das estações Oriental e Ocidental da África⁷.

Era ali, do lado do mar, onde os habitantes se reuniam depois do fecho das repartições, a gozar o fresco da tarde. Formavam-se grupos e, por vezes, a conversa decorria animadíssima. O largo era então a crítica. Feroz, corrosiva, destruindo implacavelmente reputações construídas ao longo de vidas inteiras de trabalho⁸.

De quando em vez, a conversa tomava outros rumos. Falava-se então dos excessos do governo. Do marquês. Do seu desconhecimento das realidades locais. Da libertação dos pretos. No diz-que-diz ocasional, os donos de gente negra estabeleciam planos para antes vender os escravos na primeira oportunidade do que ter que os libertar⁹.

Vinham à baila as mudanças que se davam no reino. Comentavam-se as "liberdades" do liberalismo. Citavam-se nomes de jornais. Disputas célebres. Referiam-se os novos hábitos: o Chiado, o "Marrare", o passeio público. Sabia-se como decorriam as obras do novo edifício do Teatro Nacional. Ria-se com o que sucedia no Grémio Literário. Havia quem tivesse assistido à última ópera. Lido o último livro. Enumeravam-se os escândalos, murmuravam-se nomes de mulheres e falava-se da imoralidade que reinava nos lares de gente séria¹⁰.

Depois recolhiam-se a casa, que daí a bocado havia a "música" do batalhão. Chegavam-se as famílias, instalavam-se perto da ponte de desembarque, aproveitando os assentos de alvenaria e a pobre iluminação dos candieiros¹¹. Quando Sua Exceléncia aparecia no mirante do palácio, acompanhado dos convidados para tomar o cha, a banda iniciava a função, desafiando o seu repertório de valsas e polkas, mais ou menos estropiadas¹². Na roda dos cavalheiros, se não havia nenhuma notícia grave—daquelas que alguém tinha ouvido de alguém que sabia—retomavam-se os assuntos iniciados horas antes¹³. Surgiam ideias,

sido muito intensa, a julgar pelas notícias que nos chegaram. Ironicamente, um jornal referia-se-lhe desta forma:

"A arte dramática tem adquirido ultimamente um grande desenvolvimento: há tempos, houveram duas recitas, para as quais, até veio gente de fóra da terra; os bilhetes forão tão procurados que subirão a um preço, não diremos fabuloso, mas excessivo; choveram ramilhetes [sic], e as delicadas poesias impressas em panfleto, esvoaçavam pelos amplos camarotes e extensões balcões [sic], indo na sua queda enlouquecer de prazer, a entusiasmada platéa: brevemente deve subir a scena uma grande magica, para o desempenho da qual, estão já trabalhando os architectos e engenheiros"²⁰.

As representações eram feitas, uma e outra vez, por militares — sargentos e oficiais — do Batalhão de Caçadores¹ ou pelos tripulantes dos navios ancorados no porto²¹. Ainda é muito pouco conhecida a actividade das chamadas "sociedades dramáticas" que sabemos terem existido na Ilha. Contudo, a filantropia parece ter sido um dos seus objectivos. A primeira sociedade deste género, denominada "Alunos de Plauto", realizou em 1869 um espectáculo em benefício dos presos da cadeia. Existem ainda notícias, bastante vagas, das sociedades "Timbre e Capricho", "Pátria e Família" e "Recreio Artístico"²². Para o povo miúdo existiam "divertimentos de figuras" em qualquer quinalha da cidade²³.

O associativismo, que se apresentava sob a denominação de grémio, sociedade, club ou associação, teve sempre, a par dos jogos lícitos, uma componente cultural. A "Associação Civilizadora de Moçambique", de curta existência, foi a primeira destas colectividades. Ela nasceu em 1869, em resultado de uma reunião realizada entre o governador geral interino e moradores da capital. Tratava-se de constituir uma biblioteca e um gabinete de história natural. Segundo as palavras da primeira autoridade da colónia, a idéia teve um entusiástico acolhimento, tornando-se todos os assistentes sócios da futura agremiação, formando-se uma comissão directora e outra para redigir os estatutos²⁴. Logo no ano seguinte, criou-se o "Grémio Literário", com idênticos fins. Em 1874 encerrava as portas, tendo-se realizado a 7 de Julho desse ano o leilão do mobiliário²⁵. Anos antes, em 1871, tinha sido fundado o "Clube Recreativo Regeneração" e, seis anos mais tarde, o "Clube Recreativo Literário", que tinham como objectivos a realização de soirées dançantes e dramáticas, jogos lícitos e gabinete de leitura²⁶. O "Clube Recreativo Regeneração" chegou a ter sede em edifício próprio, comprado por um conto e oitocentos mil réis²⁷. Há ainda notícia do "Club Dramático Musical" e do "Club Moçambicense", já na última década do século passado²⁸. Em 1905, formou-se o "Club Internacional de Moçambique" que, para além da faceta cultural, comum às associações anteriores, pretendia

"promover regatas e outras diversões de sport"²⁹.

Também entre a classe militar surgiram iniciativas semelhantes. Em 1874, com o entusiasmo do comandante do Batalhão de Caçadores 1, fundou-se o "Club Instrutivo Militar", dedicado aos oficiais dos diferentes ramos³⁰. Na sua sede existia uma biblioteca e chegaram-se a adquirir livros em Lisboa³¹. Anos mais tarde, em 1892, surge o "Recreio Militar dos Officiaes Inferiores"³².

Não tenhamos dúvidas. Os gostos literários foram sempre escassos. Os jogos, como o bilhar, o gamão, as damas e até o simples domino, juntamente com as soirées dançantes, terão tido sempre a preferência dos sócios. No inventário realizado no "Club Recreativo" por altura da sua liquidação, existia no gabinete de leitura somente "um armário com papeis"³³.

"[...] Aqui ha um Club que é frequentado por quatro ou cinco officiaes da nossa armada, de resto não vae lá mais ninguém senão por festas, (isto é um modo de falar) a maioria dos socios prefere ir jogar no bilhar dum caza que é, taverna, mercearia, botequim ou caffé, isto é que não vende café senão em grão, enfim é uma caza que tem o bilhar à porta da rua, e por isso é mais commodo do que ir ao Club onde é necessario subir escadas e dar mais uma dúzia de passos, contudo os socios pagam os seus 900 reis mensais para haver um Club, para algum curioso [ir ver?] e para que se diga que em Moçambique ha um Club, estabelecido numa caza magnifica, que tem dois bilhares e assignaturas de varios jornais nacionais e estrangeiros e dos milhares, que são para os continuos lerem supponos nós, por que os socios pouco se incomodam em lá ir para esse fim"³⁴.

Houve ocasiões, poucas, em que as suas salas se iluminaram para receber visitantes ilustres. Como daquela vez em que o governador geral visitou o "Club Recreativo". Sua Exceléncia chegou acompanhado pelo ajudante de campo e pelo excellentíssimo secretário geral. No átrio do clube estava o presidente da direcção para o receber e acompanhar na visita ao edifício. Sua Exceléncia foi-se inteirando do que realizava, das dificuldades... mas o seu rosto demonstrava alegria por poder ali estar. Estavam presentes os funcionários, os oficiais e os pilares do comércio local. Foi aberto o baile e dançou-se a quadrilha. Depois foi recitado o hino dedicado a Sua Exceléncia.

Salve! oh general que não desdouras
o da luza nação marcial valor,
Salve! brioso filho de Mavorte!
a tua nobre espada, honra e louvor!

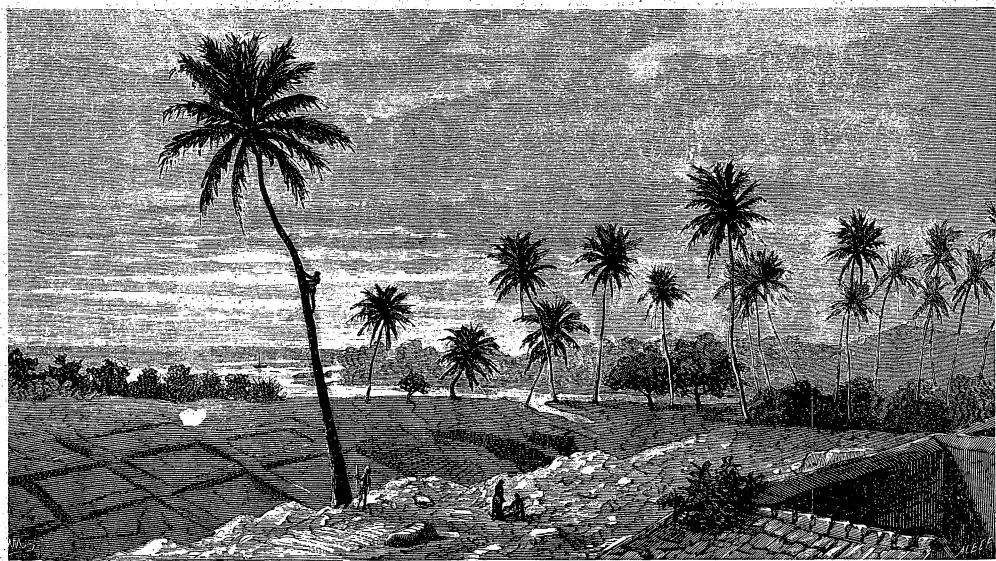
O baile recomeçou. E dançou-se com gosto até às cinco horas da manhã. A graciosidade das damas, o garbo dos oficiais, a seriedade dos comerciantes e a simpatia de Sua Exceléncia deram à festa um brilho pouco habitual, ficando na lembrança de todos os que a ela assistiram³⁵.

No campo científico, o governo tentou estimular algumas

iniciativas, com resultados bastante lentos e duvidosos. Ao que parece, a primeira tentativa para a criação de um jardim botânico e museu data de 1838³⁶. Mas, em 1869 não estavam ainda criados, tendo-se formado a "Associação Civilizadora de Moçambique", com esses objectivos. Em 1875, é aprovada a sua criação com o nome de "Museu da Província de Moçambique"³⁷. Só oito anos mais tarde foram nomeados Joaquim d'Almeida Cunha e Augusto César Moura Cabral, secretário geral e oficial maior da secretaria geral, para procederem aos trabalhos de preparação e instalação do museu e biblioteca³⁸. Finalmente, em 1889 anuncia-se ao público ter sido inaugurado o museu provincial. Este encontrava-se instalado numa sala da fortaleza de S. Sebastião, e compunha-se de "batuques de guerra" pertencentes a chefes locais revoltosos, e de bandeiras que acompanharam as diversas expedições militares portuguesas³⁹. No mesmo ano instala-se uma biblioteca na escola de artes e ofícios, tomando a designação de "Biblioteca Pública da Escola de Artes e Ofícios". A aquisição de livros era feita através de uma verba atribuída pela Junta de Fazenda e pela terça parte das receitas particulares obtidas pela escola, nos bazares e espectáculos que realizava⁴⁰. Criou-se, também, uma exposição provincial permanente de produtos da colónia mas, logo no ano seguinte, a comissão encarregada de promover a aquisição e classificação dos produtos foi dissolvida⁴¹.

Em Moçambique, o interesse pelas ciências exprimiu-se da melhor maneira com a fundação da "Sociedade de Geographia de Moçambique", em 1881. Chegou a ter boletim próprio e a fazer reuniões, acabando depois por paralisar a actividade⁴². Ainda neste âmbito, o antigo secretário geral, Joaquim d'Almeida Cunha, tentou publicar uma revista de carácter científico⁴³. Depois, o interesse pelos novos conhecimentos técnicos e científicos reduziu-se às breves notícias dadas pelos jornais locais.

Aos habitantes da antiga capital pouco mais restava para espalharem. Ficavam-lhes os bailes, por ocasião de baptizados e aniversários dos filhos das famílias ricas, ou um jantar por ocasião de um novo conhecimento social⁴⁴. Provavelmente, ao fim da tarde havia quem se deslocasse de machila até ao "lugar da meia-laranja" passando, no regresso, pelo bairro dos negros⁴⁵. Para quem procurasse o exotismo, restava-lhe embarcar a bordo de um qualquer pangaio, encalhado entre a Sé e a ponte cais, e assistir aos requebros de uma verdadeira bailarina oriental⁴⁶. Ficavam ainda o café e o bilhar⁴⁷. Ou o chinquinho⁴⁸. Na época mais quente do ano, procurava-se refúgio no continente fronteiro, ia-se de quando em vez à caça das lebres e rolas, passeava-se pela praia, vendendo-se a gente negra a apanhar os



Palmar da Cabaceira
(O Occidente, 1º Ano, Vol. I, nº5, 1 de Março de 1878)

tras e caranguejos e, à noite, podia assistir-se a um "batuque" local⁴⁹.

Depois da descrição que fizemos, talvez se fique com uma imagem diferente daquela que corresponde ao ambiente cultural que se vivia naquele tempo. O quotidiano foi, por vezes, demasiado sombrio, como nos demonstram os desabafos que nos ficaram:

"[...] Levanta-se a gente pela manhã, prepara-se para almoçar; em seguida vai para a sua ocupação, d'onde sae para jantar, e depois d'este, vai dar o seu passeio até a ponte, logar mais concorrido ca do sitio, ou então deixa-se ficar em casa, ôlhando espavorido em roda de si, por que não depara senão com as paredes e com um conjunto de insipidez, e de tristeza; e a huma certa hora da noite em que já está aborrecido d'esta monotonia, encaminha-se para o valle de lençoes [sic], esperando ali, encontrar descanso às fadigas do corpo, e alivio ás apprehensões moraes. Mas, oh destino! — O sonno, é-lhe rebelde; envolve-se-lhe o fraco cerebro em um laberintho de atormentadoras ideias; aparecem-lhe fantasmas, avivam-se-lhe as tristes recordações da sua terra e dos seus, e por isso, vêda causa raiar a aurora sem haver conseguido conciliar o sonno. Assim correm dias e fogem annos..."⁵⁰.

Anos mais tarde, são quase as mesmas queixas que se ouvem:

"A não ser o Club, a cavaqueira do complacente [sic] Laffite, e o bilhar do Pinto, eramos obrigados a fechar-mo-nos dentro de casa, pasto dos mosquitos, e joguete do monotonio piar dos mochos"⁵¹.

Este era o mundo em que se movimentava o jornalista. Existia uma outra face menos conhecida da capital, aquela de que fazia parte a gente negra.

Na segunda década do século passado, à cidade "negra" si

tuava-se à beira-mar, por trás da cidade de pedra, "pela banda sul em todo o comprimento da ilha"⁵². Uma fonte mais tardia estabelece os limites da Missanga "no litoral do lado exterior", entre o campo de S. Gabriel e acabando próximo do largo da Saúde ⁵³. Datam da segunda metade desse século as primeiras tentativas de organização do bairro, tendo sido destruídas moradias e afastados os seus moradores para a ponta da Ilha⁵⁴.

"Passámos pela Missanga e pelo meio do basar, onde os negros vendiam gêneros e preparavam suas comidas: este sitio é infecto pelos immundos costumes dos pretos, e amontoação de casas, apesar de terem recentemente mandado demolir várias barracas para fazer girar mais o ar n'aquelle bairro"⁵⁵.

Em 1855, foram removidas as palhotas que existiam "dentro do muro do extinto convento de S. Domingos", onde habitavam os "negros do Estado", para um local situado na ponta da Ilha⁵⁶. Apesar disso, no final dessa década existiam ainda vários "lабиринтos de barracas de palha, baixas, estreitas, e pouco aceitadas" dentro da cidade, apesar dos esforços para acabar com elas⁵⁷. Aliás, a postura municipal de 1857 permitia ainda "qualquer individuo fabricar palhotas no sitio denominado = Missanga = ou n'outro qualquer com previa licença do administrador do concelho"⁵⁸.

Por postura de 1868, estabelecia-se o limite do arrabalde da cidade para "alem da linha que se tirar da banca de peixe" na direcção do bairro alto da Maragonha. Ali, era permitido construir e ter palhotas, currais, matadouros, fornos de cal, depósitos de carvão e outros combustíveis⁵⁹. No entanto, a cidade mantinha o aspecto da década anterior:

"A imensa quantidade de palhotas, que hoje constitue uma grande parte da cidade, pode desaparecer em pouco tempo sem nenhum prejuizo da população mais pobre que nelas habita, e com muito proveito para a salubridade e aformoseamento da mesma cidade"⁶⁰.

O incêndio que lavrou no ano seguinte veio, finalmente, criar as condições para uma decisão mais definida do espaço da cidade:

"O que desde o governo do marquez Aracaty se não pôde levar a effeito para regularisar o fabrico das habitações n'aquelle sitio, que era a principal origem das molestias da ilha pela acumulação de immundices na populaçao, foi conseguido pelo fogo em poucas horas!"⁶¹

A partir de 1878, fica determinado que só era possível construir e ter palhotas no arrabalde, que ficava além da linha tirada do mercado de peixe pelo lado Oeste da travessa da Saúde, em direcção ao bairro alto Marangonha⁶². Em 1886, reafirma-se a proibição, estabelecendo-se que o local para a construção destas habitações ficava dos lados Sul e Norte do cemiterio S. Francisco Xavier⁶³.

Não é difícil aceitar, pelo menos enquanto não se estabeleceu uma clara divisão física entre os senhores e os seus serventuários, a presença constante de numerosa criadagem, habitual nas casas de gente rica, na vida dos seus senhores. O quinal, em vez de separar, reforçava estes laços, pois era ali que se projectava toda a vida doméstica.

"[...] como erão cerca de 8 horas, fomos acompanhados do Castellão à vivenda de sua mãe, assistir a uma serenata cafrial, com que a pretalhada da caza, festejava a chegada da sua senhora em Mossuril, depois de longo tempo"64.

Também é pouco conhecida a sua participação na vida da cidade. Sabe-se que por ocasião dos dias de festejos, estavam autorizados a comemorá-los sem qualquer tipo de interdições.

"Toda a cidade se iluminou durante as tre noites, e varias danças de pretos esquisitamente ataviados, percorriam as ruas em diferentes direcções, a seu modo cantando e dançando"65.

Ficavam-lhes depois os divertimentos que correspondiam aos diferentes ciclos da vida familiar. O "batuque de fanação", realizado por ocasião da circuncisão dos jovens, era um dos acontecimentos maiores destas famílias. Lançava-se fogo de artifício, tiros de pólvora seca e dançava-se dias seguidos⁶⁶. Até que estas liberdades foram também reprimidas⁶⁷.

DADOS BIOGRÁFICOS

O jornalista e escritor José Pedro da Silva Campos Oliveira, na época, escreveu-se, indiscriminadamente, José Pedro da Silva Campos e Oliveira e José Pedro da Silva Campos d'Oliveira. Nasceu na Ilha de Moçambique, a 17 de Abril de 1847⁶⁸. Era filho de Caetano Maria d'Oliveira e de Anna Maria Silva Campos, sendo neto, pelo lado paterno, de Nicolau Tolentino d'Oliveira e de Anna Maria da Conceição Gomes⁶⁹.

De sua mãe, falecida a 24 de Maio de 1851, nada mais se sabe⁷⁰.

Seu pai era natural de Goa, tendo ali nascido, provavelmente, em 1814⁷¹. Foi funcionário público e comerciante, o que era prática comum nesta época, tendo exercido o cargo de tesoureiro da alfândega⁷² e, mais tarde, de tesoureiro geral da Junta da Fazenda Pública e do Cofre de Defuntos e Ausentes⁷³, funções estas que ocupou até à sua morte, ocorrida em 6 de Janeiro de 1861⁷⁴.

Parte da sua actividade comercial e das relações que tinha em toda a costa estão descritas no seu testamento, sendo também um curioso testemunho da maneira como esta era exercida:

"[...] Declaro que tive relações de consignação com alguns individuos de Lourenço Marques Padre Montanha de Inhambane e outros hoje em diferentes partes da Província e em Goa: como consta dos meus livros fico devendo algumas pequenas quantias e isto por eu nunca lhes tirar comissão dos seus negócios que me eram encarregados, aos quais espero que os meus testamenteiros satisfarão, caso aqueles Senhores não queiram contemplar-me nas pessoas dos meus filhos meus únicos universais herdeiros, pela lei e por minha vontade. Declaro que tive contas com o Senhor João Vicente Rodrigues de Cardenas, porém no saldo destas contas houve engano, que já lhe fiz ver, e portanto elas devem-se julgar terminadas. Devo a minha cunhada a Senhora D.Maria Francisca Antunes de Mello e Oliveira, a quantia de cento e dez patacas da terra [110], dinheiro que me emprestou e de que eu não passei [---] alguma: Devo também ao Senhor Vicente Tomás dos Santos, uma pequena quantia que deve constar dos meus livros. Declaro que tendo entregado ao Senhor António Filipe de Nazaré algum marfim para vender, de que ele já vendeu algum; quando ele tiver acabado de vender todo, espero que formará uma conta, e apresentará aos meus testamenteiros. Tenho embarcado nesta monção para Sofala cinco fumbas com fazendas, sendo três destas ao cuidado do Senhor Bernardino Gomes de Faria, e duas ao do Senhor Braz Mascarenhas, de que peço aos meus testamenteiros, tomem a conta à vista dos documentos existentes em meu poder. Declaro que todas as minhas dívidas activas constam dos meus livros. Declaro que existe em meu poder algum dinheiro pertencente ao Padre Caetano do Rosario Valle, do Ibo. Como consta do meu livro, e uma nove onças e quinhentos soberanos, recebidos nesta minha molestia, que não cheguei lançar: e que as fazendas na presente monção mandadas para Sofala foram tomadas ao Damadar Quomoji. [...] Declaro que tenho contas com Emilio Cabral e estas devem ser examinadas, para se deslindarem os enganos havidos; e que me é devedor de duas arrobas e meia de marfim"⁷⁵.

Foi membro do Conselho Municipal e vareador da Câmara, nos biénios de 1856-1857 e 1861-1862, respectivamente⁷⁶. Em 1855, fez parte da Junta da Justiça, na qualidade de juiz ordinário, no processo crime de assassinato de Francisco António da Silveira, em que era ré sua mulher, Libânia Xavier da Silveira⁷⁷. Foi louvado em Maio de 1858, pelo "desinteresse e generosidade" manifestados, ao fornecer os materiais e operários necessários para as reparações do hospital⁷⁸. Em 1859, era segundo substituto do juiz da paz⁷⁹.

Era possuidor de uma "casa grande" na cidade, entre outras propriedades. Trata-se da "parte incompleta de propriedade de casas sobradadas citas [...] na Travessa do Hospital"⁸⁰. Era possuidor de uma casa térrea, situada na Rua do Celeiro, onde Campos de Oliveira sempre viveu⁸¹. Uma outra propriedade encontrava-se na Cabaceira, já no continente fronteiro à Ilha, tendo sido descrita pelo próprio escritor nas suas "Cartas a uma senhora". Nesta região existia um palmar que era sua propriedade, mas não encontramos indicação de ali haver qualquer casa de habitação. Pensamos que esta seria uma "machamba denominada Formosa", onde existia uma casa com telhado de macute, na zona da Conducia, limite com a Cabaceira Grande⁸².

Na Ilha viviam alguns familiares mais chegados. Seu irmão, Caetano Luís de Campos Oliveira, e um tio, José Filipe de

Oliveira. O primeiro era natural de Moçambique, onde nasceu em 1848, funcionário público e comerciante, tendo tido de início uma carreira muito semelhante à de seu irmão⁸³. O segundo era natural de Goa, tendo ali nascido em 1799, tendo-se aposentado como primeiro escrivão da alfândega. Foi casado em primeiras núpcias com D.Rosa Conceição de Mello, de quem teve dois filhos, Domingos José de Mello e Oliveira, falecido por volta de 1865, e Maria Conceição, também falecida em 1847. Casou-se segunda vez, com D.Maria Francisca Antunes de Mello, de quem teve "um filho que faleceu depois de três meses do seu nascimento"⁸⁴. Era proprietário de uma casa na Praia da Boa Vista e estava incluído na lista dos cinquenta moradores com cisterna própria⁸⁵. Faleceu a 1 de Junho de 1867⁸⁶.

Em Goa, na aldeia de Siolim de Bardez, vivia a outra parte da sua família, constituída por um tio, António Sebastião de Oliveira, já falecido em 1865, tendo deixado descendência⁸⁷.

Partiu muito jovem para a Índia⁸⁸. Na vila de Margão, ficou instalado na casa de D.Maria Anna Peres Soares⁸⁹. Ali concluiu os "estudos primários e secundários", tendo sido aprovado em latim e francês, no Liceu Nacional de Nova Goa. Fala va "alguma couza de francez" e tinha os "principios de geometria e aritmetica em escolas particulares"⁹⁰. As despesas dos dois estudantes rondavam os trinta soberanos anuais, sendo suportadas pelo rendimento das apólices do Banco do Governo, no valor de cinco mil e quatrocentas rupias, ao juro de cinco por cento, na posse de Francisco António de Carvalho, em Bombaim. Quando aquela importância não pudesse ser coberta pelo juro, poderia completar-se com os rendimentos das propriedades do casal⁹¹. Seu tio, José, garantiu-lhes por testamento sessenta pesos anuais, enquanto se conservassem naquela cidade⁹².

Os dois irmãos — José Pedro e Caetano Luís — devem ter regressado a Moçambique logo após à morte deste tio, em 1867. Temos notícia sua, já na Ilha de Moçambique, em Abril de 1868, quando juntamente com outros 51 funcionários e moradores subscreveram um apelo para que o conselheiro Correa de Lacerda, governador geral da colónia, não se deslocasse "ao ponto onde se acham concentradas as forças operadoras da guerra na Zambézia"⁹³. Poucos meses depois, fará publicar o seu elogio fúnebre na "folha oficial"⁹⁴.

Nesse ano inicia a sua carreira de funcionário público. É nomeado, interinamente, amanuense da Contadoria Geral da Junta da Fazenda Pública e nessa situação se mantém, pelo menos até 1871⁹⁵. A partir de Outubro de 1873, passa a ocupar as funções de director do correio, em comissão⁹⁶. Fará ainda uma tentativa para ser nomeado fiel encarregado do navio "Queli-

mane" mas, ao que parece, sem resultado positivo⁹⁷.

Depois, foi o lento subir na hierarquia. Em Julho de 1874, é provido definitivamente no lugar de 3º escriturário⁹⁸ para, no mês seguinte, passar a 2º escriturário, interino⁹⁹. Só em Maio de 1877 foi nomeado para esta categoria, supranumerário, continuando a exercer as funções de director do correio, em regime de comissão¹⁰⁰. Por um período de dois anos, entre Março de 1876 e Março de 1878, acumulou este cargo com o de recebedor particular do distrito de Moçambique¹⁰¹.

Em Março de 1880, inesperadamente, e por razões que não conseguimos descortinar, pede a exoneração do cargo de director do correio. Em seu lugar é nomeado Joaquim Barbosa Lopes Lobo, tenente da guarnição da província, acumulando com o de "auxiliar verificador de mostras" da Junta da Fazenda¹⁰². Voltará, meses mais tarde, a exercer as mesmas funções em virtude do seu substituto não se mostrar "competentemente habilitado por falta de conhecimentos de desposições [sic] ultimamente adoptadas para o serviço dos correios e principalmente com os correios internacionais"¹⁰³.

No ano seguinte, e com vista a organizar os serviços "sem confusões e atrictos", as repartições da Contadoria Geral da Junta da Fazenda, da tesouraria geral, do correio e da recebedoria de décimas, passam a constituir serviços distintos entre si, com diferentes quadros de pessoal¹⁰⁴. Campos Oliveira torna-se o primeiro director do correio, funções que exerce quase ininterruptamente durante quinze anos¹⁰⁵. Entre Março de 1888 e Abril de 1890, foi escrivão da capitania dos portos, não sabendo nós se em regime de acumulação¹⁰⁶.

A sua orientação nesta repartição não esteve isenta de críticas, tanto por quem se via obrigado a utilizar os serviços, como por parte dos seus superiores hierárquicos¹⁰⁷. No entanto, parece ter existido a seu respeito uma opinião favorável, sendo considerado inteligente, capaz e com habilitações suficientes para o exercício do lugar¹⁰⁸. Reforçando esta opinião, foi encarregado de organizar os serviços postais de Lourenço Marques, chefiando a repartição enquanto durasse a comissão. Aqui permaneceu entre Fevereiro e Maio de 1896¹⁰⁹.

Foi demitido num período em que a Ilha vivia um ambiente extremamente agitado, motivado pelas prisões de funcionários e comerciantes, acusados de "graves suspeitas de conivência" com os revoltosos do continente¹¹⁰. O próprio Campos Oliveira viu-se obrigado a comparecer às sessões do Conselho da Província em substituição de Francisco Maria Paixão Dias, um dos acusados¹¹¹. O único indício que possuímos que nos pode ajudar a compreender esta sanção está na "falta de apresentação de pro-

cessos de contas", que já tinha dado origem à suspensão dos seus vencimentos¹¹².

Como director do correio, participou nas comissões de 1874, 1878 e 1883, que tinham em vista dar uma nova organização ao serviço e elaborar os respectivos regulamentos¹¹³. Participou, igualmente, em outras comissões criadas para os mais variados fins¹¹⁴.

Ao longo da sua vida exerceu diferentes cargos públicos, em resultado do lugar que ocupava na estrutura administrativa da província, mas também pelo prestígio que o rodeava. Foi membro do tribunal da Junta da Justiça e vogal da mesma junta, para o biênio de 1886-1887, e 1893. Ocupou, por duas vezes, o lugar de vogal efectivo do Conselho da Província, nos anos de 1891 e 1893, e de vogal substituto do mesmo órgão, em 1896. Em 1892, foi vogal efectivo da Comissão Municipal do concelho de Moçambique e, em 1873 e 1895, secretário e vogal da Junta de Lançamento de Décimas. Durante alguns anos, foi vogal efectivo e suplente do Conselho Administrativo do distrito de Moçambique; em 1904, juiz popular da freguesia da Sé Matriz de Moçambique. Em 1900 e 1901, foi vogal da comissão de recenseamento eleitoral para a eleição do deputado pelo círculo de Moçambique e, em 1906, 1908 e 1910, presidente da mesma assembleia, no Mossuril¹¹⁵.

Foi ainda vogal da comissão administrativa da Confraria do Santíssimo Sacramento¹¹⁶. Em 1879, torna-se sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, tomando o número 492¹¹⁷, e nesse mesmo ano é eleito secretário do Club Recreativo Literário¹¹⁸. Foi um dos secretários da Assembleia Geral da "Empreza Mineira e de Navegação a Vapor do Zambeze"¹¹⁹.

Celibatário, pelo menos até 1896. Faleceu em 1 de Janeiro de 1911¹²⁰.

A OBRA

O Romantismo sombrio
Morreu a noite passada,
Expirou como um vadio
N'um catre d'água furtada.

(Guerra Junqueiro¹²¹)

Campos Oliveira foi já considerado o "maior expoente romântico" de Moçambique¹²². E há quem o veja mesmo, olhando para o século passado, como um "caso isolado de produção literária"¹²³.

A sua actividade literária e jornalística iniciou-se ainda na Índia, tendo ali colaborado em diferentes publicações,

ALMANACH POPULAR

PARA O ANNO DE

1865

COM 81 ARTIGOS E 44 GRAVURAS

POR

José Pedro da Silva Campos e Oliveira.



ANNO.



MARGÃO

NA TIPOGRAPHIA DO ULTRAMAR

LISTA DA PRODUÇÃO EM PROSA [P] E VERSO (p)

Título	Ano de Public.	Revista que publicou	Observações
Sonho(p)	17.05.1864	Almanach popular para o ano de 1865, p.45	[*] p.75
Noite d'um baile(p)	12.1864	Almanach popular para o ano de 1866, p.48	[*] p.76 e 77
Juramento(p)	1864	Almanach de lembranças luso-indiano para o ano de 1865, p.40	
Bella lição[P]	1864	Almanach de lembranças luso-indiano para o ano de 1865, p.263	
A uma donzella(p) (ou antes)	1864	Almanach popular para o ano de 1865, p.103	[*] p.78
A inquisição em Goa[P] (ou antes)	1864	Almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1865, p.210	
Amo-te(p)	15.02.1865	Ilustração Goana, 1865	[*] p.82 e 83
Ella(p)	03.1865	Ilustração Goana, 1865	Também Almanach popular para o ano de 1866, p.174 e 175. [*] p.80 e 81
A rosa desfolhada(p)	17.04.1865	Almanach popular para o ano de 1866, p.97	[*] p.79
Um desgraçado(p)	05.08.1865	Almanach literario (Margão, 1866, p.172	
Não crês(p)	09.1865	Ilustração Goana, 1866	Também Almanach popular para o ano de 1867, p.41. [*] p.84 a 86
[Sem título](p)	13.10.1865	O Ultramar (Margão), 342, 19.10.1865, p.2	
À Elvira(p)	1865 (ou antes)	Almanach popular para o ano de 1866, p.73	[*] p.96
Uma visão(p)	02.1866	Ilustração Goana, 1866	[*] p.87 a 89
A uma virgem(p)	17.04.1866	Ilustração Goana, 1866	[*] p.90 e 91
Martyrios(p)	22.04.1866	Almanach popular para o ano de 1867, p.187	[*] p.94 e 95
Amor e dores(p)	12.1866	Ilustração Goana, 1866	[*] p.92 e 93
O cravo e a rosa(p)	1866 (ou antes)	Almanach popular para o ano de 1867, p.97	[*] p.97
À menina Joana Clara Pulchéri da Costa(p)	1866 (ou antes)	Almanach popular para o ano de 1867, p.137	[*] p.98 e 99

Título	Ano de public.	Revista que publicou	Observações
Nem uma nem outra[P]	1866 (ou antes)	Ilustração Goana, 1866	
Uma casa monólitha[P]	1877 (ou antes)	Almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1868, p.181	
A Jesus Christo(p)	05.04.1868	O Progresso, 1, 09.04.1868, p.3	
No desalento(p)	1869 (ou antes)	Almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1870, p.283	
D.Jeronymo d'Azevedo[P]	1870 (ou antes)	Almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1871, p.316	
Os martyres de Cun colim[P]	1870 (ou antes)	Almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1871, p.333	
A uma senhora mui- to feia(p)	1871	Noticiário de Moçambi- que, 2, 30.01.1879	[*] p.102 e 103
Só tu!(p)	1871 (ou antes)	Novo almanach de lembran- ças luso-brasileiro para o ano de 1872, p.370	[*] p.102 e 103
Previdência(p)	1872 (ou antes)	Novo almanach de lembran- ças luso-brasileiro para o ano de 1873, p.298	
À morte da exma. sra. D.Maria José Pereira Portugal da Graça(p)	03.1873	Jornal de Moçambique, 2, 17.04.1873, p.8	[*] p.110
O Simaúna[P]	11.1873	Jornal de Moçambique, 36, 18.12.1873	
Uns versos(p)	11.1873	Jornal de Moçambique, 38, 31.12.1873	[*] p.107
Ode sáphica(p)	1873	Jornal de Moçambique, 23, 11.09.1873	[*] p.108
O entrudo[?](p)	1873 (ou antes)	Noticiário de Moçambi- que, 5, 20.02.1873	[*] p.104 e 105
Ouve?(p)	04.1874	Jornal de Moçambique, 16, 25.07.1874, p.63 e 64	[*] p.113 e 114
O pescador de Moçam- bique(p)	04.1874	Jornal de Moçambique, 13, 04.06.1874, p.51	Também Novo Al- manach de lem- branças luso- -brasileiro pa- ra o ano de 1878, p.335. [*] p.111 e 112
Dois anjos(p)	1874 (ou antes)	Artes e Letras (Lisboa), 3a série, 7, 1874, p.103	Também Revista Africana, 1, 01.10.1885, p.5 [*] p.122 e 123

Título	Ano de public.	Revista que publicou	Observações
Primeiro beijo(p)	1874 (ou antes)	Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1875	[*] p.115
Houve uma vez um casamento...[P]	1875 (ou antes)	Jornal de Moçambique, 8, 15.09.1875 Idem, 9, 29.09.1875	Também, em parte, com o título: "Fez-se uma vez um casamento", África Oriental, 214, 19.09.1882
Poesia (No album de uma senhora)(p)	12.1876	África Oriental, 4, 21.12.1876, p.16	
A caridade(p)	1876 (ou antes)	Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1877, p.127	[*] p.116
Ambição[P]	1876 (ou antes)	África Oriental 2, 07.12.1876	
Fragmento d'um poema incompleto e inedito(p)	1877 (ou antes)	África Oriental, 15, 09.04.1877	
A ti(p)	1877 (ou antes)	Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1877, p.383	[*] p.117
Soneto(p)	1878	África Oriental, 92, 13.11.1878	
Poezia (a Ernesto Marecos)(p)	1878 (ou antes)	África Oriental, 59, 21.02.1878	
O sultão trahido(p)	1878 (ou antes)	África Oriental, 64, 31.03.1878	
Fragmento d'um poema inedito(p)	1878 (ou antes)	África Oriental, 97, 23.12.1878	
A alguém(p)	1878 (ou antes)	Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1879, p.386	[*] p.118
Cartas a uma senhora[P]	1878 (ou antes)	África Oriental, 79, 11.08.1878	Também na Revista Africana, 1, 03.1881
A fonte(p)	07.1879	África Oriental, 114, 13.07.1879	
Apparição(p)	1879 (ou antes)	África Oriental, 122, 08.09.1879	
Fragmento d'um poema inedito e incompleto(p)	1880 (ou antes)	África Oriental, 162, 09.08.1880	
Não te esqueci!(p)	1881 (ou antes)	Revista Africana, 1, 03.1881	Também N.al.1. 1.-bras., 1885, p.435 [*] p.121

Título	Ano de public.	Revista que publicou	Observações
Amor tardio(p)	1881 (ou antes)	Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1882, p.38	[*], p.119 e 120, versão incompleta.
Um conto[P]	1882 (ou antes)	África Oriental, 212, 02.09.1882	
A causa d'um duello(p)	05.1883	África Oriental, 231 14.06.1883	Também, com alterações em Progresso de Lourenço Marques, nº especial de Natal, 1906.
Supplica(p)	1904 (ou antes)	A Immaculada Conceição...	

O sinal [*] refere-se a composições já incluídas no livro de Manuel Ferreira, O mancebo e trovador Campos Oliveira, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985 (Escritores dos Países de Língua Portuguesa, 2).

REVISTA AFRICANA

PERIODICO MENSAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO

DIRECTOR E PROPRIETARIO — J. P. DA SILVA CAMPOS OLIVEIRA

1.º ANNO

MARÇO DE 1883

N.º 1

INTRODUÇÃO

Ahi vai para o campo das letras a REVISTA AFRICANA. Hoje que a imprensa está disseminando, por toda a parte, incalculáveis melhoramentos abrindo as portas da civilização e do progresso; hoje que o culto das letras vai conquistando crescente apreço até nas mais remotas plagas e em todas as classes da sociedade; devemos crer que não ha ninguém que desconheça quanto é útil um periodico instructivo e ameno, principalmente num paiz como este em que são escassos os meios da leitura.

Animados por este pensamento e confiados na pro-

MOÇAMBIQUE

—Cartas a uma senhora—

I

MINHA SENHORA.

Quando, em Goa, fui despedir-me de v. ex.^o no dia da minha partida para Moçambique, pediu-me, ou antes, ordenou-me v. ex.^o que lhe escrevesse d' aqui dando notícias minhas e que também lhe descrevesse sítios, edifícios e usos e costumes do meu paiz. Eu prometi. Apóz a promessa, lembro-me ainda de que v. ex.^o acrescentou: «Eu não espero; o meu amigo Campos Oliveira anda sempre com a cabeça barulhada, e em chegando a Moçambique não se lembrá-

NOTAS

Abreviaturas utilizadas: AHM-Arquivo Histórico de Moçambique; Ao-África Oriental; BO-Boletim Oficial; BSGL-Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa; Cx-Caixa; Cod.-Códice; Doc.-Documento; JM-Jornal de Moçambique; GDLM - Governador do Distrito de Lourenço Marques; GG-Governo Geral; M.-Maço; NM-Noticiário de Moçambique; Port.-Portaria; RA-Revista Africana.

¹Rota estabelecida a partir de CASTILHO 1889:147, e CALDEIRA 1853:81.

²Sobre o aspecto geral da cidade pode encontrar-se uma opinião generalizada entre 1850 e 1880. Veja-se: CALDEIRA 1853:81; GAMA 1859:103; BORDALO 1859: 189; e CASTILHO 1882:61-62. Uma exceção registada em 1823, apresenta a cidade dizendo que ela é "bela e linda" (BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES 1823:5).

³FRANÇA 1974:355.

⁴LOBATO 1967:(36).

⁵LOBO 1928:2. Para a chegada do GG vindo dos portos, veja-se, por exemplo, o BO 35, 01.09.1886, p.153 e 155.

⁶Existem descrições relativamente detalhadas dos programas e festejos realizados por altura da aclamação do rei D.Pedro V (BO 19, 10.05.1856, p.73 e 74, e BO 21, 24.05.1856, p.86); do casamento do mesmo rei (BO 4, 21.01.1859, p.16), e do casamento do rei D.Luiz I (BO 30, 25.07.1863, p.139 e 140). Descrição de um aniversário natalício de D.Pedro V (BO 38, 18.09.1858, p.156).

⁷A "folha oficial" registava, em 1858, a visita do "Príncipe Dremal, irmão do sultão de Anjoanes, que foi portador de uma carta para Sua Exa. o Governador Geral" (BO 9, 27.02.1858, p.59). Nesse mesmo ano visitou a Ilha o almirante Lord William Grey e sua esposa, comandante das estações navais Oriental e Ocidental da África (BO 42, 16.10.1858, p.172). Em 1876, a Ilha foi visitada pelo contra-almirante R.MacDonald, comandante-em-chefe da esquadra das Índias Ocidentais e África Oriental (BO 38, 18.09.1876, p.254).

⁸RIBEIRO 1882:18; CASTILHO 1882a:43. Em 1881, existia na ponte cais uma casa de banhos de mar, com 3 pequenos quartos, para os banhistas se vestirem e despirem, e "em baixo um amplo espaço, aberto e comum a todos, onde se banham" (CASTILHO 1881b:247). Sobre o ambiente, vejamos este retrato: "Vive-se aqui só por necessidade ou por ambição. Cercados continuamente de apreensões moraes e de malles physicos, não se cuida em mais do que, criticar d'uns e invejar de outros. Hoje criam-se relações que à primeira vista parecem oferecerem uma solida amizade, mas amanhã, sem mais nem menos, só se encontra inimizades e discordias. Parece incrivel que tanta gente vinda de terras que podem chamar-se civilizadas e instruidas, chegue a este mal fadado torrão africano, e se incorpore no numero immenso dos mal dizentes, intrigantes e curiosos especuladores de vidas privadas. (...) Se o pobre desgraçado aqui tem familia, tratam logo de lhe semear a discordia a ponto de não poderem viver bem, quando alias hão vivido bastantes annos na melhor harmonia: o resultado é separarem-se. Aconselham as mulheres a praticarem as mais thorpes acções, e incutem-lhe tão execrando principios que dão em resultado futuro, a sua completa ruina. Se tem filhos, até esses, quando pequenos, tratam de desvial-los de seu pae, para que já de tenra idade e por meio do leite, as mães lhes transmittam as infames ideias que os maus conselhos lhe hão incutido. Se são crescidos, tornam-los verdadeiros inimigos d'aquelle a quem, abajo de Deus, devem o ser: chamam a toda esta depravação, viver à epocha. Tudo isto é o mais rezumido extracto do que aqui se uza e pratica; em fim, para não estarmos a cançar a paciencia aos leitores, concluiremos dizendo-lhes que, Moçambique é uma terra pequena em progresso e civilização mas extensa de mais em critica, intriga, estupidez, lisonja,

vaidade e malvadez = salvas todas as excepções, por que em tudo as há" (JM 31, 06.11.1873).

⁹ Uma pequena noticia num jornal local da-nos a ideia como foi aceite o decreto do Marquês de Sá da Bandeira: "Tem feito grande barulho nesta terra a publicação do projecto de lei do sr. Marquez de Sá da Bandeira sobre a liberdade dos pretos" (JM, 27, 10.10.1874). LOBATO 1945:20-21, detalha melhor as razões que estão por trás desta resistência.

¹⁰ MARQUES 1973:51, mostra a importância do movimento liberal na imprensa portuguesa, dizendo que dos "aspectos mais interessantes do Portugal oitocentista foi o seu surto cultural, porventura mais elevado e mais rico do que o acme glorioso do século de quinhentos. Este surto resultou, antes de mais nada, da abertura do País. Os governos liberais começaram por abolir a censura a livros e periódicos (1821), por proclamar e efectivar a liberdade de palavra e de imprensa, e por estimular a livre discussão a todos os níveis sobre quase todos os assuntos e como consequência, o numero de publicações multiplicou-se até limites insuspeitados". Em Moçambique, a imprensa nasce dentro deste movimento, pois a lei da "Organização dos domínios Africanos", de 1836, preconizava a publicação de uma "folha oficial". O Chiado, o "Marrare" e o passeio público fazem parte da geografia urbana e social lisboeta da segunda metade do século passado. Sobre este tema veja-se FRANÇA 1974:349-371, que abrange todo o capítulo VI - Fisionomia da Capital.

¹¹ A iluminação a petróleo foi utilizada pela primeira vez em 18 de Julho de 1863, no baile realizado no Palácio de S. Paulo, por ocasião dos festejos de casamento do rei D. Luiz I (GAMA 1863:82). A iluminação a petróleo parece ter-se generalizado a toda a cidade a partir de 1877 (AO, 35, 20.09.1877). Até 1873, temos à certeza que a iluminação era ainda feita com azeite de coco ou amendoim (BO 19, 10.05.1873, p.78). Em 1881 chegaram, vindos de Paris, "lindos candieiros para a iluminação da cidade" (AO, 188, 21.09.1881). As obras do coreto começaram a fazer-se em Janeiro de 1874, sob a direcção de Joaquim José Lapa, estando no final do mesmo mês, praticamente concluída a sua base (JM, 1, 08.01.1874; JM, 2, 15.01.1874; JM, 3, 22.01.1874). Em 1875, foi realizada a pintura (Port. 141, 21.07.1875; BO 30, 24.07.1875, p.181)..

¹² CALDEIRA 1853:88: "Chegados ao palacio fomos para o mirante do terrasso, para gozar da fresquidão: ali conversamos, tomámos chá, e ouvimos tocar a música ou charanga do batalhão, a qual todas as noites as 8 horas vem da praça a porta do palacio tocar algum tempo estropeadas peças de música". Sobre o reportório existe um pedido para que o mestre da música fosse "ali viando (um) pouco os ouvidos de valts e polkas: apesar de ter d'ellas uma linda e variada coleção" (JM, 24, 19.09.1874).

¹³ Em 1873, dizia-se que existiam no continente fronteiro algumas centenas de escravos fugidos, armados, que se dedicavam à pilhagem, assaltando propriedades, "levando tudo quanto podem" (JM, 4, 01.05.1873; JM, 38, 31.12.1873). Dizia-se que a aringa dos "pretos fugidos" estava instalada em Ampapa (JM 7, 26.02.1874). Em Dezembro de 1874, dizia-se que os "pretos do continente tem atacado alguns brancos, até chegaram a prender um e o quizeram assassinar..." (JM, 32, 05.12.1874).

¹⁴ GAMA 1859:72.

¹⁵ BO 25, 07.06.1856, p.94.

¹⁶ AO, 8, 25.01.1877, p.31; SOVERAL 1887:15.

17 As primeiras tentativas para a instalação de uma escola de artes e ofícios datam de 1877, quando é nomeada uma comissão "para estudar a organização de um instituto de artes e ofícios, em que sejam admitidos e ensinados os menores que, achando-se sob tutela pública, mostrem tendências para se adentrarem na profissão de qualquer arte ou ofício" (Port. 258, 09.10.1877; BO 42, 15.10.1877, p.500-501). O teatro foi construído em 1882 (AO, 204, 29.06.1882).

18 AO, 238, 22.09.1883.

19 No sétimo centenário antonino, o espectáculo foi realizado num dos armazéns da empresa Mendonça e Silva, no campo de S. Gabriel (BO 22, 01.06.1895, p.216).

20 JM, 38, 31.12.1873.

21 Por exemplo JM, 28, 12.10.1874 e BO 17, 20.04.1876, p.90.

22 A notícia sobre o espectáculo realizado pela sociedade "Alunos de Plauto", dizia ainda que o espectáculo começava às 8.30 horas da noite, tendo os seguintes preços: plateia reservada-500 reis; plateia superior-320 reis; galeria para senhoras-500 reis (BO 57, 11.12.1869, p.256). Da sociedade "Timbre e capricho" temos notícia de ter levado à cena um espectáculo, em 9 de Novembro de 1874. Era seu director Francisco de Paula Soares; tesoureiro, Albino Lopes; secretário geral, José Maria Carneiro (JM, 26, 03.10.1874; JM, 32, 05.12.1874). A sociedade "Pátria e família" realizou, em Dezembro de 1874, uma récita em benefício da "viúva do tenente Polycarpo" (JM, 32, 05.12.1874). A sociedade "Recreio artístico" realizou um espectáculo em 19 de Dezembro de 1876 (AO, 3, 14.12.1876, p.11). Estas sociedades parecem terem-se constituído por todos os povoados da colónia. Em Inhambane, temos notícia da "Sociedade dos onze", que organizou uma soirée por ocasião da festa de Nossa Senhora da Conceição, e que acabou às seis horas da manhã, (JM, 5, 12.02.1874). Em Quelimane, existia também uma sociedade para efectuar bailes de 15 em 15 dias e em diferentes casas particulares - Cruz - Torresão - Melitão - Corrêa e Veloso" (JM, 3, 24.04.1873). O primeiro destes bailes foi realizado na casa do proprietário Cruz Coimbra (JM, 8, 29.05.1873).

23 JM, 15, 16.07.1874.

24 Os estatutos da referida associação foram aprovados provisoriamente pela Port.109, de 17 de Abril de 1869 (BO 16, 17.04.1869, p.62 e segs.). Em ofício nº 287, de 17 de Abril de 1869, enviado pelo secretário geral ao presidente do conselho administrativo da referida associação, dizia que se requeresse "a Sua Majestade el-rei a confirmação da aprovação provisória (AHM, cod.11.103, p.78). Em ofício nº 33, de 22 de Fevereiro de 1869, do GG ao Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, dava-se notícia do sucesso que a ideia teve entre os moradores da capital (AHM, cod.11.42, p.111).

25 Foi aprovado por Port.194, de 10.11.1870 (BO 44, 12.11.1870, p.183). A liquidação do grémio foi anunciada no jornal local (JM, 15, 16.07.1874).

26 A Port.7, de 16.01.1871 (BO 4, 28.01.1871, p.14) aprovou os estatutos do "Club Recreativo Regeneração". Parece ter realizado a sua primeira soirée em 4 de Julho de 1874, dizendo que era "para se despedir da casa que ocupa, porque nós consta ter recebido ordem de despejo" (JM, 13, 04.07.1874; JM, 14, 11.07.1874). Os estatutos do "Club Recreativo Literário" foram aprovados por Port.81, de 27.04.1877 (BO 18, 30.04.1877), tendo sido dissolvido em 1887 (BO 28, 09.07.1887, p.300). Desde Janeiro de 1886 começaram a ser visíveis as dificuldades económicas que atravessa o Club, vendo-se obriga

do a vender a sua casa (BO 5, 30.01.1886, p.44). No entanto, as suas dificuldades são mais antigas, tendo vivido até esse momento com o auxílio de alguns dos sócios (BO 33, 14.08.1886, p.422). Em reunião especialmente convocada para o efeito foi decidido liquidar o clube (BO 21, 21.05.1887, p.230). A casa do clube teria sido adquirida em 1877, por proposta do presidente do clube, José Leocádio Botelho Terrezão, ao comendador Frederico Carlos da Silveira Estrela (AO, 16, 19.04.1877).

27 JM, 17, 01.08.1874; JM, 19, 15.08.1874.

28 Por Port. 406, de 11.09.1890 (BO 37, 18.09.1890, p.398) foram aprovados os estatutos do "Club Dramatico Musical"; por Port. 2666, de 23.12.1897 (BO 1, 03.01.1898, p.1 e segs.) foram aprovados os estatutos do "Club Mocambicense".

29 Por Port. 432, de 28.06.1905 (BO 27, 08.07.1905, p.313) foram aprovados os estatutos do "Club Internacional de Moçambique".

30 Port. 213, 12.12.1874 (BO 51, 19.12.1874, p.239); JM, 33, 23.12.1874.

31 JM, 9, 29.09.1875.

32 Port. 263, 17.06.1892 (BO 25, 18.06.1892, p.219 e segs.).

33 BO 28, 09.07.1887, p.300 a 302.

34 AO, 173, 09.01.1881.

35 JM, 1, 20.02.1875, p.3 e 4.

36 Por Port. de 19.07.1838 (SILVA 1886:163). O jardim botânico destinava-se à cultura das plantas mais interessantes de África e para aclimatação de outras partes do globo. No museu devériam figurar os produtos mais raros de África.

37 Port. 56, 19.03.1875 (BO 13, 27.03.1875, p.74-75). Tinha como fins: coligir, classificar e estudar o aproveitamento das variadas riquezas da província; enviar um exemplar para o Museu Colonial de Lisboa; formar uma biblioteca de livros sobre "agricultura dos países intertropicais, exploração de minas, indústria fabril nas colónias nacionais ou estrangeiras, e de outros quaisquer assuntos que sirvam para o estudo económico das prov. ultramarinas". Os produtos seriam organizados da seguinte forma: 1^a. divisão: história natural; 2^a. divisão: agricultura; 3^a. divisão: florestas; 4^a. divisão: matérias extractivas; 5^a. divisão: artefactos; 6^a. divisão: objectos raros e curiosos; 7^a. divisão: produtos estrangeiros. O museu e a biblioteca ficariam instalados no convento de S. Domingos, montando-se o museu logo que se fizessem os arranjos da sala.

38 Port. 160, 04.07.1883 (BO 27, 07.07.1883, p.185).

39 Port. 118, 22.02.1889 (BO 8, 23.02.1889, p.134-135); Port. 374, 27.06.1889 (BO 26, 29.06.1889, p.402). Existe lista dos materiais expostos (BO 8, 23.02.1889, p.134-135).

40 Port. 318, de 01.06.1889 (BO 22, 01.06.1889, p.347-348) e BO 6, 08.02.1890, p.1.

41 Port. 390, de 02.09.1890 (BO 36, 06.09.1890, p.392).

42 Estatutos aprovados pela Port. 140, de 09.07.1881 (BO 28, 11.07.1881, p.153). Dizia-se que os seus objectivos eram "concorrer para os progressos da geografia especialmente africana", tendo sido seus iniciadores, Joaquim

d'Almeida da Cunha, Alberto Carlos Supico, Carlos de Mello e Francisco Paula Carvalho (AO, 184, 15.06.1881). Realizou a sua primeira sessão, em 11 de Junho de 1881, numa das salas do Palácio do Governo, tendo comparecido "16 cavalheiros, convidados pelos iniciadores da ideia" (AO, 185, 30.06.1881).

⁴³ A primeira tentava para a criação da revista data de 21 de Novembro de 1884. Dizia: "Com o título de "Revista Geográfica Africana" desejo publicar nesta cidade uma folha mensal de oito a doze páginas, destinada a vulgarizar conhecimentos da província e a conservar a memória dos descobrimentos e trabalhos dos portuguezes na Africa. Estranho completamente a Administração, o plano do jornal comprehende historia, geografia, etnografia, linguistica, e historia natural, principalmente da província em que é publicado" (AHM, Fundo do GG, séc. XIX, cx. 8.238, M. 2, doc. 60). Em 1891, volta novamente a solicitar autorização para publicar um jornal do mesmo tipo, dizendo que "(...) desejando tornar do domínio público o resultado das suas investigações, tem pensado publicar durante a sua residência em Moçambique um jornal mensal em que pouco a pouco vá assinando os seus trabalhos. Este jornal deveria conter 16 páginas mensalmente, a duas colunas, no formato de metade do Boletim Oficial, e seria exclusivamente de geografia, história, etnografia e linguística" (AHM, Fundo do GG, séc. XIX, cx. 8.230, M. 1, doc. 13).

⁴⁴ Em 1859, dizia-se que "a força irresistivel da civilização começa a fazer que as reuniões de familia, em que tomam parte as senhoras, substituam os antigos passatempos de jogos e ceias ruinosas, que constituiam toda a distração nocturna dos principais habitantes de Moçambique" (LIMA 1859: 189 - 190). Existe uma descrição destes jantares: "N'este dia jantei por convite em casa do juiz Abranches: eram 16 os convivas, e o jantar foi delicado e bem servido a moda europea: e só a multidão de negros grandes e pequenos que rodeavam a mesa nos fazia lembrar que estávamos na Africa. Tres senhoras assistiam a mesa, unicas que vi naturaes de Moçambique: tinham boas maneiras, porem muito acanhadas" (CALDEIRA 1853: 91-92). O ano de 1873, parece ter-se passado alegremente, pelas notícias que temos: "Pessoa que nos merece todo o crédito nos afiançou que está já determinado haverem três bailes nos dias 29 e 30 do corrente e 1º de dezembro; estarão encarregados dos preparativos para elles os exmos srs. Augusto de Castilho, José Antonio dos Santos, Adriano Ferreira e João Nery: he justo que o mez acabe como começou. Folgues os dançantes e alegram-se os Moiros. Este mez tem sido cheio (de Bailes), porque de cobres, tem sido o mais vazio d'este anno. Coisas ha nesta terra que se não comprehendem bem à primeira vista: passou a estação fria nem um baile!... começa o calor, aparecem bailes e mais bailes, bailes dados à custa dos solteiros: he pena que só aos bailes concorda uma unica senhora solteira porque era muito de su por que tão bem nos havião dar um baile, um não, dois bailes; porque os bailes deste anno são todos em duplicado. Agora senhores casados, aproveitando algumas toilettes que já tenham servido n'algum dos passados bailes as vossas esposas (para assim não terdes de dispender em fitas) dai tão bem um baile aos senhores solteiros que tão prodigos tem sido a dar-vos varios bailes" (JM, 33, 20.11.1873).

⁴⁵ CALDEIRA 1853: 83, 84 e 88.

⁴⁶ Os pangaios ficavam encalhados na praia compreendida entre a Se e a ponte, entre Janeiro e Maio, altura da chegada da India com a monção do Norte, e partida com a monção do Sul. Durante esse período os tripulantes aproveitavam para revestir o fundo dos navios: "com um inducto de cal com azeite a que se chama 'galla-galla', e que além de preservar as madeiras da acção da agua e dos vermes, torna mais suave o attricto da embarcação quando em movimento, e aumenta-lhe conseguintemente a velocidade" (CASTILHO 1882b:61-62). Vejamos uma descrição destas bailadeiras: "Depois do jantar, servido por uma multidão de pretos, moleques e pretinhos, fomos a bordo de um pangaio árabe, que estava encalhado na praia defronte da casa do mesmo Gama, e dentro do qual

virámos que estava uma bailadeira. Eu nunca tinha visto alguma d'estas mulheres, tão famigeradas no Oriente: era mui nova e de delicada compleição, e apesar da cõr tinha feições e olhos engracados; estava bem vestida com calças e Panos de seda, e carregava no pescoço, pulsos e orelhas com manilhas, collares e varios adereços de ouro, tudo de não pequeno vallor; tinha consigo uma criança de 10 a 12 annos vestida do mesmo gosto, mas sem ornamentos de ouro. Era para mim scena original ver-me na tosca e suja camara de um pagão arabe, com mais trez portuguezes, rodeados pelos principaes árabes da numerosa tripulação, negros de physionomias regulares e agradáveis, com seus alvos turbantes, roupas largas, e longos caximbos; e em frente de uma bailadeira gentilica, assentada de pernas encruzadas junto a uma janella da popa, com aquelle olhar e ademanes voluptuosos e provocadores que constituem um dos muitos atributos da sua profissão, e que mais desenvolvem nas danças lascivas, d'onde tiram o nome de bailadeiras" (CALDEIRA 1853:85-86).

47 É de 1869, a primeira notícia que temos sobre um café na ilha. Encontrava-se instalado na rua da Praia da Boa Vista, e abriu as portas em 1 de Junho, sendo seu proprietario Francisco d'Assis Pimpão. Pretendia ser numa "terra desprovida de todas as distracções, um lenitivo, para os intervalos das arduas occupações das pessoas que nos honrarem" (BO 27, 12.06.1869, p.110). Em 25 de Agosto de 1872, foi inaugurado o Café Central, servindo bebidas refrigerantes proprias da estação e com salas de bilhar (BO 34, 24.08.1872, p.144). Em 1874, foi aberto um novo ponto de reunião dedicado ao "High Life moçambicano". No estabelecimento Mathias Gómes & Filhô, o sócio Albino Mariano Gómes, abriu "dois gabinetes para senhoras e cavalheiros, que queriam ir tomar refrescos; (...) bello café para depois do jantar excellente cavaco e apreciavel companhia das principaes pessoas d'esta terra" (JM, 24, 29.09.1874). No mesmo ano, António Sampaio abriu um outro estabelecimento do mesmo tipo (JM, 21, 29.08.1874). Como simples curiosidade, podemos dizer que a primeira fábrica para cerveja, gázoas e sodas, era propriedade de João António dos Santos, e deveria ter começado a laborar em 1874 (JM, 33, 20.11.1873).

48 JM, 37, 24.12.1873.

49 GAMA 1874:126-127.

50 JM, 31, 06.11.1873.

51 AO, 147, 26.02.1880.

52 PRIOR 1819:34; BARTOLOMEU DOS MARTIRES 1823:8.

53 GAMA 1859:106.

54 GAMA 1859:106.

55 CALDEIRA 1853:88.

56 Port. 221, 03.04.1855 (BO 15, 14.04.1855).

57 BO 24, 11.06.1859, p.94

58 BO 1, 03.01.1857, p. 3-4.

59 BO 28, 11.07.1868, p. 133-134.

60 BO 9, 29.02.1868, p.40.

61 RIBEIRO 1882:32. O incêndio encontra-se descrito no BO 42, 28.10.1870, p.178.

⁶²BO 2, 14.01.1878, p.11-12.

⁶³BO 21, 22.05.1886, p.243; BO 29, 17.07.1886, p.362.

⁶⁴GAMA 1874:126-127.

⁶⁵BO 5, 29.01.1859, p.20.

⁶⁶Existem numerosos requerimentos do Fundo do Governo Geral, século XIX, que atestam a nossa afirmação. Sobre a descrição destes festejos veja-se SOVERAL 1887:21.

⁶⁷Houve uma tentativa para reprimir a circulação dos escravos pela cidade a partir das sete horas da noite (BORDALO 1859:189). A partir de 1880, uma postura municipal impede a realização de "batuques" sem a respectiva licença da Câmara Municipal. Até a meia-noite, a licença custava 800 reis e 1\$600 reis se durasse toda a noite (BO 38, 20.09.1880, p.195).

⁶⁸SILVA 1885:160. O ano de nascimento e naturalidade são confirmados nas suas "informações anuais" (AHM, cod.11.4671).

⁶⁹AHM, cod.11.1143, p.24.

⁷⁰AHM, cod.11.1143, p.24, e OLIVEIRA 1865.

⁷¹AHM, cod.11.1143, p.24.

⁷²BO 12, 24.03.1860, p.51.

⁷³BO 12, 24.03.1860, p.51; BO 32, 09.08.1862, p.131. Por Port.38, de 17.03.1860, em sessão da Junta da Fazenda Pública, foi nomeado tesoureiro geral, em substituição de Adolfo João Pinto de Magalhães, que ocupava o cargo desde 25 de Junho de 1838, por ter pedido a exoneração.

⁷⁴BO 6, 09.02.1861, p.24. Por sua morte os herdeiros ficaram credores da Fazenda Pública na importância de 160\$000 reis, e do Cofre de Defuntos e Ausentes na importância de 418\$876 reis (BO 32, 09.08.1862, p.131-132). Existe uma escritura de hipoteca feita a favor da Junta Protectora dos Libertos na importância de 500\$000 reis, para pagar esta dívida ao Cofre e poder levantar-se "varios trastes de oiro e prata" (AHM, cod.11.5785, p.83-85). Estes bens, ou parte, foram vendidos em leilão de 14 de Maio de 1871 (BO 19, 13.05.1871, p.82).

⁷⁵AHM, cod.11.1143, p.24-a 28.

⁷⁶BO 52, 29.12.1855, p.208; BO 1, 05.01.1861, p.3.

⁷⁷BO 46, 17.11.1855, p.181.

⁷⁸BO 14, 03.04.1858, p.57; BO 18, 01.05.1858, p.78.

⁷⁹GAMA 1859:139.

⁸⁰BO 16, 20.04.1861, p.66. No dito testamento, Caetano Maria d'Oliveira recomendava que a casa grande fosse vendida e as propriedades fossem arrendadas a particulares (AHM, cod.11.1143, p.24-28). Alguns bens pertencentes ao espólio, como as casas referidas, um "escravo aprendiz de cozinheiro" e alguns objectos de oiro e prata foram vendidos em praça pública (BO 16, 20.04.1861, p.66). O escravo, de nome Guilherme, foi adquirido por João da Costa Soares (BO 29, 20.07.1861, p.115). Por sua expressa vontade foi dada

liberdade à escrava Brizada, e ao seu filho menor de nome Vicentinho (AHM, cód.11.1143, p.24-28). Na "folha oficial" esta registada na "relação de escravos que tiverão o título de libertos", com o nº 68, de 16.02.1861 (BO 13, 30.03.1861, p.52). Existe notícia do falecimento de uma "liberta Brizada", em 1863, julgando-nos tratar-se da mesma pessoa (BO 3, 17.01.1863, p.44).

⁸¹ A dita casa terrea estava situada na rua do Celeiro, confinando a Norte com

a praia, a Sul e Poente com as casas do morro Bay Anian, e a Nascente com o Hospital (AHM, cód.11.5771, p.11-12). Existe no registo de "numeração de prédios" da Administração do Concelho, referente a 1876, na rua do Celeiro, um predio (nº 11) e no largo do mesmo nome um predio (nº 3) pertencentes a Jose Pedro da Silva Campos Oliveira (AHM, cód.11.1214, p.21-21v). Na mesma rua existiam ainda dois terrenos pertencentes ao mesmo. Um media 943, 115 m², e era limitado de um lado com Issufo Rajabo, de outro com as dependências do Hospital, de outro com a rua do Celeiro, e de outro com a casa de Campos Oliveira. Foi vendido a Fazenda Nacional por 499\$55 reis, em 17 de Agosto de 1897 (AHM, cód.11.5775, p.41-42). O outro era confrontado a Norte com o mar, a Sul com a mesma rua, a Leste com a Travessa Pública, e a Oeste com o terreno da Banca do Peixe. Foi vendido em 6 de Novembro de 1897, a Emil Legré, procurador de Victor Regis Ainé, por quinhentos mil reis (AHM, cód.11.5787, p.22-23). Este terreno parece ser o mesmo onde existiam umas ruínas que a câmara mandou demolir em 1896 (BO 31, 01.08.1896, p.324).

⁸² No dito "folhetim" o escritor refere: "Escrevo estas linhas na Cabaceira,

sob a ramagem de duas robustas e copadas acacias, sentinelas permanentes postadas junto a porta principal da minha humilde e muito pequena vivenda" (AO, 79, 11.08.1878; RA, 1, 03.1881). Nestas condições encontravam-se duas propriedades: um "palmar sito na Cabaceira Grande [continente fronteiro], o qual confronta do norte e sul com os herdeiros de Pedro da Costa Soares, do nascente com a praia e do poente com uma lagoa", não se fazendo referência a qualquer habitação (AHM, cód.11.5776, p.34-36). A outra, era "uma machamba denominada Formoza situada na Conducia limite da Cabaceira grande, que se compõe de uma casa terrea coberta de macute, um pomar de laranjeiras, algumas palmeiras e diversas outras árvores frutíferas e infrutíferas e terreno inculto" (AHM, cód.11.5774, p.52-53). Esta propriedade era limitada pelos terrenos de José da Silva Carrão, Dona Luzia Rangel, Nazaréndin Lombat e os herdeiros de Firmino de Souza Brito, possuindo 600 árvores de fruta e outras (AHM, cód.11.5785, p.83-85). A partir de 1889, esta propriedade "contendo uma casa para habitação, um pomar com mais de cem laranjeiras, cajueiros, coqueiros e mangueiras" passou a estar arrendada (BO 7, 16.02.1889, p.128).

⁸³ Existe uma informação relativamente detalhada sobre a carreira de funcionário público deste irmão, entre 1867 e 1894, data em que pede a "liquidação de tempo de serviço prestado" (Port.57, 26.01.1894; BO 5, 03.02.1894, p.53). Em 1896, era escrivão da administração do concelho, em serviço na câmara municipal (BO 31, 01.08.1896, p.324). Em 1874 existe notícia de ter um estabelecimento comercial na Rua Nova do Conselheiro Leal (BO 13, 28.03.1874, p.52), mas parece não ter durado muito tempo, pois fechou as suas portas em Outubro de 1874 (BO 43, 24.10.1874, p.189; JM, 29, 24.10.1874). Foi admitido como sócio do Club Recreativo Regeneração, em 1875 (JM, 3, 07.04.1875). Na sua "informação anual", referente a 1876, tem a seguinte apreciação: "Hé intelligente tem boa caligraphia porem é muito descuidado no desempenho de qualquer serviço que seja incumbido" (AHM, cód.11.4671).

⁸⁴ AHM, cód.11.1143, p.124-127. Por ofício nº 4805 de 26.10.1854, era aposentado "devendo nesta conformidade receber os seus vencimentos, porem na cifra que então lhe foi consignada, na razão dos ordenados, que na época em

que foi considerado aposentado, eram abonados, aos empregados públicos com a clausula porem de repor o que tiver percebido, quando Sua Magestade não aprove este arbitrio" (BO 1, 05.01.1855, p.2). O GG, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, mandou cessar os pagamentos, por não haver lei que permitisse tais aposentações (BO 51, 04.08.1855, p.121). Em 15 de Dezembro de 1862, por ordem de Sua Magestade, foi aposentado com metade do seu ordenado, por não ter mais de 15 anos de serviço (BO 26, 27.06.1863, p.113 e segs.). Seu filho, Domingos José de Mello Oliveira, foi praticante da alfândega, tendo sido nomeado aspirante da mesma, em 1855 (Port.252, 12.06.1855; BO 25, 23.06.1855, p.98). Foi várias vezes confirmado neste lugar (Port.465, 21.06.1856; BO 35, 30.08.1856, p.151; e Port.70, 17.07.1858; BO 30, 24.07.1858, p.121). Faleceu em 18.05.1865, solteiro, com 34 anos de idade (BO 23, 10.06.1865, p.100). O agradecimento do pai veio publicado (BO 21, 27.05.1865, p.94).

⁸⁵GAMA 1859:109.

⁸⁶BO 27, 06.07.1867, p.116.

⁸⁷AHM, cód.11.1143, p.24 a 28, e 124 a 127. O filho mais velho chamava-se Nicolau José de Oliveira.

⁸⁸Almanach Popular para 1865, 1864:8. Num "agradecimento e desculpa" ali publicado dizia que a "pequena idade em que largámos saudoso a nossa patria nos inhabilita a historiar o que tanto ha de notavel n'aquellas paragens".

⁸⁹AHM, cód.11.1143, p.24 a 28; O Ultramar (Margão), 289, 13.10.1864, p.4. No jornal "O Ultramar", dizia-se que vivia em casa de Bernardo Z. Soares Pires, talvez esposo ou familiar da dita senhora.

⁹⁰Na sua "Informação anual", relativa a 1873, dizia-se: "Não consta que fale línguas estrangeiras". Nas mesmas "informações", relativas a 1874 e 1875 dizia-se que "falava alguma couza de francez" e, na segunda, falava francês (AHM, cód.11.4671). Ficam assim desmentidas as afirmações de Innocencio Francisco da Silva e Manuel Ferreira sobre os estudos efectuados pelo escritor.

⁹¹AHM, cód.11.1143, p.24 a 28.

⁹²AHM, cód.11.1143, p.124 a 127.

⁹³BO 17, 25.04.1868, p.76 e 77.

⁹⁴BO 37, 12.09.1868, p.194. O GG, conselheiro António Augusto de Almeida Correia de Lacerda, faleceu a 31 de Agosto de 1868, tendo sido sepultado na capela de Nossa Senhora do Baluarte (MENDES 1892:94).

⁹⁵Foi nomeado por Port.243, de 15.10.1868 (BO 42, 17.10.1868, p.220). Esta nomeação tinha a validade de cinco meses, ficando obrigado mensalmente ao desconto da décima parte dos seus vencimentos relativos àquele tempo, para pagamento dos respectivos direitos de mercê, na importância de 8\$156 réis. Por Port.78, de 17.03.1869 (BO 13, 27.03.1869, p.56), foi-lhe renovada a nomeação por um período de um ano, ficando obrigado mensalmente ao desconto da décima parte dos seus vencimentos para pagamento dos direitos de mercê, na importância de 19\$520 réis. Por Port.91, de 24.05.1870 (BO 22, 11.06.1870, p.91), foi-lhe renovada a nomeação, com validade igual a anterior nomeação, pagando de selo 5\$000 réis e os direitos de mercê, que devia, conforme a lei. De Outubro de 1868 a Setembro de 1870, recebeu 12\$500 réis mensais (11\$250 líquido e 1\$250 de direitos de mercê). Em Outubro de 1870, recebeu 11\$365 (líquido) e 2\$373 (direitos de mercê). Em Novembro e

Dezembro de 1870 e Janeiro de 1871, recebia 15\$000 réis (líquido) e 1\$666 (de direitos de mercê) (AHM, cod.11.4844, p.223).

- 96 Ofício nº 2134, de 27.09.1876, do Secretário Geral para o Secretário da Junta da Fazenda (AHM, cod.11.20, p.164 e 165).
- 97 Requerimento datado de 20.05.1874 (AHM, Fundo do GG, século XIX, cx.8.185, M.1, doc.68).
- 98 Port.108, de 29.07.1874 (BO 31, 01.08.1874, p.17).
- 99 Port.109, de 01.08.1874 (BO 32, 08.08.1874, p.125). Ofício nº263, 03.08.1874, da secretaria do governo para o Secretário da Junta de Fazenda (AHM, cod.11.19, p.207).
- 100 Ofício nº 399, de 12.05.1877, do Secretário Geral para a Junta da Fazenda (AHM, cod.11.37, p.51). Em Novembro de 1877, tinha pago os emolumentos referentes a esta nomeação (AHM, cod.11.37, p.160).
- 101 Port.49, de 28.03.1876 (B= 14, 03.04.1876, p.65). Por ofício nº 2046, de 24.08.1876, do Secretário Geral para a Junta da Fazenda, era remetido um ofício do director do correio "em que mostra não poder ser desempenhado sem prejuízo por uma única pessoa" os cargos de director do correio e recebedor particular (AHM, cod.11.20, p.146). Por Port.89, de 26.03.1878 (BO 12, 26.03.1878, p.65) foi exonerado do cargo de recebedor particular, sendo substituído pelo amanuense da Contadaria da Junta da Fazenda, Joao António Abrantes de Sousa.
- 102 Port.65, 23.03.1880 (BO 13, 29.03.1880, p.63).
- 103 Port.242, 27.09.1880 (BO 39, 27.09.1880, p.202); AHM, Fundo do GG, século XIX, cx.8.113, M.2, doc.248.
- 104 Port.55, 24.09.1881 (BO 40, 01.10.1881, p.223). O quadro do pessoal do correio era constituído por um director, com o ordenado de 300\$000 réis; um amanuense, com o ordenado de 180\$000 réis; carteiro, com o ordenado de 72\$000 réis; e servente, com o ordenado de 54\$000 réis.
- 105 Port.56, 24.09.1881 (BO 40, 01.10.1881, p.228 e 229). Para amanuense foi nomeado Pedro António Nobre, 3º escrivário da Contadaria Geral; e carteiro, José da Conceição, soldado do extinto batalhão de Infantaria do Ulítramar, adido ao Batalhão de Caçadores nº1.
- 106 Port.159, 24.04.1890 (BO 17, 26.04.1890, p.205).
- 107 Nos jornais surgiam com alguma frequência críticas à actuação dos correios. O secretário geral, em ofício nº12, de 09.01.1890, informava que o governador geral "viu com desgosto que o paquete passado esteve demorado pelo motivo da mala ter chegado muito tarde, não obstante as muitas recomendações que nesse sentido lhe foram feitas" (AHM, cod.11.221, p.119).
- 108 As "informações anuais", entre 1873 e 1880, revelam-se sempre excepcionalmente favoráveis. Em 1873, diz-se que "tem reconhecida aptidão literária, costuma executar com perfeição o serviço que lhe é entregue, podendo ocupar cargo superior". Em 1874, diz-se que "é bastante inteligente e desempenha bem o serviço que lhe é distribuído". A de 1875 é muito semelhante à anterior. A de 1876 transcrevia a informação de 1874, dizendo ainda ter "boa caligrafia". A de 1879, diz que é inteligente "e seria um óptimo empregado se não fosse um tanto descuidado no cumprimento de alguns dos seus deveres". Em 1880, afirma-se "ser bastante inteligente e de grande

"merecimento" (AHM, cod. 11.4671).

¹⁰⁹ Port.55D, de 20.02.1896 (BO 11, 14.03.1896, p.106). Recebia à razão de 800\$000 réis por ano enquanto estivesse no serviço postal de Lourenço Marques, dirigindo a repartição do respectivo correio, enquanto durasse a comissão. Recebeu 3000 réis de ajuda de custo superiormente autorizada (AHM, cod.11.60, p.183; AHM, Fundo do GDLM, cx.869, M.2, doc.83; AHM, Fundo do GG, século XIX, cx.8.199, M.2, doc.21). Em ofício nº34, de 19.03.1896, dirigido ao secretário do GDLM, informava ter já terminado o serviço que lhe tinha sido confiado, tendo sido "necessário introduzir alguns livros novos e substituir outros afim de serem cumpridas as disposições regulamentares em vigor" (AHM, Fundo do GDLM, século XIX, cx.8.66, M.2, doc.9).

¹¹⁰ Decreto Provincial 2, do Comissário Régio, de 02.12.1896 (BO 50, 05.12.1896, p.551) dizia: "Hei por conveniente demitir, a bem do serviço público, sem prejuízo de ulterior procedimento criminal, o director do correio desta cidade, José Pedro da Silva Campos Oliveira". Pelo ofício nº 924, de 22.10.1896, do secretário geral para o administrador do concelho, exigia que se procedesse à prisão de Cândido da Costa Soares, Joaquim Inácio de Sousa e Francisco Maria Paixão Dias (AHM, cod.11.186, p.60). Foram ainda presos Luís Baptista do Rosário e Souza, Balla Saunto, Dagy Saunto, Abu do Bin Assane Suale. Sobre este assunto pode ver-se ainda: "Amnistia dos presos políticos de Moçambique": petições dirigidas a Sua Magestade El-Rei e ao Sr. Ministro da Marinha provando a inanidade da acusação contra os prisioneiros e solicitando a amnistia como um acto de justiça reparadora / Luis Baptista do Rosário e Souza [...et al.], Lisboa: Typ. Estevão Nunes e Filhos, 1898, 35p.; "Escândalos Inauditos": arbitrariedades inqualificáveis e processo tumultuário contra cinco cidadãos inocentes presos em Moçambique / L.B. do R. e Souza [...et al.], Lisboa: Typ. Estevão Nunes e Filhos, 1898, 48p.

¹¹¹ Ofício nº 942, de 31.10.1896, do secretário geral para o vogal substituto do Conselho da Província (AHM, cod.11.186, p.63).

¹¹² AHM, cod.11.979, p.32. Existe um aviso do Tribunal de Contas Provincial, dizendo que deixa de ser processado o seu vencimento até à apresentação de contas respeitantes ao ano económico de 1895-1896 (BO 48, 21.11.1896, p.531).

¹¹³ Port.137, 19.09.1874 (BO 39); Port. 54, 19 de Fevereiro de 1878 (BO 8 de 25.02.1878, p.41); Port.201, 01.09.1883 (BO 35, 01.09.1883, p.242).

¹¹⁴ Port.74, 10.03.1869 (BO 11, 13.03.1869, p.44). Fez parte de uma comissão que sob a direcção e coordenação do secretário geral, coordenou e arquivou, "por sua ordem cronológica, todos os livros, documentos e mais papéis que constituem o referido arquivo"; Port.127, 10.07.1870 (BO 28, de 23.07.1870, p.114), nomeado vogal da comissão para codificar os usos e costumes ressalvados no §1º do artigo 89 do decreto de 18 de Novembro de 1869; Nomeado para fazer parte da comissão permanente de pautas (AHM, cod.11.979, p.51); Port.131, de 07.09.1874 (BO 37, 12.09.1874, p.145) nomeado vogal de uma comissão para elaborar o inventário dos objectos inúteis existentes na Praça de S. Sebastião; Port.82, 24.02.1882 (BO 10, de 28.02.1882, p.92), nomeado para uma comissão para proceder ao exame e inutilização das correspondências caídas em refugo; Port. 133, de 16.05.1884 (BO 21, 24.05.1884, p.95), nomeado para uma comissão para dar "informações circunscritas do estado delle e me proporão as providências que julgarão necessárias para que, depois de bem conhecidas as circunstâncias do município, se designe dia para a eleição; Port.349, de 23.10.1885 (BO 44, 31.10.1885, p.355), encarregado de dar cumprimento ao "exarado no ofício circular nº176 da Direcção Geral do Ultramar"; Port.318, de 22.06.1893

(BO 26, 01.07.1893, p.387), nomeado para uma comissão encarregada de elaborar o regulamento do ensino público, submetendo-o à aprovação do Governo Geral.

¹¹⁵ Secretário da Junta de Lançamento de Décimas (AHM, cód.11.19, p.124); Membro do Tribunal da Junta de Justiça (AHM, cód.11.184, p.84); Vogal da Junta da Justiça (Port.549, 30.12.1886 (BO 1, 01.01.1887, p.1); Vogal substituto do Conselho da Província para 1883-1884 (Port.350, 27.12.1882; BO 54, 30.12.1882, p.383); Vogal efectivo do mesmo conselho para 1891, (Port.505, 15.10.1891; BO 42, 17.10.1891, p.449); Vogal efectivo para 1892 (Port.649, 28.12.1892; BO 53, 31.12.1892, p.643); Vogal efectivo para 1896 (Port.1, 02.01.1896; BO 1, 04.01.1896, p.1); Vogal efectivo da Comissão Municipal do Conselho de Moçambique (Port.344, 28.07.1892, BO 31, 30.07.1892, p.314); Vogal efectivo da mesma comissão para 1893 (Port.646, de 27.12.1892; BO 33, 31.12.1892, p.642); Vogal efectivo do Conselho Administrativo do distrito de Moçambique (Port.27, 13.01.1903; BO 3, 17.01.1903, p.27); Vogal efectivo do mesmo conselho para 1904 (Port.138, de 11.03.1904; BO 12, 19.03.1904, p.210; BO 15, 09.04.1904, p.262); Vogal substituto do mesmo conselho para 1905 (Port.246C, 05.04.1905; BO 15, de 15.04.1905, p.176); Vogal efectivo para 1906 (Port.10, 04.01.1906; BO 2, 13.01.1906, p.20); para 1909 (BO 19, 08.05.1909, p.210); para 1910 (BO 11, 12.03.1910, p.138; BO 35, 27.08.1910, p.453); Juiz popular da freguesia da Sé Matriz (Port.285, 25.04.1904; BO 18, 30.04.1904, p.309); fez parte de diferentes comissões eleitorais: de 1900 (Port.47, 24.01.1900; BO 4, 27.01.1900, p.43); para 1901 (Port.26, 21.01.1901; BO 4, 26.01.1901, p.27); para 1906 (BO 30, 28.07.1906, p.415); para 1908 (BO 18, 02.05.1908, p.189); para 1910 (BO 35, 27.08.1910, p.451).

¹¹⁶ Port.27, 30.01.1869 (BO 6, 1869, p.22).

¹¹⁷ AO, 130, 30.10.1879; BSGL, 2^a série, nº 4, 1881, p.281. Foi eleito sócio correspondente em 12 de Agosto de 1879. Provavelmente um dos proponentes da admissão terá sido Augusto de Castilho. Em Junho de 1986, visitámos a Sociedade de Geografia, mas a ficha de sócio não tem praticamente dados nenhum sobre Campos Oliveira.

¹¹⁸ AHM, cód.11.5771, p.6; AO, 140, 08.01.1880.

¹¹⁹ BO 24, 12.06.1875, p.142 e segs. A referida empresa pretendia fazer trabalhos de pesquisa a fim de reconhecer as condições mineralógicas da mina de carvão de pedra, na "terra Matinte", e a de ferro, na "terra Marruca", no distrito de Tete; reconhecer a importância industrial dos depósitos ou jazigos de substâncias minerais nos terrenos adjacentes, na extensão de 25 quilómetros na direcção da corrente do rio Zambeze e numa zona de 25 quilómetros da margem esquerda do Zambeze para nordeste; estabelecer carreiras regulares, em barcos a vapor desde a foz do Zambeze até ao distrito de Tete. Ligado a este empreendimento estavam nomes como: António José da Cruz Coimbra, José Leocádio Botelho Torrezão e Fortunato Maria Gomes Ferreira.

¹²⁰ Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1912, de Adria no Xavier Cordeiro.

¹²¹ O Occidente (Lisboa), vol.1, 8, 15.04.1878, p.58.

¹²² CARVALHO 1971:9.

¹²³ MENDONÇA 1987:74.

¹²⁴ Sobre os jornais "O Ultramar" e "Illustração Goana", pode-se consultar a

obra: "Impresa de Goa", coordenação, de António dos Martires Lopes, Lisboa, Comissariado do Governo dos Assuntos para o Estado da India, 1971, p. 45 e 77.

125 AMORIM 1908:77

126 O ULTRAMAR (Margão), 525, 23.04.1869, p. 3. Existe uma outra referência, que cita a mesma publicação (JM, 17, 31.07.1873). Não existe nenhum exemplar desta publicação, editada em Moçambique, tanto na Biblioteca Nacional de Lisboa, como no Arquivo Histórico de Moçambique.

127 NOTICIAS (Lourenço Marques), 391, 23.07.1927. A informação diz-nos que o jornal foi publicado em 1860. Ora o testamento de Caetano Maria d'Oliveira é de 07.01.1861, o que pressupõe que José Pedro já estará na India há algum tempo, antes mesmo de 1860.

128 AMORIM 1908:76. Outra referência, diz-nos que o seu proprietário era um indivíduo com o nome de Espírito Santo, conhecido pelo "Escaler" (Notícias, 391, 23.07.1927). Na verdade, no cabeçalho do jornal, o nome do proprietário é João V. Espírito Santo.

129 Em 01.02.1893, na vila de quelimane, começou a publicar-se "O MEZ", jornal literário e charadístico, e que tinha em José Peixoto do Amaral, um dos seus maiores entusiastas.

130 ARTES E LETRAS (Lisboa), 3^a. série, 7, 1874, p.103.

131 Idem, idem.

132 MANO 1941:46; Ofício nº. 73, da Direcção dos Correios da Província de Moçambique para o secretario geral (AHM, Fundo do G.G., séc. XIX, cx. 8.138, m. 1(2), doc. 87).

133 Em 1874, na apresentação feita por Ernesto Marecos, dizia que o escritor aliava "a uma vocação acentuada a leitura dos bons mestres, consagra às musas um culto que tem tanto de auspicioso para elle como para as letras". Dizia que não duvidava em afirmar "que, dentro em pouco, succederão magníficos fructos às flores delicadas em que o seu bello talento se desata já" (ARTES E LETRAS (Lisboa), 3^a série, 7, 1874, p. 103). Em 1877, vem publicada uma extensa crítica à sua obra. Tratava-se, antes de mais de fazer o julgamento do romantismo (Ao, 16, 19.04.1877). Três anos mais tarde, por ocasião do inicio da publicação da REVISTA AFRICANA, dizia-se que o seu proprietário era o "pae do PESCADOR DE MOÇAMBIQUE e irmão do que VESTE CALÇAS DE LEANDRO", dizendo que ela "deitava de si um cheiro a bafio proveniente talvez de que os artigos n'elle publicados estivessem retidos de a muito na estante" (O GATO, 15, 07.04.1881, p. 3)

ANEXO I: O FOLHETIM DO ÚLTIMO NÚMERO

A Crítica não é inimiga da arte. É sua irman (sic) e conselheira. A arte é uma loura sentimental a quem aprazem os longos devaneios. A crítica é uma morena, positiva, boa dona de casa, dando o seu dono, lendo bons livros sadios e uteis nas suas horas vagas. D'antes a crítica era synonimo de maledicencia, hoje de ensinamento e conselho, de elogio e justa correcção.

E eu lembro isto para que o sympathico moço, a quem estas linhas dissem respeito, e que no ultimo nº. d'esta folha apresentou a luz da publicidade mais um producto do seu Estro, não leve a mal os ligeiros reparos que me sugere a sua individualidade litteraria.

O sr. Jose Pedro da Silva Campos Oliveira, nasceu em Moçambique. Aquece

ram-lhe o berço os raios abrasadores do largo e quente sol de África. Foi à sombra dos palmares erguidos sobre os areaes como cathedraes de mil columnas, que elle balbuciou as primeiras palavras.

Educado na India, paiz das maravilhas e da natureza exhuberante e poderosa, a sua imaginação de verdadeiro poeta, desabrochou cedo. Curtas tentativas em que se revela já verdadeiro talento de poeta assignalam os seus primeiros annos de regresso a patria. A poesia "Os Dois Anjos" publicada nas "Artes e Letras" e prefaciada por um escritor de talento o sr. Ernesto Marêcos é a mais perfeita das suas produções com relação a "forma" e a "ideia".

Entretanto o sr. José Pedro é um lyrico. Persegue ainda um estafado ideal que tem uma bronchite crônica e maus dentes. É aquella "virgem" de que nos falla o Almanach do sr. Cordeiro e em cuja ingenuidade eu não acredito, porque ella dá voluptuosos beijos à sombra do arvoredo, diz "amo-te" a vários srs. caixeiros de commercio, e as suas tranças andam repartidas em encebados bocadinhos pelas medalhas de alguns srs. amanuenses de secretaria, e aspirantes do exército, não fallando nas estrophes de fogo que o sr. Jose Pedro lhe envia de cá - pelo paquete.

O sr. José Pedro, o sympathico director do correio, que todos nos conhecemos, alegre, com excellente saude, comendo bem, transforma-se nos seus versos n'um pallido e phtysico sonhador, de cabelleira anellada e rebelde às tyrannias do pente e do cosmetic, a ponto que chegamos a temer que um dia o poeta em vez de deitar versos deite simplesmente uma golphada de sangue, e em vez de o suppormos nos dominios [sic] do sr. Thomaz Ribeiro, elle se ache effectivamente nos dominios do sr. doutor Viana, que em vez de applausos lhe devamos dar "Revalesciere" e que deixando de lhe deitar flores no caminho nos vejamos obrigados a deitar-lhe... um caustico.

Eu se podesse arrogar-me direitos de critico sahiria um dia ao caminho ao sr. Campos Oliveira, e compondo a minha gravata, e experimentando previamente a voz dirlhe-hia assim:

— Poeta! Arte tem a seguinte diferença radical de Moçambique: Enquanto a mencionada terra anda para traz, ella impavida anda para diante! Sim! ella, a fina-flor do espirito humano, paira por sobre a História, por sobre a Sciencia, gema com as desditas da humanidade, e canta-lhe os cantos triumphaes das suas victorias, mas enquanto a humanidade lucta com os asperos problemas da vida, deixando marcados com sangue e lagrimas os marcos millarios do progresso, ella segue fatalmente a sua evolução, de tal modo que ella é a traducção n'uma lingua mysteriosa e linda, da historia dos povos sobre a terra.

Isto é a arte e isto é a poesia. Quando a humanidade se extorce de encontro às mais graves questões, quando a economia política, nascida hontem, ameaça hoje baquear, quando os povos que já pediam no incendio de 1789 liberdade e pão, pedem hoje cheios de grande direito irresponsável, mais pão e mais liberdade quando a sciencia toda cada vez mais positiva, cada vez mais experimental desvenda um a um mysterios impenetraveis como dogmas, crê, poeta, o povo não pede doces lyrismos que apodrecem de luxuria pede sans verdades que o illuminem ou pelo menos graves palavras que o consolem, não pede beijos ao clarão da lua, pede carne sobre a mesa, não quer amor, exige - justiça.

E depois de ter tossido eu continuaria assim:

— Nascestes n'uma pequena ilha. Tens desde que nascestes, deante de ti, esse mysterioso gigante — o Mar. Tens um grande povo rude e barbaro, do qual a negrura do rosto, é a tradução fiel da escura ignorancia que lhe entorpece o cerebro; mas elle tem costumes originaes, tem a sua lingua sevagem, tem a melancolica toada dos seus cantares. Tens a possante vegetação luxuriante dos tropicos, tens a desgraça d'aquelles a quem o crime e a miseria e a ignorancia fiseram desterrar da sua patria...

E nada d'isto te inspirou ainda? Ainda não encontraste na tua lyra o som grave que traduz todos (sic) estes coisas?

E então tomando um ar levemente zangado eu diria ainda:

— Aquelle a quem o destino concedeu o dom de fallar aos seus irmãos a lingua de arte tem obrigação de ser um agente de moralidade e não de corrupção, e se tu, poeta, me convences que

É bello ter "unicos" affectos
a argentea lua, as lucidas estrellas
das aves o cantar

eu deixo de ter affecto à Patria, à Familia, ao Trabalhar, à Justiça, entida-
des que me darás licença que eu escreva sempre com iniciaes maiusculas enquan-
to porei sempre letra pequena às lauras dos teus cantos eroticos.

Quem pode esquivar-se affoito
a chama atroz, vehemente
que se ateia de repente
no intimo do coração!

Quem?

Eu, o meu amigo, e todas as pessoas honestas e decentes. Deus nos livre
que não fosse assim. Eu ir pela rua forá, tranquillamente, fumando o meu cha-
ruto e dirigindo-me à loja do sr. Mamud Jacob a comprar meias... e de repen-
te ateia-se a tal chamma e não ha ninguem que me resista? Então para que ser-
ve o sr. capitão Almeida, da polícia?

Depois ateiado o fogo
que alma e coração esmaga
de que val (sic) dizer-lhe: "Apaga
o teu devorante ardor"!

De que vale? E que se ha de apagar por força senão o caso não pede metri-
ficação requer unicamente — bomba.

Este é o amor pallido, cheio de doenças secretas. O verdadeiro amor, o
amor fecundo e santo, que enche uma casa de louras crianças ridentes e for-
tes; não falla essa linguagem. Canta esse amor, poeta, fase um bom livro são
e sensato e eu te prometto o maior premio que a minha pobreza te pode conce-
der: darei os teus versos a ler à minha filha.

Eis aqui o que eu diria ao meu amigo o sr. José Pedro de Campos Olivei-
ra, e dir-lho-hia tanto mais cruentamente, que ele tem verdadeiro merecimento
como poeta, grande gosto pela leitura, e sincera admiração pelos escriptores
de talento. É uma triste preocupação de escola velha e revelha que o obriga
a dizer o que não sente e o que não pensa.

O sr. José Pedro que é um cavalheiro incapaz de faltar à verdade na mi-
nima cousa, logo que pega na pena para versejar, mente de um modo que não
se lhe devia talvez permitir.

Aquella sua permanente paixão por uma virgem, que elle tem cantado em
todos os tons desde a redondilha menor até ao alexandrino é uma pura ficção.
E se o não é, eu offereço-me para por a minha melhor gravata e a minha casa
ca dos dias grandes, e vamos os dois pedil-a a esses feroses pais ou tios,
cuja colera já deve ter cedido aos repetidos "douches" de poesia que o sr.
Campos Oliveira lhe tem despejado em cima.

Declaro que espero com as minhas mais doces palavras e os meus mais si-
ceros elogios sr. Campos Oliveira, quando o ilustre poeta africano se resol-
ver a lançar n'uma fogueira todos os almanachs sentimentaes do sr. Cordeiro,
e a queimar em (---) todos os sujeitos que andam a desmoralizar as famílias
com os seus versos cheios de tosse, em vez de apagarem no trabalho honesto a
"tal chamma que lhes arde continuamente no seio", e que os torna indecorosos
e offensivos da moral publica.

Ainda uma resposta a umá das suas perguntas:

Ai! amor, quem me explicara
o teu profundo mysterio
essas leis do teu imperio
quém m'as fizera entender!

O "profundo mysterio do amor" encontra-se explicado no mais simples tra-
tado de physiologia, menos pernecioso (sic) que uma simples estrophe lyrical.
As mulheres americanas que se dedicam casta e gravemente ao estudo da medici-

na sabem que o amor não é um mysterio, e entretanto não tem as pessimas olheiras das meninas que scismam, no parapeito da janella.

"Ruy Xavier"

[In Africa Oriental, 16, 19 de Abril de 1877]

ANEXO III: ALGUMAS OBRAS DE CAMPOS OLIVEIRA

CARTAS A UMA SENHORA

Quando em Goa fui despedir-me de V.Exa. na vespera da minha partida para Moçambique, pediu-me, ou antes, ordenou-me V.Exa. que lhe escrevesse d'aqui dando noticias minhas e que tambem lhe descrevesse sitios, edificios e usos e costumes do meu paiz. Eu prometti. Apoz a promessa ainda me lembro de que V.Exa. acrescentou: "Eu não espero; a cabeça do Campos Oliveira anda sempre barulhada, e chegando a Moçambique não se lembra de mim e muito menos do meu pêdido". A estas palavras que longe de encerrarem uma offence, continham um favor porque eram ditadas pelo affecto, renovei a minha promessa e por um triz que não jurei que havia de a realizar.

A primeira parte do desejo de V.Exa. cumpri-a logo que cheguei a minha terra, e a segunda ficou largo tempo em addiamentos. Hoje porém venho pagar esta dívida ainda que em exigudas prestações. "Antes tarde do que nunca", dirá talvez V.Exa., e eu me consolo com isto.

Escrevo estas linhas na Cabaceira, sob as ramagens de duas robustas e copadas acacias, sentinelas permanentes postadas junto à porta principal da minha humilde e muito pequena vivenda. Vim hoje passar o dia que é feriado no campo. Eu amo desassombradamente o campo, e se não tivesse prendido o meu futuro numa repartição do estado, não me viam na cidade senão duas vezes, quando muito, em cada anno. Este inutil bulício da cidade produz em mim um aborrecimento que incommoda.

Como estou na Cabaceira, vou fallar a V.Exa. d'esta aldeola garrida e vividente e, porventura, a mais bonita da minha terra.

Eu creio que V.Exa. não se esqueceu de que tenho a mania de fazer versos e que por isso, gosto de tudo quanto é poético e romanesco. Soltemos pois as azas à poesia. Permitta-me que devaneie um pouco.

Ora imagine agora V.Exa. que está na Cabaceira; imagine que vai rompendo a manhã. Eu offereço-lhe o meu braço e peço que vamos dar um passeio.

Como encanta o frescor da manhã! que suaves e cadentes modilhos não se escurtam d'essas avesinhás que ali saltitam nos verdes laranjaes em flor! quanto não apraz o bater das folhas do coqueiro sempre verdes e trementes!

Admire aquelles cafezeiros tão cheios de flores! contemple aquelle armeno que está ahi a pascer tão socegado! escute agora este plangente gemer de rôla!

Não enleva tudo isto?

Adiante ha caminhos tapetados de pequenas e lindas flores silvestres, vêm-se cravadas aqui e ali singellas casinhas de pretos feitas de pequenos páus e cobertas de folhas do coqueiro, como em Goa.

Depois... imagine V.Exa. que é noite, e que a lúa brilha no firmamento. Em poucos climas, ou em nenhum talvez, o astro da noite se mostra tão lindo e refulgente como aqui. Vamos à beira-mar. Gosto d'este marulhar das ondas e d'estes arbustos que imitam salgueiros. Essas luzes que se destinguem a distancia estão accesas na cidade, que fica de fronte. Sente-se o som da musica, vê por isso que não é grande a distancia que nos separa da ilha.

Aquelle claraõ immenso, olho de gigante, que estamos a ver a poucos passos, é o pharol que ha dois annos pouco mais ou menos, fora aqui construido para utilidade dos navios que quizessem entrar o porto de noite.

Ia-me esquecendo de dizer a V.Exa. que a Cabaceira faz parte do continente fronteiro da cidade, antecedendo-se na ordem a Cabaceira pequena, e ficando-lhe em seguida Mossuril, Ampapa, Lumbo, Sancul e Chaça. Todos esses pontos

são pitorescos, e podiam ser mais lindos e mais profícuos, se no meu paiz, com magoa o digo, se desse mais apreço e mais atenção à agricultura.

Eu disse a V.Ex^a. que a Cabaceira era o ponto mais lindo do continente, uns porem dão preferencia ao Mossuril. Não questiono sobre o gosto. Acho Mossuril muito fechado e mais habitado de feras, e eu me esquivo sempre de ter relações com tigres e leões.

Da igreja, que é dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, hei de fallar quando descrever os outros templos cristãos da cidade.

Brevemente hei de enviar a V.Ex^a. outra carta, e affianço desde já que irá com menos poesia, e com mais assumpto.

Agora... peço que não imagine, mas que acredite na sincera amisade e justa respeito que lhe dedica

Campos Oliveira

[AO, 79, 11 de Agosto de 1878; RA, 1, Março de 1881]

O SIMAÚNA

Ora, quem ha ahi que o não conheça?

Ali vae elle: cabaia até ao joelho, calça mourisca, barrete enterrado todo na cabeça ou a cabeça enterrada toda no barrete, bigode e péra aparados, os pés nus, e uma lata vasia n'uma das mãos. É o Simauna.

Desde verdes annos, a doidice tem sempre andado a braços com elle; e, falando com toda a ingenuidade e consciencia, é o doido mais inoffensivo que em dias da minha vida se me tem deparado. Não insulta ninguem que ande a troçar com elle, não practica acções que deixem entrever a mais ténue sombra de indecencia, não se importa da vida privada de pessoa alguma, não rouba, não apredreja vivente algum, como dois maltrapilhos que, por desgraça, conheci na Índia e que não raro me dispensavam grossas pedradas só por que eu, por ciancice, lhes perguntava por que eram doidos; — salta e dança pelas ruas ao som d'uma musica que compôz e só elle precebe, segue qualquer cavallo, imitando-lhe o trote, concede seus afagos a dois macacos do meu vizinho, que tambem o acariciam julgando estarem ali tres, e, finalmente quando lhes parece, da cor da qualquer mocetona que não ache feia, terminando quasi sempre a parola com um ligeiro beijo ou com um leve abraço. Ora, quem me diz a mim que não é feliz o maganão!

O travesso e perseguidor rapazio, mal o divisa rompe logo a mimoseal-o com appellidos pouco estimaveis e ditos de o fazer subir a mostarda ao nariz de qualquer cittadão que traga em boa ordem a cachimonia. Este chama-o moiro-manteiga — aquelle baptisa-o em moiro-amendoim — est'outro chrisma-o em moiro-noivo — aquell'outro nomeia-o moiro-caroço — e não falta quem, dando largas à bondade, o apellide de moiro-cão. Mas elle, impassivel como o destino, liga a tudo aquillo tamanha importancia como eu aos tolos quando são orgulhosos e impostores.

Não sei se o leitor já viu o Simaúna regeitar um canudo ou cigarro todo inteiro e aceitar um já meio ou quasi todo consumido. Pois o homem nesta parte, apezar de não ter a razao, parece que tem razao. Anda elle nesta previdencia desde que lhe offertaram um canudo feito de polvora, que esteve por um triz a estragar-lhe a cara. Quem se lembra agora de fazer um presente d'esses a um doido! Há tanto mau coração neste mundo!...

Vêde-o agora a ler não sei em que jornal, passendo [sic] por ahi fóra em pertigado como um embaixador. Não conhêce uma só letra do alfabeto e quer passar por leitor. Não se lhe leve a mal este desejo inocente; pelo menos não se põe a explicar e a discutir o que lê, practica contraria a de muitos, que, por fim de contas, só deixam depreender das suas discussões que não intenderam nada do que leram. Já elle foi, por alguns dias, ávido e constante leitor d'um dos meus Almanachs; tomava-o, por signal, de pernas para o ar (se é verdade que um livro tem pernas), isso pode nesse ser desculpavel, porque julgo que se tem o juizo virado deve de ver direito quanto às avessas achar. E isto faz acreditar que aquelle seu modo não é para imitar alguns ou algumas que no templo tem os livros de missa... Adiante.

Sabeis o que quer expressar o Simaúna quando, todo risonho, bate o index da mão esquerda na palma da direita? Creio que não ha modo nenhum mais simples de pedir dinheiro do que aquelle. É o pretendente menos incomodoso [sic] que se pôde encontrar. Se o transeunte lhe indefere a péticao, elle segue a vante como quem não pediu coisa alguma — e se, ao contrario, alma generosa lhe dispensa qualquer moeda de prata, agradece com um sorriso e recusa-a pedindo em troca uma de cobre de valor insignificante — cinco ou dez reis. Por esta circunstancia, louvavel num, economica para outro, pôde-se suppôr que elle não conhecê a ambição e nem quer ser pago em demasia pelo pouco ou nada que fez. Eu inclino-me até a crer que esta sua desambição faria com que elle deixasse de aceitar qualquer condecoração que lhe quizessem dar em attenção, por exemplo, aos seus relevantes serviços.

Para não fatigar mais a attenção dos que estão honrando estas linhas com a sua leitura, ponho já o remate, declarando que também não aceito qualquer verba que me queiram conceder em paga deste fastidioso folhetim.

Novembro de 1873

Campos Oliveira

[Jornal de Moçambique, 36, 18 de Dezembro de 1873]

JURAMENTO

À ****

Pela vespertina aragem,
Pela estrella matutina,
Pelo sol mui radiante,
Pela rosa purpurina,

Pelos negros olhos teus,
Pelas tuas faces puras,
Pelos teus labios purpureos
Pelas tuas tranças 'scuras,

Eu juro, ó minha innocentia,
Eu juro, virgem querida,
Que amo-te c'um fogo intenso,
E hei d'amar-te toda a vida.

Junho — 1865
J.P.da Silva Campos Oliveira

[Almanach de lembranças luso-indiano
para o anno de 1866, p.40]

POESIA

No album d'uma senhora

— Escreva aqui quatro quadras,
Senhor Campos Oliveira! —
Quatro quadras no seu album?
Que ideia tão lisonjeira!

Veio bater a má porta;
Não mereço tal favor!
Meus versos são muito pobres,
E eu um pobre trovador.

O CRAVO E A ROSA

Disse o cravo à fresca rosa
"Consentes o linda flor,
Que eu te-dê um terno bejo
Em sinal do meu amor?"

"Pois não — respondeu a rosa—
Consinto sim, podes dar;
A quem tanto assim me-adora
Não n'o posso recusar".

E dizendo, envergonhada
Ao cravo se aproximou,
E este todo extasiado
A bella amante bejou.

Oh! Se eu fosse n'esse instante
Aquelle cravo amador,
E a linda virgem que adoro
Aquelle rosa d'amor!

[Almanach Popular, 1867, p.97]

Que escrever? Que eu amo e soffro
E é negra minha existência?
Em tudo isto, que interesse
Pode achar Vossa Exceléncia?

Mas... Que ideia! Quatro quadras
Foram pedidas, pois não?
Três já lá estão acima
E com esta quatro são.

Dezembro de 1876

[AO, 4, 21/12/1876, p.16]

SONETO

Dois cegos altercavam fortemente
N'uma noite em que a lua resplendia:
—É lua cheia! — um d'elles repetia:
Clamava o outro: "Pois é quarto crescente!"

Da contenda era Bacho o presidente
Que já em ambos elles refervia;
Até que enfim pancada mui bravia
Originava a questão impertinente.

Dois polícias que ali perto dormiam,
Ao som da bulha subito se erguiam,
E punham na prisão os barulheiros.

No dia que seguiu já libertados,
Os dois ceguinhos foram empregados
N'umas obras do Estado... como olheiros!

SUPPLICA À VIRGEM SANTISSIMA

Quando o meu peito soffre attribulado
E o coração se opprime em dor cruenta,
A vós revôa a minha mente aflicta
E o doce alívio o meu viver alenta.

Se a minha mão desventurada busca irada
Conduzir-me ao abysmo ou darm-me a morte,
Suplico vosso auxilio, e bastas vezes
Vossa piedade vem mudar-me a sorte.

Creio em vosso poder, Senhora! e n'elle
Deponho confiança a mais subida...
Guai-me, pois, do mundo pelas sendas,
Que a vos entrego minha inútil vida!

[A Immaculada Conceição: Prelazia de Moçambique, 8/12/1854, Moçambique: Typ. da Escola d'Artes e Ofícios, 1904, 46p.]

O PESCADOR DE MOÇAMBIQUE

Eu nasci em Moçambique,
de pais humildes provim,
a cor negra que eles tinham
é a cõr que tenho em mim;
Sou pescador desde a infância
e no mar sempre voguei,
a pesca me dá sustento,
nunca outro mister busquei.
Antes que o sol se levante
eis que junto à praia estou;
se ao repouso marco as horas,
a perguica não as dou;
em frágil casquinha leve,
sempre longe do meu lar,
ando entregue ao vento e às ondas
sem a morte recear.
Ter continuo à vida em risco
é triste coisa, não é?
mas do mar não teme as iras
quem em Deus depõe a fé!
Vou da Cabaceira às praias,
deixo perto Mossuril,
trage embora o céu de escuro
ou todo seja d'anil;

[Novo almanach de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1878]

A FONTE (Ao Victor Hugo)

Da rocha,gota a gota, a lympha pura
Filtrava dose [sic] fonte sobre o mar;
E, ao vê-l-a assim cahir, o mar pergunta:
— O que queres de mim, sempre a chorar?

Eu sou a tempestade, sou o assombro,
Onde o céu principia eu tenho fim;

de Lumbo visito as águas
e assim vou até Sancul,
chego depois ao mar alto,
sobre o norte, ou ruja o sul.
Morre o sol? Termine a lida
para um pouco repousar,
e ao pé da mulher que estimo
ledas horas ir passar:
da mulher doces carícias
também quer o pescador,
pois d'esta vida os pesares
faz quase esquecer o amor!
Sou pescador desde a infância
e no mar sempre voguei,
a pesca me dá sustento,
nunca outro mister busquei;
É singela a recompensa
da vida custosa assim!
mas se a fome não se mata!
que me importa o resto a mim?
e em quanto tiver os braços
a pá e a casquinha ali,
viverei sempre contente
n'este lidar que escolhi.

E, tão vasto que a terra abranjo toda,
De ti careço tão pequena assim?

Ao salso abysmo volve a humilde fonte:
"A ti que és tão grande e tão immenso ahi
Eu, que sou pobre, sem ruido e glorias
Dou-te agoa doce - o que te falta a ti".

Julho de 1879

[AO, 114, 13 de Julho de 1879]

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES MANUSCRITAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Códices: 11.19; 11.20; 11.37; 11.60; 11.184; 11.186; 11.221; 11.979; 11.1143; 11.1214; 11.4671; 11.5774; 11.5775; 11.5776; 11.5785; 11.5787.

Avulsos: Governo Geral: cxs. 8.138; 8.185; 8.199; 8.230; 8.238.

Governo do Distrito de Lourenço Marques: cxs. 8.8; 8.66.

B) TRABALHOS IMPRESSOS

Biblioteca Nacional de Lisboa
Almanach de lembranças luso-brasileiro (cont. por: Novo almanach de lembranças...) 1860-1912, Lisboa
Almanaque de lembranças luso-indiano para o anno..., 1865-1866, Margão
Almanaque literário, 1865-1869, Margão
Almanaque luso africano para 1899, Paris; Lisboa
Almanaque popular para o ano de..., 1865-1866, Margão
Artes e Letras, 1872-1875, Lisboa
India Portuguesa, 1864-1877, Goa
Ilustração Goana, 1864-1866, Goa
O Ultramar, 1859-1898, Goa

ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

AMORIM, Pedro Massano de, 1908: Relatório do governador do distrito de Moçambique, 1906-1907. Lourenço Marques.

BOLETIM OFICIAL

BORDALO, Francisco Maria, 1859: Ensaios sobre a estatística das possessões portuguezas na África Occidental e Oriental. vol. Iv: Moçambique. Lisboa.

BOTELHO, Sebastião Xavier, 1835: Memória estatística sobre os domínios portuguezes na África Oriental. Lisboa.

CALDEIRA, Carlos José, 1853: Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa: parte segunda. Lisboa.

CARVALHO, Joaquim de Montezuma de, 1971: Novos dados sobre o luso-brasileiro Tomás Antonio Gonzaga na ilha de Moçambique, A Tribuna (Lourenço Marques), 30.07.1971, p.9.

CASTILHO, Augusto de, 1881a: A ilha de Moçambique, O OCCIDENTE, IV, 102:235

CASTILHO, Augusto de, 1881b: Largo da Alfândega e ponte de Moçambique, O OCCIDENTE, IV, 103:247

CASTILHO, Augusto de, 1882a: Palácio do governo de Moçambique, O OCCIDENTE, V, 114: 43, 45 e 46

CASTILHO, Augusto de, 1882b: Uma vista de Moçambique, O OCCIDENTE, V, 116:60

- CASTILHO, Augusto de, 1889: Relatório da viagem da canhoeira rio Lima de Lisboa a Moçambique. Lisboa.
- FERREIRA, Manuel, 1985: O mancebo e trovador Campos Oliveira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Escritores dos Países de Língua Portuguesa 2.
- FRANÇA, José Augusto, 1974: O romantismo em Portugal, vol. II. Lisboa.
- GAMA, Domingos José Cardoso da, 1874: As impressão [sic] de quatro dias no Mossuril, Jornal de Moçambique, 32:126-127.
- GAMA, José Vicente da, 1859: Almanach civil ecclesiastico historico-administrativo da província de Moçambique. Moçambique.
- GAMA, José Vicente da, 1863: Folhinha civil e ecclesiastica do ano bissexto de 1864 para a província de Moçambique. Moçambique.
- LOBATO, Alexandre, 1945: A ilha de Moçambique (monografia). Lourenço Marques.
- LOBATO, Alexandre, 1953: Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial. Lisboa.
- LOBATO, Alexandre, 1966: Ilha de Moçambique panorama estético. Lisboa.
- LOBATO, Alexandre, 1967: Ilha de Moçambique panorama histórico. Lisboa.
- LOBO, Jaime Xavier, 1928: Como era a cerimónia de posse dos antigos governadores gerais da capital, Notícias (Lourenço Marques), 529:2.
- MÂO, Manuel Lourenço, 1941: Os serviços dos correios e telegrafos na colónia de Moçambique: notícia histórica. Lourenço Marques.
- MARQUES, A.H.de Oliveira, 1973: História de Portugal: desde os tempos mais antigos até ao governo do sr. Marcelo Caetano, vol.II. Lisboa.
- MARTIRES, Bartolomeu dos, 1823: Memoria chorografica da província ou capitania de Mossambique na costa d'Africa Oriental conforme o estado em que se achava no anno de 1822 (cópia dactilografada existente no Arquivo Histórico de Moçambique).
- MCLEOD, Lyons, 1860: Travels in Eastern Africa: with tha narrative of a residence in Mozambique, vol.II. London.
- MENDONÇA, Fátima, 1987: Para uma periodização da literatura moçambicana, Límani (Maputo), 2:73-83.
- PRIOR, James, 1819: Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa; to St.Helen; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brasil, in the Nisus frigate. London.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira, 1882: A capital de Moçambique sob o ponto de vista da imigração e da colonização. Porto.
- ROCHA, Ilídio, 1985: Sobre as origens de uma literatura moçambicana de expressão portuguesa: raízes e consciencialização. In: Les littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale. Actes du Colloque International. Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Décembre 1984. Paris.

ROCHA, Ilídio, 1987: Os prosadores nascidos em Moçambique, JL-Jornal de letras, artes e ideias (Lisboa), 26.10.1987, p.14-15.

SALT, Henry, 1814: A voyage to Abissinia and travels into the interior of that country, executed under the orders of the British Government, in the years 1809 and 1810 [etc.]. London.

SERRÃO, Joaquim Verissimo, 1986: História de Portugal, vol.III: do Mindelo à Regeneração (1832-1851). Lisboa.

SILVA, Innocencio Francisco da, 1885: Dicionario bibliographico portuguez, tomo XIII, 6º supl. Lisboa.

SILVA, João José da, 1886: Repertorio alphabetico e chronologico ou indice remissivo da legislação ultramarina: desde a epocha das descobertas até 1882 inclusivé. Macau.

SOVERAL, Ayres de Carvalho, 1887: Breve estudo sobre a ilha de Moçambique acompanhado d'um pequeno vocabulario portuguez-macua. Porto.

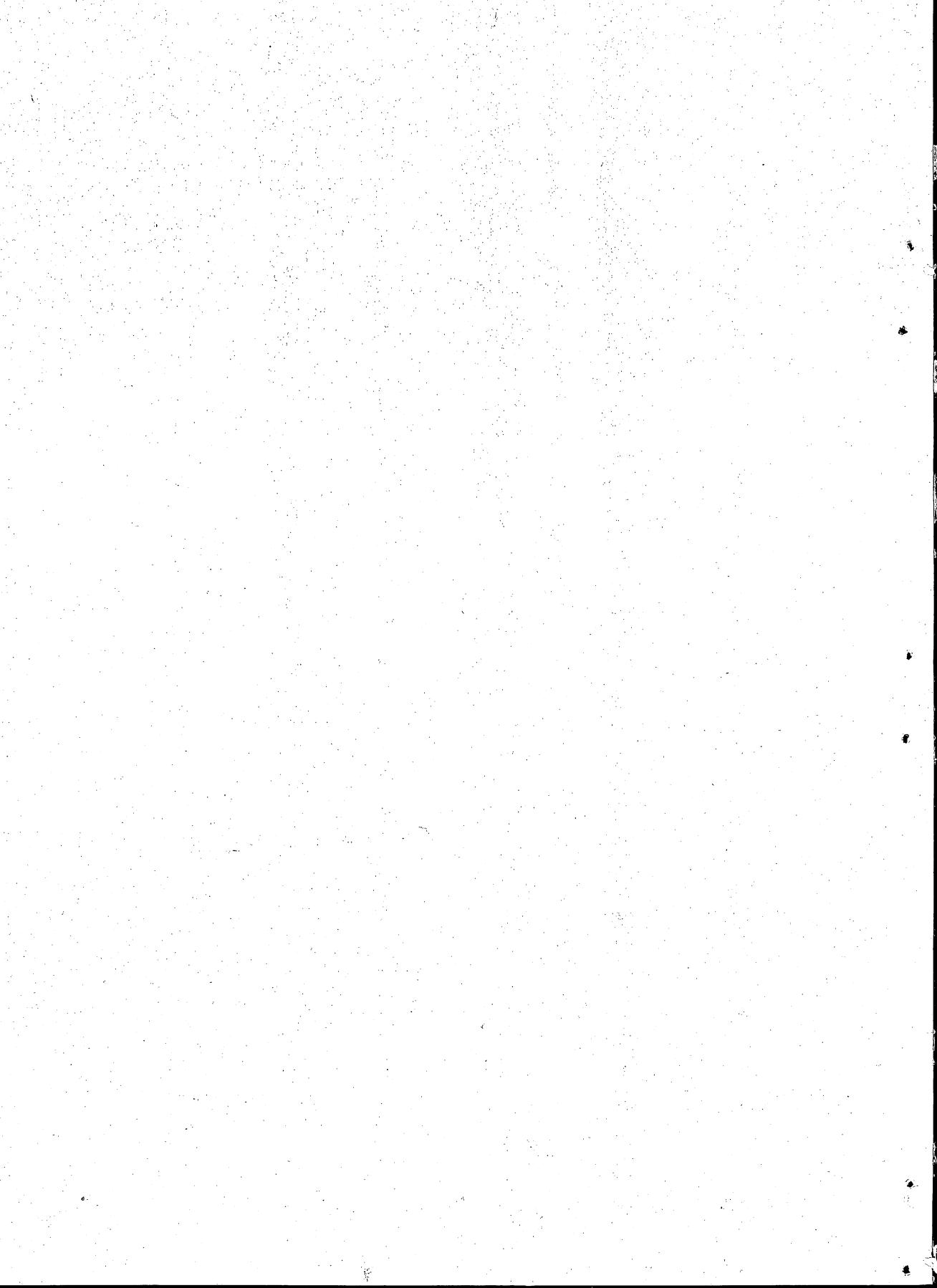
Foto de José Henriques e Silva



ILHA DE MOÇAMBIQUE:
PEQUENA BIBLIOGRAFIA ANOTADA

Calisto Pacheleke

1. Introdução	151
2. Abreviaturas	152
3. Bibliografia Anotada	153
3.1. Obras Enciclopédicas	153
3.2. História	156
3.3. Cultura	161
3.4. Economia	164
3.5. Monumentos Históricos	164
3.6. Religião	167
4. Índice de Autores	168
5. Pequeno Comentário Sobre as Fontes Consultadas	170



I. INTRODUÇÃO

Escolhemos a Ilha de Moçambique como tema para uma Bibliografia Anotada guiando-nos pelo interesse histórico que a mesma corporiza no Moçambique actual e porque se pode afirmar, na verdade, que a Ilha é um dos ricos patrimónios históricos e culturais que a Humanidade hoje possui.

Inicialmente era nosso objectivo inventariar toda a documentação (publicada ou não) que estivesse relacionada com ela, tentando constituir um instrumento de trabalho que fosse o mais completo e útil possível. Mas factores de varia ordem impediram-nos a sua efectivação. Estamos, porém, confiantes de que outras pessoas surgirão com as suas críticas e sugestões, com vista a completá-lo e melhorá-lo.

Apesar das limitações referidas, e porque nos foi solicitada a sua publicação, decidimos dar a conhecer esta Bibliografia ao público interessado.

Para a sua elaboração servimo-nos, quase exclusivamente, do "Catálogo de Assuntos" existente no Arquivo Histórico de Moçambique, para além da colaboração de colegas e pessoas singulares, durante o Curso de Licenciatura decorrido no ano de 1984 no Arquivo Histórico.

Havendo muito poucos livros debruçando-se especificamente sobre a Ilha de Moçambique, o recurso a obras de carácter geral onde se possam extrair referências sobre o tema surgiu-nos como alternativa para colmatar essa situação. Algumas dificuldades tivemos que enfrentar, sobretudo com relação à definição de critérios de avaliação das obras em referência, particularmente no respeitante à sua selecção e distribuição pelas diferentes áreas em que dividimos esta Bibliografia. A separação que fizemos entre OBRAS DE HISTÓRIA e OBRAS DE CULTURA ou outras, não deve ser encarada de maneira rígida, como se fossem entidades separáveis. O nosso pressuposto é de que uma obra de História é também de Cultura e vice-versa, na medida em que existe uma interacção recíproca entre elas.

Consoante a maior ou menor incidência de assuntos tratados em cada obra consultada, estruturámos a Bibliografia da seguinte maneira:

— OBRAS ENCICLOPÉDICAS. Tratam de assuntos diversos relacionados com a Ilha e parte continental adjacente.

— HISTÓRIA. Inclui obras que tratam não só da história da Ilha e dos seus habitantes, mas também da história da ocupação militar portuguesa na região.

- CULTURA. Diz respeito a obras que tratam fundamentalmente da cultura local, ou seja, dos usos e costumes dos habitantes da Ilha. Inclui, ainda, algumas obras que tratam de alguns aspectos da vida dos portugueses e outros povos ali fixados.
- ECONOMIA. Este capítulo inclui fundamentalmente livros que tratam da história económica dos portugueses e das populações locais, bem como dos povos asiáticos que por ali passaram.
- MONUMENTOS HISTÓRICOS. Com este item pretende-se inventariar algumas obras publicadas sobre os monumentos históricos existentes na Ilha, complementando o capítulo da História.
- RELIGIÃO. Neste item incluem-se obras referentes às religiões católica e islâmica.

As entradas estão organizadas por Ordem Alfabética de Autores e incluem algumas Fichas Remissivas para Obras Enciclopédicas ou outras. Incluiu-se ainda um pequeno comentário sobre as fontes consultadas, um Índice de Autores e uma lista de Abreviaturas.

2. ABREVIATURAS

AGU	Agência Geral do Ultramar
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BNU	Banco Nacional Ultramarino
CMHM	Comissão dos Monumentos Históricos de Moçambique
CMN	Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique
COE	Comissão Organizadora da Exposição
Cap	Capítulo
CEDIMO	Centro de Documentação e Informação de Moçambique
Dr.	Doutor
Est	Estampas
il.	Ilustrado ou Ilustração
Map	Mapa(s)
Moç	Moçambique
p.	Página
pp.	Páginas
PP	Publicação Periódica
Publ.	Publicado ou Publicação
RPM	República Popular de Moçambique
Vide	Ver ou Veja-se
vt	Ver também

3. BIBLIOGRAFIA ANOTADA

3.1. OBRAS ENCICLOPÉDICAS

1. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO.

Catálogo da Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, comemorativa do IV Centenário da estada de Camões na Ilha de Moçambique. — Lisboa: Neogravura, Ltda., 1969; 48pp; il. [AHM.V85].

Esta obra constitui um documento importante para o estudo da Ilha de Moçambique em cartografia, iconografia, história e cultura, entre outros aspectos. Contém Prefácio, Índices (geral, remissivo, topônimo, cronológico e antropônimo), Abreviaturas e Sinais Convencionais referentes as espécies catalogadas. Contém, ainda, gravuras das naus portuguesas na Ilha de Moçambique, uma fotografia desta e outra de Camões.

2. BARBOSA, Duarte.

Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente / por Duarte Barbosa. — Introdução e Notas de Augusto Reis Machado. — Lisboa: Agência Geral das Colónias & Editorial Ática, Ltda., 1945; 240pp. [AHM.A70].

Organizada por assuntos, a obra foca aspectos da História das Descobertas Portuguesas do século XV e do Caminho Marítimo para a Índia. A Ilha de Moçambique vem referenciada nas p.22 e segs., realçando-se a sua história, geografia, riqueza animal e vegetal, e o modo de vida dos seus habitantes. Contém Advertência, Introdução, Prefácio, Índice, "Tabuada das Terras existentes nas Partes da Índia" (pp.235-36) e uma Errata.

3. BOTELHO, Sebastião Xavier.

Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental: Resumo para servir de introdução à [...] / Sebastião Xavier Botelho. — Lisboa: Imprensa Nacional, 1834; 3 partes; Mapas. [AHM.B12-I].

Parte I: Esta é a que inclui a Ilha de Moçambique (pp.319-340), tratando da origem da sua população, do comércio, da administração colonial na Ilha e das religiões católica e muçulmana. Tem 400 páginas e compreende: Introdução, Mapas Geográficos (incluindo o da propria Ilha), plantas de casas dos primeiros governantes portugueses em Moçambique e de outros edifícios, e Índice dos capítulos.

Parte II: Trata da acção dos portugueses na África Oriental, em geral. 110pp.

Parte III: É o resumo da História das Descobertas Portuguesas e seus Domínios no Ultramar. Neste volume a Ilha de Moçambique é tratada nas pp.7-85, sobretudo no tocante à actividade mercantil dos "Mojos" e "Mahometanos", no século XVIII.

Em nossa opinião, é uma obra particularmente interessante para o estudo do comércio desenvolvido na Ilha e em toda a região Norte de Moçambique, durante os séculos XVIII e XIX.

4. CALDEIRA, Carlos José.

Apontamentos d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa / por Carlos José Caldeira. — Lisboa: Tipografia de G.M.Martins, 1852; 330pp.; Estatísticas. [AHM.A323].

Compreende vários capítulos. É importante para o estudo de vários aspectos da História de Moçambique. A Ilha de Moçambique é tratada nos seguintes capítulos: Cap.VII - "Dois dias de temporal, entrada e residência em Moçambique, e várias sobre esta cidade" (pp.80); Cap.VIII - "Religião-moral, finanças, população, agricultura, comércio, instrução, costumes e sistema monetário" (pp.94); Cap.IX - "Partida de Moçambique, ..." (pp.117).

Tem Índice de Assuntos, Apêndice, Errata e Estatísticas (mapas sobre o movimento dos navios, dos valores dos produtos exportados e importados, população, etc.).

.. de ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho.

Campanhas contra os Namaraes: Relatórios enviados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar / Ass. O Comissário Regio J. Mouzinho de Albuquerque. — Lisboa: Ministerio dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1897; 176pp.; Mapas; Anexos. [AHM.(b)B71].

Não trata especificamente da Ilha, mas de toda a região. Elogiando as actividades militares dos portugueses naquela região, o livro constitui uma autêntica narração da história da ocupação militar portuguesa do Norte de Moçambique, nos finais do século passado.

Possui mapas referentes a campanhas militares empreendidas contra os Namaraes; plantas dos primeiros postos militares erguidos na região namarral; quadros estatísticos da composição das unidades militares, de número das operações realizadas e das denominadas "Campanhas de Guerra"; vários anexos. Não tem índice de Assuntos.

6. de ALMEIDA EÇA, Filipe Gastão.

Subsídio para uma Bibliografia Missionária Moçambicana (Católica) / por Filipe G. Almeida de Eça. — Pref. do Padre Moreira das Neves. — Lisboa: Livraria Pétrony (Centro de Famalicão), 1969; 157pp. [AHM.V193].

Contém: Uma lista dos Bispos e Padres homenageados pela obra; uma Bibliografia do próprio Autor; Preito de gratidão; Nota preambular; Palavras Necessárias; e um Catálogo Onomástico.

Inclui, ainda, na página 62, livros do Padre Santana Sebastião da Cunha, que escreveu sobre a Ilha de Moçambique, destacando-se "Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro, desde os tempos da ocupação" e "Guide for Visitors — Mozambique Island, Portuguese East Africa".

7. de AMORIM, Pedro Massano.

Distrito de Moçambique: Relatório do Governador, 1906-1907 / por Pedro Massano de Amorim. — Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908; 179 & 2pp.; Mapas. [AHM.(b)B224].

Compreende duas partes: a Primeira, inclui a Introdução e Propostas; e, a Segunda que, subdividida em 18 Capítulos, é uma inventariação dos principais problemas que interferiram na ocupação tardia do distrito. Foca vários aspectos da vida na Ilha, nomeadamente a actividade mercantil, pautas aduaneiras, e fazenda, cujos quadros nela estão contidos, incluindo os das receitas do distrito e do movimento e respectivos rendimentos comerciais.

O índice de Assuntos vem contido na parte final do livro.

8. de AMORIM, Pedro Massano.

Ocupação [A] do distrito de Mocambique. Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa na noite de 17 de Abril de 1911 / por Pedro Massano de Amorim // in: Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 29a. Série, nº5, 1911/5: pp.143-163. [AHM.PP30].

Trata-se de um discurso de 22 páginas que sumariza as actividades desenvolvidas pelo autor, Massano de Amorim, durante a sua governação no distrito de Moçambique. Tem certo interesse para o estudo da História Militar Portuguesa naquele distrito.

Não contendo bibliografia nem ilustrações, o Boletim onde este discurso vem inserido possui índice e outras referências bibliográficas interessantes também publicadas pela Biblioteca da Sociedade de Geographia de Lisboa.

9. de SERPA PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz.

No distrito de Moçambique (1902-1904): Memórias, estudos e considerações/por Jayme P.S.F. de Serpa Pimentel. — [...]. [AHM.613]. — [Faltam o rosto e as 4 primeiras páginas. É uma compilação de artigos publicados com o título aqui adoptado, na revista "Portugal em África", Vol.12, Ano 1905. Prefácio datado de Abril de 1905, e último artigo datado de Dezembro de 1905], Vol.8, 185pp.; 1 Mapa; 1 Retrato do Autor.

10. FERREIRA, Duarte.

Distrito de Moçambique: Relatório do Governador (1911-1913) / por Duarte Ferreira.— Lourenço Marques: Tipografia A.W.Bayly & Co., 1915; 95pp.; Mapas. [AHM.B40].

Trata do Distrito de Moçambique em geral, nos seguintes aspectos: Obras Públicas, Fazenda, Alfândega e Comercio, Correios e Telegrafos, Saude e Instrução Pública, etc. Tem interesse para o estudo do processo de ocupação colonial do distrito.

Contém: Índices (de Assuntos e de Mapas), Introdução e Mapas das Campanhas Militares de Ocupação do distrito.

11. LOBATO, Alexandre.

Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752-1763 / por Alexandre Lobato.— Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957; 315pp.— (Parte I — "Fundamentos da criação do Governo Geral em 1752"). [AHM.B40].

Trata dos seguintes assuntos: organização política e administrativa do distrito, capitanias, Praça de Moçambique, população da Ilha e arredores, Árabes e Missões Religiosas. Não aborda especificamente a Ilha de Moçambique, mas toda a região Norte.

Está organizado em 10 capítulos, e contém: Índice de Assuntos, Prefácio, Introdução, Nota Bibliográfica e Conclusão.

12. LOBATO, Alexandre.

A Ilha de Mocambique (Monografia) / por Alexandre Lobato.— Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1945; 156pp.; il. [AHM.B22].

Trata da Ilha e Cidade, realçando a sua população e economia, entre outros aspectos de interesse para o conhecimento da propria Ilha.

Inclui um prefácio de António Rosa Cabral, 1944. Apresenta Índice, gravuras de edifícios mais antigos da Ilha, entre outros, planta da cidade da Ilha de 1829, e um esquema da rota de ida e volta de Vasco da Gama à Índia.

13. LOBATO, Alexandre.

A Ilha de Mocambique (Monografia) / por Alexandre Lobato // in: Moçambique Documentário Trimestral, nº42, Ano XI, Abril-Maio-Junho, 1945: 188pp.; il. [AHM.B20].

Trata-se do mesmo livro referenciado no número anterior, mas agora publicado na forma de artigo.

O "Documentário" contém: Sumário, Dedicatória, Gravuras, Fotografias, Lista de Livros e Publicações.

14. RIBEIRO, Manuel Ferreira.

A capital de Moçambique sob o ponto de vista da imigração e colonização/por Manuel Ferreira Ribeiro.— Porto: Empreza Ferreira de Brito, 1882; 62pp.; il. [AHM.B20].

Trata da História, cidade, acção missionária e de monumentos históricos existentes na Ilha.

Realça a situação geográfica privilegiada da Ilha de Moçambique, e da sua importância no contexto da dominação política, económica e militar portuguesa na região.

É um livro de extrema importância para o estudo de aspectos vários da História da Ilha, por exemplo a sua evolução administrativa.

Contém: Explicações Preliminares, Introdução, Indicações Topográficas, Factos Históricos, Edifícios Públicos, Notas Históricas e Bibliográficas e Propagandas da Biblioteca Africana. Não tem Índice de Assuntos ou Sumário.

15. RIBEIRO, Manuel Ferreira.

Ilha de Moçambique / por Manuel Ferreira Ribeiro // in: "A Província de S. Tomé e Príncipe e suas Dependências ou a Salubridade e Insalubridade Relativa das Províncias do Brasil, das Colônias de Portugal e de Outras Nações da Europa".— Lisboa: Imprensa Nacional, 1877: pp.254-265; il.; Mapas. [AHM.G975c].

Esta inserida num livro com 705 páginas que apresenta Índice, Prefácio, Introdução, Mapas, Gravuras e Estatísticas comerciais de 1872, em S.Tomé e Príncipe. Apresenta ainda, para além da Errata, Quadros relativos a Exportações e Rendimentos das Províncias Ultramarinas nos anos 1869 e 1876. Particularmente sobre a Ilha de Moçambique, o artigo enfatiza, entre outros aspectos, a sua Geografia, História, Economia, Monumentos Históricos e População.

3.2. HISTÓRIA

16. ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Programa e Estatutos da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique / por Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique. — Maputo: Tipografia Notícias, [1983]; 14pp.

Contém introdução, o Programa e Estatutos da Associação, estes subdivididos em sete capítulos.

Tem interesse histórico (mas também cultural) atendendo aos objectivos a que a Associação se propõe alcançar.

17. BOCARRO, António. (Comp.)

Década 13 da História da Índia / Comp. por António Bocarro. — Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1876; 2 vols. [AHM.A15].

Vol.I — Notícia Preliminar, Introdução, Índice de Capítulos que compõem o livro, Dedicatória, Prólogo e Notas no rodapé da página.

Vol.II — Índice de Capítulos. A sua paginação é continuidade do Vol.I. A Ilha de Moçambique é tratada nos seguintes capítulos: 17, 53, 95, 119, 121, 134 e 163.

Obra importante para o estudo da História Militar Portuguesa em Moçambique, no período que decorre do século XVI ao século XIX, conflitos coloniais entre holandeses e portugueses na Ilha; a Administração colonial; os monumentos.

18. BOTELHO, José Justino Teixeira.

História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias / por Jose J.T. Botelho. — Vol.I. — 2ª Edição, Revista com um Apêndice. — Lisboa: Governo Geral de Moçambique, 1936; 742pp. [AHM.B295].

Está dividida em partes que, por sua vez, se subdividem em capítulos que tratam, 'grosso modo', da Administração colonial na Ilha (séculos XIX e XX), das Guerras de ocupação colonial, da divisão administrativa e de recursos militares da Província [de Moçambique].

Contém Prólogo, Nota sobre a Divisão Administrativa, Índice, Apêndice, Conclusão e Erratas.

19. BOTELHO, José Justino Teixeira.

História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: da Descoberta a 1833 / por Jose Justino Teixeira Botelho. — Lisboa: Governo Geral de Moçambique, 1934; 637pp.; il. [AHM.B295].

Trata da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia; empreendimentos militares; ocupação holandesa da Ilha; e reorganização administrativa da Província [de Moçambique].

Contém Prólogo, Introdução, Ilustrações, Mapas Históricos e Retratos de personalidades portuguesas importantes da época das "Descobertas", Índice, Notas e Errata. Compreende seis Partes subdivididas em capítulos.

20. BROCHADO, Costa.

O Piloto Árabe de Vasco da Gama / por Costa Brochado. — Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte de D.Henrique, 1959; 130pp.; [CEDIMO (15) 1978-12].

Trata da História da Ilha de Moçambique e da viagem de Vasco da Gama para a Índia.

21. CABRAL, Carlos A. de M.

História de Moçambique de 1450 a 1936: Descoberta e Conquista / por Carlos A. de M. Cabral. — Vol.I; Capítulos I a XXIX. — 1936; 80pp. — [Cópia a químico do original dactilografado]. [CEDIMO (15) 1978-12].

Aborda a questão das viagens marítimas realizadas pelos portugueses a partir do século XV. A Ilha de Moçambique aparece como o corolário desse espírito aventureiro dos portugueses nesse período. As conquistas militares no Norte e a actividade mercantil na Ilha ocupam um lugar de relevo nesta narração. Contém Índice e comprehende 29 capítulos.

22. CABRAL, Carlos A. de M.

História de Moçambique de 1450 a 1936: Descoberta e Conquista / por Carlos A. de M. Cabral. — Vol.I; Capítulos I a XXIX (1936); 80pp. — [Original dactilografado]. [CEDIMO (15) 1978-12]. (Ver: Ficha 21).

23. da CUNHA, Padre Santana Sebastião.

Antiguidades históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro, desde os tempos da ocupação / por Padre Santana Sebastião da Cunha. — Vol.I, nº 8. — Lisboa: Oficinas da "União Gráfica", 1939; 227pp.; il. [AHM.B21].

História Militar e dos Descobrimentos portugueses tratam-se neste livro. A Ilha de Moçambique e territórios vizinhos, a administração e a acção missional são outros assuntos tratados.

Contém Índice, Prefácio, Introdução, Conclusão e Gravuras da Ilha a seus Monumentos históricos.

24. de ANDRADE, António Alberto.

Fundação do Hospital Militar de S. João de Deus, em Moçambique / por António Alberto de Andrade // in: "Studia", Revista Semestral nº1, Janeiro de 1958: pp.77-89. — Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958, 13pp: [AHM.PP35].

Relatou das viagens dos portugueses para a Índia nos séculos XVI-XVIII. Retrata as actividades dos religiosos de S. João de Deus na Ilha, a importância do hospital local para os viajantes em trânsito, o papel dos Jesuítas em Moçambique, o comércio no Oriente e as despesas do hospital.

O autor do artigo remete-nos para a consulta do livro "Os Hospitaleiros de S. João de Deus no Ultramar", Separata da Revista "Portugal em África", Vols.13 e 14, Lisboa: AGU, 1957.

Contém Índice de Artigos publicados e Notas de rodapé da página. Ocupa 13 páginas. Não tem a Introdução nem Ilustrações.

25. de ANDRADE, António Alberto.

Relações de Moçambique Setecentista / por António A. de Andrade. — Lisboa: AGU, 1955; 637pp.; il. [AHM.B46].

Os principais assuntos tratados são: História colonial, História de Moçambique, História da Ilha e região continental fronteiriça, e o Comércio na Ilha, durante o século XVIII.

O livro comprehende 4 partes: Parte I — "Introdução aos Textos"; Parte II — "Textos do século XVIII"; Parte III — "Notas aos Textos"; e Parte IV—"Apêndice Documental".

Apresenta vários Índices (Geral, Antropónomástico e Gravuras) e Erratas, ilustrações e mapas históricos, para além de uma vasta Bibliografia, organizada segundo a ordem alfabética de autores.

26. de ANDRADE, António Alberto Banha.

O Hospital de Moçambique durante a Administração dos Almoxarifes / por António A.B. de Andrade // in: "Portugal em África", 2ª Série, Vol. 13, nº 78, (1956): pp.357-370. — Lisboa: Revista de Cultura Missionária, Nov.-Dez.1956. [AHM.PP124].

Trata da história da transição da Administração Missionária do Hospital [da Ilha de Moçambique] para a Administração Civil em 1761, e realça o papel daquele Hospital na assistência aos doentes e militares ali estacionados.

É uma obra retrospectiva da história portuguesa no Oriente, desde o século XVIII até ao século XX (1946), com um cariz ideológico bastante acentuado. Apresenta Notas no rodape da página, tanto de livros como de autores; e referências do Arquivo Histórico Ultramarino. "Portugal em África" contém índice de Autores e páginas de Publicidade.

27. de ASCENSÃO PORTELA, Maria José.

Terra inconcebível: "slides" da Ilha de Moçambique / por Maria José de Ascensão Portela; Introdução de Manuel Luís Pombal // in: "Moçambique", Lourenço Marques: Minerva Central, 1967; 121pp. [AHM.b 350].

É uma obra propagandística que enfatiza a acção portuguesa na região. Trata da Geografia, Topografia, Administração, Comércio e População da Ilha. Dividido em 30 capítulos, o livro contém: Dedicatória, Introdução e Prefácio.

28. de AVELLAR GEORGE, Manuel.

Segundo cerco da Fortaleza de S. Sebastião, de 29 de Março a 29 de Maio de 1607 / por Manuel de Avellar George // in: "Boletim do Museu de Nampula", Vol.I, (1960): pp.109-117; il. [AHM.PP382].

Trata da invasão holandesa à Ilha e da sua posterior reconquista pelos portugueses durante o século XVII; o comércio na Ilha.

Apresenta na 2ª folha uma fotografia do Museu de Nampula, para além de conter índice, Dedicatória e Ilustrações.

29. de BETTENCOURT, Emiliano Augusto.

Descobrimentos, Guerras e Conquistas dos Portugueses em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI / por Emiliano A. de Bettencourt. — Lisboa: Lith Matta e Co., 1881-1882; 120pp.; Pref.; Mapa. [AHM.A360].

Trata da história das descobertas portuguesas desde o século XV (1415) até finais do século XVI (1597), enfatizando a Viagem de Vasco da Gama para a Índia e a ligação entre a Ilha de Moçambique e o Governo do Vice-Rei da Índia.

O livro está manuscrito e dividido em Capítulos. Contém Advertência, índice, Erratas, Conclusão e um Planisfério.

30. de BRAGANÇA PEREIRA, A.B.

História política, diplomática e militar: 1720-1726 / por A.B. de Bragança Pereira. — Nova Edição; Tomo I, Vol.III, Parte III. — Bastorá: Arquivo Português Oriental, 1940; 357pp. [AHM.A53-IV].

É uma compilação de cartas de Governadores e Diplomatas portugueses enviadas a El-Rei de Portugal, sendo esta complementar das primeiras duas Partes (Veja a ficha seguinte). Trata de campanhas militares no Norte de Moçambique; conflitos entre portugueses e árabes na região.

Contém índices (de documentos e alfabético) e uma Errata.

31. de BRAGANÇA PEREIRA, A.B.

História política, diplomática e militar: 1709-1710 / por A.B. de Bragança Pereira. — Nova Edição, Tomo I, Vol.III, Parte II. — Bastorá: Arquivo Português Oriental, 1940; 428pp. [AHM.A53-III]. (Ver Ficha anterior).

32. de BRAGANÇA PEREIRA, A.B.

[História política, diplomática e militar: (...)] / por A.B. de Bragança Pereira. — Nova Edição, Tomo I, Vol.III, Parte I. — Bastorá: Arquivo Português Oriental, 1940; []pp. [AHM. ?].

Nota: Embora não tenha sido localizado, pensamos que este livro existe.

33. de CARVALHO DIAS, Luís Fernando.

Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (século XVIII) / Prefaciado e coligido por Luís Fernando de Carvalho Dias. — Vol.IX, Tomo I, (1954). — Lisboa: Vila Nova de Famalicão, 1954; 367pp. [AHM.PP42].

Este livro constitui um verdadeiro diário de viagens dos portugueses em Moçambique no século XVIII. Inclui uma "Descrição da Capitania de Moçambique e

suas Povoações e produções, pertencentes a Coroa de Portugal", de José Varela. Contém Índice, Introdução, Apêndice, Artigos de vários autores. É um livro importante para o estudo da História Económica e Social de Moçambique.

34. de CASTRO, João.

Roteiro de Lisboa a Goa / por João de Castro; Anotado por João de Andrade Corvo. — Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1882; XV+428pp.+15 est. [CEDIMO (15) 1978-12].

Descrição das viagens dos portugueses para a Índia através do Oceano Índico, passando pela Ilha de Moçambique. Para além do Índice, a obra apresenta uma rica anotação de João de A. Corvo.

35. de LIMA, José Joaquim Lopes, et al.

Ensaios sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental, na Ásia Ocidental, na China e na Oceania / por José J. Lopes de Lima & Francisco Maria Bordalo. — Lisboa: Imprensa Nacional, 1859; 318pp.; Mapas. [AHM.B513].

Esta dividida em seis "Livros", sendo "Moçambique e Suas Dependências" tratado no Livro IV, onde são abordados assuntos como a História Económica, a Administração e o comércio de escravos. Apresenta algumas estatísticas económicas de Moçambique.

Contém dedicatória, introdução, mapas, plantas dos portos de Moçambique, apêndice, suplemento e advertência.

36. do SOUTO, Antonio Meyrelles.

História dos cercos de Moçambique: um manuscrito desconhecido, autor e narrativa portugueses / por Antonio Meyrelles do Souto // in: "Annaes da Academia Portuguesa de História", 2ª Série, Vol.13 (1963): pp.9-33. [AHM. ?]. Este título consta no Ficheiro de Assuntos do AHM, mas, no entanto, não nos foi possível localizar a própria obra. (VT. — Ficha nº 35).

37. do SOUTO, António Meyrelles.

Hystória dos cercos que os olandeses puzerão a Fortaleza de Moçambique no ano de 607 e 608 / Introd. e Notas de Antonio Meyrelles do Souto // in: "Studia", nº 12 (1963): pp.463-548; Bibliografia. — Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963; 562pp. [AHM.PP51].

Trata-se da história da ocupação dos holandeses da Ilha, e da consequente resistência portuguesa; da Fortaleza de S. Sebastião.

Obra interessante para o estudo da História Militar portuguesa na Ilha.

Contém: Documentário, Ilustrações, Bibliografia comentada, Notas e Artigos de vários autores.

38. dos SANTOS, Frei João.

Ethiopia Oriental: Descrição das terras da África Oriental e dos diferentes povos, animais e aves que as habitam, e das conquistas e batalhas gloriosas dos portugueses / por Frei João dos Santos. — Lisboa: Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1891; 2 Vols. [AHM.A44].

Vol.I — Compreende Livros I e II que, por sua vez, se subdividem em capítulos. Contém índice, advertências, dedicatória e prologo.

Vol.II — Compreende Livros III e IV, contendo também advertências, aprovação, dedicatória e prólogo.

Trata de assuntos como as Descobertas Marítimas dos Portugueses, a História Militar, os povos de Moçambique, Ilha de Moçambique e sua Fortaleza, o Cristianismo.

39. DURÃO, António.

História dos cercos que os holandeses puseram à Fortaleza de Moçambique no ano de 1607-1608 / por António Durão. — (VT. — do SOUTO, Antonio Meyrelles — Ficha nº 36).

Trata da ocupação holandesa da Ilha e da resistência empreendida pelos portu-

gueses face a essa ocupação, na Fortaleza de S. Sebastião. Obra importante para o estudo da História Militar portuguesa na Ilha. A Revista contém Documentário, Ilustrações, Bibliografia comentada, Notas e Artigos de vários autores.

40. DURÃO, António.

Cercos de Moçambique defendidos por D. Estevão de Ataíde / por António Durão.
— Lourenço Marques: Minerva Central & Editora, 1952; 155pp. [AHM.B3].

António Durão foi um antigo soldado da Índia. Nesta sua obra, escrita em português arcaico, ele narra histórias relativas à invasão holandesa à Ilha, a guerra contra os invasores, à Fortaleza de S. Sebastião e ao fim do cerco holandês.

Dividida em 19 capítulos, a obra contém: uma fotografia da Ilha na sobrecapa; apresentação pelos editores; fac-símile do rosto na Edição original de 1633; duas aprovações; Índice; cartas; dedicatória aos leitores; e Prólogo. É um livro importante para o estudo da história da ocupação holandesa da Ilha.

41. FERREIRA, Cláudio.

A Ilha de Moçambique: Breve resumo histórico, aspecto climático, etnográfico e nosológico / por Cláudio Ferreira, Médico dos Serviços de Saúde e Assidência do Ultramar // in: Separata de "O Médico", 728 (1965); 7pp. — Porto: Tip. Sequeira, Ltd., 1965. II.

Embora seja de carácter histórico, o artigo interessa essencialmente aos médicos, na medida em que aborda assuntos ligados a essa área, apresentando as doenças principais que afectam a população local, suas causas e o número de casos de doenças infecto-contagiosas, bem como o tipo de assistência sanitária prestada às populações.

42. FERREIRA, Joaquina Maria de Araújo.

Da importância da Ilha de Moçambique no período Filipino / por Joaquina M. de Araújo Ferreira. — Dissertação para Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. — Lisboa, 1964; 214pp.; 2 mapas. [AHM.B544].

Descreve a Ilha de Moçambique e a sua organização administrativa; o seu papel no comércio do Índico; as guerras de conquista e reconquista dos portugueses na Ilha e na região; a presença holandesa na Ilha; e o processo de cristianização da população local.

Dividido em 7 capítulos, o livro contém: Índice, Prefácio, Introdução, Apêndice, Documentos, Bibliografia, Conclusão e 2 mapas.

43. GUERREIRO, Jerónimo Alcântara.

Episódios inéditos das lutas contra os Macuas no reinado de D. Maria I / por Jerónimo A. Guerreiro // in: "Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique", Ano XVI, VII, 53 (1946-1948): pp.79-109; il. [AHM.PP28].

Trata de campanhas militares dos portugueses na região norte do País e da população da Ilha e arredores.

Contém artigos de vários autores, ilustrações, índice de artigos, estatísticas económicas. Apresenta paginação por artigos e não pela ordem sequencial da paginação de toda a obra. Alguns desses artigos são importantes para o estudo de certos temas, como por exemplo o algodão.

44. LOBATO, Alexandre.

A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530 / por Alexandre Lobato. — Lisboa: AGU, 1960; 3 Vols. [AHM.B39 II].

Trata da história dos descobrimentos marítimos portugueses; da administração portuguesa da Ilha desde 1509 a 1530; das expedições militares portuguesas na Costa Oriental de África.

Está dividida em três Livros: Livro I — "Descobrimento e ocupação da Costa, 1498"; Livro II — "Política da Capitania de Sofala e Moçambique de 1508 a 1530"; Livro III — "Aspectos e problemas da vida económica, 1503 a 1530".

Contém Índice, Apêndice, Notas e Prefácio.

45. MANO, Lourenço.

Luis de Camões na Ilha de Moçambique / por Lourenço Mano // in: "Moçambique Documentario Trimestral", 20 (1939): pp.103-115. [AHM.PP30].
É uma descrição da epopeia de Camões na Ilha de Moçambique, fazendo elogio à sua personalidade e a sua obra, Os Lusíadas.
Contém Índice de artigos, ilustrações, esboços e mapas, para além de Bibliografia e Notas.

46. McCALL THEAL, George.

Fortaleza de Moçambique: despesas que se fazem com a Fortaleza (1590-1591) / por George McCall Theal // in: "Records of South-Eastern Africa", Vol. IV, [(1900)]: pp.2— [].— The Government of the Cape Colony, 1900; 506 pp. [AHM.B325].

Trata dos seguintes assuntos: descobertas portuguesas; história militar portuguesa na região Norte de Moçambique; conflitos entre os portugueses e os árabes na Ilha; o piloto árabe de Vasco da Gama; guarnição da Fortaleza da Ilha.

Organizado em capítulos, o artigo está escrito em português arcaico e contém índice e esboços geográficos.

47. MONTEZ, Caetano Carvalho.

Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses: Ilha de Moçambique / por Caetano Carvalho Montez.— Separata de "Monumenta", 2 (1966) // in: "Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Mocambique".— Lourenço Marques: Empresa Moderna, Ltda., 1966; pp.9-13; il. [AHM.PP44]. — (VT.— "Monumenta", 3 (1967), 6 (1970) & 9 (1973)).

Trata da história militar portuguesa dos séculos XVI e XVII, e dos monumentos históricos da Ilha de Moçambique.

Contém Sumário dos artigos, Notas (Breves e Bibliográficas), Homenagem, Fotografia e Lista dos componentes da referida Comissão.

48. MOTEMA, Tabo.

28 horas na Ilha de Moçambique: Crónica de Transição / por Tabo Motema (15-17/10/83) // in: "Tempo", 683, de 13/11/83.

Trata-se de uma crónica de uma página, onde o autor procura enaltecer a riqueza histórica e cultural daquela Ilha, que caracteriza de "património da humanidade", apelando para a necessidade da sua restauração.

49. O'NEILL, Lieut.H.E., R.N.

The Mozambique and Nyassa Slave Trade / by Lieut. H.E. O'Neill, R.N.; Prefatory note by Chas.H.Allen, Secretary.— London: British & Foreign Anti-Slavery Society, (July) 1885; 24pp.— [Fotocopiado]. [ACL.L67/2730].

Trata essencialmente do Trafico de Escravos empreendido em Moçambique até finais do século passado, e da denuncia feita pelo Movimento Britânico Anti-Escavagista. Apresenta um quadro (p.6) que mostra os numeros de escravos exportados de Moçambique para os diferentes destinos, de 1807 a 1809 e de 1819 a 1847, sublinhando-se a região Norte de Moçambique como aquela que maior número de escravos forneceu.

3.3. CULTURA

50. da LUZ DUARTE, Maria.

Catálogo de instrumentos musicais de Moçambique / por Maria da Luz Duarte (Coord.).— Edição do Gabinete Central de Organização do Festival da Canção e Música Tradicional.— Maputo: Ministério da Educação e Cultura da RPM, Dez. 1980; 31pp.; il.

Faz um levantamento de alguns aspectos culturais de Moçambique, baseando-se nos seus instrumentos musicais. A Ilha de Moçambique é tratada na página 28,

onde se apresentam os seus instrumentos musicais mais representativos. Contém indice, introdução e varias ilustrações de instrumentos musicais existentes em cada região do País. Não tem conclusão.

51. da SILVA GONÇALVES, António.

Camões em Moçambique / por António da Silva Gonçalves // in: "Monumenta", 5 (1939): pp.23-29; il. [AHM.PP44].

Trata da historia e vida de Camões na Ilha, elogiando a sua célebre obra "Os Lusiadas", e contém os escritos dele sobre a Ilha de Moçambique e um retrato seu. (VT.— Ficha nº 45).

52. de CARVALHO SOVERAL, Ayres.

Breve estudo sobre a Ilha de Moçambique acompanhado d'um pequeno vocabulário portuguez-macua / por Ayres de Carvalho Soveral.— Porto: Livraria Chardron, 1887; 31pp.; 1 quadro. [AHM.(b)B171].

É uma obra fotocopiada e encadernada pelo AHM. Compreende três partes: Parte I — Introdução; Parte II — Geografia e História de Moçambique; Parte III — A Língua falada pela população da Ilha: o Macua Islamizado, e o Vocabulário Português-Macua.

É uma obra interessante para o estudo etnográfico e cultural da Ilha. Contém uma dedicatória "ao leitor".

53. de CASTRO, P.Francisco Manuel.

Origem do nome da Ilha, Cidade, Distrito e Província de Moçambique: extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Cultural / por P.F. Manuel de Castro.— Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, 1934; 3pp. [AHM.(b)B733].

Aborda questões relacionadas com a "Tradição indígena Macua", origem e significado do nome "Moçambique", islamização dos habitantes da Ilha e outros aspectos da sua vida cultural.

Contém introdução e notas no rodapé da página.

Existe um Comentário Crítico deste artigo no "Moçambique Documentário Trimestral", Vol.II, 2(1935): pp.114-115.

Artigo interessante para o estudo de aspectos culturais da população daquela Ilha e arredores.

54. de NORONHA, Eduardo.

Em redor de África: narrativa succincta de factos verdadeiros e de impressões colhidas em flagrante / por Eduardo de Noronha.— Porto: Livraria e Imprensa Civilização & Editora, 1924; 398pp.; il. [AHM.B487].

Dividido em 17 capítulos, a Ilha de Moçambique é tratada no capítulo II (pp.31-52). Contém índice e apresentação e, para cada tema abordado, uma ilustração fotográfica.

Particularmente sobre a Ilha de Moçambique, trata da sua cidade e mulheres, da dança e outros aspectos artístico-culturais. É, por isso, um livro importante para o estudo dos aspectos acima referidos.

55. GARCIA, António.

Camões em Moçambique: 1567-1569 / por António Garcia // in: "Monumenta", 5 (1969): pp.29-31. [AHM.PP44].

Trata da história e vida de Camões na Ilha de Moçambique, enfatizando a sua célebre obra "Os Lusiadas" e os escritos de Camões na Ilha.

Contém índice, Notas (Breves e Bibliográficas) e um retrato de Vasco da Gama da reprodução do AHM.

56. LOBATO, Alexandre.

A Ilha de Moçambique (Monografia) / por Alexandre Lobato // in: "Moçambique", 42 (1945): pp.7-186.— [VT.— "Bibliografia Etnográfica de Moçambique (das Origens a 1954) / por A. Rita-Ferreira.— Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962: pp.227]. [AHM.V171].

Apresenta os diferentes grupos étnicos que habitam a Ilha, a etnografia dos "indígenas" islamizados (circuncisão, iniciação feminina e casamentos). Contém Índice, Introdução e Notas.

57. LOBATO, Alexandre.

Ilha de Moçambique: panorama estético / por Alexandre Lobato; Desenhos, aguarelas e fotografias a cores de A. Mario de Oliveira; Documentário fotográfico de Carlos Alberto e João Marques Caetano; arranjo gráfico de Seara Leiria. — Lisboa: AGU, 1966; [164]pp.; il.; 1 mapa. [AHM.B345].

É uma obra de interesse turístico e cultural. Trata da cidade da Ilha, monumentos, centros turísticos e arte popular.

58. MARMELO, António.

Culinaria da Ilha de Moçambique / por António Marmelo // in: "Domingo", 84, Ano III, (6 de Maio) 1984: pp.12. — Maputo: Oficina do "Notícias", 1984; 2 Cadernos; il.

Trata da vida social e cultural dos habitantes da Ilha, mulheres da Ilha, culinária e influência islâmica.

59. MEDEIROS, Eduardo.

Ilha de Moçambique (Notas de Campo) / por Eduardo Medeiros. — [Maputo], 1978; 191pp. — [Manuscrito]. ("É proibida a reprodução do todo ou de parte deste caderno sem autorização expressa do autor"). [Pessoal].

Conforme o título nos diz, trata-se de notas de campo do autor, mas complementadas por uma bibliografia de 20 referências. É matéria de estudo a Ilha de Moçambique nos aspectos geográficos, históricos, socio-religiosos (o islamismo), económicos e culturais dos seus habitantes. São referidas as danças, a pesca, os barcos, o processo de secagem do peixe e o urbanismo, entre outros assuntos.

É um trabalho de muito interesse etnográfico e importante para o estudo socio-cultural e a economia dos habitantes da Ilha. Apresenta uma bibliografia com 20 referências, vocabulário Macua-Português de alguns termos utilizados, com o respectivo comentário explicativo.

60. MOURA, Armando Reis.

Barcos do Litoral de Moçambique / por Armando Reis Moura // in: "Monumenta", 8 (1972): pp.7-40. [AHM.PP44].

Trata fundamentalmente da Ilha e região fronteiriça continental (Baía de Lunga e Mossuril).

Contém Índice, artigos de vários autores, alguns extractos de "Os Lusiadas", de Camões, fotografias coloridas sobre a costa moçambicana (incluindo a Ilha de Moçambique) e notas.

61. MUGE, Amélia & FORJAZ, Moira.

Muiipiti — Ilha de Moçambique / Fotografia de Moira Forjaz; Texto de Amélia Muge. — Coleção Presenças da Imagem. — Vila da Maia: Imprensa Nacional, 1983; [s.p.]; il; 2 Cartas Topográficas da Ilha de Moçambique. [AHM.B121].

Trata da História, Cultura, Arte e População da Ilha. É uma obra interessante do ponto de vista estético e propagandístico sobre a Ilha. Não tem paginação enumerada, mas contém: Bibliografia da Autora, Notas (Técnica e da Autora), Dedicatória, Planta da Ilha e duas Cartas Topográficas.

62. PEREIRA, João Camacho.

Coleção de gravuras portuguesas (reproduções): Moçambique / por João Camacho Pereira. — 11ª Serie. — Lisboa: [], 1972; [s.p.]; 68 est. [AHM.B768]. Trata de temas históricos e culturais, bem como aspectos da economia colonial na Ilha.

Contém, para além de 68 estampas retratando a Ilha de Moçambique e outras possesões portuguesas, índice de gravuras, um prefácio bilingue (português e inglês) e uma lista bibliográfica com 17 referências, e outra dos volumes publicados na 1ª e 2ª partes. Não tem paginação.

63. RAU, Virgínia.

Aspectos étnico-culturais da Ilha de Moçambique em 1822 / por Virgínia Rau // in: "Studia", 11 (Jan. 1963): pp.123-163.—Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963; 546pp.; il. [AHM.PP51].

Trata da cidade da Ilha, os edifícios religiosos e sociais, seus habitantes e aspectos culturais, para além de outros assuntos de interesse geral para Moçambique.

Contém índice, artigos diversos em português e francês, bibliografias (geral e específica), ilustrações e mapas.

3.4. ECONOMIA

64. BNU

Documento de Trabalho: visita às dependências de Porto Amélia, Nampula, Moçambique, António Enes e Beira / BNU // in: "CEDIMO" (15) 1978-12.— Lourenço Marques: O Banco, 1968; 9+7+7+8+1+7pp.— [Cópia a químico].

(O título do "Documento" induziu-nos a inclui-lo nesta, apesar de não termos podido ter em mão a própria obra para a sua avaliação mais exacta).

65. BOXER, Charles R.

Mozambique Island the "Carreira da Índia" / by Charles R. Boxer // in: "Studia", 8 (Jul.) 1961: pp.95-132.— Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961; il. [AHM.PP51].

Trata da geografia e da importância económica da Ilha, sobretudo o comércio entre a Ilha e o Oriente. Apresenta estatísticas económicas e mapas geográficos.

O "Studia" contém índice dos artigos, documentário, notas, comentários, bibliografia e ilustrações.

66. LOBATO, Alexandre.

Problemas da Ilha de Moçambique e do seu continente fronteiro na conjuntura do Norte / por Alexandre Lobato.— Moçambique (Cidade): []; 18pp.— [Datilografado]. [AHM.(b)B13].

É um Ensaio Económico onde o autor faz levantamento dos principais problemas económicos da capital distrital, sugerindo a transferência desta para Nampula, cujas vantagens económicas seriam maiores.

Não tem índice nem ano de publicação, nem bibliografia.

67. VARELA, Joaquim José.

Descrição da capitania de Moçambique e suas povoações e produções, pertencentes à Coroa de Portugal (1788) / por Joaquim Jose Varela // in: "Annaes da Junta de Investigação do Ultramar", Vol.IX, Tomo I (1954): pp.281-310.

(Encontrámos esta referência no Ficheiro de Assuntos do AHM. Contudo, não nos foi possível localizá-la no Periódico referenciado. Terá havido algum erro de referenciação?).

3.5. MONUMENTOS HISTÓRICOS

68. BOCARRO, António, et al.

Livro das plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental / por António Bocarro; Prefaciado e anotado por A.B. de Bragança Pereira.— Inédito na Biblioteca Pública de Évora // in: "Arquivo Português Oriental" (Nova Edição), Tomo IV, Vol.II (1600-1699): Partes I, II e III.— Bastorá: Tipografia Rangel — Índia Portuguesa, 1937; 3 Vols.; il. [AHM.A53].

Guarda-Mor da Torre do Tombo de Goa e Cronista da Índia, António Bocarro des-

creve, neste seu livro, todas as obras arquitectónicas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental Portuguesa (Moçambique e Índia Portuguesa). No Vol.II, para além de descrever a própria cidade da Ilha de Moçambique, ele descreve a Fortaleza de S. Sebastião e sua localização geográfica, e Igrejas. Dividida em Partes, a obra contém índice, uma errata e ilustrações.

69. BOCARRO, António, et al.

Notas ao Livro das plantas de todas as Fortalezas do Estado da Índia Oriental / por Antonio Bocarro; Pref. de A.B. de Bragança Pereira.— Separata do "Arquivo Português Oriental" (Nova Edição), Tomo IV, Vol.II (1938).— Bástora: Tipografia Rangel — Índia Portuguesa, 1938, 616pp.; il. [AHM.A54]. Faz uma descrição das Fortalezas de Sofala, Moçambique, Mombaça, Curiata, Mocate, Soar e outras da Arábia e Diu.

A África Oriental, as Descobertas Portuguesas até ao século XVIII, a História Política e Militar dos portugueses na Ilha (1507), e a Fortaleza de S. Sebastião, são outros aspectos considerados no livro.

Contém índices (de assuntos e ilustrações), notas bibliográficas, prefácio, ilustrações, errata e bibliografia.

É livro de muito interesse para o estudo da história militar portuguesa em Moçambique, desde o período das descobertas até ao século XVIII, e para o conhecimento dos próprios monumentos históricos erguidos para o efeito.

70. BRANCO, Francisco Maria.

A Fortaleza de S. Sebastião / por Francisco Maria Branco.— Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1935; 25pp.; il. [AHM.(b)B44].

Faz um elogio aos feitos "heróicos" portugueses nas descobertas marítimas dos séculos XV e XVI.

Para além do prólogo introdutório, contém desenho da caravela utilizada na primeira viagem marítima para a Índia, gravuras da Fortaleza de S. Sebastião, e das igrejas e capelas contíguas, e bibliografia.

71. COMISSÃO ORGANIZADORA DA EXPOSIÇÃO

Breves apontamentos sobre algumas Fortalezas de Moçambique respigados de trabalhos de vários autores / por Comissão Organizadora da Exposição; Artigos de Alexandre Lobato // in: "Roteiro da Exposição de Engenharia, Arquitectura e Actividades Económicas de Moçambique", realizada em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, no mês de Outubro de 1966.— Lisboa: AGU, 1966; 54pp.; il.; [AHM.].

Trata fundamentalmente da história militar portuguesa no Ultramar, em geral, e de Moçambique em particular, onde Alexandre Lobato incide os seus artigos sobre a Ilha de Moçambique.

Contém dedicatória e gravuras dos monumentos portugueses em Moçambique, mas sem índice.

72. da FONSECA, P. Quirino.

A Fortaleza construída por D. João de Castro na Ilha de Moçambique / por P. Quirino da Fonseca // in: "Monumenta", 9 (1973): pp.65-68; il. [AHM.PP44].

Apresenta o Sumário dos Artigos, Notas (Breves e Bibliográficas, 6 Estampas, Conclusões e uma bibliografia seleccionada; para além de uma lista dos componentes da CMN e um mapa de Moçambique, que localiza os principais "Zimbabwe" de Moçambique. Outros aspectos referidos são a restauração dos monumentos da Ilha e o primeiro monumento dos portugueses na Ilha de Moçambique — a Fortaleza de S. Gabriel, construída em 1507.

73. da FONSECA, Pedro Quirino.

Algumas descobertas de interesse histórico-arqueológico na Ilha de Moçambique / por Pedro Quirino da Fonseca // in: "Monumenta", Ano VIII, 8 (1972): pp.55-71; il. [AHM.PP44].

Trata da Ilha de Moçambique e dos seus monumentos e casas.

Contém sumário dos artigos, notas, mapas, errata, 18 estampas e uma bibliografia.

74. de BRAGANÇA PEREIRA, A.B.

Livro das plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da India Oriental / por António Bocarro; Prefaciado e Anotado por A.B. de Bragança Pereira.— Inédito da Biblioteca Pública de Évora // in: "Arquivo Português Oriental" (Nova Edição), Tomo IV, Vol.II (1600-1699): Partes I, II e III.— Bastorá: Tipografia Rangel — Índia Portuguesa, 1937; 3 Vols.; il.; [AHM.A53]. (Ver Ficha nº 68).

75. de CASTILHO, Augusto.

A Fortaleza de S.Sebastião de Moçambique / por Augusto de Castilho // in: "Oc'idente", Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Anno IV, Vol. IV, 73 (1881): pp.4-5; 12; 74.— Lisboa: Empreza do Occidente, 1881; 288pp.; il.; mapas. [AHM.PP104].

É um comentário histórico sobre a Fortaleza de S.Sebastião da Ilha de Moçambique com gravuras do mesmo monumento. Aborda temas de carácter científico, político, social, económico, histórico e cultural. (África, América e Europa). Contém índices (de textos e gravuras) e ilustrações, apresentando os assuntos em ordem alfabética.

76. de CASTILHO, Augusto.

Largo da Alfândega e Ponte de Moçambique / por Augusto de Castilho // in: "Ocidente", Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Anno IV, Vol. IV, 103 (1881): pp.244; 247.— Lisboa: Empreza do Occidente, 1881.— mapas. [AHM.PP104].

Trata da história da construção (ano e reinado), sua localização geográfica na Ilha, e da actividade económica das mesmas. (VT.— Ficha nº 75).

77. Fortaleza de S.Sebastião de Moçambique / [s.a.] // in: "Portugal em África", Revista Científica, Vol.II, 121 (1904): pp.19-21; 73-75; 123; 135-136; 216-222.— Lisboa: Tipografia d'Editora, 1904.— il. [AHM.].

Trata da história da Fortaleza, sua arquitectura e origem do seu nome.

No artigo não consta o nome do autor, e a obra não tem índice, mas apresenta, para além de muitas ilustrações e notas, um sumário de 1904, errata e bibliografia.

78. Ilha de Moçambique: Lentidão no salmamento arruina o património — Edifícios com valor arquitectónico raro em continua degradação / [s.a.] // in: "Notícias", de 14/04/88 — Maputo.

O autor do artigo apela para a necessidade urgente de as estruturas competentes do País (e não só) agirem rapidamente para salvaguardar este grande e rico património histórico e cultural da Humanidade. Apresenta extractos de depoimentos do Director da APIE na Ilha, que aborda o problema da falta de materiais de construção, enquanto "o apoio que nos é prometido não passa de papel".

79. LOBATO, Alexandre.

Conservar e modernizar, na Ilha de Moçambique: Alocução proferida no pátio do Palacio de S.Paulo, em 23 de Novembro de 1969, no acto de inauguração de importantes obras de reintegracao e restauro, na cidade e continente, pelo Governador-Geral Baltazar Rebelo de Souza / por Alexandre Lobato // in: Separata de "Monumenta", 6 (1970): pp.7-10. [AHM.PP44].

Enaltece a história dos descobrimentos portugueses, realçando os seus efeitos na Ilha de Moçambique. É uma comunicação de interesse para o estudo da História de Moçambique e para o conhecimento dos monumentos históricos ali existentes.

A "Monumenta" tem, para além da capa que é um púlpito da Igreja de S. Paulo, índice dos artigos, uma fotografia do Dr. Baltazar Rebelo de Souza, lista dos componentes da CMN e ilustrações diversas.

80. LOBATO, Alexandre.

Ilha de Moçambique: panorama histórico / Texto, Coordenação e Prefácio de Alexandre Lobato; Fotografias de Almeida d'Eça, Carlos Alberto, João Marques Cae

tano, Dr. Manuel Barreto e AGU; Desenhos de Raul Gomes; Cartografia e Iconografia do Agrupamento de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, AHU & CMHN; Orientação Gráfica de Seabra Leiria. — Lisboa: AGU, 1967; [238]pp.; il.; 1 mapa. [AHM.B346].

Trata da Ilha de Moçambique em 1891, com os seus monumentos históricos: Fortaleza, Fortim, Palácio de S. Paulo, Igrejas e capelas, Forte e Casa da Câmara.

81. LOBATO, Alexandre.

Uma noite de luxo no Palácio dos Capitães-Generais na Ilha de Moçambique/por Alexandre Lobato // in: "Diário de Notícias" de 27/08/1971: pp.5.— (Citação do livro "Ilha de Moçambique—Panorama Estético"). [AHM-SE.a.III.P.9-N0230]. É um recorte do jornal "Notícias" de uma "Crónica Especial para o 'Diário de Notícias'". Ocupa uma página e inclui uma foto do arquitecto Quirino da Fonseca.

Trata da importância da Ilha de Moçambique como património histórico e cultural da Humanidade, realçando o valor histórico dos seus monumentos.

82. MONTEZ, Caetano Carvalho.

Forte de S. Lourenço / por Caetano Carvalho Montez // in: "Monumenta", 4(1968): pp.9-12.— Lourenço Marques: Empreza Moderna, Ltda., 1968; 78pp.; il.; Est. [AHM.PP44].

Trata da história da edificação do Forte em 1789, e da história militar portuguesa na Ilha.

A "Monumenta" apresenta na sua capa pinturas rupestres da serra do Vumba, índice dos artigos, notas (bibliográficas e breves), ilustrações e estampas.

83. MONTEZ, Caetano Carvalho.

Forte de Santo António / por Caetano Carvalho Montez // in: "Monumenta", 4 (1968): pp.13-14.— Lourenço Marques: Empreza Moderna, Ltda., 1968; il.; Est. [AHM.PP44].

Trata da história do Forte e da ocupação militar portuguesa, bem como da ação dos missionários na Ilha. (VT.— Ficha nº 82).

84. MONTEZ, Caetano Carvalho.

Fortificação de Moçambique / por Caetano Carvalho Montez // in: "Moçambique Documentário Trimestral", 31 (1942): pp.39-49.— Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1942.— il.; mapas. [AHM.PP30].

Trata da história da fundação dos Fortes de S. Lourenço e Santo António, na Ilha.

Para além de muitos outros artigos de interesse para a História de Moçambique, esta publicação contém índice de artigos, notas bibliográficas, ilustrações e mapas.

85. REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Monografia dos principais edifícios e monumentos da Ilha de Moçambique/Publ. da República Popular de Moçambique.— [Maputo], [1982]; [s.p.].

Através da enumeração dos seus monumentos históricos, retrata-se a história da ocupação colonial da Ilha e a história militar portuguesa.

Não tem nem local, nem data de publicação, nem paginação.

3.6. RELIGIÃO

86. BALSAN, François.

A la recherche des Arabes sur les Côtes du Nord-Mozambique / par François Balsan // in: "Monumenta", 2 (1966); il. [AHM.PP44].

Trata dos árabes na Ilha de Moçambique, sua influência religiosa, cultural e comercial na região, nomeadamente a islamização dos "Makhua" da costa e a ação do sheik Mussa Ben Biq ("Moçambique"?).

É um artigo importante para o estudo do processo de islamização das populações não só da Costa Oriental de África, em geral, mas também do Norte de Moçambique, em particular.

Contém índice e um mapa da zona costeira do Norte de Moçambique. Não tem bibliografia nem notas.

87. de ANDRADE, António Alberto Banha.

O Hospital de Moçambique durante a Administração dos religiosos de S. João de Deus / por António Alberto Banha de Andrade // in: "Portugal em África", 2ª Serie, Vol.13, 77 (1956): pp.261-289. [AHM.PP124].

Faz um balanço das actividades dos missionários durante os primeiros 23 anos do século XVIII, nomeadamente a Administração do Convento de Moçambique desde 1701, a assistência prestada aos doentes e a evangelização das populações locais.

Denuncia os maus serviços prestados pelos primeiros missionários.

Contém índice, notas (bibliográficas e de instituições religiosas) e referências bibliotecárias.

88. LAPA, Joaquim José.

Páginas de pedra [sobretítulo] África Oriental Portugueza: folhas dispersas / Ass. de Joaquim José Lapa. — Moçambique (Cidade): Imprensa Nacional, 1893; 108pp. [AHM.B27].

Trata da actividade missionária na Ilha e no continente fronteiro, dos monumentos históricos da Ilha, nomeadamente a Fortaleza, Fortes, Igrejas, Capelas, Conventos e o Museu de Artilharia de S. Sebastião.

É uma obra interessante para se ver como se processou a conversão das populações locais e arredores (de Mossuril, em particular).

Compreende 24 capítulos e contém índice, apêndice, dedicatória, introdução, conclusão e erratas.

89. LOBATO, Alexandre.

As inscrições portuguesas da Ilha de Moçambique / por Alexandre Lobato // in: "Moçambique Documentário Trimestral", 45 (1946): pp.95-137. [AHM.PP30].

Trata das "inscrições" e escrita simbólica que se encontram espalhadas em sepulturas existentes em vários edifícios, na Ilha de Moçambique, nomeadamente em Fortalezas, Igrejas e Capelas.

Contém índice, ilustrações, mapas, artigos diversos, lista de livros e publicações, e abreviaturas.

90. LOBATO, Alexandre.

As inscrições românticas da Igreja da Misericórdia na Ilha de Moçambique / por Alexandre Lobato // in: "Moçambique Documentário Trimestral", 44(1945): pp.65-79. [AHM.PP30].

Trata fundamentalmente das inscrições tumulares da Igreja da Misericórdia dos séculos XVIII e XIX. Aborda o problema da evangelização das populações locais e inventaria os missionários e portugueses mortos em Moçambique e sepultados na Ilha.

Contém índice, ilustrações, mapas, artigos diversos, lista de livros e publicações, e abreviaturas.

4. ÍNDICE DE AUTORES

1. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO — 1
2. ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE — 16
3. BALSAN, François — 86
4. BARBOSA, Duarte — 2
5. BOCARRO, António — 17, 68, 69

6. BOTELHO, José Justino Teixeira — 18, 19
7. BOTELHO, Sebastião Xavier — 3
8. B.N.U. — 64
9. BOXER, Charles R. — 65
10. BROCHADO, Costa — 20
11. BRANCO, Francisco Maria — 70
12. CABRAL, Carlos A. de M. — 21, 22
13. CALDEIRA, Carlos José — 4
14. COMISSÃO ORGANIZADORA DA EXPOSIÇÃO — 71
15. da CUNHA, Padre Santana Sebastião — 23
16. da FONSECA, P. Quirino — 72, 73
17. da LUZ DUARTE, Maria — 50
18. da SILVA GONÇALVES, António — 51
19. de ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho — 5
20. de ALMEIDA EÇA, Filipe Gastão — 6
21. de AMORIM, Pedro Massano — 7, 8
22. de ANDRADE, Antonio Alberto B. — 24, 25, 26, 87
23. de ASCENSÃO PORTELA, Maria José — 27
24. de AVELLAR GEORGE, Manuel — 28
25. de BETTENCOURT, Emílio Augusto — 29
26. de BRAGANÇA PEREIRA, A.B. — 30, 31, 32, 74
27. de CARVALHO DIAS, Luís Fernando — 33
28. de CARVALHO SOVERAL, Ayres — 52
29. de CASTILHO, Augusto — 75, 76
30. de CASTRO, João — 34
31. de CASTRO, P. Francisco Manuel — 53
32. de LIMA, José Joaquim Lopes, et al. — 35
33. de NORONHA, Eduardo — 54
34. de SERPA PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz — 9
35. do SOUTO, António Meyrelles — 36, 37
36. dos SANTOS, Frei João — 38
37. DURÃO, António — 39, 40
38. FERREIRA, Cláudio — 41
39. FERREIRA, Duarte — 10
40. FERREIRA, Joaquina Maria Araújo — 42
41. GARCIA, António — 55
42. GUERREIRO, Jerónimo Alcântara — 43
43. LAPA, Joaquim Jose — 88
44. LOBATO, Alexandre — 11, 12, 13, 44, 56, 57, 66, 79, 80, 81, 89, 90
45. MANO, Lourenço — 45
46. MARMELO, António — 58
47. McCALL THEAL, George — 46
48. MEDEIROS, Eduardo — 59
49. MONTEZ, Caetano Carvalho — 47, 82, 83, 84
50. MOTEMA, Tabo — 48
51. MOURA, Armando Reis — 60
52. MUGE, Amélia + FORJAZ, Moira — 61
53. O'NEILL, Leut. H.E., R.N. — 49
54. PEREIRA, João Camacho — 62
55. RAU, Virginia — 63
56. REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE — 85
57. RIBEIRO, Manuel Ferreira — 14, 15
58. VARELA, Joaquim José — 67

5. PEQUENO COMENTÁRIO SOBRE AS FONTES CONSULTADAS

Dissémos na introdução que a recolha de materiais para este trabalho foi realizada, "grosso modo", numa única instituição, o Arquivo Histórico de Moçambique.

Por limitações sobretudo de tempo, não entrámos em contacto com outros organismos e instituições, particularmente o sector da Cultura do nosso País e a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, além de outros e de pessoas individuais, que certamente terão mais elementos para o acréscimo e enriquecimento do trabalho. Estamos também cientes que não pudemos inventariar todo o material existente no Arquivo Histórico de Moçambique sobre o tema, tarefa que será levada a cabo certamente no futuro, com a participação de trabalhadores e investigadores daquela instituição.

A nossa pesquisa de algumas Bibliografias Gerais como as de Duigman, Pollak & Pollak, e Panofsky, poucos resultados obteve, acabando nos por optar pelo "Catálogo de Assuntos" do AHM, complementado por algumas indicações fornecidas pontualmente por pessoas singulares e colegas.

Encontrámos referências em algumas das seguintes obras:

1. "Catálogo dos livros com interesse para o estudo de Moçambique" / CEDIMO, (15) 1978-12.
2. "Lista de livros sobre a Ilha de Moçambique" / AHM. — (35 referências).
3. "Subsídios para uma bibliografia missionária moçambicana, (católica)" / por Filipe Gastão de Almeida de Eça; Pref. de P. Moreira das Neves. — Edição de Autor. — Lisboa: Centro Gráfico de Famalicão, 1969. [AHM.V193].

Merece realce particular a contribuição do antropólogo Eduardo Medeiros, que nos forneceu alguma bibliografia referenciada neste trabalho.